

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

DANILO BARBOSA DE ARRUDA

**AMÉRICA LATINA E RECURSOS NATURAIS: ENTRE A RETÓRICA
DESENVOLVIMENTISTA E A PRÁXIS NEOLIBERAL**

CRICIÚMA

2019

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

DANILO BARBOSA DE ARRUDA

AMÉRICA LATINA E RECURSOS NATURAIS: ENTRE A RETÓRICA
DESENVOLVIMENTISTA E A PRÁXIS NEOLIBERAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Milioli

CRICIÚMA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A779a Arruda, Danilo Barbosa de.

América Latina e recursos naturais : entre a retórica desenvolvimentista e a práxis neoliberal / Danilo Barbosa de Arruda. - 2019.

222 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2019. Orientação: Geraldo Milioli.

1. Recursos naturais – América Latina. 2. Justiça ambiental. 3. Desenvolvimento econômico – Aspectos ambientais – América Latina. 4. Globalização. I. Título.

CDD 23. ed. 333.715



Unesc
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
Pró-Reitoria Acadêmica
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

PARECER

Os membros da Banca Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se para realizar a arguição da Tese de DOUTORADO apresentada pelo candidato **DANILO BARBOSA DE ARRUDA** sob o título: **"AMÉRICA LATINA E RECURSOS NATURAIS: ENTRE A RETÓRICA DESENVOLVIMENTISTA E A PRÁXIS NEOLIBERAL"**, para obtenção do grau de **DOUTOR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e ouvido o candidato, os membros são de parecer pela **"APROVAÇÃO"** da Tese.

Criciúma/SC, 08 de março de 2019.


Prof. Dr. Nicolas Floriani
Primeiro Examinador


Prof. Dr. Daniel Rubens Cenci
Segundo Examinador


Profa. Dra. Natália Martins Gonçalves
Terceira Examinadora


Prof. Dr. Nilzo Ivo Ladeira
Quarto Examinador


Prof. Dr. Geraldo Milioli
Presidente da Banca e Orientador

Dedico este trabalho aos meus poucos e seletos amigos, e aos sobrinhos que elevam meu ser diariamente.

AGRADECIMENTOS

No agradecimento desse trabalho é inimaginável elencar cada um que marcou minha história. A trajetória para concretização desse sonho é permeada de muita luta, resignação e labor. Seria impossível lembrar de todos os seres humanos e instituições que contribuíram na realização desse feito.

O apoio materno e dos meus sobrinhos foi fundamental para continuidade dos estudos até aqui, além de propiciar momentos de descontração e crescimento emocional. Não obstante, meus amigos próximos e verdadeiros, Gabriel, Marta, Aleyde, Andreia, Guilherme Canarim e Gisele foram, e são, companheiros singulares que estão comigo sempre.

Espaço significativo conquistou cada um que compõe o setor de Arte e Cultura da Unesc, pois simbolizam a vida, a alma e a importância artística para a humanidade. Gratidão a Leonardo, Letícia, Lucy e Ana Gallas que sempre me receberam de braços abertos, doces e afeto.

Gratidão ao orientador Dr. Geraldo Milioli, e aos colegas do Laboratório Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente (LABSDMA).

Não poderia esquecer da querida e inigualável Professora Dra. Teresinha Maria Gonçalves, que com muita eloquência e energia disponibiliza formidável contribuição teórica e prática. Ao estimado Dr. Dimas Floriani, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que contribuiu para o fortalecimento teórico-epistemológico do meu trabalho e conexão com o CEDER/ULagos.

Gracias para todos los amigos en Osorno, Luis, Pancho, Darling, Antonio, Ricardo. Además, agrego saludos estimados a los hermanitos de hogar, Alberto, Yina, Manuel y la gran Cecilia.

Saudações às instituições que marcaram de forma significativa a realização dessa qualificação: Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); a parceria com a Universidad de Los Lagos (ULagos) e o Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Políticas Públicas (CEDER, Osorno, Chile) Universidad de los Lagos (ULagos), nas pessoas do seu Diretor James Key Park e da tutora Dra. Sandra Ríos Nuñez.

“A principal responsabilidade das universidades latino-americanas com respeito à globalização consiste em assumi-la criticamente, com todas as suas consequências”

BERNHEIM; CHAUÍ, 2008, p.26

RESUMO

A imensa dimensão territorial, socioambiental, política e cultural que a América Latina ocupa no espaço geográfico enseja uma contextualização transversal e interdisciplinar. Visando compreender a problemática latinoamericana hodierna é necessário utilizar recursos teórico-metodológicos que contemplem a história, fatores culturais, as condições materiais e simbólicas no espaço-tempo. Neste sentido, é resgatado as conjecturas da escravidão, dominação indígena e os dilemas do sistema capitalista que engendraram as raízes do subdesenvolvimento atual. Consoante o exposto, a presente tese tem como objetivo geral desconstruir a retórica dominante, questionando a racionalidade econômica; entre os objetivos específicos o primeiro é aprofundar o conhecimento teórico-científico acerca do desenvolvimento latinoamericano; o segundo é discutir o modelo hegemônico ocidental de civilização, seus paradoxos e reflexos no território latinoamericano; e, por fim, o terceiro é examinar a (in)falibilidade do neoliberalismo na era da globalização. Nessa esteira, devido à complexidade do tema, foi utilizado como procedimento metodológico a pesquisa teórico-qualitativa, com análise bibliográfica e uso secundário de dados de organismos nacionais e internacionais. Dentre os principais autores estão Acsehrad, Altvater, Bauman, Beck, Bourdieu, Canclini, Fiori, Floriani, Giddens, Harvey, Hobsbawn, Piketty, Darcy Ribeiro, Milton Santos e Boaventura S. Santos, Sloterdijk e Zizek. Entre os organismos e agências nacionais e internacionais estão Cepal, Banco Mundial, BID, BIRD, OEA, OCDE, OXFAM, que possibilitaram através de seus relatórios uma análise mais assertiva. O sistema capitalista tal como está colocado tem assegurado a reprodução das desigualdades, acentuando as assimetrias da periferia global, com o cerne da problemática na América Latina. A hipótese colocada é "A retórica desenvolvimentista e o discurso neoliberal retroalimentam o subdesenvolvimento latinoamericano". Os resultados oportunizam uma releitura da América Latina, através da interdisciplinaridade entre as ciências humanas e sociais aplicadas com as ciências ambientais, trazendo o avanço nos direitos sociais, iluminando a identidade

latinoamericana, a transição da racionalidade econômica para ambiental, a possível saída da subalternidade latinoamericana e o diálogo de saberes.

Palavras-chave: Recursos Naturais. Globalização. Desenvolvimento. América Latina.

ABSTRACT

The immense territorial, socioenvironmental, political and cultural dimension that Latin America occupies in the geographical space provides a transversal and interdisciplinary contextualization. In order to understand the Latin American problematic today it is necessary to use theoretical and methodological resources that contemplate the history, cultural factors, the material and symbolic conditions in the space-time. In this sense, the conjectures of slavery, indigenous domination and the dilemmas of the capitalist system that have engendered the roots of present underdevelopment are rescued. According to the above, this thesis aims to deconstruct the dominant rhetoric, questioning the economic rationality; among the specific objectives the first is to deepen the theoretical-scientific knowledge about Latin American development; the second is to discuss the Western hegemonic model of civilization, its paradoxes and reflections in Latin American territory; and, finally, the third is to examine the (in) fallibility of neoliberalism in the era of globalization. Due to the complexity of the theme, the theoretical-qualitative research was used as methodological procedure, with bibliographic analysis and secondary use of data from national and international organisms. Among the main authors are Acselrad, Altvater, Bauman, Beck, Bourdieu, Canclini, Fiori, Floriani, Giddens, Harvey, Hobsbawn, Piketty, Darcy Ribeiro, Milton Santos and Boaventura S. Santos, Sloterdijk and Zizek. Among the national and international agencies and agencies are ECLAC, the World Bank, the IADB, the IBRD, the OAS, the OECD and the OXFAM, which have made their reports more assertive. The capitalist system as it stands has ensured the reproduction of inequalities, accentuating the asymmetries of the global periphery, with the core of the problem in Latin America. The hypothesis put forward is "Developmental rhetoric and neoliberal discourse feed back on Latin American underdevelopment." The results allow a re-reading of Latin America, through the interdisciplinarity between the human and social sciences applied to the environmental sciences, bringing the advance in social rights, illuminating the Latin American identity, the transition from economic to environmental rationality, the possible departure from Latin American subalternity and the dialogue of knowledge.

Key words: Natural resources. Globalization. Development. Latin America.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pegada Ecológica global por componente, 1961-2008.....	27
Gráfico 2: 10 Pessoas mais ricas da América Latina e Caribe	90
Gráfico 3: Desigualdade Econômica no Mundo.....	95
Gráfico 4: Dependência Fiscal de Recursos Naturais para vários países da ALC (% das receitas públicas), 2010-2013	107
Gráfico 5: Índice de GINI de concentração de renda por região, 2012	107
Gráfico 6: GINI por países da América Latina e Caribe, 2000-2013.....	108
Gráfico 7: Índice de Concentração de Terra por região, década de 1990.....	128
Gráfico 8: Principais exportações em 2012 (América Latina, em bilhões de dólares):.....	174
Gráfico 9: Diferença entre ricos e pobres está em seu ponto mais alto em 30 anos	175
Gráfico 10: As maiores corporações serão rivais dos governos? (Bilhões de dólares estadunidenses)	178
Gráfico 11: Desigualdade e mobilidade nos países da OCDE.....	187
Gráfico 12: Casos de cooptação do Estado por dinheiro ilegal	189
Gráfico 13: Pobreza, Indigência e Desigualdade Econômica	192
Gráfico 14: Desigualdade econômica nos Estados Unidos, América Latina e países europeus, 2009 (índice Gini):.....	193
Gráfico 15: Impactos ambientais do padrão dominante de crescimento:	201
Gráfico 16: Governos fortemente endividados e a Globalização:	205
Gráfico 17: Caracterização integral dos recursos naturais estratégicos:.....	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CLACSO	Consejo LatinoAmericano de Ciencias Sociales
CREDIT SUISSE	Banco Suíço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FLACSO	Facultad LatinoAmericana de Ciencias Sociales
FMI	Fundo Monetário Internacional
GINI	Coeficiente de GINI
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	Instituto Socioambiental
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	Organização Não-Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UChile	Universidad de Chile
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
WEF	World Economic Forum (Fórum Econômico Mundial)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 QUESTÕES NORTEADORAS	16
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 Procedimento Metodológico	17
1.4 Justificativa.....	20
2. AMÉRICA LATINA: RECURSOS NATURAIS E SUBDESENVOLVIMENTO	31
2.1 Condições Históricas e Contemporaneidade	61
2.2 Epistemologia do Sul, novos paradigmas e emergências.....	76
2.3 Políticas Públicas, democracia e contrastes	85
3. JUSTIÇA AMBIENTAL: COMPLEXIDADE E SOCIOBIODIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA	102
3. 1 Justiça Ambiental na América Latina: explorando realidades no Brasil e no Chile	117
3. 2 Sociobiodiversidade, conflitos socioambientais e suas implicações	127
3. 3 Sustentabilidade e interdisciplinaridade: contribuição de uma ciência pública.....	137
4. GLOBALIZAÇÃO E SUAS ASSIMETRIAS.....	143
4. 1 Desenvolvimento local e regional: contrastes	172
4. 2 Neoliberalismo, paradoxos do capital	185
4. 3 Para além dos recursos naturais: o papel da América Latina no processo de globalização.....	199
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
6. Referências	214

INTRODUÇÃO

Compreender o processo civilizatório, suas descontinuidades, sua não-linearidade e contrastes oportuniza a expansão da problemática latinoamericana, sua marginalização social e exclusão econômica. Nesse panorama, a importância do lugar, das condições materiais e históricas denotam a impressão que o lugar deixa no homem e marca que o homem imprime, enquanto sujeito político e social, no território. As relações de poder, o próprio avanço do capitalismo e o decurso da história são díspares e precisam de uma investigação científica, teórica e conceitual para conhecimento do objeto em estudo.

Nestes termos, a análise documental e bibliográfica, a interpretação de dados obtidos em relatórios alinhados à interdisciplinaridade podem contribuir para o referido estudo. Assim, o distanciamento no tempo e no espaço, um olha da delimitação do espaço, seus atores, o percurso da história tendem a rever as diversas camadas de colonialismo e suas particularidades na América Latina.

Nessa incursão, a presente tese traz em seu bojo uma construção da perspectiva latinoamericana permeada pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com espraiamento e transversalidade nas Ciências Ambientais. Isto é, analisa, discute, desconstrói e examina as tensões, ambiguidades, conflitos, a retórica e a práxis que condicionam no presente, mas também no passado e possibilidades futuras, as causas e condições na América Latina.

A formação do Estado-nação na América Latina, suas ideologias, idiosincrasias e perpetuação do *establishment* traz à tona uma faceta que causa a retroalimentação do *status quo* do subdesenvolvimento. O espaço para diálogo e ação são limitados por fatores diversos, consequentemente convergindo para um papel desigual da América Latina na geopolítica mundial.

Sair das questões monodisciplinares e abarcar as contrárias, porém necessárias, incluir vozes, ações diferenciadas e reflexões livres do viés eurocêntrico e modernista do povo latino é conceder espaço para exercício da pluralidade em tempos de redirecionamento da humanidade. A hipótese lançada é **"A retórica desenvolvimentista e o discurso neoliberal retroalimentam o subdesenvolvimento latinoamericano"**.

Consubstanciado na hipótese, sua resolução e atendimento aos objetivos geral e específicos propostos, a divisão do trabalho ficou dividido em Introdução; Questões Norteadoras; Procedimento Metodológico; Justificativa; Capítulo 2; e seus subcapítulos, 2.1, 2.2, 2.3; Capítulo 3; e seus subcapítulos, 3.1, 3.2, 3.3; Capítulo 4; e seus subcapítulos, 4.1, 4.2, 4.3; todos delineados mais adiante, além das Considerações Finais.

Mediante o exposto, mais especificamente, a disposição e principais conteúdos trabalhados nos capítulos e subcapítulos estão designados da seguinte maneira:

2. AMÉRICA LATINA: RECURSOS NATURAIS E SUBDESENVOLVIMENTO

Processo colonizador, histórico colonial. Questão indígena. Globalização. Desigualdade. Políticas Públicas. Racionalidade instrumental. Desenvolvimento humano. Ecologia política.

2.1 Condições Históricas e Contemporaneidade

Divisão Social do Trabalho. Assimetrias no espaço. Relações de poder. Geopolítica. Bretton Woods. Empobrecimento.

2.2 Epistemologia do Sul, novos paradigmas e emergências

Bem Viver. Injustiça Ambiental. *Homo Economicus*. Ressignificação. Autoafirmação. Paradigma ecológico.

2.3 Políticas Públicas, Democracia e Contrastes

Cooptação do Estado. Mercado. Consenso de Washington. Sequestro da Democracia. Igualdade. Despolitização.

3. JUSTIÇA AMBIENTAL: COMPLEXIDADE E SOCIOBIODIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

Consumismo. Violência. Papel do Estado. Dimensão Ambiental. Sustentabilidade e meio ambiente. Democracia ambiental. Nexos Colonial. Projeto de Sociedade. Crise Ambiental. Modelo de Produção Industrial. *Abya Yala*.

3. 1 Justiça Ambiental na América Latina: explorando realidades no Brasil e no Chile

Governos subservientes. Limitações à sustentabilidade. Reprodução modelo industrial. Centro-Periferia. Economicismo como valor dominante. Modernização. Yanomamis. Davi Kopenawa. Barrick-Gold. Conflitos socioambientais. Huascoatinos. Fundamentalismo de mercado. Informe Desiguales.

3. 2 Sociobiodiversidade, conflitos socioambientais e suas implicações

Concentração de terras. British Petroleum. DeepWater Horizon. Direitos originários. Eldorado particular. Wapixana. Agenda neoliberal. Tragédia de Mariana. Samarco BHP Billiton. Financeirização da vida. *Commodities*.

3. 3 Sustentabilidade e interdisciplinaridade: contribuição de uma ciência pública

Visão Holística. Colapso civilizacional. Crise civilizatória. Ciência tradicional. linearidade da ciência. *input/outputs*. China. Engodo desenvolvimento sustentável. Ciência ocidental.

4. GLOBALIZAÇÃO E SUAS ASSIMETRIAS

Razão instrumental e técnica. Projeto modernidade. Panorama latinoamericano. Cosmopolitismo subalterno. ativos intangíveis. desenvolvimento humano sustentado. deus mercado. cultura de massas. ecologia de saberes. Racionalidade ambiental. Políticas Públicas Ambientais. Passivo e commodities ambientais. Petróleo Yasuní. Dilema modernidade.

Consenso de Washington. Receituário FMI. Davos. Relações Internacionais desiguais.

4. 1 Desenvolvimento local e regional: contrastes

Questão desenvolvimentista. *modus operandi*. Principais Exportações. Modelo hegemônico. Balança comercial favorável. Corporações. PIB. Colonialidade. Políticas mercantilistas. Novo imperialismo. Patrimonialismo.

4. 2 Neoliberalismo, paradoxos do capital

Relações de poder. Reificação do espaço. Curva Gatsby. Paradoxos capital. Cooptação ilegal. Crescimento da Desigualdade. Estado Neoliberal. Liberdade do mercado. Democracia corrompida.

4. 3 Para além dos recursos naturais: o papel da América Latina no processo de globalização

Dialética processo de globalização. Padrão dominante de crescimento. Fenômenos climáticos extremos. Ordem econômica sustentável. Dicotomias Norte-Sul. Multifuncionalidade do território. Neocolonialismo. Endividamento governo. Reprimarização da economia. Países agroexportadores. Geopolítica e rapinagem. Pós-desenvolvimento.

1.1 QUESTÕES NORTEADORAS

Sendo a América Latina tão abrangente e diversa, é possível haver especificidades dentro do continente que tornem cada país singular. Mesmo com as assimetrias regionais e locais, América Central, Caribe e América do Sul compartilham elementos simbólicos entre si, dentre eles: colonialismo, escravidão, dependência externa, desigualdade socioeconômica e externalidades socioambientais, conflitos e injustiças.

Partindo da premissa de que o a globalização e o sistema econômico em curso tendem a uniformizar, homogeneizar e padronificar a diversidade cultural, será que a problematização da gestão territorial e a governança das dimensões ambiental, cultural e reforma do pensamento humano podem implicar numa resistência e identidade?

Devido à práxis neoliberal e a ideologia do polo dominante, ou seja, o Norte Global tende a envolver os países periféricos na sua esfera de poder e influência visando a manutenção de sua geopolítica baseada na divisão internacional do trabalho. O que converge para uma pretensa posição de vanguarda, todavia, agrava os problemas internos dos países latinoamericanos e retroalimenta o subdesenvolvimento.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Desconstruir a retórica dominante questionando a racionalidade econômica

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aprofundar o conhecimento teórico-científico acerca do Desenvolvimento Latinoamericano
- Discutir o modelo hegemônico ocidental de civilização, seus paradoxos e reflexos no território latinoamericano
- Examinar a (in)falibilidade do neoliberalismo na era da globalização

1.3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A proposta de trabalho vincula-se a uma perspectiva teórica e qualitativa, com análise de dados secundários- a exemplo de índice de GINI, concentração de terra e de renda, principais produtos exportados, e outros

extraídos de relatórios da CEPAL, OEA, OCDE, Credit Suisse, BID, BIRD, IPEA, IBGE, FLACSO, e outros. Com uso de fonte e revisão bibliográfica para temas sobre desenvolvimento humano no Sul, globalização e suas assimetrias, processos de desenvolvimento e consequente impactos nas variáveis social, política, cultural, econômica e ambiental na América Latina.

Devido à complexidade do tema, foi realizada uma pesquisa teórico-qualitativa, pois a mesma possibilita investigar de maneira interdisciplinar a problemática que envolve a uso dos recursos naturais latinoamericanos, a desigualdade na América Latina, a prática neoliberal e o discurso desenvolvimentista com a reprimarização da economia sob a égide da globalização. Assim, o procedimento metodológico analisa vasto material bibliográfico, tais como, livros, relatórios, documentos de organismos internacionais e periódicos para tentar compreender as relações e impactos do objeto de pesquisa. Dentre os principais autores estão Acseirad, Altvater, Bauman, Beck, Bourdieu, Canclini, Fiori, Floriani, Giddens, Harvey, Hobsbawn, Piketty, Darcy Ribeiro, Milton Santos e Boaventura S. Santos, Sloterdijk e Zizek.

Ademais, utilizou-se a comparação entre os termos teóricos e empíricos como recurso para avaliar os de maior impacto e importância que possam responder aos anseios desta tese mediante busca dos termos desenvolvimento, ideologia, neoliberalismo, crise, sustentabilidade, América Latina, meio ambiente, contradições e crise. A analogia entre as palavras-chave dos materiais analisados demonstra quais são os mais pertinentes que, empiricamente e teoricamente, investigam a globalização, o uso de recursos naturais, o neoliberalismo e suas interfaces com a América Latina. Desse modo, a produção científica, a dispersão e alcance, distribuição e reconhecimento da temática pelos pares na academia asseguram maior credibilidade a esta tese e suas proposições (ARAÚJO, 2006).

A metodologia teórico-qualitativa permitiu a feitura desta tese, pois foi realizado um manejo das temáticas que a envolvem para validação dos resultados encontrados, interpretados. Após uma triagem analítica e comparativa entre o conteúdo delimitado (SciELO, Scopus, USP, IEA, Google, FGV, Banco Mundial, ONU, OXFAM, CLACSO, dentre outros). Além disso,

possibilitou um tratamento das informações e dados encontrados nos materiais analisados.

Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance. (DENZIN *et al*, 2006, p. 17). Essa compreensão do mundo é viabilizada por estudos comparativos, análise histórica de um dado concreto, cruzamento de índices e sua perspectiva na realidade social, adentrando nos meandros da macroestrutura do capital e da complexidade que reverberam sobre os países periféricos no século XXI.

Para melhor acepção da pesquisa qualitativa, sua importância para interdisciplinaridade e apreensão da complexidade, conceitua-se a seguir a adiante que:

A pesquisa qualitativa é, em si mesma, um campo de investigação. Ela atravessa disciplinas, campos e temas. Em torno do termo *pesquisa qualitativa*, encontra-se uma família interligada e complexa de termos, conceitos e suposições. Entre eles, estão as tradições associadas ao fundacionalismo, ao positivismo, ao pós-fundacionalismo, ao pós-positivismo, ao pós-estruturalismo e às diversas perspectivas e/ou métodos de pesquisa qualitativa relacionados aos estudos culturais e interpretativos. (DENZIN *et al*, 2006, p.16).

O pesquisador qualitativo que trabalha com ampla gama de recursos para analisar e compreender esta temática emergente, nesta tese, AMÉRICA LATINA: RECURSOS NATURAIS E SUBDESENVOLVIMENTO; JUSTIÇA AMBIENTAL: COMPLEXIDADE E SOCIOBIODIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA; GLOBALIZAÇÃO E SUAS ASSIMETRIAS, evidenciando as possíveis causas, origens e consequências dessa problemática e questionando sua materialidade de maneira holística. Consoante uso da pesquisa qualitativa, a argumentação teórica é desenvolvida pelo procedimento bibliográfico, no qual, conforme vislumbrado pelo pesquisador dá ênfase interpretativa aos conceitos aqui dispostos e reflete sistematicamente sua escrita.

A pesquisa qualitativa ocorre e pode ser, de modo flexível, ajustada ou encontra em, mediante interpretação dos procedimentos qualitativos encontrados em Creswell (2007): cenário natural, métodos múltiplos e

humanísticos, emergente, interpretativo, holisticamente, pensamento complexo, refletividade.

Por fim, a pesquisa qualitativa conduziu o trabalho para os seguintes resultados: acirramento da disputa por recursos naturais; aprofundamento das desigualdades internas e externas, ou seja, dentro dos países Latinoamericanos, entre as classes sociais, e entre os países subdesenvolvidos e os países desenvolvidos do Norte Global; aumento de conflitos ambientais; ruptura do padrão dólar-petróleo, para outros devido à escassez e transição energética; convergindo para a análise, exame e desconstrução do paradigma moderno.

Consequentemente, possibilitou realizar uma revisão bibliográfica exploratória que analisou os consequentes impactos nas variáveis social, política, cultural, econômica e ambiental na América Latina e trouxe como contribuição o alargamento das Ciências Ambientais, mais propriamente, a linha de pesquisa Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente, e seu campo de atuação em interface com as demais ciências humanas e sociais aplicadas.

1.4 JUSTIFICATIVA

A relevância desta pesquisa deve-se, dentre outros elementos, a contribuição para as Ciências Ambientais, expandindo o conhecimento sobre a temática latinoamericana e suas nuances com sociedade, desenvolvimento e meio ambiente. Nesse diapasão, a pesquisa demonstra os efeitos do passado colonial, do histórico de escravidão e genocídio indígena e suas implicações no presente, questiona a retórica neoliberal e as falhas do modelo desenvolvimentista. Não obstante, é pertinente elencar as contradições do neoliberalismo, os paradoxos do desenvolvimento e a interferência do uso indiscriminado dos recursos naturais e a consequente crise civilizatória.

Neste sentido, as consequências das mudanças histórica e espacial estão se intensificando e produzindo resultados drásticos nos ecossistemas terrestres, no corpo social. É fundamental tentar se acerrar as causas, origens e resultantes desse processo civilizatório e apontar caminhos alternativos para a crise sistêmico-civilizatória da contemporaneidade.

O discurso hegemônico que impera na América Latina é o da primazia da dimensão econômica sobreposta a qualquer outra variável social, cultural, histórica, política ou ambiental¹. Essa disfuncionalidade atinge a soberania nacional e busca um simulacro para "legitimar" as ações perpetradas pelos governos nacionais latino-americanos, em parceria com grandes corporações. O anacronismo do discurso oficial e suas reais intenções corroboram a manutenção do *status quo* dos países latinoamericanos como países agroexportadores, sem democracia sólida, desprovido de soberania e vulnerável ao neoliberalismo.

Nessa toada, a globalização² dos mercados e a massificação cultural trabalham em conjunto para dinamitar qualquer projeto de autonomia intelectual e criativa dos países que constituem a América Latina:

Não é segredo que, na internet e no telefone, todas as rotas que entram e saem da América Latina passam pelos EUA. A infraestrutura da internet dirige 99% do tráfego que entra e que sai da América do Sul por linhas de fibras óticas que atravessam fisicamente fronteiras dos EUA. O governo dos EUA não mostrou qualquer escrúpulo quanto a quebrar sua própria lei e plantar escutas clandestinas nessas linhas e espionar os seus próprios cidadãos. Todos os dias, centenas de milhões de mensagens de todo o continente latino-americano são devoradas por agências de espionagem dos EUA e armazenadas para sempre em armazéns do tamanho de pequenas cidades. Os fatos geográficos sobre a infraestrutura da Internet, portanto, têm consequências sobre a independência e a soberania da América Latina (ASSANGE, 2013).

Essa usurpação por parte dos Estados Unidos da América, de grandes corporações internacionais e do mercado financeiro direcionam os elementos

¹ O discurso da globalização aparece, assim, como um olhar voraz, mais do que como uma visão holística. Em vez de aglutinar a integridade da natureza e da cultura, engole, para globalizar racionalmente o planeta e o mundo. Esta operação simbólica submete todas as ordens ontológicas do real e todas as formas do ser aos ditames de uma racionalidade globalizante. Deste modo, prepara as condições ideológicas para a capitalização da natureza e para a redução do ambiente à razão econômica. As estratégias fatais deste discurso globalizante resultam do seu pecado capital: a sua gula infinita e incontrolável por todo o real (LEFF, 2009, p.239).

² A globalização do industrialismo e do progresso tecnológico reorganiza a produção, altera as relações sociais e as relações com o ambiente físico e natural. Estas transformações, provocadas pelo desenvolvimento tecnológico, intensificam-se principalmente a partir do século XIX quando a ciência, por interesse da indústria, coloca-se a serviço da técnica (BRADENBURG, 1996, p.50).

do capital para manter a dependência tecnológica brasileira³. Não obstante, o discurso colonizador reproduz há mais de quinhentos anos os procedimentos ideológicos que geram exclusão social:

Acontece que o Brasil está na periferia do sistema econômico mundial, na condição de exportador de bens primários, e isso determina os limites de sua soberania política. Hoje esse sistema vê chegar ao final mais um ciclo de acumulação do capital (OLIVEIRA, 2016).

O *establishment* ratificado pelo mercado interno e externo entoa o coro da ideologia neoliberal de que, dentro da configuração de mero exportador de mercadoria barata, mão de obra desqualificada, paraíso para os especuladores internacionais e bancos, destitui o país do seu enorme potencial humano e da sua biodiversidade. No entanto, o engodo vendido pela modernidade e promulgado como sinônimo de felicidade e bem estar social está se esvaindo:

O *progresso* como discurso dominante das elites globais parece ter perdido o seu rumo. O saber científico conjugou-se à técnica, e combinados – a serviço de um sistema capitalista hegemônico – não cessam de surpreender e revolucionar o estilo de vida humano. Mas esse modelo vencedor exhibe fissuras e fraturas; percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser muito perversos. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de *progresso*; mas esse *progresso*, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento (DUPAS, 2012, p.1).

No mesmo sentido, o esfacelamento do modelo neoliberal⁴ implantado à força na América Latina em conluio com empresários nacionais, políticos e alguns intelectuais demonstra sinais de fissuras:

³ O país que, por sua dimensão demográfica, econômica e territorial deveria logicamente ser um candidato a participar de qualquer concerto entre as principais potências do mundo, o Brasil. No entanto, fora de suas fronteiras, o país ainda é raramente considerado uma potência (ANDERSON, 2013).

⁴ No mesmo sentido, Zygmunt Bauman adverte que o capitalismo se reinventa e seduz, desperta desejo e consumismo e mercantiliza as relações sociais e tudo que possa ter valor e ser tomado como mercadoria, serviço ou produto. O mundo na era da globalização não é mais sólido, se tornou líquido e toma a forma que achar mais produtora e for conveniente. Nesse mote, a mobilidade social vem consubstanciada como a robustez do capitalismo, num ano em que ocorreram migrações em massa de países africanos para Europa e de países pobres da Ásia para os Tigres Asiáticos e para economias em expansão. Um chamariz desse glamour da urbanização é medido pela desigualdade socioeconômica, inerente ao sistema. Afinal, para existir bilionários e milionários têm que haver muitos na miséria e exclusão (BAUMAN, 1998).

O neoliberalismo, também conhecido como o fundamentalismo de mercado ou economia *laissez-faire*, pretende libertar o mercado de interferência política. O estado, afirma, deve fazer pouco, mas defender o *status-quo*, proteger a propriedade privada e eliminar os obstáculos aos negócios. O que os teóricos neoliberais chamam encolher o estado mais parece com o encolhimento da democracia: a redução dos meios pelos quais os cidadãos podem restringir o poder da elite. O que eles chamam de "mercado" parece mais com os interesses das empresas e dos ultrarricos. O neoliberalismo parece ser pouco mais do que uma justificativa para a plutocracia (MONBIOT, 2012).

O desaparecimento do Estado⁵, as privatizações e a extrema concentração de renda estão erodindo os direitos positivados na Constituição Federal brasileira de 1988:

O Estado Democrático representa a vontade constitucional de realização do Estado Social, que encontra no Direito a possibilidade de transformação da sociedade, impulsionando o progresso, garantindo as liberdades e igualdades. É, pois, o Estado Democrático de Direito, um dos conceitos políticos fundamentais do mundo moderno, resultante do processo histórico de relacionamento entre o sistema político e a sociedade civil (KOTLINSKI; GIULIANIS, 2012, p. 11).

Num diálogo com o passado, vê-se que um país colonial, monocultor, exportador de minérios e produtos agroflorestais tem condensado suas atividades de maneira similar ao longo de quinhentos anos. É colossal analisar o papel exercido pelo Brasil no contexto mundial. Ciclo após ciclo de riqueza, os problemas conjunturais se perpetuam, acentuando as diferenças sociais, econômicas, geográficas e dificultando uma verdadeira inserção no cenário global em assuntos estratégicos.

A governança dos recursos naturais e a gestão do território por parte dos países pobres e subdesenvolvidos é incipiente diante do quadro de extração e superexploração de seus trabalhadores. O lugar da América Latina num

⁵ A privatização dos programas de bem-estar social é uma das estratégias mais defendidas na presente crise do *welfare state*. De fato, ela é promovida por duas razões distintas: a primeira com o objetivo de diminuir o gasto público e de estimular a independência; a segunda, visando responder às demandas mais diferenciadas e individualistas da sociedade "pós-industrial". Na prática houve, contudo, muito poucas reformas substanciais desse tipo. Apesar disso, um processo "silencioso" de privatização pode estar a caminho em muitos países, causado principalmente pela erosão gradual dos níveis dos benefícios ou dos serviços (ESPING-ANDERSEN, 1995, p.106).

sistema econômico que a mantém como periferia, reduzindo sua democracia, a soberania de seus povos e diminuindo o relevo do Estado. Em tempo, Estado este que se distancia da Demokratia grega em sua materialização, ideais e busca pelo interesse público e coletivo. Nessa esteira, o próprio Estado facilita num estilo predatório e maniqueísta que impõe políticas de austeridade, prioriza o capital e os credores, provocando um exponencial aumento da pobreza, da desigualdade, da exploração e a marginalização:

A dissolução da natureza inteira em uma aglomeração de recursos naturais individuais e depois a aplicação de um conjunto de instrumentos analíticos, apoiados no individualismo metodológico para assim guiar racionalmente o manejo dos recursos é alheio ao conceito marxista de economia ecológica. A principal e fundamental razão é o conceito muito diferente de socialização (*vergesellschaftung*). Os indivíduos atomísticos, chamados *homines oeconomici* que operam fora do tempo e do espaço e, por fim, em um mundo não natural de individualismo racional, são uma construção idealista sem relevância social. Sua construção é um resultado do “individualismo metodológico” da economia moderna. Em troca, os indivíduos sociais encontram-se inseridos em um sistema social histórico e dependem da natureza e suas fronteiras. Por fim, a racionalidade só pode ser uma racionalidade restringida pelo social, e a perspectiva é a totalidade sociedade-homem-natureza. As categorias básicas da crítica marxista da economia política com respeito à relação da sociedade com a natureza estão orientadas para a compreensão do metabolismo, isto é, das transformações da matéria e da energia, o papel crucial das necessidades humanas, o caráter dual do trabalho e da produção, a dinâmica das crises econômicas e sociais, a valorização do capital, a acumulação e expansão (globalização), a entropia e a irreversibilidade (ALTVATER, 2007, p. 362).

Enquanto perdura um certo monopólio dos países do Norte, suas transnacionais e sistema financeiro lucram exacerbadamente com transações escusas, subestimadas, repercutindo em subdesenvolvimento e injustiça socioambiental. A sobreposição dos países ricos e pobres, sua relação entre norte-sul, exploradores e consumidores *versus* produtores e fornecedores, permite uma trama em que bilionários e milionários oriundos de países distantes amealhem a riqueza extraída dos países em desenvolvimento. Entrementes, esses ricos dos países desenvolvidos estão em parceria com os governos e empresários locais, as elites dominantes dos países servis que remetem ao exterior maciça parte dos lucros e dividendos das riquezas nacionais:

Mas esse capitalismo hoje em dia não é um sistema que se pode aceitar, sem dúvida nenhuma, porque produz crises econômicas, o desemprego. Uma das propriedades do capitalismo moderno, os *cambiamientos*⁶ no mundo de trabalho não só por causa do desemprego, mas por causa da informalização do trabalho e a precarização do trabalho, não só nos países do chamado Terceiro Mundo (na África ou América Latina, na Ásia), mas também na Europa ou América Setentrional, nos Estados Unidos, como no Canadá, temos os sintomas de informalização muito articuladamente. Então, esse capitalismo também conhece guerras sobre recursos naturais, sobre energias fósseis; conhece grandes conflitos nos mercados mundiais e subdesenvolvimento, uma crescente contraditoriedade entre riqueza de um lado e pobreza do outro lado. Há miséria, indigência em todo o mundo, não somente nos países pobres. Esta contradição entre pobreza e riqueza não é só um fenômeno nos países menos desenvolvidos, mas sempre mais também nos países altamente desenvolvidos, como na Europa e nos Estados Unidos. Então, esse capitalismo não é um sistema que se pode imaginar como um sistema eterno, um sistema pacífico, estando sim nos grandes conflitos sociais (ALTVATER, 2006, p. 2-3).

Nessa toada, as contradições apontadas pelo autor acima tornam nítido que os próprios dilemas e contradições do capitalismo ensejam guerras, conflitos, desemprego, não podendo imaginá-lo como sistema eterno. Essa descontinuidade simbólica, temporal e no espaço geográfico alimenta a crise⁷ hodierna devido ao problema inerente do capital em se apropriar, destruir, acumular, descartar na aceleração para sua reprodução. Assim, uma sucessão de fatores da crise, seus sinais de apogeu e declínio seguem-se a uma reestruturação das finanças, da economia e surgimento de novos bilionários em detrimento de esmagadora maioria da população, conforme dados enunciados nos gráficos desta tese. O fim de uma era, tal como a Belle Époque, na França, o ápice britânico, depois o americano, deverá suceder um colapso. Visando a não perder seu poderio econômico-militar, os Estados

⁶ Outro é o cambiamiento, a transformação do dinheiro, que existe desde 5, 6, 7, 10 mil anos em formas rudimentares, em capital. Isso significa a produção da mais-valia que o dinheiro requer através da reorganização do processo de produção devido às energias fósseis e as novas tecnologias. A forma social do capitalismo cresceu, emergiu, e com ela também a contradição entre trabalho e capital (ALTVATER, 2006, p. 4).

⁷ Tudo confirma a ideia de que este mundo se unifica apenas tecnicamente, economicamente, mas não se unifica política, cultural e humanamente. Portanto, temos este mundo em explosão. E o que significa o termo "crise"? Uma crise significa perigo e oportunidade. Pode provocar desintegrações e até mesmo regressões. Mas, uma crise também pode levar a novas soluções. Quando um sistema não pode mais tratar de seus problemas vitais, o que acontece? Ou o sistema se desintegra ou dá origem em si a outro sistema mais rico, capaz de tratar de suas questões fundamentais (MORIN, 2013).

Unidos lançam mão de todos os artifícios possíveis em nome da hegemonia econômico-militar, num mundo já não mais unipolar:

O poder e o privilégio oligárquicos da classe capitalista estão conduzindo o mundo todo a uma mesma direção. O poder político, sustentado por uma vigilância, um policiamento e uma violência militarizada que só fazem se intensificar, está sendo usado para atacar o bem-estar de populações consideradas substituíveis e descartáveis. Testemunhamos diariamente a desumanização sistemática de pessoas descartáveis. Hoje, o poder implacável da oligarquia é exercido através de uma democracia totalitária que se dedica a perturbar, fragmentar e suprimir imediatamente qualquer movimento político coerente contra a riqueza (como o "Occupy") (HARVEY, 2016).

No mesmo sentido, a decadência do eterno modelo capitalista engendra novas alternativas e pode abrir brechas para outro mundo⁸. A (in)subordinação da América aponta as dissonâncias do sistema capitalista e reafirma que existe um esgotamento deste. A insustentabilidade⁹ da dimensão socioambiental no presente e, principalmente, em longo prazo demonstra a ruína do modelo econômico vigente, pautado exclusivamente em lucros para os investidores e para o capital especulativo. Diante do paradigma envolvendo os meios necessários para alcançar um Produto Interno Bruto valoroso, tem-se aniquilado as bases para um real desenvolvimento humano local sob o ponto de vista neoliberal do utilitarismo de mercados e insumos:

⁸ A ecologia, por exemplo, nunca é a "ecologia como tal", mas está sempre encadeada numa série específica de equivalências: pode ser conservadora (defendendo o retorno a comunidades rurais equilibradas e estilos tradicionais de vida), estatal (só uma regulamentação estatal forte é capaz de nos salvar da catástrofe iminente), socialista (a causa primordial dos problemas ecológicos reside na exploração capitalista dos recursos naturais, voltada para o lucro), liberal-capitalista (os danos ambientais devem ser incluídos no preço do produto, deixando-se ao mercado a tarefa de regular o equilíbrio ecológico), feminista (a exploração da natureza segue a atitude masculina de dominação), autogestora anarquista (a humanidade só poderá sobreviver se se reorganizar em pequenas comunidades autônomas que vivam em equilíbrio com a natureza), e assim por diante. A questão, é claro, é que nenhum desses encadeamentos é "verdadeiro" em si, inscrito na própria natureza da problemática ecológica: qual desses discursos terá êxito em se "apropriar" da ideologia depende da luta pela hegemonia discursiva, cujo desfecho não é garantido por nenhuma necessidade subjacente ou "aliança natural" (ZIZEK, 1996, p.17-18).

⁹ Um sistema socioeconômico é sustentável se e somente se: (1) a atividade econômica puder se desenvolver de modo socialmente satisfatório sem destruir a biodiversidade e sem alterar as coordenadas ambientais do planeta numa velocidade superior à sua capacidade de adaptação; (2) a atividade econômica for capaz de "satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias". Numa palavra, para o documento encabeçado por Brundtland, um sistema socioeconômico só é sustentável se puder compatibilizar o humano e a imensa diversidade do não humano, o que equivale a dizer: compatibilizar o homem de hoje e o de amanhã (MARQUES, 2014).

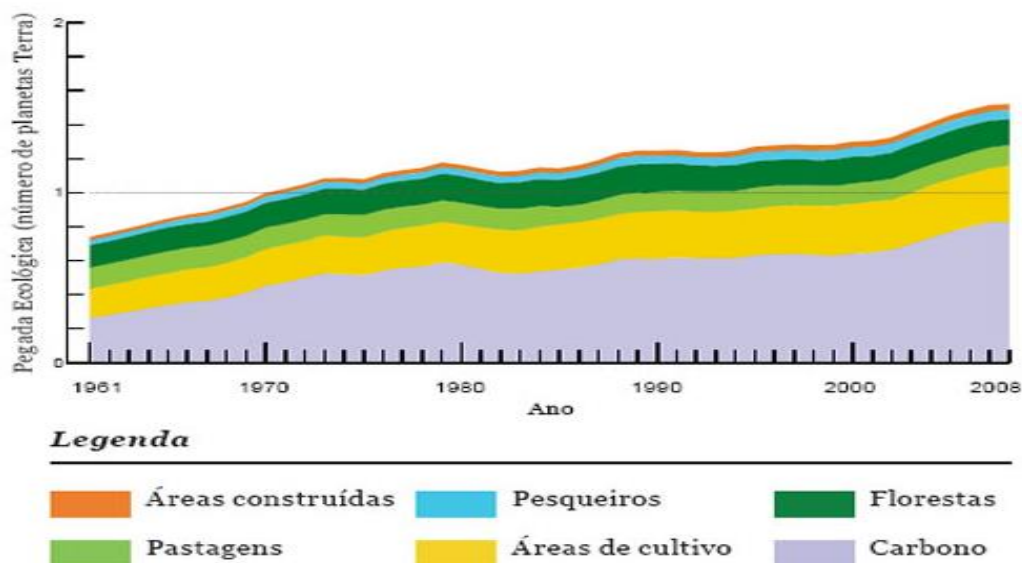
O crescimento no espaço significa expansão; e ambos aspectos são responsáveis pela criação de uma cadeia global de valorização e de valores. Isso é bem conhecido na sociologia de trabalho, mas sem essas energias fósseis juntamente com a forma capitalista, novas tecnologias, isso não aconteceria. Mas, as cadeias de trabalho, as cadeias de produção de valor e riqueza têm um início e têm um fim. O início tem os *inputs*, as fontes dos recursos naturais, matérias-primas como energia fóssil, e ao fim tem as emissões; emissões em termos líquidos, de gás carbônico, por exemplo, e também as emissões, o lixo que nós encontramos nas praias, em todo o mundo. Então, essas cadeias são abertas e sempre caminham na natureza (ALTVATER, 2006, p. 5).

Para melhor esclarecer a origem do caos atual, chancelado pela economia de mercado à qual estão expostos os países latinoamericanos e suas populações, recaindo na dicotomia do imediatismo em *commodities*, serviços e mão-de-obra baratos versus efeitos ignorados a médio e longo prazos:

O capitalismo é o sistema mais dinâmico do mundo. Por quê? Porque é independente dos recursos, é independente do espaço e independente do tempo, por acelerar todos os processos e é um veículo de expansão em todos os espaços mundiais, não somente expansão territorial em todos os continentes, mas também expansão nas profundidades dos oceanos, dos mares; expansão no mundo dos genes, um nano mundo que também está valorizado pelo capital. Isso é uma grande vantagem do capitalismo. E isso significa também um cambiamento, uma mudança, uma transformação da relação do homem com a natureza (ALTVATER, 2006, p. 4).

Logo, o uso indiscriminado dos recursos naturais por parte dos países ricos e das classes favorecidas dentro dos países em desenvolvimento tem mostrado uma faceta do processo civilizatório ocidental calcado na exploração *ad infinitum* dos recursos naturais e do próprio ser humano. Todavia, o capitalismo praticado em todo o planeta chega no século XXI como um sistema que fracassou devido às externalidades socioambientais, aos prejuízos para as demais espécies, extermínio de seres vivos e a insolúvel resposta para a complexa intervenção antrópica:

Gráfico 1: Pegada Ecológica global por componente, 1961-2008



Fonte: WWF (Global Footprint Network, 2011):

A partir do gráfico é confirmado que a ação humana na Terra se elevou nas últimas décadas, gerando uma pegada ecológica- intervenção antrópica sobre os recursos naturais- de maneira sobrelevada. Houve vertiginoso aumento das áreas construídas, das áreas de cultivo, do uso e exploração de recursos pesqueiros e, consequentemente, com uma economia baseada em combustíveis fósseis, acúmulo de carbono. Nesse sentido, a civilização ocidental se consagrou como a responsável pela Era do Antropoceno, na qual o homem e suas pretensas necessidades, ideais e cultura estão basilados em relações de extração, produção, distribuição, consumo e descarte em larga escala.

Bauman, contemporâneo e expoente na temática das relações humanas desiguais e utilitaristas, das assimetrias entre as nações e do exaurimento da sociedade de massas demonstra a falta de responsabilidade pelas consequências decorrentes das ações humanas. Tendo o meio ambiente como depósito para extração e rejeito dos desejos humanos implicando em:

Surge uma nova assimetria entre a natureza extraterritorial do poder e a contínua territorialidade da “vida como um todo” — assimetria que o poder agora desarraigado, capaz de se mudar de repente ou sem aviso, é livre para explorar e abandonar às conseqüências dessa exploração. Livrar-se da responsabilidade pelas conseqüências é o ganho mais cobiçado e ansiado que a nova mobilidade propicia ao capital sem amarras locais, que flutua livremente (BAUMAN, 1999, p.15-16)

Mas a complexidade ambiental não é apenas um exercício especulativo sobre o mundo; ela é pró-ativa e depende de uma pedagogia autocrítica que tenta negociar com a incerteza e com os saberes desvalorizados e dominados. Assim, o mundo não é qualquer coisa de relativo. Uma nova racionalidade ambiental deve estar engajada com a vida, comprometer-se com a equidade social e com a emergência de valores que permitam refundar um novo contrato solidário da humanidade consigo e com a natureza¹⁰. Não pode fazer concessão a um relativismo cínico, mas deve estar aberta às utopias (FLORIANI, 2001).

Assim, se faz urgente o rompimento do pensamento e práxis científica, econômica, política e cultural dos meios de produção e do modelo civilizatório com ênfase em transgredir o absolutismo do capital. O alerta é emergente, pois os mais pobres já sofrem e se intensificam os conflitos por recursos básicos que assegurem a sobrevivência humana e das demais espécies: "Desenvolvimento como meio da autopromoção dos povos com respeito à natureza. Erradicando a pobreza e criando alternativas de desenvolvimento de base local, participativa e descentralizada" (LEFF, 2001):

Enquanto que o capitalismo global é feito de redes eletrônicas onde ocorrem fluxos financeiros e de informação, o projeto ecológico trata das redes ecológicas de fluxos energéticos e materiais. O objetivo da economia global é de elevar ao máximo a sustentabilidade da teia da vida (CAPRA, 2002, p. 268)

Assim, essa transição de uma racionalidade econômica para uma racionalidade ambiental, com primazia pela vida, pela afirmação da autonomia, da autossuficiência dos povos, da soberania das nações em desenvolvimento é a ponte para um futuro sustentável. Por fim, refletir acerca dos problemas e questões fundamentais inerentes ao capital, suas possíveis reverberações e alternativas viáveis remontam à responsabilidade individual, estatal e da

¹⁰ Certamente os maiores obstáculos na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento fundada nos princípios de racionalidade ambiental e produtividade ecotecnológica surgem das inércias teóricas, dos obstáculos epistemológicos e da rigidez institucional, assim como dos interesses políticos e econômicos que sustentam e se beneficiam da racionalidade produtiva prevalente, e não de uma falta de suportes materiais provenientes das leis e princípios da natureza. Contudo, ainda que derrubados tais obstáculos, a consolidação desta racionalidade deve passar por um período de transição, que estará sujeito às condições históricas de sua construção, execução e legitimação (LEFF, 2009, p.169).

iniciativa privada. Hannah Arendt ressalta três níveis de responsabilidade: a responsabilidade de escolher a si mesmo, responsabilidade de julgar e eleger exemplos, e responsabilidade para com a durabilidade do mundo por meio de um agir consistente (ARENDT, 2004):

Neste sentido, o conceito de ambiente se defronta com as estratégias fatais da globalização. O princípio de sustentabilidade surge como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano. Trata-se da reapropriação da natureza e da reinvenção do mundo; não só de "um mundo no qual caibam muitos mundos", mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômico-ecológica globalizada (LEFF, 2011, p.31).

Nesse diapasão, o ato de criação e dar condições para fixação e vivência de uma nova era onde a integração, a colaboração, o respeito, a internalização dos custos socioambientais, a prática da ecologia política e a justiça social são pré requisitos de um mundo multicultural, de uma América Latina íntegra, soberana e independente na ciência, na economia e um esforço conjunto do cuidado com o outro.

A fenomenologia arendtiana de “ser-do-mundo” e não meramente “estar-no-mundo” visa a uma nova simbologia cultural que leve em conta também uma forma pública de vida. De modo que, ao final, uma parcela considerável da nossa satisfação seria fruto do compromisso com a comunidade na qual vivemos, por meio do reconhecimento da superioridade do cuidado com o mundo e com o bem-estar coletivo sob os caprichos e interesses individuais (ARENDT, 2004).

Partindo dessa premissa, um sujeito dotado e conhecedor de suas potencialidades pode compor uma sociedade detentora de criticidade e participação ativa nas decisões políticas. Com isso, cidadãos capacitados e envolvidos com temas pertinentes às suas vidas em coletividade tendem a estabelecer um Estado sólido em matéria de constituição dos seus direitos e deveres. O reconhecimento da latinoamericanidade, seu vasto patrimônio natural e humano percorrem a via do desenvolvimento plural e inclusivo, respeitando as diferenças, as singularidades e alçando a criatividade de cada ente em sua dimensão integral.

2. AMÉRICA LATINA: RECURSOS NATURAIS E SUBDESENVOLVIMENTO

Processo colonizador, histórico colonial. Questão indígena. Globalização. Desigualdade. Políticas Públicas. Racionalidade instrumental. Desenvolvimento humano. Ecologia política.

Há tempos a América Latina precisa de outras alternativas de desenvolvimento que fujam da mera expectativa dos mercados e não recaia no modelo hegemônico euroamericano de uma civilização pautada pelo lucro em detrimento do bem viver. O uso indiscriminado dos recursos naturais latinoamericanos prometeu o progresso e o desenvolvimento, entretanto não se materializou para a maioria. Mais de quinhentos anos se passaram e desde a colonização de exploração os ciclos econômicos foram se alternando e perpetuando as desigualdades, aumentando a expoliação do patrimônio ambiental e também a degradação humana:

A progressiva aniquilação, depois de três séculos, das populações indígenas como tais e a degeneração de seu sistema social original haviam conduzido seus descendentes à miscigenação e à condição de miséria em um mundo totalmente dominado pela fúria selvagem dos exploradores poderosos da ainda nova terra. Também os negros escravos já haviam atingido o ápice de sua miséria; sua progressiva “libertação” não significava mais do que o atestar de sua progressiva inutilidade em um modelo econômico obsoleto que, já com os dias contados, se preparava para ceder lugar a um sistema mais moderno, um embrião capitalista, no qual não haveria mais lugar para escravos, e sim para proletários. (SOUZA, 2015, p. 91).

As colônias americanas foram descobertas, conquistadas e colonizadas dentro do processo de expansão do capital comercial sob o auspício das coroas ibéricas e nutridas por burgueses que tinham claramente a intenção não de povoar e construir família¹¹, mas de explorar quaisquer coisa possível e se livrar dos indesejados à época. A Europa estendia seus braços para alcançar o

¹¹ Os conquistadores não eram colonos, como o foram as famílias inglesas e francesas que se instalaram na Nova Inglaterra e na Nova França no século XVII. Suas expedições eram empreendimentos privados, e o projeto não era o de cultivar a terra, mas o de viver à custa de lavradores indígenas. O renome, o prestígio e, claro, a riqueza constituíam as motivações desses homens de armas. Mas os aventureiros que haviam possibilitado a presença ibérica no Novo Mundo foram bem depressa afastados ou controlados pela Coroa, a qual impôs uma ordem administrativa e religiosa que se manteve até o início do século XIX. Ou seja, as expedições de conquista representam apenas um dos aspectos de um fenômeno mais complexo, e que é irredutível às pilhagens dos conquistadores (BERNAND, 2004, p. 156).

mundo inteiro, pois requeria sempre mais especiarias, madeira, tecidos e minério. Embora Espanha e Portugal tenha sido os responsáveis pela colonização, o ouro e prata se esvaíram pra Holanda e Inglaterra, principalmente. O mercantilismo comercial usou da expropriação dos minérios e madeira, escravidão e utilização forçada da mão-de-obra dos povos primitivos da América. Posteriormente, servindo como indutor do capitalismo países ocidentais europeus durante a Revolução Industrial. À rapinagem dos tesouros acumulados sucedeu a exploração sistemática, no desmatamento e jazidas, comércio de pessoas escravizadas, arrancadas da África pelos traficantes (GALEANO, 1982).

Após o período do capitalismo comercial e expansão comercial via grandes navegações marítimas, surge uma nova globalização. Hoje, a globalização acentuou ambivalências já existentes entre os povos amplificando e ressignificando as relações humanas. Não obstante, dentro das nações e entre elas também houve um exponencial aumento das trocas, comunicação, mas é preciso a compreensão, a valorização da diferença, a humanidade no diverso, a importância do outro tal como ele é. Além disso, fazer ciência para os seres e não para maximização do lucro. Todavia, num mundo neoliberal a dominação, controle e *trade off* negativo continuam em uso (MORIN, 2002, p. 50):

Por tudo que foi exposto, poderia se concluir que a recuperação da teoria desenvolvimentista implica lutar contra a globalização? Não necessariamente. A globalização, em si mesma, não é boa nem má. Sua influência no desenvolvimento de cada país depende da forma em que cada um a ela se insere. A globalização não mudou a natureza do processo de desenvolvimento, que requer que a estrutura produtiva interna participe e difunda os avanços da ciência e da tecnologia, o que vem a se constituir em “acumulação” em sentido amplo. Porém, a inserção de cada país no contexto externo depende de fatores endógenos próprios que podem ser chamados de “densidade nacional”, que permitem que a acumulação se realize, predominantemente, no âmbito interno da nação. Nesse sentido, pode-se dizer que “cada país tem a globalização que merece”. (PEREIRA, 2006, p. 139-140).

Nessa linha de raciocínio, o complexo empreendimento da globalização converge para a manutenção da América Latina como um celeiro de *commodities*, matéria-prima barata, mão-de-obra e consumidores dos produtos industrializados a partir do uso de seus próprios recursos naturais

transformados. Os problemas e questões decorrentes da revolução técnico-científica resistem às respostas apontadas pelos especialistas, quando não se acentuam ou mesmo não possuem alternativas para sua resolução. Esse limbo socioambiental abre precedentes para que os países do Norte, detentores de tecnologia militar e sistemas financeiros robustos, possam realizar experimentos, descartar lixo tóxico, eletrônico e nuclear, além de manter suas indústrias "sujas" nos países do hemisfério Sul:

El conflicto Pascua Lama puede ser observado desde distintos ángulos no excluyentes. En primer lugar, puede ser entendido desde la perspectiva del *poder* en la medida de que constituye un ejemplo de las luchas entre comunidades marginadas y grandes grupos económicos. En segundo lugar, puede ser entendido desde la perspectiva de los *derechos de propiedad* por cuanto hay un régimen institucional que distribuye derechos de propiedad sobre el agua y los recursos mineros, generando asimetrías de acceso a los recursos. En tercer lugar, también se puede analizar como un conflicto entre *saberes y conocimiento*, en la medida que cierta técnica ambiental aparece como legitimada y enfrentada ante formas de cosmovisión local. Por último, el conflicto se puede ver como un enfrentamiento de distintas formas de entender y producir la *naturaleza* (BUSTOS; PRIETO y BARTON, 2015, p. 15).

Como bem resumiu o trecho, há vários ângulos e não são excludentes quando a temática é globalização. Obviamente, quando o Estado é fraco, omissos ou incipientes a esfera pública é ocupada pelo setor privado nacional e internacional e atuam protegidos por direitos de propriedade que estão acima do interesse público, coletivo ou socioambiental:

A realidade do sistema e suas promessas são incompatíveis. Logo, quando os ideais prometidos no capitalismo se anulam, pois inviabilizam o sistema, caso liberdade e igualdade sejam oportunizados a todos. Esses conceitos e valores são reais e objetivos, organicamente gerados pelo próprio sistema de mercado e dialeticamente ligados a ele de maneira indissociável. O sistema é mantido e perpetuado graças à desigualdade, acúmulo, retroalimentando as mazelas sociais de uma esmagadora maioria para incrementar o rendimento e privilégios de poucos (JAMESON, 1996, p. 280).

A crença nas relações entre produção de conteúdo de sentido e de formas de dominação, bem como a ideia de que os diversos processos por meio dos quais tais conteúdos de sentido se produzem e configuram esferas dotadas de uma lógica particular, faz com que o conceito de campo seja tributário, em grande medida, da concepção weberiana da autonomia das esferas sociais (COSTA, 2011, p. 10).

O entendimento desses sistemas simbólicos que vão muito além da dominação econômica, política e social perscruta uma ideologia cultural que, historicamente de maneira salutar, se intitula suprema ao conhecimento e valores próprios dos países latinoamericanos. Nessa ótica, há uma lógica que impõe um tipo único e hegemônico de relação da natureza-sociedade, da própria humanidade consigo mesma e demais espécies, atingindo numa esfera maior, a dimensão ambiental:

A América Latina, em face de sua escassa influência nos destinos da economia mundial, pois constitui-se em um bloco periférico e, portanto, reproduzindo estilos de desenvolvimento emanados dos pólos hegemônicos; deixa transparecer, a partir dos anos 50, as inadequações destas formas exógenas em seu acervo ambiental. Visto que os recursos naturais são bens de capital a serem manejados em um horizonte de longo prazo, os modelos transnacionais causaram impacto na base de recursos latino-americana, a partir do *modus operandi* com prioridade no curto prazo e uma exploração que interpreta estes recursos como bens de consumo (MEDEIROS, 1999, p. 10).

Entender que tais sistemas simbólicos como um supersistema de dominação influenciam a ordem mundial de várias maneiras é fundamental para reconhecer o insucesso do modelo de desenvolvimento adotado nos países latinoamericanos, a consequente perpetuação da dependência, as mazelas sociais e ambientais. Nesse sentido, o acervo ambiental latino é explorado demasiadamente por empresas nacionais e transnacionais que vigoram sob a égide do imperialismo internacional¹².

Os problemas ambientais e sociais estão interligados, o principal afetado pelas mudanças nos ciclos da natureza é o pobre. As camadas desprivilegiadas e minorias são impactadas com a visão distorcida de que o meio ambiente, coletivismo, cooperativas, povos originários, dentre outros são obstáculos a serem removidos em nome do "progresso" e crescimento econômico. A negação da história, da origem e reconhecimento da própria

¹² Entretanto, o marco institucional desta fase evolutiva é a Revolução Francesa, a partir da qual se consolida e se dissemina, em escala mundial, o ideário do capitalismo. Assim, o sistema capitalista passa a reger as atividades de exploração de recursos naturais, a industrialização, os mercados e as relações de comércio, em que as nações melhor preparadas se tornam agente de uma expansão imperialista. Esta expansão ocorre de forma segmentada por meio das antigas e das emergentes potências, as quais visavam manter o controle das fontes de matérias-primas, os mercados privilegiados e o próprio escoamento de seus excedentes, através das economias satélites (MEDEIROS, 1999, p.12).

identidade latinoamericana permitem a continuidade do esbulho do patrimônio genético, da biodiversidade e cultura. Para melhor entendimento sobre o resultado do escambo e falta de políticas públicas de cunho socioambiental, leia-se:

Com isso, entende-se que as políticas públicas são uma construção social e as relações no campo criam instituições que são inseparáveis da dinâmica de delimitação das políticas públicas ambientais traçadas pelos grupos, com poderes e interesses desiguais. Como campo, ele possui regras próprias decorrentes de lutas que delimitam o campo de ação e as regras de decisão (de entrada, votação, hierarquia, composição, entre outros) que permitem as relações entre eles mesmos. Pode-se apontar também que os atores/organizações pertencentes ao campo ambiental, por terem conhecimentos e poderes desiguais, possuem diferentes concepções sobre o papel que o meio ambiente possui no desenvolvimento local e lutam permanentemente pela predominância de sua visão, quer dizer, do que estará na agenda governamental como problema ambiental (GODOY, 2011, p. 123).

Isso reforça as disparidades internas entre dirigentes políticos e classe empresarial, somados aos ditames internacionais que frisam a locomotiva do crescimento econômico em detrimento da seara humana, ambiental e sustentabilidade a longo prazo dessas políticas anacrônicas. Todavia, com o advento da nova consciência latinoamericana alguns paradigmas têm sido derrubados e novas fronteiras de pensamento e diálogo surgem:

Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América, expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdseemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, adotada pelas elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus, no bojo do processo de independência. Muito embora os diferentes povos originários que habitavam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama –, a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada por esses povos, objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 26).

Sendo assim, é preciso descolonizar os países latinos, desenvolvendo o potencial de suas populações, abrangendo a ampla diversidade cultural. Nesse processo de construção político-identitário, romper com a epistemologia eurocêntrica é primordial para construir um futuro mais adequado e coerente com as reais necessidades e aspirações dos povos latinoamericanos:

A cidadania ecológica exigiria algumas mudanças fundamentais nas sociedades modernas. Talvez a mudança mais radical fosse nas próprias pessoas, pois a cidadania ecológica exige uma transformação da experiência humana da natureza e do *self* como duas coisas intimamente interdependentes. Da mesma forma que as pessoas tiveram que começar a se perceber como cidadãos com direitos para que a cidadania política se tornasse realidade, é improvável que a cidadania ecológica se desenvolva, a menos que as identidades das pessoas também incluam a experiência de ter *selves* ecológicos. (GIDDENS, 2012, p. 152).

A transformação do interior humano é que possibilitará o exercício da cidadania, tal cidadania para ser completa tem que envolver a dinâmica ecológica, pois o homem, também, é natureza. A crença da colonização se desmorona conforme há uma profunda conscientização em curso que a história e sociedade tomaram mediante o uso da ciência, técnicas e instrumentos do invasor:

Sumidos en un curso de desarrollo irrefrenable, la entropía destructora del capital, las sinergias que despierta y su tipo de metabolismo, generan profundos peligros ecológicos que ponen en entredicho la reproducción de la biosfera, es decir, trazan una línea suspensiva en la existencia de los seres vivos y su entorno. Detrás de esta locomotora sin freno se encuentra la tracción incansable de la energía fósil. Desde hace 300 años nuestra civilización –y occidente en primer lugar– se ha sumido en un desarrollo descomunal asentado sobre un patrón energético fósil al que le queda aproximadamente medio siglo de vida (FORNILLO, 2016, p. 13).

O desenvolvimento estritamente consolidado pelo uso de combustíveis fósseis, acentua a especulação dos preços nas bolsas de valores internacionais, a disponibilidade de reservas com grande quantidade de petróleo. Foram 300 anos de civilização ocidental, de revoluções industriais e mudanças de padrão cultural que levam a uma transição do padrão energético fossilista. Embora já caminhando para um convívio com energias renováveis. Conforme essas incongruências, os dilemas existentes para manter o sistema político-econômico ocidental demarca uma zona cinzenta e expoliação num contínuo ascensão e declínio. Conforme avalia Galeano nas linhas a seguir, há uma conjectura estrutural e histórica que se utilizam do domínio colonial para:

Estes dois sistemas opostos de colonização interior mostram uma das diferenças mais importantes entre os modelos de desenvolvimento dos Estados Unidos e da América Latina. Por que o norte é mais rico e o sul mais pobre? O rio Bravo marca muito mais

do que uma fronteira geográfica. O profundo desequilíbrio de nossos dias, que parece confirmar a profecia de Hegel sobre a inevitável guerra entre uma e outra América, nasceu da expansão imperialista dos Estados Unidos ou tem raízes mais antigas? Na realidade, no norte e no sul tinham-se gerado, já na matriz colonial, sociedades muito pouco parecidas e a serviço de fins que não eram os mesmos. Os peregrinos do Mayflower não atravessaram o mar para conquistar tesouros legendários nem para arrasar civilizações indígenas inexistentes no norte, mas para se estabelecer com suas famílias e reproduzir, no Novo Mundo, o sistema de vida e de trabalho que praticavam na Europa. Não eram mercenários, mas pioneiros; não vinham para conquistar, mas para colonizar: fundaram "colônias de povoamento". É certo que o processo posterior desenvolveu, ao sul da baía de Delaware, uma economia de plantações escravagistas semelhante à que surgiu na América Latina, mas com a diferença que nos Estados Unidos o centro de gravidade esteve, desde o começo, radicado nas granjas e oficinas da Nova Inglaterra, de onde saíram os exércitos vencedores da Guerra de Secessão no século XIX. Os colonos da Nova Inglaterra, núcleo original da civilização norte-americana, não atuaram nunca como agentes coloniais da acumulação capitalista europeia; desde o princípio, viveram ao serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua nova terra. As treze colônias do norte serviram de desembocadura ao exército de camponeses e artesãos europeus que o desenvolvimento metropolitano ia lançando fora do mercado de trabalho. (GALEANO, 1982, p. 144-145).

Logo, historicamente a formação das colônias de exploração abaixo do Rio Bravo, ao sul dos Estados Unidos, evidenciando as Américas Central e do Sul, além do Caribe, como funcionais à metrópole e totalmente disfuncionais aos seus interesses nacionais. Ademais, a contemporaneidade reforça a matriz colonial histórica, a sociedade agrária, o extrativismo e uma sociedade concentradora e desigual. O avanço da modernidade têm consolidado a faceta econômica, cultural e política implantada pelo sistema colonial ibérico através do neoliberalismo. O neoliberalismo e financeirização imposto pelo Consenso de Washington aos países em desenvolvimento do Sul Global, fortalecem as estruturas de dominação das elites nacionais e internacionais que historicamente têm auferido o suprasumo dos países latinoamericanos:

Assim, o imperialismo consegue aceitar a descolonização e perpetuar-se, sem precisar controlar territórios: verificamos isso hoje. À diferença da expansão de tipo colonial antigo, a expansão de caráter imperialista dotou-se dos meios de agir e não se contentou em arrancar as estruturas das sociedades conquistadas - ela as destruiu, simultaneamente arruinando as atividades industriais dos países conquistados e a economia de subsistência, em benefício das grandes plantações cujos produtos eram destinados à exportação. Até a era imperialista, somente a América indígena havia conhecido semelhante desestruturação. Na era imperialista, esta atingiu as profundezas da Índia e da África negra. Após as independências, esta

última viu-se apanhada numa armadilha pelo desabamento dos preços das matérias-primas. Tendo começado mal, abandonando mais ou menos suas culturas de víveres em favor dos produtos de exportação, ela havia largado a presa em troca da sombra (FERRO, 2004, p. 24-25).

A desestruturação do mercado local, o impedimento de exercer a autonomia e plantação de víveres de subsistência visando os interesses internacionais, latifúndio e monocultura para exportação. Ao abandonar suas próprias necessidades para produzir e vender no mercado externo produtos de baixo valor agregado, os países latinoamericanos caem na armadilha neocolonial. No excerto adiante, o Consenso de Washington tem sua concepção substanciada pelo Estado liberal. A ideia é minar o Estado, as instituições públicas e deixar as esferas do poder para lobistas e analistas de mercado. Com isso, se abre o Estado ao mercado para supressão de direitos sociais, agora transformados em serviços e mercadorias fornecidos pelo setor privado:

La concepción del Estado liberal patrocinado por el Consenso de Washington estuvo dominada por una actitud antiestatista generalizada, que basó su justificación en la crisis enfrentada por el Estado heterodoxo, así como en su ineficiencia, el peso de la burocracia y especialmente la corrupción. El nuevo concepto de Estado lo caracterizó como minimalista y prescindente. Se estimó que abundaban los argumentos para descalificar al Estado como mecanismo de asignación de recursos, principalmente los relativos a su ineficiencia, la corrupción, el clientelismo y su desborde burocrático. Esto llevó a patrocinar un Estado minimizado, lo cual significó el cierre de instituciones, la eliminación de instrumentos de política y el recorte de su intervencionismo excesivo. Por ejemplo, las políticas industriales y agrícolas fueron eliminadas. Y, sobre todo, se perdió la visión de largo plazo. (IGLESIAS, 2006, p. 11).

Sob a batuta de que o público era ruim, defasado, inoperante e corrupto, criou-se a atmosfera que possibilitou o espaço social e democrático ser tomado pelas corporações e seus executivos. Assuntos estratégicos, interesses nacionais e de cunho transversal foram plataforma para aumentar o lucro e poder econômico de agentes privados. Inconsistência empresarial fazer apologia ao liberalismo após solapar as empresas públicas, afinal, se o bem comum estatal fosse inviável economicamente não haveria razão de se adquirir tal patrimônio.

Nessa toada, o patrimônio ambiental, a biodiversidade e sua utilização são cooptadas pelo mercado financeiro que torna a vida em "ativos ambientais", serviços e produtos com selo verde. As políticas ambientais locais são produtos de forças que estão em contínuo confronto, ou seja, um constante processo de definição e redefinição. Consequentemente, nessa concepção teórica, a problemática socioambiental é continuamente (re)construída e repensada:

Como os problemas de injustiça social começam a ressurgir (baixos salários, previdência para os pobres), as questões de sustentabilidade ambiental voltam a ser considerações secundárias nos debates políticos. As discussões usuais sobre a justiça mal tocam suas dimensões ecológicas. Devido ao alto nível de endividamento, o âmbito de gastos dos orçamentos públicos é baixo e o consenso social se inclina mais para a priorização dos gastos com educação, a fim de garantir a competitividade. Nos últimos anos, ficou claro que as alternativas políticas motivadas pela temática ecológica podem acabar competindo umas com as outras ou causando consequências negativas não intencionadas. Por exemplo, os biocombustíveis, defendidos como uma resposta às mudanças climáticas transformaram-se em um perigo para a segurança alimentar e para a biodiversidade. (FATHEUER, 2014, p. 10-11).

Nessa toada, há uma demanda variada de ordem nem sempre sustentável que, por vezes, resolve um dilema criando outros problemas de ordem socioambiental, tal como o caso dos biocombustíveis que provocam insegurança alimentar e perda de biodiversidade. O conjunto de atores sociais que aspiram e reivindicam um meio ambiente sadio, uso democrático dos recursos naturais e uma gestão ambiental coadunada com investimento social. É de grande relevo para o panorama da sobrevivência de todas as espécies e manutenção dos ecossistemas a mudança de paradigma sobre sustentabilidade, economia, sociedade e bem viver:

as metas do desenvolvimento não são apenas o crescimento econômico, entendido como uma condição necessária, mas não suficiente. As metas dizem respeito a termos uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos em âmbito local/global. Nesse sentido, o desenvolvimento é a apropriação plena dos direitos humanos e implica em igualdade, equidade e solidariedade (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011, p. 53).

Nesse diapasão, a corrente latinoamericana de expoentes intelectuais, ativistas e povos originários comprometidos com um desenvolvimento em sintonia com a sociedade local e gestão ambiental dos recursos naturais tem-

se consolidado. Esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que se é compelido a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada (HALL, 2002).

O falso discurso de mais tempo para resolução dos problemas socioambientais engendrados no âmago do sistema produtivo atual tem se mostrado um engodo. Em nome das facilidades e certos confortos oriundos da razão instrumental será que o acirramento das crises é válido? O esgotamento do modelo civilizatório ocidental, disseminado com a globalização e neoliberalismo tem dado sinais de um colapso e degradação humanos:

A partir dessa sumária definição de paradigma, pode-se afirmar que vivemos numa época de crises e que, embora não se possa afirmar ao certo seu futuro, pode-se dizer ao certo sua origem: uma profunda crise de valores, de conceitos e de projetos, da qual a crise ambiental é uma das maiores expressões. O paradigma atual (colonialista, civilizatório, progressista, economicista) gerou uma série de problemas, os quais não é capaz de resolver (FERNANDES; SAMPAIO, 2008, p. 88).

O fundamento dessa lógica está baseada na economia neoclássica, estreitamente vinculada ao positivismo – lógico – (enquanto perspectiva epistemológica) e favorece a concepção de que o crescimento econômico virtualmente ilimitado seria condição necessária (e, no limite, suficiente) para o desenvolvimento econômico. Frise-se a primazia e superdimensionada importância dada ao desenvolvimento econômico, cujo alcance justifica os meios para atingir o fim precípua do capital. A confiança de que o crescimento econômico medido em termos do aumento do PIB (per capita) seja uma boa medida de desenvolvimento reflete e exemplifica o domínio do *mainstream* em Economia em todos os três níveis – epistemológico/metodológico, teórico e pragmático/político (FERNANDEZ, 2011).

Entretanto, num mundo extremamente desigual e com recursos naturais finitos, o mero crescimento econômico não se reflete, necessariamente, em qualidade de vida, bem estar e sustentabilidade das premissas neoliberais no médio e longo prazos:

O crescimento do complexo beneficente-industrial reflete sobretudo a necessidade de ampliar a “lavagem de consciência” de uma oligarquia mundial que, apesar da estagnação econômica que

vivemos, duplicou sua riqueza e seu poder em poucos anos. O trabalho dessas ONGs tem feito muito pouco ou quase nada para resolver a degradação e a espoliação dos indivíduos ou a proliferação da degradação ambiental. Isso é um problema estrutural, porque se exige que as organizações que combatem a pobreza façam seu trabalho sem intervir na acumulação perpétua de riqueza, da qual tiram seu próprio sustento. Se todo mundo que trabalha para uma organização de combate à pobreza assumisse da noite para o dia uma política contra a riqueza, em pouco tempo estaríamos vivendo num mundo muito diferente (HARVEY, 2016).

Que essa mudança de paradigma leve-nos a um patamar não só de consciência dos problemas socioambientais a ponto de inverter o paradigma econômico e todos os que a ele deram origem, mas também nos faça capazes de olhar além de nós mesmos, ou seja, além de nossas ideologias, crenças, valores e aspirações. Que essa mudança leve-nos a um patamar em que sejamos capazes de fazer análises e auto-análises, não aprisionados na objetividade e suposta neutralidade das ciências como alimento do ego e dos interesses próprios. Um patamar onde predomine a sensibilidade capaz de dar alma a esses conceitos (FERNANDES; SAMPAIO, 2008).

Conforme o exposto acima, avaliar o passado e buscar respostas para os problemas do presente são cruciais para assegurar um futuro seguro para além da espécie humana. Saindo da visão estritamente antrópica, abre espaço para um diálogo entre as ciências mais plural:

O diálogo entre distintas áreas de especialidade, a formulação do princípio da incerteza, a articulação entre ciência, arte e espiritualidade, a redução do distanciamento entre universidade e sociedade, o direito à informação por parte dos cidadãos comuns, o exercício menos arrogante e esotérico da ciência, a implicação do sujeito no conhecimento, uma nova aliança entre cultura científica e cultura humanística, a convivência e partilha com outros modos de experiência e compreensão do mundo e o exercício de valores como solidariedade, ética da compreensão e da responsabilidade são, entre outros, indícios de uma ciência mais afinada com os desafios do século que se inaugura (ALMEIDA, 2008, p. 108).

Em consonância com o disposto acima de buscar solidariedade, ética da compreensão, outridade, a interdisciplinaridade e uma racionalidade que fuja dos preceitos do utilitarismo e economicismo podem ser delineados nas palavras de Leff:

O conhecimento dos diferentes níveis de articulação dos processos culturais, ecológicos e tecnológicos que geram as novas forças ambientais de produção inscreve-se dentro de uma estratégia

conceitual, cujo propósito é conduzir um conjunto de ações sociais para a construção de uma racionalidade produtiva alternativa, capaz de contrastar-se e de substituir progressivamente a racionalidade produtiva capitalista, objetivando as suas condições institucionais, as bases produtivas e os seus instrumentos de atuação, mediante um processo histórico de transformações sociais e inovações tecnológicas (LEFF, 2009, p.162).

A valorização do patrimônio natural e cultural¹³ conduz à construção de uma nova racionalidade produtiva pautada por valores diferenciados e que correspondam às exigências de um planeta em crise, com recursos limitados, altamente desigual, poluído e com uma população da ordem de sete bilhões de pessoas, além das demais espécies de seres vivos. A incorporação dos processos culturais e ecológicos ao processo produtivo, visando dinamizar a produção, criando um ambiente propício para a cooperação e valorização do produtor, mantendo a biodiversidade preservada mediante uma gestão ambiental integral como único meio de se alcançar um desenvolvimento sustentável (LEFF, 2009):

Ambientalizar el currículo significa descolonizar el conocimiento y descontaminarlo de los barro malolientes polucionados por el reduccionismo, el mecanicismo, las certezas, el determinismo, lo unidimensional, la absolutización de categorías fundantes como espacio y tiempo. Implicará erradicar de las mochilas conceptuales el pensamiento lineal causa efecto, la lógica de la separatividad, la verdad absoluta, dogmática y definitiva, la metafísica ocultadora del cambio y el devenir. Reterritorializar la pedagogía en las comarcas umbrías de un nuevo Paradigma, el Paradigma Ambiental (GALANO, 2008, p. 16).

O paradigma ambiental tem a missão de se tornar uma alternativa à racionalidade econômica, sendo necessário apontar as respostas para a manutenção das condições de vida, assegurando a sustentabilidade, com ruptura da ciência linear¹⁴, positivista e cartesiana. Viabilizando um rompimento

¹³ Tendo surgido possivelmente na África, o *homo sapiens*, tal como acontecia com os hominídeos, é movido por uma inquietação fundamental que o pulsiona para a interação com seus semelhantes e com o meio ambiente, a natureza de que é parte. O homem é um ser produtor de cultura e ele a produz por meio de seu trabalho; é, portanto, *homo faber*, transformado pelo seu trabalho social. Seu nomadismo indica sua vocação para a globalização, para conhecer e explorar todos os quadrantes até os confins da terra. Em sua caminhada à procura de novas condições de vida, torna-se sedentário, o que não o impede de continuar errante, descobrindo o mundo, as propriedades físicas das coisas e tentando explicar o desconhecido (CAMPOS, 2001, p. 296).

¹⁴ A ciência, através da ótica mercadológica, traz à tona uma lógica com estrutura técnica baseada na organização social voltada a uma crescente rentabilidade econômica e ao mesmo tempo transformando as condições naturais de existência, a exclusão e a transformação das

com era do petróleo e seus derivados, das indústrias poluentes e de uma sociedade do consumo. Talvez seja preciso um tempo para transição de uma sociedade com dois séculos de revolução industrial para uma evolução que envolve riscos e o desafio de incluir as energias limpas, o multiculturalismo, um mundo multipolar embasado não mais na racionalidade econômica, e sim ambiental:

As promessas do desenvolvimento, que conquistaram o mundo a partir dos anos 1950, não se realizaram. E nunca se realizarão. Baseado em um sistema de exploração e desigualdades há décadas, o suposto progresso advindo do desenvolvimento é ilusório – quando não nefasto. Na América Latina não há governos de esquerda nem governos que proponham uma mudança civilizatória. Não há governos anticapitalistas ou anticoloniais (ACOSTA, 2016).

Outrossim, desde os primórdios da humanidade a civilização conduziu desenvolvimento e sustentabilidade que dependem do relacionamento do homem com a natureza, que é, necessariamente, uma relação de conflito. Conflito que pode ser apenas por necessidade, apenas para elementos essenciais à vida ou supérfluos e de acumulação, para demonstrar poder, controle e submissão dos povos que não o possuam. Desde o início esclareço que utilizo a palavra conflito como algo inerente à diversidade e à diferença entre indivíduos que coexistem. Há diferentes necessidades, diferentes interesses, diferentes expectativas que variam conforme o espaço e a época. (D'AMBROSIO, 2007).

A modernidade tem se revelado incapaz de gerar resultados positivos para todos, de forma ampla, conforme consagrou o iluminismo¹⁵, as revoluções industriais e a era de financeirização da vida. Por si só, o discurso e prática do velho modelo capitalista ocidental evidencia que o progresso econômico,

relações sociais: uma organização construída socialmente e unidimensionalizada pela lógica da racionalidade econômico-instrumental com consequências para o meio ambiente natural e social (BRADENBURG, 1996, p. 51)

¹⁵ Após falência do projeto iluminista, do qual o liberalismo é o infeliz epígono, o século XX encontrou-se no temor épico mais radical, que deixou aberta, como única alternativa, a superação niilista de Nietzsche de todos os princípios e de todas as morais. Hoje, chegados ao "centro das trevas" da era da modernidade, é exatamente essa consciência sobre a destrutividade da razão iluminista, da qual não só o liberalismo mas também o universalismo da filosofia analítica podem considerar-se filhos, que nos faz ter esperança num novo renascimento (BORRADORI, 2003, p.41).

satisfação das necessidades essenciais e coisas supérfluas são comprados e adquiridos por aqueles que têm o poderio econômico, político e capital social:

La Modernidad se autoinstituyó como referencia de lo social, de lo político, de lo educativo y productivo. Se implicó sin retorno y de modo claustrofóbico con un sueño mitológico universalista y totalizante, autocentrado en una perspectiva metafísica. Al negar las diferencias y la diversidad centró en la Razón Instrumental la Razón Civilizatoria. En ese abismo se perdieron los sentidos emancipatorios y éticos cuya implosión se desbordó con todo el sentido de la tragedia de los tiempos en el siglo XX (GALANO, 2008, p. 17).

A crítica da ciência institucionalizada no século XXI já consegue rever seus pressupostos e limitações devido às implicações negativas para a humanidade decorrentes da lógica da razão instrumental e civilizatória. Desse modo, a complexidade atual exige o diálogo das ciências, o intercâmbio das ideias e uma postura de outridade para vislumbrar possíveis respostas mais coerentes aos dilemas da sociedade para além da racionalidade econômica, do individualismo, da instrumentalidade e fragmentação científica.

Entretanto, para a manutenção das dicotomias é necessário inviabilizar um projeto emancipatório de uma humanidade mais igualitária e fraterna. Nessa ótica, a ciência é utilizada, assim como a política e economia, como meio para se alcançar as finalidades estabelecidas por Breton Woods, e depois a Escola de Chicago, que institui uma posição de concentração em campos estratégicos para assegurar em larga escala o sistema produtivo capitalista e o *Welfare State*:

Tendo prevalecido o ponto de vista dos técnicos do Departamento do Tesouro dos EUA, o acordo de Bretton Woods lança as bases da nova ordem econômica internacional, sob a égide de instituições como o FMI- Fundo Monetário Internacional e o BIRD- Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento. Desta forma, estavam postas as condições para a afirmação da hegemonia americana, tendo como ponta de lança as suas grandes corporações, em um processo de internacionalização das economias, o qual iria proporcionar a disseminação dos padrões americanos, através de um realinhamento comercial, manufatureiro, tecnológico e financeiro (MEDEIROS, 1999, p. 23).

Logicamente, como a liberdade e igualdade são incompatíveis com o capitalismo, a democracia de baixa intensidade e os direitos sociais são condições e pressupostos para os cidadãos privilegiados do mundo ocidental.

O *Welfare State* deve servir aos cidadãos do primeiro mundo e aos abastados dos países periféricos, imiscuindo que generosa parcela dos recursos naturais e insumos saem dos países em desenvolvimento a preços ínfimos, e que esmagadora maioria da população é vilipendiada para manter as *commodities* atrativas para o consumidor final:

O *welfare state*, uma das marcas da "era dourada" de prosperidade do pós-guerra, significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o *welfare state* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo. Muitos países se auto-proclamaram *welfare states*, não tanto por designarem desse modo as suas políticas sociais, quanto por promoverem uma integração social nacional (ESPING-ANDERSEN, 1995, p.73).

Nesse íterim, há uma reserva de mercado e nichos que a globalização acentua para beneficiar o Norte Global, enquanto o *Welfare State* é usado como pano de fundo para as sociedades ditas "avançadas" manter o seu nível de mercadorias, matérias-prima, produtos e preços e bem-estar coletivo. Não obstante, as barreiras à livre circulação de pessoas, questões migratórias, tarifas alfandegárias, e outros são formas de assegurar os direitos e políticas sociais destes ao custo da divisão internacional do trabalho injusto e desigual para o Sul Global.

A justiça ambiental conduz a áreas urbanas e da periferia onde acaba a maior parte dos resíduos da vida moderna, e isso abre a política ambiental a pessoas que talvez não pensassem sobre seus problemas como algo "ambiental". (GIDDENS, 2012, p. 151).

Entretanto, esse sistema pautado pelo bem estar de poucos em detrimento do sacrifício de muitos está combalido. Não se mostra sustentável no presente e o prognóstico se mostra aterrador. Sendo assim, o porvir está sendo reelaborado desde a cultura, hábitos e formas de fazer política nas camadas desfavorecidas e oprimidas secularmente na América Latina. A redireção do agir, é necessário ter conceitos capazes de englobar os diferentes segmentos sociais e suas aspirações. A ética e o senso de compartilhamento

público é urgentemente necessário no presente século XXI e vindouros, tem o dever de se reinventar para sobreviver em um planeta caótico e atender aos ditames constitucionais e de direitos mínimos preconizados, todavia não materialmente gozados, da população:

A consciência de que a fragmentação do pensamento e da ciência opera uma visão distorcida e parcial do mundo começou, sobretudo a partir do início do século passado, a facilitar uma reorganização de nossos modos de ver, compreender e viver. Em certa sintonia com a consciência do provisório e da parcialidade das explicações, o conhecimento científico tem se afastado cada vez mais da convicção de que o que dizemos a partir das teorias e interpretações corresponde à realidade tal qual ela é. Sabemos hoje que tal convicção corresponde a confundir a descrição da realidade com ela própria (ALMEIDA, 2008, p. 106).

Todavia, há setores que são mais resistentes à mudanças e insistem em permanecer atrelados à lógica unidimensional, mecanicista, redutora e imediatista da economia:

A ortodoxia permanece no âmbito de uma Economia unidimensional, desligada de seu contexto e que hipertrofia a dimensão quantitativa. Parece assim inescapável a necessidade de abordagens alternativas, capazes de tratar as interdependências de um mundo que vem se complexificando aceleradamente. Quando se percebe que para produzir crescimento destrói-se o meio ambiente e acentuam-se as desigualdades sociais, já não se pode mais isolar o setor econômico (FERNANDEZ, 2001, p. 118).

O mercado tem desanuviado sua visão estritamente fulcrada no lucro a qualquer custo, pois percebeu que eliminando as fontes e recursos nos quais são extraídos sua matéria-prima estaria minando sua própria base produtiva. Não obstante, para além do crescimento econômico e apropriação privada dos recursos naturais existentes na natureza, num planeta superpovoado, excludente e já poluído, a degradação ambiental não tem vez:

A visão parcial e positiva do capitalismo considera-o como um processo de acumulação de capital, de descobertas tecnológicas, de globalização das relações de produção capitalistas, de aumento da produtividade, de modernização incessante. O capitalismo é tudo isto e muito mais. Ao lado dos feitos e efeitos, do desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas, o capitalismo desenvolveu um conteúdo negativo- o desemprego, a dívida pública, a exclusão, a marginalização, a pobreza, a fome, a desnutrição, a destruição sistêmica. O fantástico desenvolvimento capitalista produziu as crises complexas. O capitalismo desenvolveu espantosamente não só as forças produtivas, mas as forças improdutivas e destrutivas. Antes de

chegar aos confins da terra e elevar o nível de vida, de cultura, de lazer, de saúde, de alimentação, de habitação da humanidade, o capitalismo desviou para os setores bélicos, destrutivos, espacial parte substancial de seus recursos (CAMPOS, 2001, p. 281).

Nesse diapasão, a ecologia política é de grande relevo para a humanidade e que não são atendidos pela exclusão de grande parcela da população mundial dos recursos que ela mesma produz, é passível de contestação do panorama civilizatório:

A grande maioria das pesquisas na ecologia política consiste de estudos sobre os pobres e desfavorecidos, frequentemente do terceiro mundo. Os ecologistas políticos constroem as suas carreiras a partir dos pobres e desfavorecidos do mundo – ou como informação coletada por meio de pesquisa e transformada em “mercadorias” profissionais (publicações de periódicos etc.) – ou por meio de subsídios de receitas públicas que são (cada vez mais) taxados dos pobres no primeiro mundo; ou por meio de financiamento de um limitado fundo comum da filantropia privada que poderia ser usado para outros fins. Deste modo, as fontes da própria sobrevivência dos ecologistas políticos parecem estar sujeitas a obrigações especiais. Finalmente, a ecologia política marcou tão claramente sua própria postura normativa em defesa dos desfavorecidos do mundo que uma escolha, implícita ou explícita, para deixar de lado estas questões sobre as obrigações éticas, parece, na melhor das hipóteses, inconsistente (WALKER, 2012, p. 94).

A causa socioambiental evidencia que não apenas discursos inflamados de ativistas e ecologistas são capazes de transformar uma macroestrutura social, econômica, política e culturalmente estabelecidas. Isso porque, numa sociedade há um mosaico de atores sociais envolvidos, de lutas e conquistas, de necessidade de se avançar ou manter posições de vanguarda entre os seus constituintes. Dito isto, é lógico que a coesão social interfere e recebe influências de segmentos convergentes e divergentes, pois histórica e socialmente foram corrompidos ou atraídos para as vicissitudes neoliberais:

A nova geopolítica da sustentabilidade se configura no contexto de uma globalização econômica que, enquanto leva à desnaturalização da natureza - a *transgênese* que invade e transmuta tecnologicamente a vida -, com o discurso do desenvolvimento *sostenible* promove uma estratégia de apropriação que busca “naturalizar” (dar carta de naturalização) à mercantilização da natureza. Nessa corrupção do “natural” se negociam as controvérsias entre a *economização* da natureza e a *ecologização* da economia. Com essa morte da natureza, sobrevive o “sobrenatural” da ordem simbólica na ressignificação política e cultural da natureza. (LEFF, 2009, p. 246-247).

Revestido de diferentes nomes, o discurso institucionalizado do desenvolvimento sustentável, sostenible ou desarrollo sostenible, dentre outros codinomes que visam dissuadir a compreensão da assimilação que o termo teve. Como estratégia para ser usado mercadologicamente, agora respaldado pela fetichização oculta dos fins e efeitos da economização da natureza:

A raíz de esta situación, discutimos diferentes definiciones en juego para nombrar los recursos: renovables y no renovables, materias primas, *commodities*, capital natural, recursos naturales estratégicos, críticos, multicríticos, esenciales, bienes comunes y demás. En el nombre que se les asigna se inscriben proyectos en tensión referidos al uso que debe dárseles para el desarrollo nacional y de América del Sur. A su turno, por fuera de un punto de vista unidimensional e inmaculado de la naturaleza, resultaba necesario relacionarla con patrones político-tecnológicos, incluso ecotécnicos, como puede ilustrar el caso del litio, puesto que los bienes naturales tendrían que articularse a un perfil de desarrollo renovado antes que ser un mero índice del crecimiento del Producto Bruto Interno geográfico. (FORNILLO, 2016, p. 16).

Nessa senda, pode-se dizer que a estruturação da sociedade está em transição sob um novo paradigma, o paradigma da racionalidade ambiental e complexa. Um sistema complexo, pois feito de vários outros subsistemas, mas que se complementam e se completam quando os objetivos são voltados para um determinado fim. Assim sendo, um sistema, esfera ou conjunto de valores que rompem com um passado reducionista, puramente economicista e extremamente utilitarista que só beneficia uma minoria da população e empresariado, sejam nacionais ou estrangeiros. Dentro de uma esfera ampliada da visão inicial de Estado e sociedade (KOTLINSKI; GIULIANIS, 2012):

A nos coloca diante de uma crise ímpar na história da humanidade: uma crise ecossocial. Quanto mais essa crise progride, mais complexo e multidimensional tornam-se seus problemas. Nesse contexto não há mais espaço para se desenvolver um pensamento racional restrito ao universo da ciência disciplinar, circunscrita a fronteiras de sua produção de conhecimento. Torna-se necessário dialogar com as várias disciplinas e várias modalidades de conhecimento para que se possa apreender as diversas dimensões do real e reconhecer os limites da lógica dos diferentes tipos de conhecimento. Acima de tudo a modernidade nos incita a dialogar com a dimensão do real que resiste à racionalização (BRADENBURG, 1996, p. 52).

O confronto de ideias, o choque de vivências decorrente das teorias e práticas econômicas- das mais radicais ao neoliberalismo, às de conservadoras- corroboram para abrir novos caminhos, nem sempre consensuais entre si, mas que divergem dos efeitos de Breton Woods, Consenso de Washington e Escola de Chicago. Arejando com versatilidade as organizações e instituições da sociedade. Entretanto, as barreiras impostas pelo conservadorismo tenta obstar as mudanças necessárias para continuidade da vida na Terra:

Dentro de estruturas diferentes de poder, com distintos padrões de distribuição da riqueza e meios para oferecer um bem-estar social à população, a produção fundamentou-se numa racionalidade de curto prazo. No sistema capitalista este processo foi dirigido pela necessidade estrutural de incrementar a produtividade do capital e foi legitimado pela ideologia da livre-empresa (LEFF, 2009, p.150-151).

Diante do esclarecimento de que sabe-se a origem, as causas e consequências que engendraram as crises atuais, os problemas da complexa rede que cerca a teia da vida exige respostas coerentes que somente uma visão complexa e holística podem apontar. A resolução possível para o paradigma atual perpassa, necessariamente, pela discussão de que sociedade se quer em vários âmbitos:

Um período de crise no qual os seus pressupostos não apenas científicos, mas também filosóficos e metafísicos, são retratados. No qual, lenta e progressivamente, se fragmenta o consenso da comunidade dos cientistas e a língua científica se transforma (BORRADORI, 2003, p. 42).

No mesmo sentido, o excerto abaixo busca abrir um espaço democrático, participativo e inclusivo de diálogo que ouça as vozes que compõem parcela representativa da sociedade:

Dessa perspectiva, cabe à educação científico-humanística o desafio de construir coletivamente um ideário de sociedade pautado pelos princípios da multiplicidade, da diversidade e da troca mais igualitária de experiências entre professores e alunos – ambos pesquisadores da existencialidade em suas múltiplas expressões e escalas. Construir coletivamente quer dizer facilitar a expressão das experiências que são, todas elas, múltiplas e unas, diversas e marcadas pela semelhança (ALMEIDA, 2008, p. 111).

A construção coletiva de um conhecimento que possibilite múltiplas acepções do conceito desenvolvimento versus subdesenvolvimento, sua definição, parâmetro e relevância na seara internacional é desafiadora para os atores sociais envolvidos. Isso se deve aos elementos constituintes da superestrutura que impera na ordem econômica internacional e do trabalho, atingindo a soberania, autonomia e governabilidade de países emergentes:

Um outro inconveniente da teoria do centro e da periferia deve-se a que, ao se dar uma prioridade absoluta aos problemas do centro, ela impede que se veja que a crise geral do capitalismo não mais diz respeito a apenas um sistema econômico, mas ao mundo no seu conjunto; e que, portanto, transformou-se numa crise geral da humanidade que não pode ser resolvida pelos meios clássicos, como vemos principalmente ao examinarmos a crise monetária- que não pode ser assimilada às crises precedentes- ou os projetos de democratização da troca pela autogestão, que aparecem como uma maneira de perpetuar o sistema mercantil sob uma forma menos violenta. Em lugar de se estender à periferia do mundo industrial, o progresso permaneceu circunscrito aos países ricos constitutivos do centro, enquanto que parece ser impossível de ser realizado o projeto de industrializar todo o mundo, faltando os meios materiais e a vontade autêntica de aí chegar. Em lugar de trazer a paz e o bem-estar, o progresso industrial aumenta a violência e miséria. Em lugar de facilitar a livre expressão das faculdades criadoras, limita cada vez mais o seu exercício ao reforço ideológico do produtivismo mercantil. Desta forma, no que diz respeito à gestão dos recursos naturais, os teóricos são mais levados a procurar uma solução técnica, não colocando em questão o sistema de produção, que a encarar seriamente os meios de criar uma economia mais adaptada ao homem e a seu meio de vida, ou seja, fundada numa maior equidade e num menor consumo de energia. (DELAPREZ, 1977, 86-87).

Entretanto, há contradições dentro do sistema que aponta para um lado supérfluo da produção, consumo e geração de riquezas e, ao mesmo tempo, acentuam a violência e miséria. A crise geral da humanidade tem se mostrado não apenas decorrente do aumento sucessivo populacional, mas do consumismo e impacto que a urbanização desordenada em todo o globo construíram. Assim, a inoperância da gestão ambiental e um produtivismo mercantil caminham juntos fomentando a depredação não apenas da humanidade, mas de todas as formas de vida e das condições que possibilitam a existência. É o que reitera com maestria Guy Debord (1997):

A sociedade portadora do espetáculo não domina as regiões subdesenvolvidas apenas pela hegemonia econômica. Domina-as como sociedade do espetáculo. Nos lugares onde a base material

ainda está ausente, em cada continente, a sociedade moderna já invadiu espetacularmente a superfície social. Ela define o programa de uma classe dirigente e preside sua formação. Assim como ela apresenta os pseudobens a desejar, também oferece aos revolucionários locais os falsos modelos de revolução. O espetáculo científico do poder burocrático, que comanda alguns países industriais, faz parte do espetáculo total, como sua pseudonegação geral, e seu sustentáculo. Visto em suas diversas localizações, o espetáculo mostra com clareza especializações totalitárias do discurso e da administração sociais, mas estas acabam se fundindo, no nível do funcionamento global do sistema, em uma divisão mundial das tarefas espetaculares (p.39).

As pessoas não têm tido um projeto de vida, elas seguem o discurso dominante, validando o padrão civilizatório calcado em produção, consumo, aparência de bem-estar e a liberdade tida como poder de compra para manter a felicidade. Os atritos decorrentes do indivíduo, coletivo, do interesse comunitário e valorização do espaço e bens públicos em contraposição a primazia do privado. O paradoxo do sistema baseado em concorrência e competência desenvolve um acirramento dentro do espaço social, repercutindo, obviamente, na conjuntura político-econômica em primeira ordem sob o simulacro de livre concorrência, camuflando os efeitos colaterais dessas escolhas:

A capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital), minimizando, assim, o gasto necessário (principalmente em tempo) para apropriar-se deles: a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a frequência a lugares bem frequentados. (BOURDIEU, 2011, p. 164).

Esse domínio simbólico perpassa o econômico, sendo requisito essencial para manutenção da estrutura de processo de inclusão dos que detêm o capital e de excluir os que não dispõem. O espaço físico reservado para a América Latina tem sido historicamente o de reprodutor das condições de geração de ativos para as elites locais e internacionais consolidado por uma agenda incoerente aos anseios nacionais:

Na América Latina não há governos de esquerda nem governos que proponham uma mudança civilizatória. Não há governos anticapitalistas, anticoloniais, antipatriarcais. São governos considerados “progressistas”, mas que seguem atados à lógica do crescimento econômico, da exploração e exportação da natureza. São, como vemos, governos empenhados em reduzir a pobreza, mas principalmente em modernizar o capitalismo. E, se começaram suas gestões se distanciando do neoliberalismo, já estão regressando a práticas neoliberais (ACOSTA, 2016).

Nessa esteira, são usados subterfúgios para no discurso ser contra pobreza, desigualdade, patriarcado e, na prática, criar mecanismos jurídicos, administrativos, políticos e econômicos que reforçam as implicações do neoliberalismo. Há uma sintonia entre os ditames dos arranjos político-econômicos dos países centrais ou do Norte, que cancelam a perpetuação da usurpação das riquezas dos países do Sul, com o empresariado e gestores públicos latinoamericanos que prosperam individualmente nesse intercâmbio. Sem embargo, para manter o padrão hegemônico mundial exploratório cujo maior beneficiário são os tomadores de decisão detentores do capital econômico, científico, tecnológico, de aparelhamento de guerra, ideológico e cultural envolvidos nessa negociata.

A práxis social demonstra que as teorias elaboradas, refinadas e discutidas nos círculos de poder político, empresarial, acadêmico-científico e econômico repercutem diretamente na sociedade, pois se transformam, quase sempre, em políticas públicas ou fatores que induzem produtos, serviços, mercadorias, costumes e juízos de valor que se incorporam no corpo social num dado contexto:

O comum de todas estas ondas de globalização ou modernização consiste em que o papel da América Latina é reativo e dependente dos processos hegemônicos dos centros de poder do Primeiro Mundo. Quando mudanças qualitativas nas tecnologias produtivas ou nas relações de produção do Primeiro Mundo exigem a readequação do mundo material e imaterial latino-americano, as novas necessidades primeiro mundistas se convertem em imperativos. Entre tais necessidades encontra-se a "reciclagem" da identidade latino-americana (STEFFAN, 1999, p. 79).

Nesse mesmo sentido, eis o que diz o fragmento adiante sobre a imposição política, econômica e ideológica do primeiro mundo sobre os bens materiais e imateriais latinos:

A tese de ontem de que a civilização deve impor-se à barbárie persiste até hoje. Quando países capitalistas centrais exigem a aplicação de um receituário econômico neoliberal, em nome de uma pretensa modernização, isso nada mais é do que uma forma de dominação; quando a dívida externa estrangula a nação, transformando-a em exportadora de capital, é um novo mecanismo de subjugação; quando o intercâmbio desigual se acentua vertiginosamente, obrigando o brasileiro a produzir mais para ganhar menos, é um novo meio de acumulação (RAMPINELLI, 1999, p. 35).

O imperativo da dominação e exploração agora acontecem sem necessidade de controle direto e ocupação, pois a conjunção dos interesses dos grandes grupos econômicos com a mídia e os dirigentes nacionais estão em consonância com a hegemonia neoliberal. Portanto, o desenvolvimento sustentável é o novo ideário que pretensamente se coloca como fator decisivo para os mercados emergentes se integrar ao mundo moderno:

O poder e o privilégio oligárquicos da classe capitalista estão conduzindo o mundo todo a uma mesma direção. O poder político, sustentado por uma vigilância, um policiamento e uma violência militarizada que só fazem se intensificar, está sendo usado para atacar o bem-estar de populações consideradas substituíveis e descartáveis. Testemunhamos diariamente a desumanização sistemática de pessoas descartáveis. Hoje, o poder implacável da oligarquia é exercido através de uma democracia totalitária que se dedica a perturbar, fragmentar e suprimir imediatamente qualquer movimento político coerente contra a riqueza (como o "Occupy") (HARVEY, 2016).

A primazia do interesse hegemônico por parte dos grandes agentes internacionais, seus bancos e sistema financeiro aliado às suas corporações tem reprimido as expectativas de desenvolvimento humano local. Com os recursos se tornando escassos e a financeirização dos mercados, a plutocracia tem revelado sua interface com um Estado organizado em blocos que sugam as aspirações de liberdade, felicidade¹⁶, bem estar¹⁷ e segurança:

¹⁶ Cedo ou tarde, na vida, cada um de nós se dá conta de que a felicidade completa é irrealizável; poucos, porém, atentam para a reflexão oposta: que também é irrealizável a infelicidade completa. Os motivos que se opõem à realização de ambos os estados-limite são da mesma natureza; eles vêm de nossa condição humana, que é contra qualquer "infinito". Assim, opõe-se a esta realização o insuficiente conhecimento do futuro, chamado de esperança no primeiro caso e de dúvida quanto ao amanhã, no segundo. Assim, opõe-se a ela a certeza da morte, que fixa um limite a cada alegria, mas também a cada tristeza. Assim, opõem-se as inevitáveis lides materiais que, da mesma forma como desgastam com o tempo toda a felicidade, desviam a cada instante a nossa atenção da desgraça que pesa sobre nós tornando a sua percepção fragmentária, e, portanto, suportável (HALL, 2002, p. 15).

O conceito de "desenvolvimento não é um conceito neutro. Ele tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano. O conceito foi utilizado numa visão colonizadora, durante muitos anos, na qual os países do globo foram divididos entre "desenvolvidos", "em desenvolvimento" e "subdesenvolvidos", remetendo-se sempre a um padrão de industrialização e de consumo. Ele supõe que todas as sociedades devam orientar-se por uma única via de acesso ao bem-estar e à felicidade, a serem alcançados apenas pela acumulação de bens materiais. Metas de desenvolvimento foram impostas pelas políticas econômicas neocolonialistas dos países chamados "desenvolvidos", em muitos casos com enorme aumento da miséria, da violência e do desemprego. Junto com esse modelo econômico, com seus ajustes por vezes criminosos, foram transplantados valores éticos e ideais políticos que levaram à desestruturação de povos e nações (GADOTTI, 2000, p.59-60).

Dentre os problemas gerados pelo *trade-off*¹⁷ estão que esse modelo unipolar e hegemônico ocidental espalhou nos quatro cantos do mundo mudanças climáticas, diminuição da camada de ozônio, acidez dos mares e oceanos, diminuição da biodiversidade, movimentação transfronteiriça de resíduos perigosos, conflitos e migrações forçadas num planeta que ainda se pauta, muitas vezes, pela ótica unilateral da felicidade como sinônimo de acumulação de poder político, econômico e bens materiais.

Com a ampliação do pensamento crítico latinoamericano, o espaço para dúvida e imaginação de um mundo viável social e ambientalmente anunciou uma outra relação do homem-sociedade, da sociedade-natureza e entre os povos que habitam a América Latina e seu conjunto de países caribenhos:

¹⁷ O processo de construção e financiamento do Estado de bem estar social é diferente entre países desenvolvidos e não desenvolvidos. Enquanto nos primeiros a taxa de arrecadação é da ordem de 40-50% (Europa Ocidental), EUA e Japão 30-35%; nos não desenvolvidos fica entre 10-15% (África Subsaariana e Índia), 15-20% América Latina, norte da África e China. Com indícios de queda nos segundos, acentuando problemas estruturais. Isso desmantela os serviços básicos prestados e interrompe novos investimentos em tempos de crise econômica e cortes orçamentários para pagamento de dívidas interna e externa (PIKETTY, 2014, p.478).

Em outras palavras, conforme o autor subscreve a seguir, tem-se que: A característica fundamental do Estado de Bem Estar Social é a responsabilidade em garantir condições dignas de existência aos cidadãos, não só àqueles que possuem condições econômicas, mas a todo o conjunto da população. São as chamadas políticas sociais (KOTLINSKI; GIULIANIS, 2012, p. 8).

¹⁸ Composto pelos inputs e outputs decorrentes da internalização econômica do passivo ambiental gerado (externalidades negativas). Em outras palavras, funciona como uma barganha, uma troca.

Modernamente tem sido idealizados novos conceitos e elaborações, as quais dizem respeito a América Latina, por iniciativa da CEPAL, e assim, como contraponto a esta onda globalizante se insere o ideário do regionalismo aberto, da reestruturação produtiva em bases equitativas e da incorporação da dimensão ambiental em âmbito regional e local. Isto significa a retomada do planejamento regional com um enfoque centrado na sua interface ambiental (MEDEIROS, 1999, p. 22).

Alinhado a tal perspectiva mais humana, inclusiva e ambientalmente democrática, que intentam achar saída para o mero uso indiscriminado dos bens tangíveis e intangíveis ou a privatização do patrimônio público dos bens comuns, eis a síntese:

O conceito de desenvolvimento humano, cujos eixos centrais são "equidade" e "participação", está ainda em evolução, e se opõe à concepção neoliberal de desenvolvimento. Concebe a sociedade desenvolvida como uma sociedade equitativa, possível somente pela participação das pessoas (GADOTTI, 2000, p. 58).

A equidade e participação para o desenvolvimento humano rompe com a concepção neoliberal de concorrência, competição, individualismo e acúmulo sem preocupações decorrentes dessas práticas. A reflexão de Enrique Leff sobre o que vem a ser desenvolvimento humano traz que:

Na percepção desta crise ecológica foi sendo configurado um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização. O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. O saber ambiental ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso (LEFF, 2001, p. 17).

Outrossim, ante à necessidade de não permanecer nos equívocos do século XX, a primazia da sociobiodiversidade, da justiça ambiental e desenvolvimento humano local abrem fronteiras para um panorama significativo para seus cidadãos. No mais, se abrir à possibilidades de analisar

o todo, suas conexões e as interações entre as partes fará avançar as práticas negadas, invisibilizadas e desprezadas pela fragmentação da racionalidade científica:

O século XX será lembrado como um período complexo e paradoxal, uma vez que, ao mesmo tempo em que mostrou grandes progressos na ciência e na tecnologia, foi cenário das guerras mais destrutivas e sangüinárias da história. Segundo o Clube de Roma, é possível que as ambições tecnológicas e de poder tenham removido toda vontade de criar valores compartilhados pelo conjunto da humanidade. Dos paradoxos do século XX, o mais dramático é o aumento da produção de riqueza associado à sua distribuição cada vez mais desigual entre as nações; e, no interior delas, entre seus setores sociais. Além disso, as pessoas que continuam a acumular riqueza se sentem constantemente mais inseguras e com menos estabilidade. Em todas as sociedades, opulentas ou empobrecidas, surgem no horizonte situações de ingovernabilidade (BERNHEIM; CHAUI, 2008, p. 21).

O colapso civilizatório e dos padrões industriais que, são insustentáveis a longo prazo, mas tendem a direcionar a tomada de gestão e elaboração de políticas públicas e privadas. São figuras que contaram com a sólida base dos organismos internacionais, academicismo e tecnologias dos países centrais que ratificam o neocolonialismo, a dominação por parte das transnacionais e do capital especulativo deteriorando e acentuando os conflitos socioambientais modernos. Em face disso, os padrões civilizatórios são antagônicos com os limites impostos naturalmente pelos ciclos naturais:

Naturalmente o homem é um construtor de sua realidade baseando-se em suas necessidades conforme o tempo, lugar, cultura, condições e estruturas. No pós neolítico, onde se deu a Revolução Agrícola e domesticação de animais, permitiu a fixação do homem e seu sedentarismo, além do acúmulo e excedente agrícola. Sendo assim, a relação homem-homem e homem-natureza transformou a cultura baseada no sentido de viver, no significado da existência, a razão de se estar na Terra, dentre outros. As experiências, práticas, usos, costumes, invenções e toda uma gama de elementos aliados a múltiplos sistemas que possibilitaram a organização social, mesmo tendo cada grupo sua peculiaridade (GONÇALVES, 2002, p. 94-95).

Com o exposto anteriormente, se pode fazer uma incursão na qual ao longo da história humana na Terra foi havendo gradativas mudanças na relação homem-natureza. Com o aumento vertiginoso da população, as invenções da era industrial, o modelo Fordista de produção e a consequente difusão dos padrões europeus em suas colônias e ex-colônias provocaram uma avalanche de mercadorias, a extração da matéria-prima, sua distribuição e

posterior descarte. Há um nítido alinhamento entre o apelo do imediatismo para além do mínimo existencial, o domínio e controle do meio ambiente pela espécie humana referendados pelas Revoluções Industriais e científicas:

A natureza era vista como um obstáculo que a sociedade tinha que domesticar e superar para progredir, como sugerem as ideias da natureza "em estado puro" ou da natureza "vermelha nos dentes e garras". Para uma pequena proporção de pessoas, a natureza não era vista como algo que precisava de domesticação. Pelo contrário, a sociedade industrial moderna é que era o problema, poluindo e destruindo a natureza para alimentar novos estilos de vida urbanos. A natureza selvagem precisava de proteção, não domesticação. Entretanto, para os domesticadores e para os protetores, a sociedade e a natureza eram consideradas *coisas separadas*. A natureza era o que a sociedade não era, e vice-versa. Esse sentido permanece o dominante atualmente, embora mais pessoas hoje concordem com os protetores da natureza do que em períodos anteriores (GIDDENS, 2012, p. 122).

Devido ao panorama histórico-evolutivo de separação da natureza e sociedade, mesmo que hoje haja dados científicos sobre as mazelas que a própria humanidade semeou uma parcela dominante optou por reestruturar esse domínio sobre os recursos naturais, natureza transformada, regiões e a própria espécie humana fomentando o cenário crítico quanto à temas de sobrevivência dos ecossistemas, da vida como um todo:

Na década de 1970 uma nova imagem da natureza se solidificou e permanece definitiva até hoje. Esse processo teve o seu próprio contexto histórico, é claro. A revitalização mais influente da imagem da natureza provavelmente remonta ao naturalista britânico Arthur Tansley e pode ser datado na década de 1930. Influenciado pela visão psicanalítica do ser humano, ele formula uma nova forma de conceber a natureza. Tansley descreve-a como um sistema integrado, no qual a energia flui. Ele chamou a natureza de um "ecossistema" - uma cunhagem de palavra extremamente bem sucedida. A natureza pode ser considerada em termos de suas interligações e funções. Isso vai muito além da descrição e classificação de plantas e animais e cria a base para um estudo sistemático do funcionamento da natureza. Com isso, a pedra fundamental para a ecologia como uma ciência é colocada. (FATHEUER, 2014, p. 22)

Mesmo diante da compreensão hodierna das interligações e funções da natureza e seus elementos, dentre eles a própria espécie humana, tem-se estimulado uma premissa de que a tecnologia resolverá todos os problemas oriundos das ações humanas. A insolvência de muitos desses problemas favorece a busca desenfreada por novos recursos, fontes e jazidas para

alimentar uma sociedade imediatista, concentradora e inconsequente. O uso do outro pelo próprio homem não acabou com o fim do tráfico negreiro, nem o reconhecimento da destruição de povos e culturas indígenas. A dominação, controle e uso continuam firmes sob outras estratégias que surtem os mesmos fins:

As raízes econômicas do novo imperialismo residiam numa nova etapa específica de capitalismo que, entre outras coisas, levava à "divisão territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas", configurando um conjunto de colônias formais e informais e de esferas de influência. As rivalidades entre as potências capitalistas que levaram a essa divisão também geraram a Primeira Guerra Mundial. De uma maneira geral, há uma premissa de que a expansão econômica ultramarina e a exploração do mundo ultramarino foram cruciais para os países capitalistas. (HOBBSAWN, 1988, p. 93).

Diante do exposto, o advento da globalização, ápice do neoliberalismo e desregulamentação dos mercados, podem ser vistos, ao menos há consenso na comunidade científica da repercussão em vários segmentos socioambientais de ordem direta e indireta, como continuidade disfarçada dos interesses dos países capitalistas centrais (Estados Unidos, Europa, Japão, Austrália e Nova Zelândia). Embora essa assimetria é apreendida no território do Sul global já demasiadamente explorado como injusto:

los mayores ganadores del desarrollo fueron las naciones industriales, que gozaron de alimentos baratos importados del Sur Global y de los mercados en expansión para sus industrias de insumos agrícolas y sus empresas de comercio de productos básicos. Mientras que las iniciativas de desarrollo rural buscaban modernizar las sociedades rurales, la industrialización agrícola también tuvo el efecto de privar a los pueblos de sus identidades y a negar el conocimiento e instituciones locales. La agricultura industrial también degradó la estructura y la fertilidad de las tierras y erosionó la agrobiodiversidad. En definitiva, la industrialización agrícola capitalista representó una nueva forma de colonialismo que empobreció todo lo que no seguía las normas y reglas que dictaba la modernidad (GUZMÁN; WOODGATE, 2013, p. 30).

Eis que se coloca em xeque os limites do crescimento econômico e a retórica¹⁹ desenvolvimentista pautada pela acumulação de divisas via extração

¹⁹ A retórica do mercado foi um componente fundamental e central dessa luta ideológica, dessa luta pela legitimação ou deslegitimação do discurso esquerdista. A rendição às várias formas da ideologia de mercado - por parte da esquerda, quero dizer, para não mencionar todos os demais - imperceptível, mas alarmantemente universal. Agora, todos se dispõem a resmungar, como se isso fosse uma inconsequente concessão feita de passagem á opinião pública ao

de recursos naturais e monoculturas. A injustiça ambiental é eclipsada pela naturalização do acúmulo, do indivíduo como centro, da proliferação midiática e da internet dos modelos comportamentais e de consumo, principalmente, estadunidense e europeu. O padrão hegemônico mundial, a ordem internacional do trabalho que diuturnamente tem submetido países em desenvolvimento ao pagamento de juros exorbitantes da dívida externa e trocas comerciais desfavoráveis:

Surge uma nova assimetria entre a natureza extraterritorial do poder e a contínua territorialidade da “vida como um todo” — assimetria que o poder agora desarraigado, capaz de se mudar de repente ou sem aviso, é livre para explorar e abandonar às conseqüências dessa exploração. Livrar-se da responsabilidade pelas conseqüências é o ganho mais cobiçado e ansiado que a nova mobilidade propicia ao capital sem amarras locais, que flutua livremente (BAUMAN, 1999, p.15-16).

A América Latina foi terreno propício para a proposta mercantilista, pois seu desenrolar foi sacramentado não apenas pela língua e religião do conquistador, mas sim pelo seu conjunto e aparelhamento ideológico que, sincronicamente, atuam na perpetuação da empreitada mercantilista.

é a cultura dominante que opera e legitima as distinções, definindo posições sociais, subculturas e sistemas simbólicos, obrigando dominados a se definirem sempre em referência à distância que mantêm em relação à cultura dominante. Os sistemas simbólicos, por sua vez, instrumentos de imposição ou de legitimação, reforçam as relações de força (políticas e econômicas) que fundamentam a dominação de uma classe sobre a outra. Há uma luta simbólica entre as diferentes classes e frações de classes, cada qual procurando impor sua própria definição de mundo, assim contribuindo para a reprodução social e para reforçar (ou enfraquecer) a crença na legitimidade da dominação de classe. O poder simbólico, portanto, é definido por uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que a ele se submetem, sua força residindo na crença produzida e reproduzida no próprio campo em que se estruturam essas relações. (VIÉGAS, 2009, p. 149-150).

Isto posto, uma nova era se descortina num planeta já densamente povoado, com crise ambiental²⁰ e conflitos humanitários eclodindo. A incerteza

atual saber aceito (ou aos pressupostos comuns da comunicação), que nenhuma sociedade pode funcionar eficientemente sem o mercado, e que o planejamento é obviamente impossível (JAMESON, 1996, p. 282).

²⁰ Pero la crisis ambiental cobra dimensiones que ya no pueden ser ocultadas por el velo seductor del progreso y los olímpicos de la felicidad prometidos por la lógica del consumo

e desafio de operar mudanças em curto espaço de tempo tem levado teóricos e sociedade latinoamericanos a contemporizar e mediar através da história, política e cultura os valores ocidentais consagrados pelo invasor ibérico, dito universalista, porém desde que convenha aos interesses de quem está no comando da geopolítica e não estendível para a totalidade dos cidadãos:

Um longo caminho foi percorrido pela humanidade até o delineamento deste *trade-off*, o qual envolve as dimensões socioambientais ao longo de uma escala temporal, em contraposição às formas econômicas históricas que conduziram as sociedades desde os primórdios até a atualidade (MEDEIROS, 1999, p. 11).

A sofisticação da criação dos produtos que são desejáveis, do que vem estar à disposição do mercado consumidor envolve os litígios sociais e ambientais, em trocas extremamente desiguais nos países em desenvolvimento, pois há uma história econômica em que os trabalhadores, a saúde, seu meio ambiente e território estão à mercê do *trade-off* e tomadores de decisão nas altas cúpulas do poder político e privado envolvidos:

É um belo produto, um produto moderno; pode gostar dele. Mas deve saber que dentro de um, dois anos no máximo, ele será substituído por um novo produto, com características supostamente aprimoradas. Nós também somos produtos...- prosseguiu-, produtos culturais. Também alcançaremos a obsolescência. O funcionamento do dispositivo é idêntico, com a ressalva de que, em geral, não há melhoria técnica ou funcional evidente; subsiste apenas a exigência da novidade em estado puro (HOUELLEBECQ, 2012, p. 160).

A repetição ou seria a expansão dos ciclos de acumulação, apogeu e declínio das civilizações do passado excluindo os outros seres e a própria sustentabilidade desse projeto a longo prazo instiga a sociedade atual a refletir sobre suas ações, origens e consequências que fazem a miséria e exclusão caminharem lado a lado com à disposição dos recursos naturais. A elucubração dessa conjuntura do fetichismo da mercadoria, da desumanização do valor intrínseco das relações humanas e condições essenciais de manutenção da vida rompe com a sustentabilidade. Por precaução e devido à insegurança, já que não há parâmetros seguros para a fonte de vida e os biomas, torna-se obrigatório reavaliar o compromisso com o outro no agora e

no porvir, com a estabilidade socioambiental, com as condições de dignidade humana mediadas pelo Estado.

2.1 Condições Históricas e Contemporaneidade

Divisão Social do Trabalho. Assimetrias no espaço. Relações de poder. Geopolítica. Bretton Woods. Empobrecimento.

As condições históricas e bases econômicas em que o subdesenvolvimento e uso dos recursos naturais na América Latina aconteceram permite, ao menos de modo contingencial, apreender sobre a estrutura social no passado e suas consequências na contemporaneidade.

Para além do processo de escravidão e truculência com os povos originários que, juntamente com a invasão portuguesa para formataram a colonização, a outrora divisão em capitanias hereditárias e exploração de recursos minerais e mão-de-obra indígena têm-se uma conjectura que corroborou e perpetuam com os atuais cenários de desigualdade, concentração de renda, marginalização de negros e povos indígenas, dívida externa e assimetrias no espaço.

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Foi assim que a colonização teve sucesso ao introduzir camadas e classes sociais bem definidas, funções a serem exercidas e o pagamento aos intermediários das coroas portuguesa e espanhola mediante envio da maciça riqueza para as metrópoles europeias. A divisão social do trabalho já continha em sua gênese as tarefas, mecanismos e recompensas para seus executores. Assim, o espaço reproduziu e reproduz, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos- mercantil, colonial e agroexportador a financeiro, cosmopolita e commodities naturais e energéticas. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos, muitas vezes contraditórios e que fortalecem o capital internacional e as mesmas elites nacionais de outrora. (SANTOS, 2008).

Ao tecer uma análise crítica dessa conjunção de variáveis, infere-se que, as desigualdades socioespaciais encontradas hodiernamente na América Latina são decorrentes de séculos de expoliação, dilapidação e uso pelos países ibéricos, conquistadores e, posteriormente, elites locais que se estabeleceram com intuito de explorar as riquezas naturais e humanas e controlar o poder com fins privatísticos:

Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. *Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos. Na alquimia colonial e neocolonial, o ouro se transforma em sucata e os alimentos se convertem em veneno.* Potosí, Zacatecas e Ouro Preto caíram de ponta do cimo dos esplendores dos metais preciosos no fundo buraco dos filões vazios, e a ruína foi o destino do pampa chileno do salitre e da selva amazônica da borracha; o nordeste açucareiro do Brasil, as matas argentinas de quebrachos ou alguns povoados petrolíferos de Maracaibo têm dolorosas razões para crer na mortalidade das fortunas que a natureza outorga e o imperialismo usurpa. A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes- dominantes para dentro, dominadas de fora- é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga (GALEANO, 1982, p. 14).

Conforme o autor uruguaio, a história do capitalismo mundial contém o subdesenvolvimento latinoamericano na medida que o favorecimento das metrópoles europeias, não apenas Espanha e Portugal, mas os distribuidores e financiadores da empreitada, Holanda e Inglaterra, ainda hoje incorrendo na irrigação dos centros capitalistas. A grande contradição reside ontem e hoje em produção e distribuição de riquezas, entre a pobreza e a prosperidade residirem no mesmo território, mas pertencerem a sujeitos historicamente bem definidos. O que ocasiona dicotomias no passivo socioambiental gerado, no alto custo para as sociedades latinoamericanas como consequência da história econômica (neo)colonial.

Nessa esteira, as classes dominantes que usurpam as riquezas aqui são dominadas do ponto de vista do capital internacional. O subúrbio do sistema capitalista possibilita a manutenção da riqueza que alimenta os centros de

decisão e poder efetivos na ordem mundial, a divisão internacional do trabalho apenas nos dá a maneira de ser do modo de produção dominante, apontando as formas geográficas portadoras da inovação e, por isso mesmo, carregadas de uma intencionalidade nova. Intencionalidade esta baseada na imitação, controle de mercado e reserva de matéria-prima para os consumidores. É através da incidência num país da divisão internacional do trabalho e da consequente divisão interna do trabalho que as especificidades começam a repontar: a formação socioeconômica correspondente atribui um valor determinado a cada forma e a todas as formas, através da redistribuição de funções. (SANTOS, 2008).

Sendo assim, a divisão internacional do trabalho determina em espaços geográficos onde o capital se reproduz o seu modo de confecção, distribuição e acumulação. Atribuindo as tarefas e funções que cabem a cada região na engrenagem da periferia mundial.

A divisão internacional do trabalho explica a seletividade espacial na realização de funções, mediante critérios como a necessidade, a rentabilidade e a segurança de uma dada produção. Essa divisão assegura a mais valia e garante para os investidores o retorno financeiro após os dividendos necessários para a reinversão do capital extraído. A divisão interna do trabalho mostra o movimento da sociedade, a criação e os reclamos de novas funções, que permitem a hierarquização social e sobreexploração entre os próprios empregados. Ademais, a maneira como essas funções são abrigadas pelas formas preexistentes ou novas organizações que multipliquem o capital investido em detrimento da autonomia, soberania e independência real e não apenas formal ou simbólica dos envolvidos no processo da cadeia produtiva. (SANTOS, 2008).

Assumir o passado de exploração e reprodução do padrão eurocêntrico demonstra os limites e vicissitudes da empreitada colonial ontem e hoje. O reconhecimento da atual configuração do Velho Mundo só é possível graças ao processo de exploração do Novo mundo. A dinâmica colonial hoje é mantida sob camadas envernizadas, como uma espécie de máscara que internalizou os valores da cultura dominante e subjuga as tradições dos povos originários e nacionais miscigenados.

Em termos políticos a América Latina logo teve suas constituições burguesas, com um liberalismo formal e repleto de incoerências, mas não teve, em compensação, uma burguesia criadora, no estilo europeu ou norte-americano, que se propusesse à missão histórica do desenvolvimento de um capitalismo nacional pujante. Ao contrário, as burguesias nacionais servem como mediadoras da exploração e asseguram a manutenção do *status quo*, tendo como referência o opressor e sem um projeto nacional de civilização. As burguesias destas terras nasceram como simples instrumentos do capitalismo internacional, prósperas peças da engrenagem mundial que sangrava as colônias e semicolônias. (GALEANO, 1982).

Os burgueses de vitrina, agiotas e comerciantes, que açambarcaram o poder político, não tinham o menor interesse em impulsionar a ascensão das manufaturas locais, já mortas ao nascer quando o livre-cambismo abriu as portas à avalanche de mercadorias britânicas. Seus sócios, os donos das terras, não estavam, por sua vez, interessados em resolver "a questão agrária", senão na medida de suas próprias conveniências, pois era interessante conservar a estrutura segregadora e mentalidade colonial do invasor para benefício próprio, mesmo que em detrimento da coletividade e falta de futuro sem um projeto de nação. O latifúndio consolidou-se sobre o saque, ao longo dos séculos desde a invasão e conquista colonizadora. A reforma agrária foi, na região, uma bandeira precoce e ainda é objeto de retaliação por parte dos grupos hegemônicos dominantes e classes sociais consolidadas. (GALEANO, 1982).

Entre colonizadores e colonos, hoje o imaginário e práticas sociais historicamente perpetradas contra negros e povos originários, decorrem da falta de sentimento de uma comunidade de destino, de uma nação, como um eixo norteador de um país que se pretende desenvolver humanamente. Ao contrário, a exploração uns pelos outros, a dominação dos corpos e trabalho, a sinalização do privilégio como marca de um passado influenciado pelo conflito instituído e mantido secularmente. Há uma dualidade de vozes, de algoz e vilão, de cidadão e nacional que não se percebe e nem reconhece suas origens, seu passado, a máquina opressora de extrair e usar em benefício próprio os bens que deveriam ser públicos, coletivos e comuns.

Nesse ínterim, as incursões da modernidade tardia e das novas formas de manipulação, controle e domínio econômico-cultural dos países hegemônicos e das elites nacionais dos países em desenvolvimento possibilitam um olhar domesticado, um povo regulado ou programado que é silenciado e ignorado:

O que silenciam é que, desta forma, se cria uma vasta região do mundo em estado de natureza, um estado de natureza a que são condenados milhões de seres humanos sem quaisquer possibilidades de escaparem por via da criação de uma sociedade civil. A modernidade ocidental, em vez de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, significa a coexistência da sociedade civil com o estado de natureza, separados por uma linha abissal com base na qual o olhar hegemônico, localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara efetivamente como não-existente o estado de natureza. O presente que vai sendo criado do outro lado da linha é tornado invisível ao ser reconceptualizado como o passado irreversível deste lado da linha. O contacto hegemônico converte simultaneidade em não-contemporaneidade. Inventa passados para dar lugar a um futuro único e homogêneo. Assim, o fato de os princípios legais vigentes na sociedade civil deste lado da linha não se aplicarem do outro lado da linha não compromete de forma alguma a sua universalidade. (SANTOS, 2007, p. 8).

A manutenção das agruras sociais, políticas, históricas e econômicas de um passado escravagista, uma sociedade preconceituosa e odiosa de sua origem nos povos autóctones, a concentração fundiária e desigualdade de renda como sinônimo de distinção para as classes mediadoras das riquezas produzidas na América Latina produz um fosso abissal. Assim sendo, o futuro torna-se sempre o amanhã, o porvir, uma abstração que nunca se concretiza em mudanças estruturais para a sua universalidade:

No campo econômico, da mesma forma, a expansão permanente do poder político e dos territórios econômicos se transforma em necessidade e instrumento essencial para a criação de novas formas de monopolização, mesmo quando se possa constatar, depois da história passada, que algumas iniciativas "colonizadoras" ou "periferizadoras" não tiveram os rendimentos esperados, e não foram decisivas para a acumulação da riqueza nas metrópoles. Esse processo de expansão de poder/acumulação de riqueza, ao mesmo tempo a tendência do sistema à "pauperização relativa" e à polarização progressiva do poder e da riqueza entre as classes sociais e as nações, processo contraditório que dinamizou, através da história, todos os grandes ciclos expansivos da acumulação e globalização do capital associados a projetos de poder imperiais ou hegemônicos, como foi o caso norte-americano no século XX, mas sobretudo depois da 2ª Guerra Mundial. (FIORI, 2001, p. 59).

Nota-se que, a instrumentalização dos países periféricos e da própria economia para monopolizar e acumular capital decorrem do poder do capital, seus ciclos e facilidade de deslocar-se contraditoriamente deixando um rastro de pobreza e desigualdade. A modernidade, mesmo que eivada de vícios e erros que inviabilizam sua total experiência, está assentada na globalização, na hegemonia dos mercados, na mobilidade do capital e tecnologia que assumem com a cultura um papel essencial para estruturação do poder e condução da história nas sociedades capitalistas:

Sob o poder hegemônico e financeiro dos Estados Unidos, baseado no domínio militar a globalização ganhou impulso com a era da informação. O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e de relações de poder. (HARVEY, 1998, p. 131-132).

Depreende-se que as relações de poder assimétricas e imposições econômicas, políticas e de trabalho são amplamente utilizadas por sucessivos governos na América Latina, sob geopolítica não apenas americana e europeia, mas, sobretudo do capital internacional que não encontra fronteiras. A modernidade presente dissemina valores e práticas, mantém a coesão social e alimenta a negação do passado, suas raízes e a macroestrutura que possibilitaram a continuidade do extermínio de povos indígenas, a eliminação do negro, do outro, da criação do sujeito e inimigo perfeito do capital, ora o pobre que sua incompetência não logrou um espaço de destaque na sociedade individualista, ora um discurso de ódio contra os migrantes indesejados de ex colônias que não são bem-vindos nas sociedades urbanas americanas, europeias:

O outro lado do movimento principal em curso é o regresso do colonizador. Implica o ressuscitar de formas de governo colonial, tanto nas sociedades metropolitanas, agora incidindo sobre a vida dos cidadãos comuns, como nas sociedades anteriormente sujeitas ao colonialismo europeu. A expressão mais saliente deste movimento é o que eu designo como nova forma de governo indirecto. Emerge em muitas situações quando o Estado se retira da regulação social e os serviços públicos são privatizados. Poderosos actores não-estatais adquirem desta forma controle sobre as vidas e o bem-estar de vastas populações, quer seja o controle dos cuidados de saúde, da terra, da água potável, das sementes, das florestas ou da qualidade ambiental. A obrigação política que ligava o sujeito de direito ao Rechtsstaat, o Estado constitucional moderno, que tem prevalecido deste lado da linha, está a ser substituída por obrigações contratuais privadas e despolitizadas nas quais a parte mais fraca se encontra mais ao menos à mercê da parte mais forte. Esta forma de governo apresenta algumas semelhanças perturbadoras com o governo da apropriação/violência que prevaleceu do outro lado da linha. (SANTOS, 2007, p. 15).

Na esfera estatal de, sob corrupção e interesses individuais, os governantes usam de subterfúgios para burlar as constituições e os direitos, transformando-os em mercadorias e serviços. O Estado constitucional moderno se desintegra para dar controle aos mercados das vidas e relações sociais, usando não apenas recursos naturais e energéticos, mas as pessoas, seus direitos ao privatizar serviços públicos:

A privatização dos serviços públicos também aprofunda a desigualdade e contribui para a ruptura do pacto social necessário para enfrentá-la. Esse processo gera segregação relacional e de resultados na garantia de direitos e afasta as classes média e alta do uso dos serviços públicos e, portanto, de sua disposição para contribuir com financiamento e exigir os níveis de qualidade adequados. (OXFAM, 2015, p. 14).

Sendo o refugio da globalização, a escória de sua própria nação obrigado a mover-se, a fugir para escapar das imposições mercadológicas neoliberais de desemprego, exclusão, marginalização, criminalização da pobreza, proibição de protestos, redução de salários, crises socioestruturais e ambientais. tem uma estrutura que camufla, invisibiliza deixando as massas entorpecidas da realidade e dos assuntos estratégicos:

À diferença da pobreza, contudo, a pauperização do risco no Terceiro Mundo é contagiosa para os ricos. A potenciação dos riscos faz com que a sociedade global se reduza a comunidade de perigos. O efeito bumerangue também acaba por afetar os países ricos, que justamente se haviam livrado dos riscos através da transferência, mas que acabam reimportando-nos junto com os alimentos baratos.

Com as frutas, grãos de cacau, rações animais, folhas de chá, etc., os pesticidas voltam à sua altamente industrializada terra de origem. As extremas desigualdades internacionais e as interdependências do mercado global lançam os bairros pobres dos países periféricos às portas dos ricos centros industriais. Eles convertem-se em incubadoras de uma contaminação de alcance mundial, que - semelhante às doenças contagiosas dos pobres na densidade das cidades medievais - tampouco preservam os distritos ricos da aldeia global. (BECK, 2010, p. 53).

O apagamento da história, a falta de uma educação crítica e integradora que possa, junto à liberdade, dar condições de compreensão e ação por parte dos países periféricos é estratégico na geopolítica interna e externa para manter o *status quo* e a inerente multiplicação do lucro e fluxo de capitais:

A obra humana nesse início de século é uma realidade desigual e excludente. Além disso, não dá para estender o padrão de vida de um terço da população do planeta para toda a população e temos que escolher entre manter o modelo de acumulação capitalista ou prover os excluídos de meios para a reprodução da vida humana na Terra. Também não é possível importar modelos de países ricos para países pobres ou emergentes, mas é possível aprender com eles. As saídas resultam da política e, portanto, de quem conseguir organizar suas demandas coletivamente e tiver mais força na negociação. (RIBEIRO, 2003, p. 331).

O colonial constitui o grau zero a partir do qual são construídas as modernas concepções de conhecimento e direito, legitimando injustiças e concepções, impondo uma visão universal e absoluta de sociedade, ocidentalizada. As teorias do contrato social dos séculos XVII e XVIII são tão importantes pelo que dizem como pelo que silenciam, negando direitos e diminuindo os diferentes e desiguais que rechaçam sua condição de subalternidade, periferia e expoliação. O que dizem é que os indivíduos modernos, ou seja, os homens metropolitanos, entram no contrato social abandonando o estado de natureza para formarem a sociedade civil. (SANTOS, 2007).

Hodiernamente é possível analisar o passado, colocando em perspectiva a história, em suspensão as relações de classe, a economia e o contrato social vigente naquela época. Talvez por isso, seja possível analiticamente ponderar sobre a relação das metrópoles com as periferias naquele tempo, ampliando as implicações e contrato social da contemporaneidade. Decorrente dessa inferência, é pertinente que as relações de classe, estruturas de classe,

desigualdade, concentração de renda, usurpação da coisa pública para fins privados, poder político sejam instituídos com finalidades bem delimitadas no contexto do Estado:

El Estado ha representado los intereses de todos o de una parte?. Hegel, el gran defensor del modelo, lo tiene claro: los Estados se han construido primero excluyendo a unos, considerados extraños, y sacrificando a otros, que eran de los nuestros. La historia, que es una forma abstracta de nombrar los procesos de construcción de los pueblos, es como una inmensa ara sacrificial en el cual “han sido sacrificadas la dicha de los pueblos, la sabiduría de los Estados y la virtud de los individuos” y ante el que “siempre surge al pensamiento necesariamente la pregunta: a quien , a qué fin último ha sido ofrecido este enorme sacrificio?”. Lo llamativo no es la pregunta final, sino lo que dice antes, a saber, que la historia se ha construido sacrificando la dicha de los pueblos, la sabiduría política y la virtud de los ciudadanos. Y eso le sorprende porque esa brutalidad no le parece propio del *homo sapiens*. Está claro que aquí Hegel no se inventa nada, sino que resume la historia de la violencia. (REYES MATE, 2015, p. 160).

Consoante o disposto acima, a história do Estado, de maneira contingencial, pode ser vista como uma composição de violência, interesses, força e poder. Assim, o sacrifício de quem for preciso para manter a economia capitalista em funcionamento será legitimado pelo próprio Estado. À recorrência desse fenômeno, a capacidade do Estado Democrático de Direito em sincronizar as condições mínimas para vida seria uma tentativa de refrear os interesses injustos e camuflados por parte dos agentes estatais em sua época. O Estado Democrático de Direito se apresenta como um obstáculo para o neoliberalismo. Não obstante, a utilização da distração, da cultura de massas, dos valores e princípios da modernidade estão em sintonia com o cosmopolitismo:

Ciertamente, es importante enfatizar tanto la relación fundacional continua del capitalismo con el mercado mundial (o al menos una tendencia a mantener esa relación) como sus ciclos expansivos de desarrollo; pero prestar la debida atención a las dimensiones universales o universalizadoras ab origine del desarrollo capitalista, no debería impedimos observar la ruptura o la transformación que experimentan hoy la producción capitalista y las relaciones globales de poder. Creemos que esta transformación hace hoy evidente y posible el proyecto capitalista de reunir el poder económico y el poder político. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 34).

Os ciclos de expansão e, depois, as sucessivas crises são recorrentes no capitalismo e se mantêm como uma força geradora e dinâmica para desenvolver e aprimorar sua supremacia. No mundo globalizado, cosmopolita e homogêneo a produção capitalista vai além dos produtos e mercadorias, vende sonhos, desejos, a juventude e, quase, a imortalidade para os que possuam recursos. O projeto capitalista é reunir poder político e econômico, instrumentalizado através do Estado e blocos econômicos:

Do outro lado desse regime de acumulação, a nova geopolítica do mundo, sobretudo depois de 1991, também apresenta uma face hierarquizada e unipolar, mas extremamente instável e que limita de forma decisiva a eficácia dos Estados nacionais situados nas camadas intermediária e inferior da hierarquia. Nesse novo cenário, as estratégias econômica e militar do *hegemon* apontam na mesma direção: a da redução crescente da autonomia dos Estados mais frágeis, incapacitados para estabelecer e sustentar seus próprios objetivos nacionais, sejam eles econômicos ou político-militares. (FIORI, 2001, p. 15).

A geopolítica do mundo transita entre momentos de unipolaridade e multipolaridade, de modo instável devido às guerras comerciais, crise financeira, bolha imobiliária, especulação do petróleo e questões militares e ambientais que servem de limitação para os países pobres, inclusive os latinoamericanos. Na outra margem da periferia do capital, a geografia econômica e militar hegemônica dos países que desenvolvem tecnologia, ditam moda e lançam a cultura a ser difundida mundo afora induz ao uso indiscriminado dos recursos naturais e humanos:

As necessidades de bem-estar e de felicidade, na medida em que se universalizam no século XX, permitem a universalização da cultura de massa. Reciprocamente, a cultura de massa universaliza essas necessidades. Isso significa que a difusão da cultura de massa não resulta apenas da mundialização de uma civilização nova, ela desenvolve essa mundialização. Desperta as necessidades humanas subdesenvolvidas, mas em toda parte virtuais, contribui para a expansão da nova civilização. (MORIN, 1997, p. 159).

A sociedade da informação, numa era extremamente aceleracionista seduz os consumidores e populações com emotividade ao envolver exatamente o que cada nicho de mercado idealiza. A conexão possibilitada pela revolução tecnológica e cosmopolitismo corroboram para a criação de

uma era pautada pelo acúmulo, desperdício, pela super produção e alta tecnologia convivendo com problemas que a modernidade não resolveu:

O cosmopolitismo da cultura de massa, e ao mesmo tempo, a promoção de um homem moderno que se universaliza, o homem que aspira a uma vida melhor, o homem que procura a sua felicidade pessoal e que afirma os valores da nova civilização. A cultura de massa une intimamente em si os dois universais, universal da afetividade elementar e o universal da modernidade. Esses dois universais apoiam-se um sobre o outro e nesse duplo movimento acentuam-se a força de difusão mundial da cultura de massa. (MORIN, 1997, p. 161).

A sociedade industrializada de risco é a mesma sociedade da modernidade, decorrente da nova civilização baseada em técnica, instrumentalização e reducionismo. Não há controle para tudo nessa nova etapa do processo produtivo, por isso alguns riscos são calculados ou subestimados para dar continuidade à plataforma industrial vigente. Ainda pautada por uma economia oriunda do regime fordista e fortemente influenciada pelo uso de combustíveis fósseis as respostas para os passivos e externalidades ambientais são insuficientes. Em verdade, os mercados, a queima dos estoques naturais em nome do mantra financeiro, as contradições do capital são forças propulsoras e revelam seu caráter adaptativo. A configuração produtiva no espaço é incapaz de ofertar, com a tecnologia e conhecimento disponíveis, respostas ou soluções coerentes para importantes danos causados pela ação humana. (BECK, 2010, p. 23-28).

O espaço sofre e impõe sentido aos usos almejados pela sociedade que o habita, some-se a isso as relações simbólicas, culturais, materiais, as trocas e intercâmbios de outros povos e regiões. O tempo imprime a marca que o seu povo replica, conforme suas práticas, seus sonhos, seus desejos, suas necessidades, suas limitações. Consubstanciado na história, nas condições da base econômica e influências internas e externas devido aos processos produtivo-culturais:

É sabido que as economias nacionais têm pesos diferentes na economia mundial, e a hierarquização no sistema global, por sua vez, reflete-se nas tendências de externalização dos mercados. Efeitos externos em mercados nacionais constituem efeitos sociais colaterais da produção e do consumo privados; ainda que seja difícil identificá-los, todos têm os agentes causadores e os pacientes penalizados.

Contudo, no mercado mundial, os efeitos externos podem ser elementos de políticas do Estado nacional enquanto coletivo capitalista coletivo ideal (e nacional), seja para gerar ou conservar a coerência, seja para aumentar a competitividade da economia nacional pela eliminação dos custos, seja para elevar o nível nacional de riqueza. (ALTVATER, 1995, p. 149).

A política oficial dos estados podem ser orientadas para fomentar o crescimento constante, flexibilizar direitos trabalhistas e ambientais, precarizando as condições de vida dos trabalhadores para aumentar a competitividade da economia nacional. A eliminação dos custos, nada mais é que, sucumbir às regras do capital e seus detentores, mesmo que isso signifique o canibalismo dos investidores:

Em seu estudo *Política Fiscal: expresión del poder de las élites latino-americanas* [*Política fiscal: expressão do poder das elites latinoamericanas*], o Instituto Centro-americano de Estudos Fiscais (Icefi) revela os mecanismos utilizados pelas elites econômicas centroamericanas para moldar as políticas fiscais em benefício próprio. Elas atuam motivadas por três objetivos: maximizar os lucros mediante tratamento privilegiado como as desonerações; socializar custos privados, encobrendo-os com dívida pública ou outras distorções fiscais; e alinhar a política fiscal aos seus objetivos empresariais de expansão, consolidação ou migração para outras atividades ou outros setores. (OXFAM, 2015, p. 13).

Mediante o exposto, tem-se que, se o Estado desonera as elites econômicas, alinha as políticas fiscais para benefício próprio dos setores produtivos e atividades financeiras, nota-se a urgência em redefinir os valores da república, da finalidade da democracia, do que é o patrimônio público e os interesses sociais. Ademais, a política fiscal não deveria servir para exprimir os interesses das elites latinoamericanas, mas sim uma redistribuição de renda e tratamento equitativo conforme renda e herança para uma justiça socioeconômica. A vida urbana contemporânea com toda a sua complexidade, dilemas e vicissitudes exige respostas e soluções que ampliem a inserção social:

Porém, o modo de vida urbano contemporâneo envolve grandes massas humanas que deslocam-se para a cidade, quando não nascem nela própria, resultando em imensas concentrações populacionais. É sabido que no final do século XIX as maiores cidades estavam em países de renda elevada enquanto que, no final do século XX, elas encontram-se em países de renda baixa e média, fruto, principalmente, da migração forçada e do aumento da

expectativa de vida nesses países. Essa alteração geográfica resulta no agravamento da desigualdade sócio-espacial, gerado pela excessiva concentração da riqueza que assola o mundo contemporâneo e por limites da base natural. (RIBEIRO, 2003, p. 323).

Atualmente, o contexto latinoamericano tem uma variada composição social e econômicas, guardando similitudes entre os países em temas como urbanização desenfreada, subemprego, informalidade laboral, desrespeito às comunidades tradicionais e povos originários, uso exacerbado dos recursos naturais, concentração fundiária e utilização de monoculturas, juros altos e moedas nacionais fracas.

Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico que são trabalhados coletivamente por meio de políticas oficiais e quarto poder, mídia. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator que pode, combinado com outros dados histórico, raça, etnia, escolaridade, renda, condicionar as pessoas ou a forma de organização social. (SANTOS, 2008).

Uma forte base do modelo excludente está sacramentada na falta de reforma agrária. A secular questão envolve o capital político e econômico dado aos protagonistas da cena política, brancos e homens, oriundos de sucessivas levadas de invasores que aportaram como colonizadores nas Américas. À sua revelia, o pouco de terra que foi partilhado ou comprado à duras penas, tem fortalecido a agricultura familiar. Caso ela fosse implantada e respeitada, sustentada a longo prazo com seriedade pelo Estado, produziria um reordenamento da ocupação do espaço, reduzindo a pressão demográfica nas cidades, enfrentando a desigualdade e a exclusão social e articulando as metas de segurança alimentar, preservação do potencial de biodiversidade e busca de alternativas ecologicamente sustentáveis à agricultura químico-organizada (ACSELRAD, 2001).

Atualmente, com relação à posse de terras, a América Latina ocupa de novo o primeiro lugar no mundo e o Caribe, o segundo. Os governos têm dificuldade de definir políticas voltadas para uma distribuição mais equitativa da

terra, e os grandes proprietários têm exercido pressão para evitar e limitar o desenvolvimento de reformas agrárias, até por meio de recursos midiáticos, políticos via corrupção ou bancadas consolidadas para manter seus privilégios seculares e, até mesmo, golpes de Estado e desmandos empresariais em períodos ditatoriais. Isso, somado a modelos de exploração agrária centrados em culturas extensivas subsidiadas por bancos públicos e beneficiadas por políticas oficiais, atingiu com força as famílias dedicadas à produção em pequena escala de alimentos de subsistência (OXFAM, 2015).

Mas a pior parte recai sobre as mulheres produtoras: “elas têm menos terra, de pior qualidade, e sua posse é muitas vezes insegura”. (OXFAM, 2015, p. 11). O que explica um país marcado pelo patriarcalismo, pela herança machista e arcaica de uma cultura avessa ao pluralismo e participação de outros gêneros, raças, credos e origens no cenário político-econômico.

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas que se dão no contexto histórico, cultural, político e econômico traçados e mantidos pelo Estado e economia. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos e isso é o que tem ocorrido na América Latina: monoculturas, produção e riquezas concentradas e projetadas para fora, domínio estratégico por bancos e multinacionais ou pelo próprio capital interno, sem compromisso com um projeto real de desenvolvimento amplo.

Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos, afinal, a periferia do capital também tem seus momentos de turbulência e capacidade de tumultuar as estruturas solidificadas da colonialidade. (SANTOS, 2008).

Nesse sentido, os diferentes atores vêm discutindo os modelos de desenvolvimento e crise da sustentabilidade, que expõe as falhas do modelo de desenvolvimento adotado, fazem com que se abandone a ideia de que os recursos naturais são infindáveis e trazem consciência de vivermos um período de escassez de recursos e serviços ambientais, no qual alguns processos ambientais não podem ser substituídos por outros e que sucessivos períodos

econômicos e de crise não garantiram a eliminação da pobreza, da desigualdade extrema, da marginalização do negro, mulheres, índios e pobres urbanos.

Assim, no contexto bastante complexo da globalização, a solução para os problemas de desenvolvimento enfrentados por diversos países passa não apenas pela solução dos antigos problemas de pobreza e desigualdade, mas também pela necessidade de alcançar um crescimento sustentável e equitativo que seja partilhado para as massas costumeiramente marginalizadas da riqueza produzida em seus territórios. Isso significa repensar o paradigma predominante atual do estritamente individual, privatista e fragmentado pelo economicismo técnico para o coletivo, integrador, sustentável pela racionalidade ambiental. (ALBUQUERQUE, 2011):

La racionalidad ambiental que orienta la reterritorialización no es un paradigma científico, sino una filosofía de vida. Es un concepto cuya consistencia resulta de la condensación de los conocimientos, saberes, imaginarios y prácticas en los que se decanta el principio de la vida (negentropía) y una ontología de la diversidad y de la diferencia, y que fraguan en un sentido de reconstrucción guiada por una *racionalidad ambiental*, a través de un diálogo de saberes (LEFF, 2001b, 2006, p. 21).

A emergência da crise ambiental, certamente de valores paradigmáticos, decorre de manutenção de uma ordem econômica fracassada ao propor o crescimento infinito, ao custo social e ambiental de rios poluídos, vidas perdidas, marginalização e criminalização dos dissidentes desse anacronismo. O diálogo de saberes, a reconstrução dos sentidos da vida, da importância da interação das diversas formas de vida, contra a homogeneização dos hábitos e práticas alimentares, de comportamento e conduta. Uma reforma profunda do estabelecido pelo receituário neoliberal.

As condições históricas devem servir como material de análise e comparação para que, ao se conhecer e reconhecer as questões intrínsecas do processo civilizatório latinoamericano, suas falhas, fissuras e questões não tratadas ou renegadas ao porão da história e teorias econômicas, num processo de apagamento da história, de aniquilamento do não-desejado ou funcional ao sistema, da distorção da realidade e consequências de um

passado negado e escondido com fins bem definidos a perpetuar a exploração e reprodução de privilégios às suas classes detentoras.

A composição de povos aqui, ainda presentes, mesmo que hodiernamente aviltados e surrupiados em seus direitos mais elementares, os seus governantes e instituições possam referendar o pactuado nas emergências, conflitos e contradições das pautas historicamente silenciadas e invisibilizadas. O novo paradigma, talvez, seja trabalhar com o povo e para o bem comum, tratando os estados latinoamericanos como construção político social direcionada para seus cidadãos. A racionalidade e valores humanos precisam ser resgatados com uma ética socioambiental e de valorização da vida em sua plenitude, originalidade e diversidade.

2.2 Epistemologia do Sul, novos paradigmas e emergências

Bem Viver. Injustiça Ambiental. *Homo Economicus*. Resignificação. Autoafirmação. Paradigma ecológico.

A ampliação do acesso e intervenção epistemológica do conhecimento, como objetivo político favorecendo as lutas dos que sofrem, dos explorados, dos esquecidos da sociedade. Nesse panorama, esse conhecimento numa dimensão simbólica advém das comunidades tradicionais, dos povos primitivos, da periferia global no contexto do capitalismo neoliberal. Devido à mercantilização dos vários matizes que envolvem a vida, os conhecimentos que favorecem a emancipação dos oprimidos, dos excluídos, são necessários para entender a realidade do consumo.

A crença numa outra epistemologia, da não conquista e guerra contra a natureza, contra a própria espécie humana, no sistema desumanizado e contraditório do capitalismo decorre da instabilidade e mal estar da civilização moderna. As demandas gestionadas hoje, potencialmente ampliados pela reivindicação das minorias, dos direitos sociais e da ordem democrática questionam a superioridade das instâncias do progresso e desenvolvimento linear da economia capitalista.

Nessa perspectiva, a epistemologia do sul coloca a raiz da linha abissal que divide as sociedades metropolitanas e as coloniais. Suas práticas,

princípios, regras e valores que são impostos nos países inferiores, na periferia do Sul Global. A produção dessa realidade sob fenômenos radicais e conflitos socioambientais tece o questionamento dos extremos do capitalismo, dos limites do neocolonialismo:

En su propósito constructivo/reconstructivo, este paradigma no pretende una regresión hacia los modos tradicionales de producción, mas se inspira en ellos, desde el momento en que la producción se piensa a partir de los modos de valoración significativa de la naturaleza, en prácticas productivas entretejidas y subsumidas dentro de una trama ecosistémica, de imaginarios sociales y valores culturales de reciprocidad, de sus intercambios materiales y simbólicos. La producción no tiene por fin la ganancia, ni el crecimiento económico, ni la abundancia de bienes materiales, ni el equilibrio ecológico, ni el "desarrollo sustentable". Es una producción sin fines productivos, cuya valorización se establece por el sentido de "vivir bien". (LEFF, 2016, p. 28).

A teia do ecossistema e a reconstrução da natureza com a valorização dos modos tradicionais e locais vão em choque ao universalismo da globalização. Além da ideia de crescimento infinito, de acumulação de capitais, da expansão de mercados e conquista totalitária de em nome da "missão civilizadora" dos países centrais criou-se um pensamento alternativo. A utopia dessa alternativa em tempos modernos é que a reciprocidade, as trocas materiais ou simbólicas e sinalização de outra forma de organização social foge do conhecimento hegemônico assentado na transformação de mercadorias. O sentido do bem viver, sem necessidade de fins produtivistas restabelece os valores não-sacrificiais e de acúmulo, descarte, contraditoriedade do sistema capitalista ocidental:

En este sentido hemos afirmado que la crisis ambiental es un problema del conocimiento, de las formas como la civilización occidental ha comprendido lo real y ha fundamentado la construcción del mundo. La complejidad ambiental surge de la intervención del conocimiento en lo real, sobre la naturaleza y la vida, trastocando los órdenes ontológicos en los que la historia de la metafísica ha pensado el mundo. Emergen de allí no sólo nuevos órdenes híbridos del ser por la mutación transgénica del mundo, sino una resignificación política de categorías y conceptos - identidad, autonomía, territorio - como procesos de hibridación ecológico-cultural en los que se inscriben nuevos movimientos socioambientales. (LEFF, 2016, p. 28-29).

A civilização ocidental incompreende a crise ambiental e sua construção de mundo usa da epistemologia que solidifica a dominação do Sul geográfico, do patriarcado, do problema do conhecimento que controla, justificando o

determinismo e a objetificação da biodiversidade, dos outros povos e culturas que ainda não foram cooptados. A crítica da complexidade ambiental põe em xeque a realidade, a aparente situação como o mundo ocidental e moderno foi construído. Os novos movimentos socioambientais mostra as vicissitudes do único saber verdadeiro e válido, o eurocêntrico, que o extermínio dos povos autóctones e seus conhecimentos para impor o centralismo da ciência europeia baseada em isolar, observar, extrair, explorar, dominar e acumular para gerar mais e, após não servir para reprodução do capital, descartar está equivocado.

A injustiça ambiental decorrente dessa situação caótica que a ciência moderna e a epistemologia do norte rechaçam a apresentação do mundo segundo outras cosmovisões. A repetição da negação da história, da invisibilização dos índios, de suas comunidades, da tradição e dos seus conhecimentos são invalidados pela ótica científica capitalista.

Consoante o exposto acima, ao analisar as racionalidades híbridas, as sociedades constituídas historicamente por contextos e situações coloniais devem ser consideradas de maneira singular, tomando-se certas precauções para evitar interpretações universais e homogêneas, como é o caso de algumas das teorias da globalização. Politicamente, em sociedades divididas por escravidão, colonialismo, genocídio indígena e reprodução das exclusões e explorações fazem surgir problemas ao mesmo tempo que acentuam os já historicamente existentes. Embora cuidados analíticos devam ser levados em conta para o estudo das sociedades centrais e periféricas (esses termos estão ausentes nas abordagens da globalização), para evitar generalizações e essencializações para um lado ou para outro desses estudos culturais pós-coloniais e de epistemologias do sul, como para revisar certas concepções de globalização que reproduzem as antigas teorias do etapismo evolutivo. (FLORIANI, 2016).

A tratativa é reconhecer e ressignificar as lutas e compromisso político das epistemologias do sul, dentre elas, iniciando com a reforma agrária. Todavia, mesmo com a familiarização e união das minorias empobrecidas e marginalizadas tais como, mulheres camponesas, com os índios que restaram, com quilombolas, com pobres, favelados e suburbanos, imigrantes e ilegais a questão se coloca de maneira difícil devido ao momento de expansão das forças econômicas e o lobby político das elites e oligarquias:

A mediados de la década de los noventa, estudiosos y políticos pusieron nuevamente el tema de la reforma agraria en la agenda política, influenciados por la creciente preocupación pública sobre la pobreza y también por la renovada movilización de los campesinos sin tierra y los pueblos indígenas que, entre otros derechos, también reclamaban tierras. En la era actual de la globalización neoliberal, el clima político para una reforma agraria radical es desfavorable debido a que el papel y el poder del Estado están más limitados, mientras que es mayor el alcance y el poder de las fuerzas del mercado. Es por ello que en este nuevo contexto neoliberal se están proponiendo reformas más amigables con el mercado. (KAY, 2007, p. 42).

Isto posto, tem-se o direito elementar e primordial à terra negado historicamente aos latinoamericanos por seus próprios Estados que estão atados ao contexto neoliberal, atrelados ao mercado de exportações de recursos naturais baratos, gerando pobreza e violência contra as camadas populares. O que possibilita uma vulnerabilidade social maior de exploração pela ordem mundial vigente. Nesse sentido, a latente continuidade da dicotomia econômica e a crise ambiental nos países subdesenvolvidos é fortalecida pelas massas desempregadas, sem terra, sem teto, pela baixa remuneração e péssimas condições de saúde, educação, e acesso à serviços essenciais.

A aniquilação acontece até os dias atuais, gestadas pelo próprio Estado quando este financia grileiros e invasores de terras indígenas e públicas para desmatar, eliminar o outro, sua cultura e seus costumes para reificar o latifúndio, a monocultura, a extração de minérios, a construção de obras faraônicas com o viés desenvolvimentista. Assim como nos séculos iniciais de invasão e extermínio por parte dos primeiros colonizadores, espanhóis ou portugueses, o capital sob o eufemismo de *commodities* tem o aval estatal e dos bancos para multiplicar-se a qualquer custo na lógica do imediatismo.

Nesse diapasão, durante os anos da Ditadura Civil-Militar de 1964, tais povos passam a sofrer uma nova onda de invasões territoriais, garantidas por ações repressivas e genocidas sistematicamente organizadas. Em nome do chamado “milagre econômico” e do binômio “integração e desenvolvimento”, a expansão das fronteiras econômicas para as regiões Amazônica e Centro-Oeste literalmente invadiu territórios indígenas de pouco ou nenhum contato com o mundo exterior, atropelando inúmeras aldeias e gerando mais mortes e destruição pelo próprio estado brasileiro e seus agentes (SOUZA, 2015).

A matéria refere-se às rodovias Transamazônica (BR 230), Perimetral Norte (BR 210), Manaus – Boa Vista (BR 174) e Cuiabá – Santarém (BR 163), as quais, de modo trágico, afetaram inúmeros povos, entre os quais os Yanomami, Waimiri-Atroari, Tenharim, Kren-Akroro, Parakanã etc. Mas as violências foram praticadas também por meio de atos de invasão de territórios indígenas – por usinas hidrelétricas (como Balbina), estradas de ferro, projetos de colonização e contratos de arrendamento –, emissão de certidões negativas de presença indígena, transferências forçadas de comunidades inteiras para fora de seus territórios com consequentes epidemias e mortes, empreendimentos minerais e até mesmo internações em “reformatórios indígenas” (como a Colônia Penal Krenak). (SOUZA, 2015).

Atualmente, mesmo após essa dizimação de povos indígenas, passados 30 anos da aprovação da Carta Constitucional de 1988, intensificam-se as pressões do setor mineral pela exploração em terras indígenas. Não obstante, também as pressões do agronegócio e novas megaobras estatais se articulam por uma reforma da Constituição que lhes possibilite o acesso àquelas terras. Desse modo, assim como no século XVI, as sombras das conquistas e do empreendimento colonial novamente pairam sobre sangue dos povos indígenas no Brasil, como também na América Latina. (SOUZA, 2015).

Na sequência da história, atualmente as mesmas referências do passado imprimem com ares locais a indiferença, a desigualdade econômica, a marginalização das populações tradicionais e novas camadas suburbanas. As desigualdades entre as metrópoles das indústrias culturais e os países latino-americanos são maiores no campo das tecnologias e do acoplamento de recursos de informática e telecomunicações, ao passo que tais tecnologias retornam a preços muito elevados depois de transformadas em mercadorias e produtos fetichizados e tido como essenciais pelo mercado.

Trata-se de um território de disputa entre estadunidenses, europeus e japoneses pelo controle do mundo, com consequências a longo prazo na acumulação de informação estratégica e serviços, que abrange todos os campos da cultura, desde a documentação do patrimônio histórico e a experimentação artística até a comercialização dos bens mais heterogêneos entregues a domicílio e a criação de redes científicas e de entretenimento. A não ser pelo lançamento de uns poucos satélites e de parcas pesquisas

secundárias e subordinadas em algumas nações, a América Latina é sempre mera consumidora dessas novidades, pois a servidão e dependência decorrente de baixo investimento em tecnologia, educação e condições sociais impendem uma gestação sustentável a longo prazo. (CANCLINI, 2008).

A consequência central dessa complexa teia que historicamente deixa a América Latina à mercê de suas próprias elites e do capital estrangeiro incide na falta de qualidade de vida, na ausência de segurança, nas várias formas de violência, na periferação das cidades, em suma, na negação do sujeito. A sociedade com todos os seus subsistemas economia, política, família, cultura, justamente na modernidade tardia, deixa de ser concebível como "autônoma em relação à natureza". Problemas ambientais não são problemas do meio ambiente, mas problemas completamente engendrados pelo antropoceno (BECK, 2010).

O cerne de sua história, de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e com a realidade, de sua constituição econômica, cultural e política estão entrelaçados com fatores inerentes ao comportamento e hábitos predatórios e acumulativos do *homo economicus*. A "natureza interior" do universo civilizatório, industrialmente transformada, precisa ser claramente concebida como um típico meio não ambiente, como meio interno, que capitula diante de todas as nossas cultivadas possibilidades de distanciamento e exclusão, pois justamente a separação e insensibilização do homem de sua natureza interior o fazem rechaçar o outro, os demais, o natural. No final do século XX, vale dizer: natureza é sociedade, sociedade (também) é "natureza" (BECK, 2010).

Não obstante, a própria reflexão humana sobre seu processo civilizatório e ruptura com a ética da responsabilidade, da outridade e da alteridade tentam reconectar a sociedade com o seu entorno, com os demais. As insurgências que confluem das fissuras e novas análises e alternativas para a história perfazem uma longa trajetória em que é possível a busca por explicações menos dicotômicas e universalizantes sobre fenômenos de constituição cultural e política. Diferentemente daquelas oriundas das epistemologias logocêntricas da modernidade ocidental, possam ser estabelecidas a partir da categoria de "Modernidades múltiplas". Gradualmente, essa categoria permite partir de outros referenciais e fenômenos políticos e culturais emergentes, tais como os

de ressignificação da condição de sustentabilidade de sujeitos sociais que reassumiriam assim um novo protagonismo político, após longo período de acumulação de forças simbólicas, ao reassumirem suas identidades, no caso de diversas populações autóctones e tradicionais latino-americanas. (FLORIANI, 2016).

Os movimentos políticos e de identidade, de valorização e reconhecimento da cultura e da subjetividade dos povos originários, tradicionais e negro avançam em sua autoafirmação e reencantamento da história. Como protagonistas e sujeitos de direitos que fizeram a fazem a história, que bravamente não podem ser dizimados e apagados ou esquecidos pelo corpo social eles pleiteiam seus espaços e territórios, sua organização social, seus costumes e crenças como algo sagrado para sua valorização enquanto seres humanos. Nesse sentido, a institucionalização de políticas públicas de afirmação e inclusão desses sujeitos historicamente renegados pelo Estado é um dever-agir:

e en la búsqueda de los paradigmas económicos y sociales es preciso aprehender las realidades nacionales e internacionales, y en ellas identificar los obstáculos y condiciones impuestos por la aplicación de las distintas propuestas de política. Entre los factores condicionantes de las realidades económicas, políticas y sociales, las instituciones tienen un papel crucial, como se ha venido reconociendo cada vez más. Y entre ellas se destaca el Estado. En América Latina un factor fundamental de los grandes paradigmas de desarrollo ha sido el papel asignado al Estado. (IGLESIAS, 2006, p. 9).

Este paradigma multicultural, inclusivo, que respeite as diferenças e trabalhe para eliminar o preconceito e exclusão econômica dos pobres e desfavorecidos nos países subdesenvolvidos está consubstanciado na importância de um Estado que revise seu passado de extermínio, escravidão, exploração e apagamento simultâneo de indígenas e negros. Obviamente a pauta hoje se amplia para questões de gênero, pobreza e marginalização, violência, falta de moradia, destruição em massa de biodiversidade, e potencializa seus efeitos nos grupos de povos autóctones e negros.

Nessa esteira, é pertinente salientar a imbricada questão latinoamericana tecendo um paralelo com o Estado asiático:

El Estado asiático disfrutó de mayor autonomía que el latinoamericano, y estuvo precedido por tradiciones burocráticas eficientes y libres de la influencia de intereses particulares. En cambio, la experiencia en América Latina fue muy distinta, no tanto por la naturaleza de las políticas, sino más bien por su implementación. Las bases fiscales fueron insuficientes, debido en gran medida a la ausencia de un auténtico pacto social y político redistributivo. El Estado fue fácilmente dominado por intereses particulares, entre otros, los de las agrupaciones o partidos políticos, grupos económicos, líderes militares, caudillos o dictadores, los cuales fortalecieron su poder político y económico por la vía del Estado. Eso explica también el carácter clientelista del empleo y de la gestión del gasto público por los regímenes autoritarios o semidemocráticos. (IGLESIAS, 2006, p. 10).

A incorporação de fatores histórico-culturais e de peso político relevantes, tais como escravidão e colônias de exploração, alinhados a interesses particulares em detrimento do público e coletivo, ampliam o debate sobre efeitos em cadeia do individualismo e mentalidade colonial dos países em desenvolvimento.

Ademais, o caráter clientelista e patrimonial de quem ingressa no poder público visando administrar para si e os seus, amealhando e surrupiando o patrimônio público para unicamente fortalecer seu poder político e econômico. Isso corrobora para a falência do Estado e enfraquecimento da credibilidade das instituições públicas e seus agentes, do sistema democrático e da redistribuição da riqueza nacional para justamente quem mais precisa.

Contundentemente, há um outro inconveniente para o Sul Global que reside em sair da órbita da teoria do centro e da periferia. Pois, ao se dar uma prioridade absoluta aos problemas do centro, ela impede que se veja que a crise geral do capitalismo não mais diz respeito a apenas um sistema econômico, mas ao mundo no seu conjunto tal como foi constituído e moldado pela modernidade e racionalidade econômica. Nessa toada, transformou-se numa crise geral da humanidade que não pode ser resolvida pelos meios clássicos, como vemos principalmente ao examinarmos a crise monetária- que não pode ser assimilada às crises precedentes- ou os projetos de democratização da troca pela autogestão, que aparecem como uma maneira de perpetuar o sistema mercantil sob uma forma menos violenta. (DELAPREZ, 1977).

Em lugar de se estender à periferia do mundo industrial, o progresso permaneceu circunscrito aos países ricos constitutivos do centro, enquanto que

parece ser impossível de ser realizado o projeto de industrializar todo o mundo, faltando os meios materiais e a vontade autêntica de aí chegar, pois seria ampliar a devastação do *homo economicus*. Em lugar de trazer a paz e o bem-estar, o progresso industrial aumenta a violência e miséria, conflitos e guerras por combustível fóssil e controle de preços e mercados para extração e comercialização de produtos. Em lugar de facilitar a livre expressão das faculdades criadoras, limita cada vez mais o seu exercício ao reforço ideológico do produtivismo mercantil por meio das mídias de massa e redes sociais, ou sofisticadamente embutidos em valores a serem friamente perseguidos e estimulados à exaustão.

Desta forma, no que diz respeito à gestão dos recursos naturais, os teóricos são conduzidos pela técnica e economicismo a procurar paliativos, não colocando em questão o sistema de produção que criou diversos problemas sem resolução científico-tecnológica que não seja seu próprio declínio (DELAPREZ, 1977).

Portanto, tem-se problemas modernos para os quais não há soluções modernas. Esta visão, de um mundo complexo que aponta soluções frágeis e efêmeras para não enfrentar o fossilismo, o consumismo, os problemas de ordem moral e ética cabem perfeitamente dentro da modernidade. Para aqueles que consideram que a modernidade tem em si mesma diferentes paradigmas, diferentes formas de modernidade e, portanto, esta versão pode ser perfeitamente englobada dentro de uma destas versões oposicionais, marginalizadas dentro da própria modernidade ocidental (BAUMAN, 1999).

O pressuposto de que realmente no campo da ciência ocidental não há grandes inovações a fazer e que é preciso um outro tipo de produção científica realmente mais multicultural que traga colaborativamente cientistas de diferentes partes do mundo, seus valores, sua subjetividade, suas visões de mundo, suas concepções de projeto de vida para um novo paradigma além do cidadão hollywoodiano propagado aos quatro cantos. Por um projeto e metodologias alternativas, que transcendam o mero economicismo, o ego, o acúmulo, desperdício e descarte de seres e gente (BAUMAN, 1999).

Analisar o interior humano, sua alma, potencializar a humanidade em suas diversas matizes é nisso que deve residir uma nova epistemologia. Extravasa exatamente esta modernidade porque vai buscar outras

modernidades: a modernidade indiana, a modernidade brasileira, a modernidade colombiana, a modernidade sul-africana, a modernidade moçambicana, a modernidade portuguesa. Portanto, uma concepção de pós-modernidade para romper com essas limitações vivenciadas pela sociedade moderna. É nesse conjunto que foi concebida a *pós*, sobretudo porque não há uma modernidade, há muitas modernidades, algumas européias, outras não. E modernidades são basicamente situações, entidades, constelações culturais que tiveram em si uma idéia de transformação emancipatória da sociedade por meios que não apelam exclusivamente ao sagrado. E, portanto, há muitas outras formas de modernidade noutras sociedades. (SANTOS, 2003).

2.3 Políticas Públicas, Democracia e Contrastes

Cooptação do Estado. Mercado. Consenso de Washington. Sequestro da Democracia. Igualdade. Despolitização.

Os contrastes encontrados nas democracias contemporâneas têm relação direta com as premissas de ordem histórica, econômica, política e cultural. Essas condições enviesaram ou possibilitaram algumas experiências exitosas, ao elevado custo social, ambiental e de valores humanos para algumas nações, povos ou minorias.

É nesse mundo em desacordo, fruto de séculos de trocas injustas e relações assimétricas de poder que garantiu a incursão no século XXI de problemas longamente denunciados, todavia negligenciados, exacerbados, considerados externalidade socioambiental ou simplesmente uma aporia do sistema econômico vigente.

É decorrente dessa suprema industrialização que a informação e o acesso a conhecimento científico e tecnológico foram viabilizados como, paradoxalmente, instrumentos de libertação ou dominação. Uma poderosa força move o mundo rumo a um padrão comum, e essa força é a tecnologia. Tal força proletarizou a comunicação, o transporte, a viagem. Despertou em lugares isolados e entre povos depauperados o interesse pelos apelos da modernidade. Quase todo mundo, em todo lugar, quer tudo aquilo de que ouviu falar, viu ou conheceu por meio de novas tecnologias (LEVITT, 2016).

O que leva a reavaliar a contraface desse consumismo, dessa realização de ideais plantados pela modernidade com apelo a manter a esteira produtivista em pleno funcionamento sem questionar os impactos de ordem social, ambiental e cultural que não são resolvidos pela tecnociência.

O resultado é uma nova realidade comercial - a emergência de mercados globais para produtos padronizados em escala de magnitude até então inimaginável. Empresas que se amoldam a essa nova realidade tiram proveito de enormes economias de escala em produção, distribuição, marketing e administração. Ao converter esses benefícios em preços mundiais e reduzidos, podem dizimar concorrentes que ainda vivem segundo paradigmas de funcionamento do mundo (LEVITT, 2016).

Essa é a lógica do mercado que apela para o trade off sem questionar e mensurar as implicações na democracia, nos direitos humanos, nas questões de ordem ambiental, na marginalização e criminalização da pobreza. Sendo incoerente e impossível de manter extensivamente para todos um padrão hegemônico de consumo moldado pela modernidade eurocêntrica e repaginada pelos "Chicago Boys".

Objetificando e colocando a natureza numa posição de controle, domínio e exploração imediatista para maximização do potencial produtivo é mais palatável escamotear os impactos inerentes do sistema. Nestes termos, o meio ambiente torna-se um empecilho ao progresso e desenvolvimento, é o limite de reprodução dos estoques de matéria-prima, de florestas, de água, de mão-de-obra que travam a economia e seus arautos das benesses do mercado. Adicione a isto trabalho escravo, infantil, mortes, suicídio, depressão e violências geradas pela expropriação da natureza interior, da infância, do silêncio, da água potável, do ar puro, de tudo que é necessário para o equilíbrio e qualidade de vida não somente para a humanidade, mas também para os demais seres vivos que ainda restam em seus biomas:

La precarización no solo afecta a los sectores más vulnerables, sino que es una lógica de gestión del empleo que se constituye en el sello identitario de las prácticas de control neoliberal. Con ello el trabajo ha sido mutado en un bien fácil de manipular en virtud de las oscilaciones del mercado y de los cálculos que permitan optimizar la obtención de ganancia. Las sociedades han sido convertidas en verdaderos campos de batalla por conseguir y mantener un empleo. El trabajo ya no es un lugar en el cual un sujeto pueda desplegar con

tranquilidad un proyecto de vida, al contrario éste ha sido transfigurado en una experiencia preocupante y dolorosa. El mundo académico y quienes ejercen en las políticas públicas han sido también presas de este proceso de mutación del empleo (CODOCEO; AMPUERO, 2016, p. 29).

Essas nuances do mercado laboral precário e aumento da exploração do trabalhador convivem lado a lado em diversos lugares do planeta. O mundo globalizado compartilha não apenas pretensas democracias, sobretudo compartilha relações e modelos políticos, um sistema econômico hegemônico, e os contrapesos para suportar essas contradições. As políticas públicas estão inseridas no sistema democrático e podem ser construtivas e perenes quando bem trabalhadas por Estado e sociedade. Desde que não sejam cooptadas pelo sistema financeiro e não se submeta a interesses privatistas que moldam o mundo ocidental conforme a divisão internacional do trabalho e fomentam o controle neoliberal.

Dentro desta perspectiva, Vieira e Bredariol (1998, p.78) *apud* Peccatiello, assinala que políticas públicas são mediações “político-institucionais das inter-relações entre os diversos atores presentes no processo histórico-social em suas múltiplas dimensões (economia, política, cultura etc.) e são implementadas pelos atores políticos através de instituições públicas”. Nesse quesito, percebe-se que a dimensão econômica tem concentrado o poder de gerar e executar suas demandas via política pública, mitigando o papel crucial dos demais atores envolvidos (PECCATIELLO, 2011).

As alianças decorrentes para manter o *status quo* em momentos de crise, mesmo com o recrudescimento de contrastes historicamente negados, visam canalizar as políticas públicas para parcerias público privadas ou com fomento de bancos e organismos internacionais. Essa cooptação do Estado por parte do mercado torna a democracia refém do sistema financeiro e amplia as manobras do capital para se reproduzir:

Às vezes se chama tráfico de influências. Às vezes, *lobby*. Outras, corrupção. E outras, clientelismo ou controle dos meios de comunicação. Porém, todas são expressões de como as elites políticas e econômicas sequestram a democracia para benefício próprio ou de seu grupo. Esta excessiva representação de poucos nas decisões políticas e de política pública é um problema histórico e estrutural na América Latina e no Caribe, que criou uma sociedade profundamente desigual, que limita a construção de uma sociedade mais justa e gera um círculo vicioso. (OXFAM, 2015, p. 59).

A ética econômica que vigora chancela o sequestro da democracia por parte dos grupos privilegiados que ocupam espaços de poder. Seu discurso é traduzido em políticas públicas que estejam alinhavadas com os interesses particulares de uma casta política e econômica que aprofunda as desigualdades estruturais e exercício dos direitos democraticamente tutelados pelas constituições nacionais dos países latinoamericanos.

Então, formalmente se tem direitos que são assegurados, porém não tem meios materiais para sua concreção e executibilidade. A corrupção, clientelismo e nepotismo praticado pelos detratores neoliberais que usam o Estado em benefício próprio tornam a democracia anacrônica e disfuncional:

Em 2015 o Brasil pagará cerca de 9% do PIB com juros (ante 6,5% em 2014), o que beneficia algumas centenas de rentistas. A pergunta a ser feita é o que não cabe no PIB? A proteção social de 40 milhões de pessoas e a saúde de 150 milhões de brasileiros ou a preservação da riqueza de um seletivo grupo de milionários? Por que não enfrentam esta questão? Conflito de interesses ou desonestidade intelectual? (FAGNANI, 2015, p. 35).

Em termos institucionais, o sequestro das decisões sobre as políticas fiscais tem efeito na vida das pessoas, pois impede um investimento contínuo e perene em serviços públicos essenciais implodindo a materialização de direitos por parte de larga parcela populacional. Limita a consolidação de uma base fiscal sólida forçando, em muitos casos, o endividamento externo dos Estados, com a consequente perda de soberania nas decisões de política pública ou acabam resultando em maior pressão fiscal sobre os mais pobres quando se recorre aos impostos sobre consumo. A falta de receitas fiscais geradas de maneira interna, seja devido a opções de governos em isentar grandes empresas e não taxar herança e renda ou até mesmo pela subtributação decorrente de sonegações, limitando em muitos países os níveis de investimento e gasto público em serviços como os de educação, saúde, saneamento, mobilidade urbana, programas sociais. (OXFAM, 2015).

A consolidação dessas medidas político-econômicas oriundas da ideologia neoliberal e imposta para manter o capital em detrimento aos direitos sociais. As margens de lucro sofreram um enorme aumento, ao passo que direitos sociais foram precarizados e transformados em serviços e mercadorias,

retirando o papel social e do Estado na manutenção de um Estado Democrático de Direito humanista. Essa política de liberalização econômica, que desvinculou os salários e a produtividade, foi o resultado de uma mudança político-ideológica na década de oitenta (OXFAM, 2015).

Assim, duas décadas de reformas profundas alinhadas com o Consenso de Washington —os anos oitenta e noventa— contribuíram para estabilizar a tendência a reduzir a participação dos salários na receita nacional como receituário dos organismos internacionais que operam na América Latina. A transição política de um regime autoritário de partido único para uma democracia eleitoral mais consolidada não alterou esse processo de concentração, exclusão, submissão. Pelo contrário, a distribuição da renda do salário é ainda mais desigual hoje do que na década de oitenta. (OXFAM, 2015):

Hoje, é essencial que os governos iniciem reformas profundas que beneficiem as grandes majorias e, portanto, a sociedade como um todo. Essas soluções que exigimos, como um roteiro para mudar o modelo econômico e social, são um chamado para representar os interesses de muitos, são um chamado para tornar efetivas as democracias na região, garantindo direitos iguais para toda a população.(OXFAM, 2015, p. 146).

As reformas sociais e econômicas profundas devem ser integradas para efetivar as democracias na América Latina. A garantia de direitos não é suficiente do ponto de vista formal, mas sim na vivência e experimentação dessas conquistas sociais históricas que entram em choque aos interesses dos poderes já instituídos. Tais poderes instituídos funcionam na ética econômica e sob a lógica do mercado, para manutenção dos privilégios dos acionistas, privatistas, e agentes públicos e privados que trabalham, única e exclusivamente, para fins particulares escusos. Não obstante, é necessário repensar a histórica e analisar criticamente a política e seus impactos para toda a população:

Sabe-se quais são as políticas que se deve promover para enfrentar a concentração de poder e riqueza em poucas pessoas. Trata-se de reduzir os privilégios de uns poucos para garantir os direitos da maioria. O principal debate é sobre a distribuição de poder e o peso desproporcional que os interesses de poucos têm nos sistemas democráticos. É necessário governos com compromisso claro com as

maiorias, capazes de desligarem-se dos interesses particulares das elites políticas e econômicas. (OXFAM, 2015, p. 146).

As implicações da distribuição de poder para a maioria seria, ampliar a democracia e tornar realidade os direitos amplamente negados, omitidos, negligenciados. Isso é priorizar o legítimo e necessário direito político, econômico e social da comunidade rechaçando o uso do Estado e sua operacionalização por parte das elites políticas e econômicas. A primazia da coletividade, da supremacia do bem público para o povo, em sentido amplo, e não para uma minoria que controla o capital social, político e econômico.

Nas condições históricas atuais, avulta o papel do subsistema político, a começar pela ação que o seu nível mais alto, o Estado, representa na adoção ou modificação de um modelo dado de produção, de um modelo de consumo, de um modelo dado de distribuição dos recursos que impera sob a ordem econômica interna e externa neoliberal. A forma como o Estado se comporta em cada um desses domínios conduz a um resultado diferente no tocante à organização do espaço nacional, enaltecendo e valorizando a dimensão econômica de modo puramente instrumentalizado a favorecer a elite. (SANTOS, 2008).

O próprio Estado age seletivamente em relação aos diversos atores da economia ao subsidiar grandes empresários nacionais e isentar transnacionais, concedendo por meio de bancos públicos e linhas de crédito segmentos estrategicamente selecionados para reprodução do agronegócio, extração de recursos minerais, setor financeiro e midiático. Ao passo que, as mesmas empresas recaem ao fim em crimes contra a ordem econômica e tributária, corrupção, escravidão moderna e crimes ambientais. A imagem adiante confirma essa usurpação por parte do Estado, originando bilionários nestes setores citados ao longo da América Latina:

Gráfico 2: 10 Pessoas mais ricas da América Latina e Caribe

POSIÇÃO ALC	POSIÇÃO MUNDIAL	NOME	FORTUNA	PAÍS	SETOR	SETOR
1	2	Carlos Slim Helu	\$77.100,000	México	telecom	Telecoms
2	26	Jorge Paulo Lemann	\$25.000,000	Brasil	cerveja	Bebidas
3	52	Joseph Safra	\$17.300,000	Brasil	bancos	Finanças
4	77	German Larrea Mota Velasco	\$13.900,000	México	mineração	Extrativismo
5	82	Iris Fontbona	\$13.500,000	Chile	mineração	Extrativismo
6	85	Luis Carlos Sarmiento	\$13.400,000	Colômbia	bancos	Finanças
7	89	Marcel Herrman Telles	\$13.000,000	Brasil	cerveja	Bebidas
8	110	Carlos Alberto Sicupira	\$11.300,000	Brasil	cerveja	Bebidas
9	121	Alberto Bailleres González	\$10.400,000	México	mineração	Extrativismo
10	165	João Roberto Marinho	\$8.200,000	Brasil	mídia	Mídia

Fonte: Forbes *apud* OXFAM, 2015

Estas dez pessoas mais ricas, bilionárias, da América Latina permitem vislumbrar a origem de suas fortunas. São conglomerados de mídia, extrativismo, finanças, bebidas e telecomunicações que são, justamente vulneráveis, dependentes da exploração de recursos naturais e de condições econômico-políticas dos países latinoamericanos. Com o terreno devidamente aparelhado e bem orquestrado é crível uma ideologia incoerente fazer sucesso, pois a ele se devem as orientações primordiais no domínio da cultura e as possibilidades unilaterais, que partem de uma verdade tolhida, distorcida ou ambientada para ter protagonismo face os demais sujeitos e entidades sociais:

En el plano popular, la expansión de las libertades de mercado y de la mercantilización de todo lo existente, puede escaparse al control muy fácilmente y generar una sustancial falta de cohesión social. La destrucción de todos los vínculos de solidaridad social e, incluso, como sugirió Thatcher, de la propia idea de sociedad como tal, abre un enorme vacío en el orden social. Se vuelve entonces especialmente difícil combatir la anomia y controlar las conductas antisociales concomitantes que surgen, como la criminalidad, la pornografía o la práctica de la esclavización de otras personas. La reducción de la «libertad» a la «libertad de empresa» desata todas aquellas «libertades negativas» que Polanyi vio como inextricablemente ligadas a las libertades positivas. La respuesta inevitable consiste en reconstruir los vínculos de solidaridad social, si bien en virtud de líneas diferentes. Ésto explica el renovado interés por la religión y la moralidad, por nuevas formas de asociacionismo (en torno a cuestiones de derechos y de ciudadanía, por ejemplo) o, igualmente, la reedición de formas políticas más viejas (el fascismo, el nacionalismo o el localismo, entre otras). El neoliberalismo, en su versión pura, siempre ha amenazado con provocar el nacimiento de su propia némesis¹⁰⁵ en una variedad de populismos y nacionalismos autoritarios. (HARVEY, 2007, p. 87).

O lugar do estado nesse processo de dominação é de submissão e mero promotor do capitalismo no atual período da globalização e homogeneizar a liberdade, condicionando-a a ideologia neoliberal para austeridade, privatização e liberação de mercado. A liberdade deve ser reprimida por meio do medo, dos mecanismos de controle exercidos pela domesticação massificante e unilateral do onipresente mercado:

Que efeitos teve esse modelo de modernização e integração nos vinte anos em que vem sendo aplicado? Cumpre avaliar tanto seus impactos sobre a economia e a política como no desenvolvimento sociocultural. Os números revelam que, diferentemente do liberalismo clássico, que postulava *a modernização para todos*, a proposta neoliberal nos leva a *uma modernização seletiva: passa da integração das sociedades à submissão da população às elites empresariais latino-americanas, e destas aos bancos, investidores e credores transnacionais*. Amplos setores perdem o emprego e as garantias sociais básicas, diminui a capacidade de ação pública e esvazia-se o sentido dos projetos nacionais. Para o neoliberalismo, a exclusão é apenas um componente da modernização entregue ao mercado. (CANCLINI, 2008, p. 50).

A modernização trazida pelo neoliberalismo está intrinsecamente preocupada com a rentabilidade das elites nacionais, bancos, credores e investidores internacionais. Não há projeto nacional, nem diálogo e consolidação de uma real democracia. Acabou-se o laço social, a importância da vida, a sociedade se fragmentou para dar espaço ao mercado e suas excludentes social, ambiental, cultural, em prol do capital.

Los neoconservadores alientan el poder corporativo, la empresa privada y la restauración del poder de clase. Por lo tanto, el neoconservadurismo concuerda totalmente con la agenda neoliberal del gobierno elitista, la desconfianza hacia la democracia y el mantenimiento de las libertades de mercado. No obstante, se aleja de los principios del neoliberalismo puro y ha reformulado las prácticas neoliberales en dos aspectos fundamentales: primero, en su preocupación por el orden como una respuesta al caos de los intereses individuales y, segundo, en su preocupación por una moralidad arrogante como el aglutinante social que resulta necesario para mantener seguro al Estado frente a peligros externos e internos. (HARVEY, 2007, p. 88 y 89)

Além disso, através da repartição das infraestruturas no espaço nacional e pela escolha daquelas que beneficiam um determinado setor da produção e da população, a instância política está decidindo, consciente ou

inconscientemente, a localização das empresas, das instituições e dos homens, segundo características específicas definidas pela ideologia do mercado neoliberal. O papel do Estado hoje está condicionado à articulação do mercado interno frente ao mercado externo, desde que assegure os interesses do mercado (SANTOS, 2008).

Consoante o exposto, discorre-se que uma democracia entre desiguais é uma fantasia enganosa e serve para legitimar uma dominação política e econômica que é exigida e promulgada pelo *mainstream* como única solução para a sociedade. Em pleno século XXI como uma sociedade que não conseguiu resolver os problemas do século XIX, da inclusão social e das reformas nas estruturas de concentração da renda e da riqueza (COSTA, 2015).

As promessas das privatizações estão condicionadas aos interesses do capital hegemônico, sem importar a mercadorização de direitos e a transformação deles em serviços a serem adquiridos no mercado com apoio ativo das decisões tomadas em âmbito dos Estados latinoamericanos para reestruturação do capital.

Nestes termos, é emergente construir as pontes, manter a autonomia e soberania e resgatar os direitos para benefício do povo, para reconstrução do patrimônio público como bem coletivo e não alimentar o feroz acúmulo de lucros e dividendos para o setor financeiro. Nesse sentido, é absolutamente compreensível que temas como desigualdade social, biodiversidade e democracia frequentemente façam parte das investigações aqui consideradas e dependam de um resgate histórico, geopolítico e uma interdisciplinaridade para sua compreensão. Entrementes, isso não é suficiente para conduzir a comunidade científica latino-americana para uma situação de excepcionalidade no cenário mais amplo do mundo científico (COSTA, 2011).

A cooptação da práxis pelo mercado sobre o discurso do desenvolvimento sustentável é aderido mediante pressão da crise e, em última esfera, deixa-se de refletir sobre o simulacro que representa diante da crise civilizatória:

O discurso do desenvolvimento sustentável inscreve as políticas ambientais nos ajustes da economia neoliberal para solucionar os processos de degradação ambiental e o uso racional dos recursos

ambientais; ao mesmo tempo, responde à necessidade de legitimar a economia de mercado que resiste à explosão, à qual está predestinada por sua própria "ingravidéz" mecanicista. Assim, precipitamo-nos para o futuro sem uma perspectiva clara para desconstruir a ordem antiecológica herdada da racionalidade econômica e para caminhar para uma nova ordem social, orientada pelos princípios de sustentabilidade ecológica, democracia participativa e racionalidade ambiental (LEFF, 1994).

Em suma, o desenvolvimento sustentável é o mesmo processo produtivo camuflado, metamorfoseado em verde ou *green*, *eco*. Legitima a racionalidade econômica incute a incerteza do tecnicismo resolver os problemas socioambientais. A insolubilidade da ordem econômica em questão, permite colocar em suspenso uma necessidade vertiginosa de uma nova ordem social, pautada por princípios de sustentabilidade ecológica, de equidade social e intergeracional, de democracia participativa e uma racionalidade ambiental:

A diferença não é político-ideológica, mas histórica: Hobbes precisa do poder estatal para domesticar e controlar a violência da natureza e da competição humanas; em Adam Smith (e em Hegel, noutro plano metafísico), o sistema competitivo, o mercado, exerce sozinho a domesticação e o controle, não mais precisando do Estado absoluto. Mas, o que fica claro em toda a tradição conservadora é a sua motivação pelo medo e pelas ansiedades, sendo a guerra civil ou o crime de cordeiro: sua função não é incentivar e perpetuar a liberdade (muito menos a liberdade de tipo político, mas, antes, reprimi-la; e a propósito dessas visões pode-se realmente reavivar os lemas dos anos de existencialismo - o medo da liberdade, da fuga da liberdade. A ideologia de mercado assegura-nos que os seres humanos estragam tudo quando tentam controlar seu destino ("o socialismo é impossível), e que é uma felicidade possuímos um mecanismo interpessoal de substituir a arrogância e o planejamento humanos, e de substituir por completo as decisões humanas (JAMESON, 1996, p. 291).

Obviamente, a funcionalidade ideologia do mercado é consolidada através do Estado via políticas de austeridade fiscal, privatizações e liberação para que o capital possa se instalar, circular e extrair o máximo sem garantias e contrapartidas para ninguém, exceto seus controladores:

Uma explicação para o ostracismo das ideias desenvolvimentistas nas últimas três décadas se encontra no próprio significado da globalização, que limita o alcance das políticas macroeconômicas locais em face da integração mundial dos mercados de bens e financeiro. Isso coloca em segundo plano o papel do Estado na economia, o qual passa a ser visto como um obstáculo à expansão do mercado. Não surpreende, portanto, que a austeridade fiscal, a privatização e a liberação do mercado fossem os três pilares sob o qual foi construído o chamado Consenso de Washington. (PEREIRA, 2006, p. 136).

As fábulas e promessas incoerentes são alinhadas aos interesses da reprodução do capital interno e externo, em consonância com a perpetuação da macroestrutura socioeconômica que privilegia secularmente as elites nacionais, sem importar a consolidação da democracia e eliminação dos sujeitos e minorias, acentuando a desigualdade na ordem vigente:

Gráfico 3: Desigualdade Econômica no Mundo

DESGUALDADE ECONÔMICA NO MUNDO - 1995				
	População (milhões)	% População	PIB (US\$ milhões)	% PIB
Países de renda alta	903	15,91%	22.508.193	81,29%
Restante do Mundo	4.772	84,10%	5.179.129	18,71%

Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 1997 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 1997.

Fonte: Banco Mundial *apud* ESTENSSORO, 2003.

Depreende-se do quadro que a desigualdade econômica no mundo é da ordem de 80% dos recursos ficam concentrados para 20% da população dos países de alta renda. Em contrapartida, os 80% da população, residente no restante do mundo, deverão gerir 20% da riqueza produzida. É um quadro assombroso, considerando que, nos países de baixa renda ainda existe uma brutal concentração de renda, diminuindo ainda mais as chances de participação das classes subalternas de compartilharem desses 20% do Produto Interno Bruto.

O neoliberalismo, também conhecido como o fundamentalismo de mercado ou economia laissez-faire, pretende libertar o mercado de interferência política. O estado, afirma, deve fazer pouco, mas defender o status-quo, proteger a propriedade privada e eliminar os obstáculos aos negócios como receituado pelo próprio neoliberalismo em tom de fórmula do sucesso para ingresso no mundo desenvolvido e moderno. Todavia, o que os teóricos neoliberais chamam encolher o estado mais parece com o encolhimento da democracia (MONBIOT, 2012).

Contrastes bem demarcados pelas parcelas que detém os meios e o capital hegemônico para se perpetuar no poder e as massas que sobrevivem em meio ao caos desestrutural. Assinale-se a redução dos meios pelos quais os cidadãos podem restringir o poder da elite. O que eles chamam de

"mercado" parece mais com os interesses das empresas e dos ultrarricos que são incompatíveis com uma real democracia. O neoliberalismo parece ser pouco mais do que uma justificativa para a plutocracia (MONBIOT, 2012).

Evidencia-se um foco extremo em torno a tônica extremada do desenvolvimentismo ou simplesmente crescimento econômico direciona a toda a sociedade para a origem da própria crise retroalimentando-a. Uma democracia real tem que funcionar para a maioria, senão para todos, ao passo que o projeto implementado nos estados neoliberais restringe-se a canalizar recursos, poder e concentração aos acionistas, executivos, banqueiros, empresários e demais conspiradores do projeto mercantil moderno.

Diante desse sequestro da democracia e vicissitudes instaladas nos países latinoamericanos, como enfrentar a crise ambiental que permeia a atual sociedade, que desenvolvimento se adequa ao meio ambiente e construção de um estado de bem estar social com políticas públicas sólidas e construídas desde a base com a participação dos sujeitos envolvidos e seus territórios. Provavelmente, essa concepção requer, necessariamente, a ruptura e transição rumo a outras organizações sociais, visões de mundo, justiça social e histórica com os povos escravizados, com tribos indígenas e países pobres endividados. (PECCATIELLO, 2011).

A priorização do setor financeiro e a despolitização de pautas urgentes e necessárias de âmbito social, ambiental e humano refletem o descompromisso político de implementar as políticas públicas:

Declínio das políticas públicas, em propostas que se pretendem regulatórias, como as da Agenda 21, são inviabilizadas por um processo de "despolitização das práticas do governo", pois o governo prioriza demasiadamente o setor financeiro. Em nome da estabilidade financeira, são investidos recursos no setor bancário e não no social e ambiental. A descontinuidade da preocupação governamental em implementar a Agenda 21, assim como, a questão da ausência da necessária articulação entre a tríade (ambiental, social e econômico) do desenvolvimento sustentável mostram esse descompasso nos projetos de uma política, dita integrada e ambiental (ACSELRAD, 2001, p.85-86).

O dismantelamento do Estado e a aniquilação dos laços de solidariedade social fazem com que as políticas públicas articuladas de cunho ambiental, social e econômico sejam trocados por uma programação do setor financeiro. As relações de poder e o mero produtivismo são desequilibrados e

criam um verdadeiro estado de exceção na sociedade oportunizado pela retórica desenvolvimentista.

Como regime social, a democracia política liberal pode coexistir com o fascismo social. Assim como as várias dimensões, formas e expressões de violência se materializam no corpo social, idem para as imensas desigualdades de renda, concentração de poder de mídia, renda, capital cultural essencial no mundo tecnológico, níveis díspares de educação e saúde, acesso a crédito, dentre outros. Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo global, trivializa a democracia até ao ponto de não ser necessário, nem sequer conveniente, sacrificar a democracia para promover o capitalismo. Trata-se, pois, de um fascismo pluralista e, por isso, de uma forma de fascismo que nunca existiu e agora se espraia sutilmente capilarizando-se nas estruturas sociais. Nessa conjuntura, é possível afirmar que as sociedades são politicamente democráticas e socialmente fascistas. (SANTOS, 2007).

A América Latina não difere dos demais países do Sul Global no que tange às heranças do colonialismo, escravidão e posteriores processos de exploração e manutenção do *establishment* econômico e social que permitem sua continuidade. Subalterna no processo de globalização, portanto sem protagonismo e ainda dispondo de seus recursos como há séculos, sem meios geopolíticos de se impor devido à democracia frágil, crises internas, dívidas externas, desigualdades, desconhecimento da própria cultura e potencialização de sua diversidade histórico-social. Última razão do mercado, laboratório de experimentação dos neoliberais e eixo fundamental da implementação de medidas de austeridade.

Nessa perspectiva, o chamado "mercado global" nada mais é do que uma rede de máquinas programadas para atender a um único princípio fundamental. Leia-se máquinas não somente os robôs e máquinas industriais, mas todo e qualquer aparato, tais como: bolsa de valores, shoppings, centros comerciais, mídia e seu quarto poder, o ritual de comprar, desejar, consumir, descartar, despertar fetiche da mercadoria e até mesmo da própria espécie como passível de ser a mercadoria. O princípio de que o ganhar dinheiro deve ter precedência sobre os direitos humanos, a democracia, a proteção ambiental e qualquer outro valor imaterial e simbólico elaborado pela humanidade (CAPRA, 2002).

No contexto da globalização a influência dos mercados, ou o seu controle, sobre os Estados nacionais têm trazido uma usurpação de valores humanísticos e éticos em prol da perpetuação e aumento do capital para poucos indivíduos. A lei do mais poderoso, rico e influente impera no sistema financeiro e político mundial, reduzindo a importância e necessidade do Estado enquanto redutor das desigualdades e excessos dos detentores do capital. A situação se tornou insustentável nas democracias ocidentais, causando um prejuízo maior para os países emergentes. Nessa toada, a própria existência das condições da vida humana para todos com dignidade tem sido obstadas pela prepotência das elites nacionais, do poder de interferência e decisão das transnacionais, da infiltração do sistema financeiro, organismos transnacionais e seus executivos.

Pertinente ponderar que, devido as fontes que basearam a sociedade ocidental ser fortemente construída sob as concepções greco-romanas de democracia, ética, igualdade, república, fontes do direito, dentre outros elementos constitutivos da política hodierna.

Em as fenícias, Eurípedes baseia a igualdade, o princípio fundamental da democracia, no domínio de uma lei que se manifesta constantemente na natureza e à qual nem o próprio Homem consegue escapar, o que claramente após a difusão do conhecimento e períodos históricos de revolução permite assegurar que existem concreta e circunstancialmente outros fatores de ordem material, simbólica, econômica, educacional, acesso a serviços e equipamentos públicos, trabalho, cultura, inserção política e outros que podem fornecer condições para desenvolvimento subjetivo do sujeito. Mas, ao mesmo tempo, outros criticavam energicamente o conceito de igualdade, tal como era concebido pela democracia, procurando demonstrar que na realidade a natureza não é regida pela *isonomia* mecânica, mas impera nela a lei do mais forte. (JAEGERS, 2001).

Em ambos os casos vê-se claramente que a imagem do ser e da sua ordem perpétua é encarada por um prisma humano e interpretada em sentidos opostos, conforme a diversidade de opiniões. Tem-se, por assim dizer, frente a frente, uma concepção aristocrática e uma concepção democrática da natureza e do universo. A nova concepção do mundo mostra que aumentam constantemente as vozes que, em vez de admirarem a igualdade geométrica,

defendem a desigualdade fundamental dos homens e fazem, deste dado, ponto de partida para a sua concepção do direito e do Estado. Como seus predecessores, é na ordem do mundo que fundamentam a sua concepção, e podem vangloriar-se de serem os detentores das mais novas concepções da ciência e da filosofia. (JAEGER, 2001).

Dessa maneira, o homem como animal político é resultado de uma soma de fatores temporais, históricos, ambientais, culturais, familiar, societário e também de ordem pessoal. A democracia depende, dialeticamente, de como esse sujeito foi concebido, educado, preparado para agir e se portar como indivíduo que coopera para além do seus interesses. Essa visão de espaço democrático e espaços de poder que devem ser ocupados pelos diversos cidadãos é para dirimir os conflitos, as tensões e choques que a desigualdade material e socialmente construída coloca entre os iguais ante a espécie humana.

É no processo decisional que a democracia participativa pretende inserir-se. O objetivo é superar, ou atenuar, o "pecado original" do esquema representativo, a fratura por ele introduzida entre os "muitos" que nomeiam e os "poucos" que decidem. Nessa constante, há porém, um outro aspecto da democracia que foi focado, nas últimas duas décadas, no debate filosófico-político, sobretudo o anglo-saxão: o momento da discussão, do livre e informado confronto das opiniões; um confronto que, se em sede dos congressos, senados e câmaras legislativas precedem e preparam a decisão que a elas compete, desenvolve-se, mesmo externamente a uma tarefa decisional, em toda a esfera pública, tornando-se uma das marcas distintivas características da democracia. Logo, essa esfera pública hoje é moeda de troca, é manipulada e recebe maciçamente os ditames dos poderes instituídos tornando complexo saídas e alternativas plausíveis a curto e médio prazos (COSTA, 2012).

Utilizando-se deste léxico gramatical de *deliberative democracy*: onde a expressão "deliberative" é semanticamente contígua ao substantivo "deliberation", que significa algo próximo a uma "longa e cuidadosa discussão", o que em tempos de Estado ativo para o capital e passivo para os cidadãos, induz que não há nem longa e, muito menos, cuidadosa e ampla discussão com o máximo de vozes para gerar um frutífero debate na esfera pública. Sem

referência ao momento da decisão, enquanto em italiano e em outras línguas neolatinas "deliberação" é sinônimo de decisão) (COSTA, 2012).

Para instigar a percepção e reflexão acerca de das consequências de uma cultura política marcada pelas heranças colonialistas, patrimonialistas e clientelistas, combinadas com as imposições de uma ditadura militar e econômica, geraram, na sociedades latinoamericanas, resultados visivelmente contraditórios. De um lado, setores organizados das classes populares e aliados foram responsáveis por uma sociedade civil viva e razoavelmente mobilizada, para alcançar uma democracia política e econômica. De outro lado, diante das graves crises econômicas verificadas nos anos 1980 em diante, os movimentos de perspectiva emancipadora, em alguns aspectos perderam o foco, por exemplo, perante a onda de crescente desemprego e das restrições a que são submetidas. E a massa da população desorganizada ficou, ou excluída da ação estatal, ou cada vez mais refém de ações públicas compensatórias combinadas com as políticas neoliberais que sustentam a reestruturação produtiva e a hegemonia do capital em sua primazia (PEDRINI; ADAMS; SILVA, 2007).

O sequestro da democracia por parte das elites políticas e econômicas influem na gestão das políticas dos Estados nacionais latinoamericanos e do Sul Global. Permitem, por motivos escusos de imediatismo e decisões políticas equivocadas do ponto de vista democrático ou justiça socioambiental, uma margem de manobra para superexploração no contexto da globalização de mercados na divisão internacional do trabalho atual:

Infelizmente el Estado tampoco garantiza la protección y defensa de los comunes para el beneficio de todas y todos. Los Estados en la región, como reflejan muchos artículos del primer y segundo capítulo, tienden a manejar las políticas públicas de forma vertical y poco participativa. Privilegian los razonamientos economicistas de corto plazo; no ponen límites o hasta fomentan métodos de producción agrícola intensiva con el abuso de recursos naturales y de insumos contaminantes, a gran escala, la minería a cielo abierto, la tala desmesurada de bosques, grandes proyectos de desarrollo turístico (poco amigable con el medio ambiente). (HELFRICH, 2006, p. 25).

Tal conjectura abre um espectro nos países do terceiro mundo ao contrastar entre muitos recursos naturais, humanos e culturais e, simultaneamente, conviver com o oposto dessa opulência não estendida a

maioria de suas populações, leis flexíveis, corrupção, marcados por guerras fiscais para atrair investimentos. Sobretudo, a ampla gama de mercadorias e serviços dispostos não levam em consideração o devido cuidado da extração, descarte, interações socioambientais e posteriores desastres decorrentes dos processos produtivos e sociedades humanas.

A injustiça ambiental e social solapam os mais pobres, esmagadora maioria nos países periféricos, acentuam seus já conhecidos problemas de ordem ambiental, social, político e econômico. A ordem que impera é a da lógica neoliberal. Nas zonas periféricas, são instaladas políticas que não beneficiam seus cidadãos e que aniquilam culturas e vidas dos povos autóctones, quilombolas, ribeirinhos, pobres, pescadores e comunidades tradicionais. Na contradição de que estas mesmas decisões são eficazes para maximizar os lucros e ganhos de uns poucos privilegiados, negando os direitos de muitos. E os meios são tristemente conhecidos: tráfico de influências, lobby ilícito, corrupção em contratos públicos, clientelismo, compra de votos, concentração de meios de comunicação. (OXFAM, 2015).

Quanto mais a desigualdade aumenta, menos as pessoas confiam no sistema democrático e se inicia um processo de "eu contra eles" ou um animalesco instinto de "salve-se quem puder", primeiro eu e o meu, numa visão restringida de humanidade, que eleva os índices de criminalidade e violência conduzindo todos à barbárie. Não é só a qualidade da democracia que está em jogo, mas sua própria permanência devido à banalização da vida pública e da falta de ética que transcenda os valores individuais exigidos pela competitividade, pelo individualismo, características altamente valorizadas pela sociedade do espetáculo. Por isso, os Estados devem adotar medidas urgentes para enfrentar a desigualdade. Os cidadãos latino americanos e caribenhos estão fartos da desigualdade. Observam-se níveis cada vez maiores de protesto diante de tanta injustiça. (OXFAM, 2015).

Não houve mudança de uma sociedade baseada no capital pra outra baseada na racionalidade ambiental e aberta a visões de mundo, complexidade, respeito a sociobiodiversidade e organização social diferentes da imposta pelo projeto da modernidade. Justiça e racionalidade sociais não são atingidos apenas com a tecnologia, se não imbuídos de democracia e conhecimento balizados por políticas públicas geridas e discutidas em sintonia

com os atores sociais de base, com autonomia e liberdade para os cidadãos em sua busca por ocupar espaços e exercer seus direitos.

3. JUSTIÇA AMBIENTAL: COMPLEXIDADE E SOCIOBIODIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

Consumismo. Violência. Papel do Estado. Dimensão Ambiental. Sustentabilidade e meio ambiente. Democracia ambiental. Nexos Colonial. Projeto de Sociedade. Crise Ambiental. Modelo de Produção Industrial. Abya Yala.

Momentos de crise revelam oportunidades que podem ousar em termos de ideias fixas. A crise civilizatória, ambiental, humana, social, econômica e tantas outras revela a passagem para se analisar profundamente as ações antrópicas até aqui, seu desfecho, seus estigmas e dar um salto qualitativo em termos de avanço no século XXI. Ao se questionar que tipo de sociedade o iluminismo e as Revoluções Industriais possibilitaram, após duas grandes Guerras Mundiais, novos problemas surgiram decorrentes, consideravelmente, das ações humanas ao longo dos três últimos séculos.

Coletivamente, cientistas e estudiosos, além dos principais atingidos pela globalização em curso - os pobres, minorias e oprimidos - denotam que as bases da sociedade atual contêm fissuras e as soluções apresentadas até o momento são insuficientes. Para vislumbrar um contexto que abarque a justiça ambiental, a complexidade e a sociobiodiversidade, deve-se reavaliar o preço da tensão permanente que assola a comunidade mundial:

Não resta dúvida de que esta concepção do desenvolvimento coloca em xeque o consumismo do modo de produção capitalista, principal responsável pela degradação do meio ambiente e pelo esgotamento dos recursos materiais do planeta. Esse modelo de desenvolvimento, baseado no lucro e na exclusão social, não só distancia cada vez mais ricos e pobres, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, globalizadores e globalizados. Na era da globalização, o capitalismo está criando, em escala mundial, um ambiente favorável ao surgimento de alternativas políticas regressivas e antidemocráticas que se aproximam do fascismo (GADOTTI, 2000, p. 64).

Nesse diapasão, a concepção de desenvolvimento amplamente adotada é excludente e mantém estruturas que degradam os recursos naturais, reforçam o uso da força e da violência para adquirir e manter o controle das reservas energéticas. A biodiversidade se vê ameaçada, assim como seus povos e sua legitimidade para gerir seus próprios territórios e recursos. O capitalismo está desconectado do mundo natural, não considera valores estéticos, sagrados, nem o próprio tempo para recuperação dos recursos extraídos. Não obstante, a coesão e paz sociais estão ameaçados pela disparidade socioeconômica, pela não distribuição das riquezas já produzidas. Nesse sentido, tratar de sustentabilidade²¹ e democracia ambiental²², disseminar a cultura dos direitos humanos válido e consagrada, mas nem sempre respeitada e cumprida nos Estados republicanos, é crucial para valorização dos ecossistemas, inclusive da própria sobrevivência da raça humana, seus princípios e valores:

Assim, dada a especificidade de nossa sociedade, a pobreza e a desigualdade social assumem uma enorme complexidade, conformando-se num desafio que se traduz na urgente necessidade de se formular um novo projeto para a sociedade. Este projeto deve contemplar a perspectiva da melhoria das condições de vida da população por meio de reformas sociais profundas e que apontem para a superação da pobreza e da injustiça social. Mas se essa tarefa não cabe exclusivamente ao Estado, à sociedade ou ao mercado, como faz crer o debate atual, e sim ao conjunto da sociedade- aí compreendido o Estado-, este assume um papel tão mais central e fundamental no que diz respeito à sua função de regulação e mesmo produção de determinados serviços sociais básicos, quanto maior for a magnitude da pobreza e da desigualdade social, seja nos níveis nacional, estadual ou municipal (COHN, 1998, p. 145).

²¹ Os diversos envolvidos no debate e na implantação de um modelo de desenvolvimento colocam em evidência o conflito entre os atores e os diferentes aspectos presentes nessa discussão, assim como expõem as relações políticas e de poder estabelecidas. Daí por que os conflitos de natureza socioambiental constituem um fenômeno importante e um indicador das relações sociais, econômicas, ambientais dessa realidade ao trabalhar com a sustentabilidade e o meio ambiente. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 247).

²² A democracia ambiental insere-se, deste modo, no quadro das lutas sociais pela apropriação das condições de produção das comunidades indígenas, das sociedades camponesas e dos grupos urbano-populares. As técnicas e os conhecimentos necessários para a prática produtiva do desenvolvimento sustentável convertem-se assim em novos meios de produção, objeto de uma luta pela apropriação por parte dos consórcios internacionais ou das próprias comunidades para a autogestão de seus recursos (LEFF, 2009, p.234).

Na mesma linha de raciocínio, buscando fortalecer o papel central do Estado como regulador e fornecedor de serviços sociais básicos que possam contribuir para a superação da pobreza e injustiça social encontrados em sociedades contemporâneas. Nessa linha, a explanação adiante aduz que:

Tendo como pano de fundo a política neoliberal praticada no país, sua opção pelo mercado e seus efeitos perversos do ponto de vista social, como o aumento do desemprego, da miséria, dos excluídos, do desmonte da saúde, da educação, do aumento da falta de moradia, do desrespeito à cidadania, as estatísticas crescentes sobre a violência real (exterminio, assaltos, homicídios, etc.) e a violência simbólica praticada pelas elites que nos governam, não é mesmo possível pensar em urbanidade em uma megalópole como São Paulo. As relações entre as pessoas se deterioram com a mesma velocidade com que as leis de mercado impostas pela globalização nos alcançam e expropriam por meio de simples impulsos eletrônicos. (DAMERGIAN, 2001, p. 97-98).

Há uma deterioração das relações sociais, das interações humanas que deixaram de acontecer nos espaços públicos e coletivos, pois estes espaços foram privatizados. Mediados pela lógica neoliberal, os mercados pulsam eletronicamente e criam relações artificiais e virtuais entre as pessoas. Com esse afastamento soma-se à uma sociedade concentradora de recursos econômicos e que tem uma inclinação ao ter em oposição ao ser.

Os efeitos contraditórios e perversos do mercado no campo social, humano, político e da dimensão socioambiental reforçam a primazia do mercado e sua clivagem para manutenção dos privilégios, lucro, poder e desigualdade. Assim o sendo, não há urbanidade e humanismo em São Paulo, nem em qualquer outro lugar com violência simbólica e real, pois estas estão assentadas e bem sedimentadas na ideologia neoliberal se contrapondo à busca de uma sociedade plural.

Procura-se se inviável hoje, viabilizar sujeitos e uma sociedade culturalmente assentada sob um paradigma que preconize a identidade, organização social, pluralidade cultural, saberes orais, coletivos e tradicionais de seus povos, os seres vivos e seus ecossistemas no intuito de romper com a pobreza e injustiça social, mas, acima de tudo de transpor a lógica dos mercados. A reestruturação produtiva com base num planejamento local e regional, sedimentado numa racionalidade ambiental e com interface socialmente inclusiva preconiza:

Os princípios e objetivos da racionalidade ambiental introduzem uma série de critérios qualitativos como propósito desta nova estratégia de desenvolvimento (uma distribuição mais equitativa da riqueza, uma maior participação social na tomada de decisões e no controle das atividades produtivas, assim como uma melhora da qualidade ambiental e da qualidade de vida). Além disso, incorpora valores e potenciais produtivos que não podem ser reduzidos a um padrão único de mediação, em termos de valores atualizados de mercado: a diversidade de valores culturais, os serviços ambientais dos processos naturais, os processos ecológicos de longo prazo, a solidariedade entre gerações e as preferências dos futuros consumidores (LEFF, 2009, p.166)

Fazendo contraponto com o capitalismo ilimitado, esgotador, desnorteador e estritamente compromissado com a racionalidade econômica, tal assertiva de Leff demonstra que nem tudo pode ser reduzido ao valor monetário, pois corre-se o risco de usar todo o estoque de um dado recurso natural com fim exclusivo de apropriação privada sem se preocupar com as externalidades, com a diversidade, com o meio ambiente e as consequências indiretas²³.

O mercado não hesita quando se trata de potencializar a produção de mercadorias em ritmo super potencializado, pois a única preocupação do mercado é com a modulação das ações, dos investimentos e rentabilidade auferidos com o consumismo. A condição humana reduzida a um projeto de potencializar o próprio cataclisma da espécie é inerente ao molde capitalista camuflado para dar legitimidade e prosseguimento ao imediatismo, utilitarismo e economicismo. A justiça ambiental tem sua supremacia posta em última cadência sob o viés de desenvolvimento verde ou economia sustentável continuar com o expresso a seguir:

A desigualdade não se põe mais como problema, já que a riqueza é vista como o fermento que faz crescer o bolo, é um catalisador do processo de crescimento, da melhoria tecnológica que otimiza os bens de consumo. Como o “cidadão” antes identificado com valores

²³ Sempre que, em questões políticas, o ser humano fracassa ou renuncia à tentativa de fornecer respostas, nos deparamos com uma crise; pois essa espécie de juízo é, na realidade, aquele senso comum em virtude do qual nós e nossos cinco sentidos individuais estão adaptados a um único mundo comum a todos nós, e com a ajuda do qual nele nos movemos. O desaparecimento do senso comum nos dias atuais é o sinal mais seguro da crise atual. Em toda crise, é destruída uma parte do mundo, alguma coisa comum a todos nós. A falência do bom senso aponta, como uma vara mágica, o lugar em que ocorreu esse desmoronamento (ARENDT, 1972, p. 227).

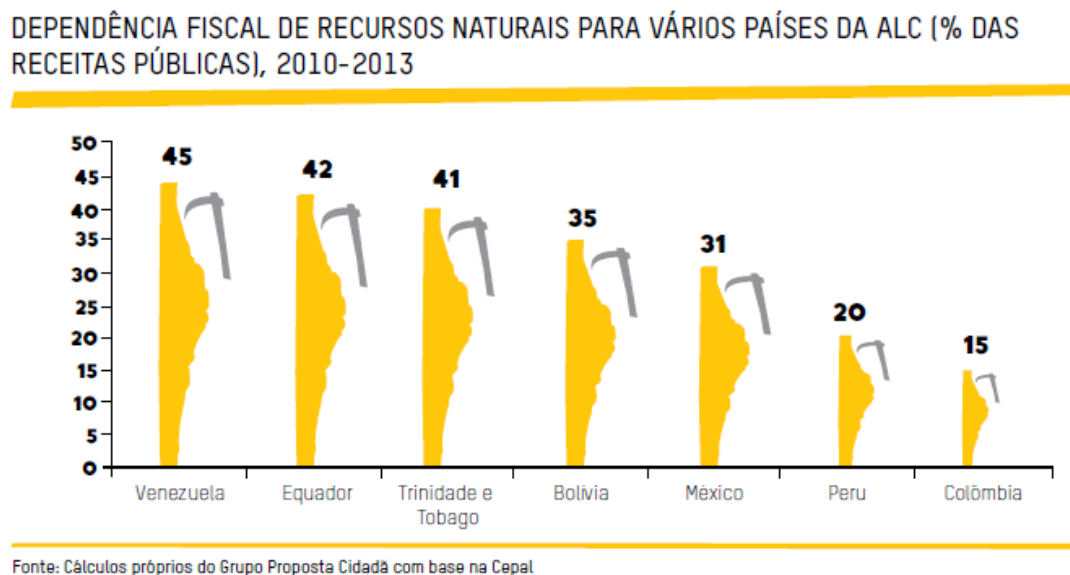
tradicionais vê esses valores em sua maior parte dissolvidos pelas revoltas contraculturais dos anos 60, o “ideal de vida” passa a ser identificado com a posição de consumidor. Nesse caso, o mercado é preferível ao Estado porque consegue produzir com mais velocidade mais bens de consumo, gerando “felicidade” até o nível da intoxicação desse indivíduo conectado a essa rede de estímulos e valores. Trata-se, portanto, de quem consegue *acelerar mais* – e isso explicará o fracasso do projeto brasileiro atual (PINTO NETO, 2016, p. 8).

A mercantilização das relações e objetos, a banalização da vida e a homogeneização das formas de vida reduzidas à produtos geram desordens socioambientais e fomentam a degradação dos biomas terrestres numa velocidade impressionante. tornados produtos com o afã de por parte do capital com o fetiche do consumismo. O reflexo do mercado financeiro nos sistemas humanos tem repercutido nos ecossistemas, exterminando diversas formas de vida e eliminando comunidades tradicionais, seus costumes, seu modo de viver e organizar-se:

A forma de atuação transnacional, em sua racionalidade, está relacionada com uma centralização de decisões e com a apropriação dos recursos naturais em escala mundial. Como consequência, a divisão internacional do trabalho evolui em um processo que segue o movimento da produção industrial, que se desloca de forma que compatibilize a exploração de recursos, a oferta de mão-de-obra barata e a disponibilidade de fontes energéticas. O *modus operandi* transnacional tem a seu favor a mobilidade do capital e o contínuo desenvolvimento da tecnologia a partir de uma articulação que estimula o meio científico, o qual, em contrapartida, lhe proporciona as inovações necessárias ao constante aperfeiçoamento da exploração e transformação dos recursos naturais, bem como a sua distribuição e comercialização (MEDEIROS, 1999, p. 25).

O sistema produtivo, baseado em indústrias de transformação de matérias-primas baratas (commodities diversas), oferta de trabalhadores com salários baixos e flexibilização das leis ambientais viabilizam a divisão internacional do trabalho atual. Todavia, mesmo com esse *modus operandi* destrutivo que exaure as condições de autonomia e liberdade de potencial desenvolvimentista, o modelo econômico presente continua vigorando nos países periféricos. A própria ciência se aprimora para aumentar a capacidade de maior extração, transformação, distribuição e comercialização numa escala de tempo-espço sem precedentes:

Gráfico 4: Dependência Fiscal de Recursos Naturais para vários países da ALC (% das receitas públicas), 2010-2013

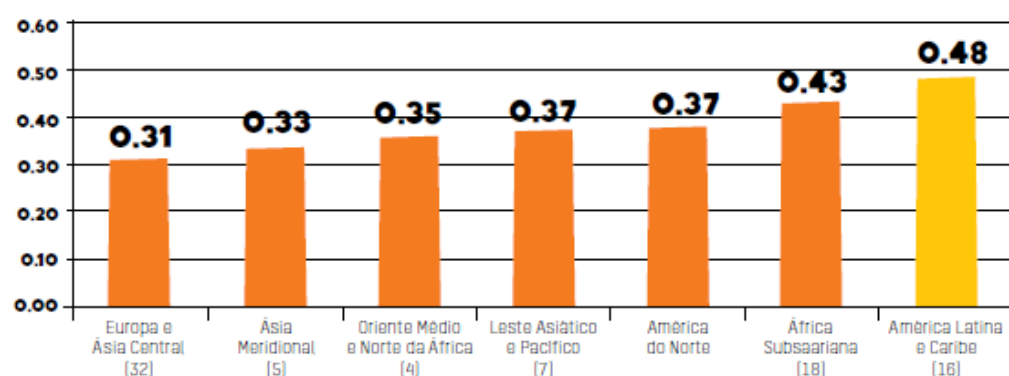


Fonte: OXFAM, 2015 com base na Cepal

A dependência das receitas públicas dos países da América Latina e Caribe em termos de recursos naturais ou usando o termo das bolsas de valores para minérios, recursos naturais e energéticos exportados a preços módicos em toneladas para os países centrais- *commodities*- demonstra a incoerente necessidade de compatibilizar a efetividade de sustentabilidade, democracia, direitos humanos e sociais com uma estrutura de concentração fundiária, desigualdade de renda, extermínio de povos e comunidades tradicionais. Nesse diapasão, entre a velha ordem racional econômica, consubstanciada em extração de recursos naturais e energéticos, dívida interna e externa com seu consequente juros e amortizações, concentrando renda e fomentando um ciclo de não cumprimento da ordem democrática e do mínimo existencial para ampla parcela da população:

Gráfico 5: Índice de GINI de concentração de renda por região, 2012

ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA POR REGIÃO, 2012



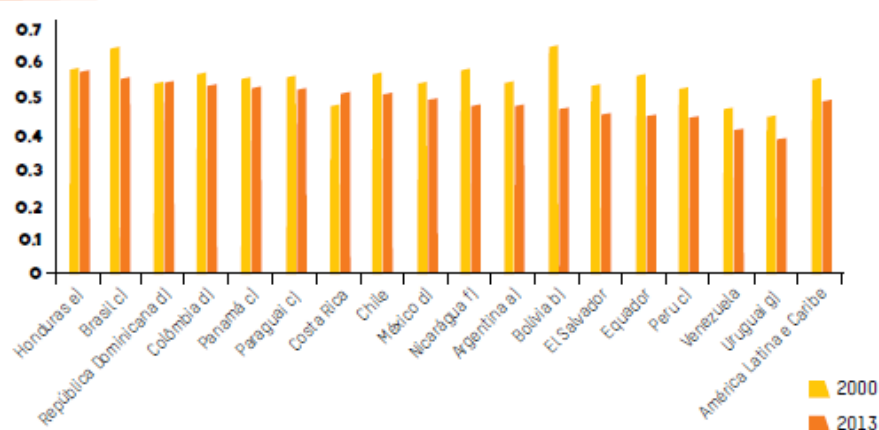
Fonte: FAO: Censo Agropecuário Mundial (CAM), 1990

Fonte: OXFAM (2015) *apud* FAO

O índice de GINI está elencando a concentração de renda na região da América Latina e Caribe como a mais desigual do planeta. Isso porque, de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 pior será a situação de uma região. O gráfico mostra que a América Latina e Caribe concentra 0,48 de toda renda entre poucas famílias o que comprova os índices nacionais de concentração de renda e consequente pobreza abissal:

Gráfico 6: GINI por países da América Latina e Caribe, 2000-2013

ÍNDICE DE GINI DE RENDA DE PAÍSES SELECCIONADOS DA ALC, APROXIMADAMENTE 2000-APROXIMADAMENTE 2013



Fonte: CEPALSTAT.

Notas: a) Área urbana e 2012, b) 2011, c) 2001, d) 2002, e) 2001, f) 2001 e 2009, g) Área urbana.

Fonte: OXFAM 2015

Esse gráfico evidencia uma riqueza imensurável concentrada nas mãos de poucas pessoas em detrimento de milhões de latinoamericanos, deixando a metade da população praticamente, em situação de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica. Some-se a isto que vastas parcelas desses pobres não possuem acesso público e não podem pagar por estes serviços no mercado: saneamento básico, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, e vivem marginalizados social e ambientalmente:

O sucesso da luta ecológica depende muito da capacidade de os ecologistas convencerem a maioria da população, a população mais pobre, de que se trata não apenas de limpar os rios, despoluir o ar, reflorestar os campos devastados para vivermos num planeta melhor num futuro distante. Mas também de dar uma solução, simultaneamente, aos problemas ambientais e aos problemas sociais (GADOTTI, 2000, p. 58).

O problema concerne ao fato de que não há como se trabalhar adequadamente ambientalismo sem resolução básica dos desafios sociais elementares. As outras demandas, de ordem ecológica, manutenção das florestas, respeito aos ciclos da fauna e flora, hidrológico e do ar sem ter uma democratização e valorização da riqueza já produzida, das formas de vida não humanas e igualdade material para todos os povos. Como prescrever pra quem está a margem da linha de pobreza que há limites ambientais de caça, pesca e utilização do potencial dos rios, florestas e matas sem dar condições educacionais, de saúde, de segurança da manutenção de seus territórios de vida?

Num continente que passou pela colonização exploratória europeia e deixou a marca indelével da apropriação dos recursos naturais por uma minoria, econômica, cultural e politicamente estabelecida até a contemporaneidade. Ademais, após a independência política, restaram dívidas e problemas conjunturais que se arrastam culturalmente até hoje, vide racismo e preconceito sobre os negros e povos originários. Sem abrir espaço para o diálogo e respeito às questões essenciais em novas repúblicas, tais como reforma agrária e serviços públicos universais com entendimento de nação solidamente constituída:

Não obstante, os povos sempre experimentaram estes fracassos com um sabor amargo e mesmo a boa-nova já nascia inconfundivelmente velha. A independência formal da maioria dos países da América Latina completou-se ainda no século passado (1825) sem romper jamais o nexu colonial que orientou seu desenvolvimento durante os três séculos anteriores. Desta forma, a independência dirigida pelas elites crioulas, com maior ou menor participação popular, nunca pôde completar-se e à velha ordem colonial seguiu-se outra que podemos denominar neocolonial. A configuração do estado, da economia e das classes sociais sempre esteve, pois, condicionada pela forma histórica de integração da região à economia mundial. O velho colonialismo foi superado e a dependência afirmou-se de maneira completa revelando que as elites são historicamente incapazes de romper o círculo de ferro que determina a exploração e alienação de milhões de seres humanos em nosso continente. A dependência transformou-se na única mercadoria que constantemente renovam em negociatas intermináveis no mercado mundial (OURIQUES; RAMPINELLI, 1999, p. 9).

Nesse ritmo, as elites que aqui ficaram se sentem europeias e continuam vinculadas aos seus supostos ancestrais, seus costumes e hábitos. Mantendo a organização social, os privilégios e riquezas concentrados para perpetuar uma pretensa hierarquia. A mania de inferioridade do que é nacional, foi genuinamente uma ideologia bem sucedida implantada no período colonial, escamoteia o racismo e indiferença para com a pátria da qual essas mesmas elites retiram seu vasto patrimônio e renda:

Ora, América Latina ainda é uma América que se vê europeia – latina – e, com isso, silencia grupos sociais e nações que longe estavam da latinidade, exceto por sofrerem os desdobramentos imperiais que tão marcadamente caracterizam a tradição eurocêntrica. De certa forma, é uma oposição a isso que os povos originários de Abya Yala querem afirmar ao adotarem um nome próprio por meio do qual buscam se reapropriar do território que lhes foi arrebatado, como se vê, de maneira não definitiva. No entanto, a expressão ainda deixa de fora os afrodescendentes (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 27).

Na contramão do que seria um passo para se desenvolver, as elites locais projetam seu futuro em outros países e nações, tendo como aliados os países do Norte, em sincronia com a globalização e esgotamento dos bens ambientais e humanos. Outrossim, a globalização soa perversa, em geral, para os emergentes, pobres, os que não se enquadrem no perfil ocidentalizado de ser:

O processo civilizatório tem como base a "indústria cultural" e a massificação de bens de produção. O processo de industrialização, portanto, está na base de qualquer projeto de sociedade que se

pretenda moderna. Desta forma, os países de Terceiro Mundo, embora tardiamente, buscam reproduzir estilos de desenvolvimento inspirados nos países mais industrializados da Europa e dos Estados Unidos do pós-guerra (BRADENBURG, 1996, p.50).

Assim sendo, os países do Terceiro Mundo ou emergentes, dentre eles os latinoamericanos, têm repetido o modelo de desenvolvimento euroamericano que se alastrou no mundo ocidental. Pois, modernidade era e ainda o é, atrelado a industrialização, sem se questionar os desdobramentos, riscos e consequências desse processo. O projeto de sociedade que se determina nos consensos e tratados internacionais (Bretton Woods, Davos, Consenso de Washington, G20) para os países em desenvolvimento endossa a crise ambiental hodierna, ratifica os séculos de domínio político, cultural e a espoliação de sua biodiversidade, da sua mão-de-obra barata, incutindo um falso diagnóstico de que essa via é única e intransponível:

Crise ambiental essa que ninguém mais disputa sua atualidade e gravidade. Crise que é multifacetária e global, com riscos ambientais de toda ordem e natureza: contaminação da água que bebemos, do ar que respiramos e dos alimentos que ingerimos, bem como perda crescente da biodiversidade planetária. São ameaças que possam ser enfrentadas exclusivamente pelas autoridades públicas (a fórmula do nós-contra-o-Estado) ou mesmo por iniciativas individuais e isoladas, pois vítimas são e serão todos os membros da comunidade afetados indistintamente, os de hoje e os de amanhã, isto é, as gerações futuras. São riscos que à insegurança política, jurídica e social acrescentam a insegurança ambiental, patologia daquilo que o legislador brasileiro, com certa dose de imprecisão, chama de meio ambiente ecologicamente equilibrado e, por vezes, de qualidade ambiental. (CANOTILHO; LEITE, 2007, p. 60).

Nesses termos, a crise ambiental atinge injustamente os já excluídos da sociedade, fazendo com que as camadas mais pobres e desfavorecidas economicamente paguem pela falta de aplicação das leis ambientais, da ineficácia das políticas públicas e do jogo de poder dos grandes conglomerados industriais e o mercado. Sob a análise de um planeta que dispõe de inúmeros recursos, todavia não os tornou acessíveis e exequíveis para todos, em termos de transporte, comunicação, tecnologia, saúde, educação, entretenimento, alimento, serviços bancários e outros, há de se ver os bastidores do capitalismo.

Pois, mesmo num mundo altamente conectado, nem todos estão aptos a desfrutar das maravilhas urbanas, da indústria e dispostas para os ricos- ao que pese um sentimento de vazio e excesso de estímulos tecnológicos que, com efeito contrário, retiram tempo e qualidade de vida. A livre circulação de mercadorias e pessoas depende do quanto você possua para gastar nos templos modernos do luxo - os shoppings e lojas de grife exclusivas incrustadas- seja em paraísos fiscais, em países europeus ou nos enclaves em que tais empreendimentos se situam nos satélites da periferia mundial (São Paulo, Dubai, Doha, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Moscou, Nova Délhi, Mumbai, Xangai, Cidade do Cabo, Johannesburgo, Cidade do México, Santiago, Bogotá, dentre outras):

Na verdade o conceito de globalização, agora como ontem, traz no seu âmago um forte conteúdo ideológico, qual seja, a dominação e exploração do Terceiro Mundo como mecanismo decisivo na manutenção do *status quo* dos países industrializados. O próprio Galbraith afirmou que o conceito de globalização serve hoje para que o Primeiro Mundo se aposse do *plus* produto dos países pobres. O colonizador atinge seu grau máximo de dominação e exploração do colonizado quando este passa a pensar conforme aquele. Como resultado dessa situação, os países industrializados já não necessitam mais usar a força militar para reverter possíveis governos nacionalistas nesta parte do mundo (CASALDÁLIGA, 1999, p. 41).

Não apenas o ato de pensar e se portar conforme o dominador, mas seguir e reproduzir entre seus pares os ditames da dominação e exploração para colonizar e oprimir os demais em seus próprios países e territórios. O processo civilizatório ocidental alçou Europa, Estados Unidos e, agora, China, Japão e alguns diletos países que, juntamente com as elites nacionais e bem orquestradas dos países em desenvolvimento, disputam entre si o esbulho do patrimônio genético e natural que ainda exista e possa ser explorado:

Historicamente a América Latina tem sido marcada por uma sociedade caracterizada por estruturas oligárquicas e paternalistas, baseadas em relações personalistas e familiares que permitiram a consolidação de relações de poder e controle do Estado e de suas instituições de uma maneira que leva ao patrimonialismo e à "privatização da esfera pública", perpetuando a falta de clareza sobre os limites das esferas pública e privada. Além disso, a sociedade latino-americana está fundada nas relações entre índios, negros e brancos europeus, nos valores da Igreja Católica, nos sistema mercantil e escravista e numa estrutura social pautada pelo funcionalismo. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 242).

Diante dessa consolidação histórica dos poderes econômico, político e social de latifundiários, empresários e burgueses, a redução dos serviços e bens públicos comuns, a exemplo das terras públicas e patrimônio natural, foram reduzidos a direitos de propriedade para serem explorados pela iniciativa privada. Desse modo, a junção do público para ação e maximização do patrimônio privado, muitas vezes confundido com este, mina o potencial democrático e a força geradora de autonomia e bem estar da cidadania que não é exercida por soma considerável do povo latinoamericano. Em nome do lucro é possível minimizar, invisibilizar e eliminar quaisquer empecilhos à reprodução e acumulação de capitais:

A humanidade está hoje na direção da não-sustentabilidade, caminhando rapidamente para tornar a Terra inabitável: estamos desmatando numa velocidade incrível por toda parte, seja para vender a madeira, seja para exportá-la, seja para dar lugar a grandes pastagens e plantações de *commodities* (no caso brasileiro, soja e etanol, principalmente). As florestas são fundamentais para garantir a biodiversidade, mas também, entre outras coisas, para termos chuva e lençóis freáticos abundantes. Nossa água doce está sendo utilizada em uma quantidade muito acima de sua capacidade de reposição. Além disso, ela está sendo poluída pelo não-saneamento (despejo de esgotos diretamente nos rios), pelos agrotóxicos, pelas indústrias e seus produtos tóxicos, pela mineração (na qual muitas vezes são usadas substâncias químicas). Por outro lado, o aquecimento global está derretendo fontes de água doce que são as geleiras, os glaciares e as calotas polares, o que pode tornar a vida muito difícil em inúmeras regiões do mundo (LESBAUPIN, 2012).

Diante das crises recorrentes do capital, há um forte apelo à uso mais intensivo dos recursos na tentativa de equilibrar a economia financeira com biodiversidade, precarização do trabalho e diminuição do Estado. A privatização é a resposta para "crescer infinitamente" com a promessa etérea de que o desenvolvimento de técnicas e instrumentos científicos hão de resolver os prejuízos decorrentes do modo de produção e consumo contemporâneos.

O apogeu do antropoceno no século XXI faz circundar em volta do humano- leia-se os exemplares da espécie que podem simbólica e materialmente usufruir dessa parafernalia- colocando a natureza como

obstáculo e a biodiversidade como depósito de insumos e materiais à serviço da sociedade capitalista:

Nosso sistema econômico, para gerar lucro, precisa incessantemente produzir e vender. É por isso que nossa sociedade é uma sociedade de consumo, porque as pessoas precisam consumir sempre mais. Essa é a lógica do capitalismo. E a propaganda é absolutamente fundamental, para tornar as pessoas consumidoras, para convencer as pessoas de que precisam comprar e, depois de comprar, comprar novamente. Os produtos não são feitos para ter durabilidade, eles são feitos para se tornar rapidamente obsoletos, de modo a que as pessoas tenham necessidade de comprar um novo. Mais produtos, mais embalagens, tudo isso gera lucros para as empresas, mas também consome intensamente as matérias primas de que são feitos os produtos, além de aumentar a quantidade de lixo que é descartado num volume maior que a capacidade do meio de absorvê-lo (LESBAUPIN, 2012).

O moderno sistema industrial capitalista depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social da história da humanidade, conforme evidenciado neste trabalho. Ademais, necessita de recursos naturais, principalmente os ainda existentes em maior abundância nos países do Sul Global, e necessita de "recipientes" (locais de despejo onde os rejeitos gasosos, líquidos e sólidos possam ser absorvidos ou depositados). (ALTVATER, 1995).

Para a manutenção e expansão do sistema econômico capitalista ocidental ser exitoso são necessários, por vezes, uso de guerras, conflitos armados e barreiras econômico-comerciais a fim de dar continuidade à dominação e exploração das riquezas minerais e energéticas, das receitas que se esvaem para pagamento e juros da dívida externa:

No entanto, não podemos esquecer que a globalização pressupõe uma divisão social e econômica muito precisa entre o Norte e o Sul ou entre países centrais hegemônicos e países periféricos dependentes. Essa divisão significa que os acadêmicos, cientistas, artistas e intelectuais dos países periféricos dependentes não participam da *academia mundial* em condição de igualdade com os dos países centrais hegemônicos. O que acontece em pelo menos três aspectos principais: 1) há desigualdade com respeito aos recursos financeiros, instrumentais e técnicos para a pesquisa; 2) há desigualdade de oportunidades para divulgar e aplicar os resultados da pesquisa; 3) para terem entrada na academia mundial, os membros dos países periféricos dependentes concordam em restringir a sua pesquisa a problemas, assuntos, temas, métodos e técnicas definidos nos países centrais hegemônicos. Em vez de defini-los de acordo com as necessidades dos seus países e

sociedades, de acordo à sua tradição teórica, científica, técnica e artística, garantindo a permanência de uma história do saber particular que possibilitar a participação no saber universal, eles procuram ingressar nesse universal (ou “global”), assumindo particularidades alheias. Em outras palavras, em vez de assumir um processo pelo qual o particular manifesta uma universalidade própria do saber e das artes, o que se procura é participar imediatamente do universal sem a mediação das particularidades de natureza social, histórica e cultural. E por essa ausência de mediação e da busca pelo imediato, em vez de uma universalidade concreta, chega-se a um universal abstrato, que não passa da submissão às características particulares dos que possuem hegemonia nos domínios do intelecto e das artes (BERNHEIM; CHAUI, 2008, p.14).

Infere-se do fragmento acima, o Consenso de Washington, Fórum Econômico Mundial de Davos, tratados internacionais e blocos econômicos e transnacionais escrevem como os Estados e bancos centrais devem gerir seus respectivos campos de atuação. A divisão social e econômica, aliada ao acesso à informação são, juntamente com soberania tecnológica e financeira, pilares para uma sociedade mais equilibrada. É injusto ambientalmente, socialmente e para a autodeterminação dos povos o que as controvérsias e passivos socioambientais da globalização repercutam fortemente na América Latina, África e países africanos. A condição neoliberal acentua a crise planetária, aumenta os conflitos, criando um ambiente propício ao caos para garantir reserva de mercado:

Uma característica singular da América Latina é sua condição de um conjunto de povos intencionalmente constituídos por atos e vontades alheios a eles mesmos. Atos germinais efetuados dentro de programas que, se não foram sempre previamente prescritos, se desdobraram dentro da máxima racionalidade. Nada se deixou ao acaso. As cidades foram plantadas em lugares criteriosamente escolhidos e construídos segundo plantas detalhadas para cumprirem funções preestabelecidas. A exploração de recursos ou a implantação de novas formas de produção se exerceram sempre segundo regulamentações explícitas (RIBEIRO, 2010, p. 59).

Dessa maneira, os mercados têm imposto um papel coadjuvante da América Latina e demais conjunto de países do grupo subdesenvolvido é tido como um depósito de recursos energéticos e humanos com funções pré-definidas no cenário internacional via organismos internacionais para endividamento externo e dependência tecnológica:

As dívidas públicas fustigam todos os grandes países. As dívidas privadas tóxicas do oligopólio foram transferidas maciçamente aos Estados quando da última crise financeira. Esse

superendividamento público, ligado exclusivamente à crise e a esses bancos, explica- na mais completa denegação das causas da crise – as políticas de rigor e de austeridade aplicadas por toda a parte. Os Estados são não apenas disciplinados pelos mercados, mas, sobretudo, reféns da hidra mundial. (MARQUES FILHO, 2016, p. 547)

Ocidentalização do mundo e monocultura da mente se equivalem. São termos sinônimos na sociedade planetária. Como esses termos, também o conceito de globalização deve ser questionado, revisitado e avaliado pelas pesquisas científicas. Globalização ou ocidentalização? O que se perde, o que se ganha? (ALMEIDA, 2008, p. 110).

Diante disso, numa escala nunca antes vista na humanidade, os países detentores de tecnologia de ponta, recursos econômicos e do aparelhamento militar tem conduzido sistematicamente os demais para um abismo sem fim atrelados à lógica trabalhar, produzir e consumir para sacramentar a ordem do modelo vigente. Nesse quesito, será que é possível imaginar para o século XXI uma superação do capitalismo que seja ao mesmo tempo mais pacífica e mais duradoura, ou deveria-se apenas esperar pelas próximas crises ou pelas próximas guerras, verdadeiramente mundiais desta vez (PIKETTY, 2014, p. 459):

O que caracteriza o modelo produção/consumo que se estabelece desde a Revolução Industrial e maximiza ao longo do século XX, não é apenas a dominância do mercado ou do estado, mas sua cumplicidade cíclica para manter girando a roda do “progresso”, confundindo a melhoria da qualidade de vida com a acumulação de mercadorias e estimulando uma vida mediada e medida pelo dinheiro e pautada pelo binômio trabalho/consumo (PINTO NETO, 2016, p. 7).

A heterodoxia dos mercados tem tentado impedir o questionamento de uma ordem que se intitula universal, superior, hegemônica e infalível. Nesse âmbito, a visão linear da natureza, dos ciclos ecossistêmicos, a falta de uma gestão ambiental para a fauna e flora que ainda resta permite inferir que a única forma de canalizar a viabilidade do paradigma neoliberal é subtraindo direitos, utilizando os recursos naturais ao máximo, esgotando-os em nome do capitalismo. Logo, para ser eficaz, a lógica da relação de dominação tem que permanecer oculta (ZIZEK, 1996).

Ao explorar realidades da justiça ambiental e a transição energética, de mudança de paradigma do valor dominante da economia de mercado para uma racionalidade ambiental o senso de humanidade se expande. A expansão e

compreensão dessas possibilidades de vivência e superação do *homo economicus* e antropoceno para uma integração de saberes e valorização da vida. Assim, a busca de outras alternativas ecológicas, humanas, políticas, sociais e culturais no Brasil e Chile visando trazer à baila as inconsistências de narrativas, injustiça ambiental e dilemas do *status quo*.

3. 1 Justiça Ambiental na América Latina: explorando realidades no Brasil e no Chile

Governos subservientes. Limitações à sustentabilidade. Reprodução modelo industrial. Centro-Periferia. Economicismo como valor dominante. Modernização. Yanomamis. Davi Kopenawa. Barrick-Gold. Conflitos socioambientais. Huascoaltinos. Fundamentalismo de mercado. Informe Desiguales.

A problemática ambiental na América Latina é antiga e se renova com os novos arranjos da atividade produtiva mediante a financeirização da economia, a sua interface com a biodiversidade e da retomada maciça dos recursos naturais denominados *commodities* nas bolsas de valores internacionais. A realidade do Brasil e do Chile tem uma similitude quanto aos monopólios de empresas de capital estrangeiro ou nacional, indústrias do agronegócio, intenso extrativismo e exploração de minérios.

Esse “terceiro espírito” hoje pode ser denominado de “aceleracionismo”: a superestimulação e exploração ao máximo dos corpos vivos e da Terra sem respeitar os fluxos ‘naturais’, eliminando todas as fronteiras e dualismos (por exemplo, público e privado, corpo e mente) e nem o ciclo do tempo e das outras visões e interpretações de mundo não hegemônicas. Nesse caso, a grande polêmica que povoa até hoje o imaginário político entre os nostálgicos do Estado de bem-estar social – no Brasil, em sintonia com o imaginário desenvolvimentista – e o “neoliberalismo” é superada porque ambos pertencem ao mesmo espectro e estão apenas camuflados para operar sob o manto da legitimidade dentro do espectro dos governos subservientes. (PINTO NETO, 2016).

A título demonstrativo, o excerto abaixo ilustra a opção da política de desenvolvimento brasileiro e sua conseguinte limitação em termos de sustentabilidade nos parâmetros do mercado:

A política de desenvolvimento no Brasil foi e é dependente dos limites que foram impostos e das prioridades que foram criadas para este país. É por isso que a política de sustentabilidade, da década de 1990, incorporada pelo governo federal e local, não representa simplesmente a mudança no foco do planejamento em nível institucional, mas do ponto de vista político-ideológico dos interesses estrangeiros, é uma tentativa de preservar os recursos naturais e a própria espécie humana para garantir a reprodução do modelo industrial de desenvolvimento implementado pelos países industriais dominantes e que se tornou extremamente degradador daqueles recursos, ameaçando a sua reprodução (CARVALHO, 2006, p.423).

Os limites e prioridades impostos pelo capital para a política de desenvolvimento brasileira contribuem para os impactos ambientais, os conflitos em que se inserem vários sujeitos, a exemplo da atividade garimpeira e ação de posseiros em terras indígenas, assim como grandes obras instaladas com a expulsão e ameaça de povos tradicionais, comunidades ribeirinhas e quilombolas. A injustiça ambiental praticada reiteradamente por entes públicos e privados é decorrente da opção por um modelo de desenvolvimento equivocado e que não contempla ao fim e a cabo os direitos dos grupos e minorias envolvidos:

Teria sido a polaridade centro-periferia uma consequência inevitável da expansão do modo de produção capitalista ou um fato histórico? Furtado inclina-se por buscar a explicação na história, evitando qualquer tipo de determinismo. Admite, contudo, que a partir de certo ponto a periferia se torna imprescindível para garantir a rápida acumulação do centro. Isso ocorreria de quatro maneiras diferentes: a) pela apropriação do excedente exclusivamente em benefício do centro; b) pela apropriação de uma parte do excedente por um segmento da classe dominante local (proprietários de terra); c) pela apropriação do excedente por grupos locais (burguesia mercantil não comprometida com transformações nas estruturas sociais); e, por último, d) pela apropriação de parte do excedente pelo Estado (dominado pelos interesses dos grupos “b” e “c”). (PEREIRA, 2006, p. 127).

A configuração de programas de governo, incentivos fiscais, redução de impostos, não taxação, doação de terrenos e isenção fiscal para instalação de empresas, empréstimos de bancos públicos, que se usam do Estado para favorecer empresários é pautado pela problemática ambiental para suportar o

neodesenvolvimento. Os efeitos indesejáveis, os desastres ambientais, a poluição, pobreza, retirada forçada de populações e até mesmo mortes no campo decorrentes dessas relações de prevalência dos usos privados do patrimônio público tem valor dominante sobre e os bens ambientais nacionais. O Consenso de Washington usou o Fundo Monetário Internacional e o Tesouro americano para abrir os mercados e emprestar recursos, todavia sem o lastro do banco central americano (Federal Reserve):

Longe, uma vez mais, das bipolarizações que se anunciam no cenário geopolítico e do espaço geoeconômico mais dinâmico do capitalismo, a América Latina transformou-se, no final do século XX, no espaço privilegiado de experimentação de um novo modelo de desenvolvimento, muito mais próximo do seu paradigma no século XIX do que de sua trajetória desenvolvimentista, posterior a 1930. O modelo foi experimentado no Chile, depois de 1973, e muito mais tarde sintetizado na proposta geoeconômica do Consenso de Washington: desregulação dos mercados, privatizações, ortodoxia macroeconômica e aposta no dinamismo dos investimentos estrangeiros. A estratégia manteve-se vigente até a crise mexicana de 1994, mas, depois da crise brasileira de 1998, transformou-se num simulacro do modelo dos *dominions* ingleses, sob tutela do FMI e do Tesouro norte-americano, mas sem contar com *last resort* do banco central norte-americano e, portanto, sem poder garantir estabilidade cambial requerida pelos capitais internacionais. (FIORI, 2001, p. 31).

Os prejuízos dessa engenharia político-financeira ao surgirem as crises mexicana e brasileira tiveram de ser suportados por meio de privatizações e cortes em investimentos públicos essenciais para a soberania, democracia e qualidade de vida de suas populações. A desregulamentação favoreceu desproporcionalmente os especuladores e investidores dos países desenvolvidos, seus bancos e agências de investimento, pois os mesmos já dispunham de enormes reservas financeiras e um cenário doméstico favorável para suportar o livre mercado sem ter que cortar direitos e garantias sociais de maneira pesada.

Diante disso, há um respaldo político e econômico que tenta legitimar as desigualdades regionais e cria-se espacialmente efeitos cumulativos da monocultura, do latifúndio, do agronegócio e extração de minérios vindo culminar como questão ambiental que foi apropriada pelo capital. A retórica neoliberal está incrustada nas bases do economicismo e do imediatismo ao afirmar que o crescimento econômico é a razão per si de manter a otimização de custos, sejam eles quais forem.

Não obstante, o conjunto desses desafios mostra que planejar a articulação da sociedade com o meio ambiente quer dizer planejar o próprio desenvolvimento a partir de construções políticas e discussão que envolvam os negros, os indígenas, mulheres, camponeses, ribeirinhos, pescadores e pobres da periferia que tentam reverter essas injustiças em seus territórios. O que supõe a ação de um Estado dotado de capacidade regulatória e legitimidade democrática que pautar a vida e os direitos humanos e ambientais em primeiro plano, não pautando a biodiversidade para simplesmente gerar produto interno bruto e balança comercial favorável. Foi outra, porém, a história recente da gestão estatal do meio ambiente no Brasil (ACSELRAD, 2001):

Ao ser adotada a ideologia do crescimento orientado para fora, o Estado e a Nação perdem o controle sobre as sucessivas organizações do espaço. Ao ser adotada a ideologia do crescimento pela maioria dos países do Terceiro Mundo, o Estado prepara o caminho para que os "modernizadores" possam instalar-se e operar. A estrutura dos gastos públicos transforma-se, orientando-se de preferência para a construção de infraestruturas, transportes ou bens públicos, os quais servem mais, melhor e mais barato às empresas modernas que à população. Isso sem mencionar os subsídios diretos, como isenção de impostos, baixas taxas de juros, exportação protegida e financiada etc. (SANTOS, 2008, p. 46).

As injustiças decorrentes da aceleração do capital e reformas neoliberais para acumulação e maximização do lucro não estão apenas baseados na obsolescência programada, mas a própria mídia de massa (internet, rádio, tv, blogs, sites de relacionamento e aplicativos), a competição dos países pobres entre si *versus* os países do Norte global implodem um possível Estado com sociedades fora dessa lógica dominante:

¿Estamos acaso en presencia de un nuevo paradigma? Sinceramente no lo creo y prefiero entenderlo como un paradigma incremental. En la región hay un alto pragmatismo aprendido de las experiencias propias y ajenas, así como existe también una mayor conciencia de las limitaciones que las relaciones internacionales imponen en el mundo moderno. En el acercamiento en la relación entre el Estado y el mercado prevalece lo expresado en esta ciudad por el Presidente Ricardo Lagos: más mercado y mejor Estado. Por cierto, a cada país le corresponde definir apropiadamente las relaciones entre el mercado y el Estado. (IGLESIAS, 2006, p. 12).

As limitações que a globalização e as grandes corporações impõem na política interna de Brasil e Chile fazem prevalecer os interesses empresariais

em detrimento do alto custo socioambiental vinculado às práticas neoliberais. Os que mais sofrem com os males dessas políticas são justamente os sujeitos que estão mais afastados das fontes de poder e representação. Quando o próprio agente estatal, a exemplo do ex presidente chileno Ricardo Lagos, professa sua tese de mais mercado, melhor Estado expressa o alinhamento aos interesses do mercado consolidando-os:

Atualmente, no Terceiro Mundo, o Estado prepara as condições para que as maiores empresas, sobretudo as estrangeiras, possam apropriar-se da mais-valia local, que elas mandam para fora ou utilizam para incrementar seus ativos e aumentar, assim, suas possibilidades de ampliar a própria mais-valia. Esse mecanismo equivale a uma desvalorização dos recursos deixados nas mãos do Estado, enquanto são supervalorizados os recursos que se destinam às grandes empresas. (SANTOS, 2008, p. 46-47).

A narrativa dos estados nacionais não prevêem planejamento de longo prazo e nem há compromisso dos governantes que assumem seus cargos como representantes da classe capitalista interna e internacional. A zona de sacrifício de Brasil e Chile é um movimento socioespacial que esmaga os mais necessitados, os já historicamente esquecidos, apagados e dizimados da história:

E à época entendia-se por modernização dessas sociedades (a brasileira, inclusive) o processo capitaneado pelo Estado na implementação de um modelo de desenvolvimento econômico capitalista tendo o trabalho como eixo central. Desenvolvimento social confunde-se, assim, com desenvolvimento econômico por meio de políticas econômicas implementadas pelo Estado, uma vez que as políticas sociais eram equacionadas em função das demandas imediatas requeridas pelo processo econômico em curso. (COHN, 1998, p. 149)

Atualmente essa visão não se mostra muito diferente. Apesar de pontuais avanços, na contemporaneidade há retrocessos operados por atores estatais e comercialmente postas pela mídia à serviço do desenvolvimento econômico. Note-se que as demandas que devem ser atendidas em primeira ordem é a do processo econômico, submetendo as políticas sociais aos interesses do modelo vigente.

Nessa perspectiva, a dinâmica empreendida para viabilizar no Chile uma produção industrial e setor de serviços programada pelo capital e ratificada pelo Estado contém em sua reforma:

Las principales reformas fueron: eliminación de los controles de precios; apertura indiscriminada de las importaciones; liberalización del mercado financiero, tanto en términos del acceso de nuevas instituciones como de las tasas de interés y de la asignación del crédito, seguida a fines de la década de una amplia liberalización de los flujos internacionales de capitales; reducción del tamaño del sector público y restricciones del accionar de empresas del sector; devolución a sus antiguos propietarios de empresas y tierras expropiadas; privatización de empresas públicas tradicionales; supresión de la mayoría de los derechos sindicales existentes al inicio del régimen; y una reforma tributaria que junto con eliminar algunas distorsiones (por ejemplo, los efectos en cascada de los impuestos a las ventas, al reemplazarlos por el impuesto al valor agregado), redujo fuertemente la participación de los tributos directos y de mayor progresividad. (FFRENCH-DAVIS, 2001, p. 27).

A liberalização do mercado financeiro, a eliminação dos controles de preço, a abertura de importações e abertura ao mercado de capitais com livre cobrança de taxas de lucro ampliou o conjunto de forças econômicas que ditam as regras para o Estado, para a sociedade e para as relações de trabalho. Essas medidas fortaleceram o poder político e econômico concentrado no mercado financeiro de maneira a minar o setor público. Assim, as empresas públicas foram lançadas num processo de desestruturação e desqualificação para justificar as posteriores privatizações, perda de valor e mercado desacreditando a sua finalidade.

A estratégia de diminuir o Estado e aumentar exponencialmente os serviços e produtos comercializados pela iniciativa privada torna único protagonista os interesses do setor financeiro. De tal modo, não há poder de barganha e equilíbrio por parte nem do poder público e nem da sociedade que fica à mercê do regime jurídico, econômico e legal concebido e implantado para os empresários e banqueiros, não para a justiça social, ambiental e equidade laboral.

Assim, os direitos humanos, constitucionais e ambientais são aviltados pelo eixo central do capital e ressurgem os contrastes entre o monopólio da lei econômica, dos interesses privados e criam a urgente e necessária capacidade de ressignificar uma sociedade humanista e verdadeiramente democrática.

Contrapondo o valor dominante da racionalidade econômica e as implicações socioambientais para vida dos povos autóctones, leia-se:

No final da década de 1980, mais de mil Yanomami morreram no Brasil, vítimas das doenças e da violência que acompanharam a invasão de seu território por cerca de 40 mil garimpeiros. Davi Kopenawa ficou transtornado com esse drama, que reavivou nele velhas lembranças do extermínio dos seus pelas epidemias (xawara) dos brancos quando era criança. Depois de anos engajado para conseguir a legalização das terras yanomami, ele então se envolveu numa campanha internacional em defesa de seu povo e da Amazônia. Sua experiência inédita dos brancos, sua incomum firmeza de caráter e a legitimidade decorrente de sua iniciação xamânica rapidamente fizeram dele um porta-voz destacado da causa yanomami. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 46).

A denúncia dessa violência e dominação exercida contra os Yanomamis mediante a invasão de seu território por 40 mil garimpeiros, epidemias, confronto, mostra a barbárie em pleno século XX. Kopenawa desejava, desse modo, não apenas denunciar as ameaças que sofrem os Yanomami e a Amazônia, mas também, como xamã, lançar um apelo contra o perigo que a voracidade desenfreada do “Povo da Mercadoria” faz pesar sobre o futuro do mundo humano e não humano. Afinal, na convivência milenar dos grupos indígenas com a floresta oportuniza propriedade para sua defesa da biodiversidade e dos elementos constituintes do território yanomami. Davi Kopenawa constrói, assim, um complexo hipertexto cosmológico e etnopolítico, tecido num esforço inédito de auto-objetivação e de persuasão, resultante de uma história e de um engajamento pessoal que conferem a seu relato uma singularidade radical (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 51).

Assim, o palco da crise ambiental que assola a todos, obviamente em intensidade e graus distintos, nos tempos atuais é a atuação humana no meio ambiente, no urbano, no campo, nos biomas e ecossistemas. Mesmo que- a princípio- não atinja diretamente a todos, proporcionalmente a crise civilizatória e de valores que atormentam mais a uns e menos a outros resultam que da apropriação da natureza recaem indiretamente sobre as pessoas em âmbito local, regional, nacional e internacional. A origem e a causa são diluídas para o não enfrentamento da raiz da questão, o modelo econômico-social e o processo produtivo altamente predatório e insustentável em vigor. A construção do ideal a ser perseguido que pautaram as escolhas coletivas e individuais do

processo e concepção de na modernidade técnico, instrumental, reducionista e econômica no mundo ocidental.

Desenvolvimento anômalo às custas do povo latinoamericano ou quaisquer outro da periferia mundial, requer um questionamento de que se as camadas populares e principais atingidos pelos impactos dessas decisões político-econômicas possuem um poder de veto e não apenas de consulta no tocante à empreendimentos que venham a se instalar em seus territórios.

A exemplo de Brasil e Chile o crescimento econômico não se traduz em segurança alimentar, direitos essenciais como educação, saúde, moradia, trabalho e meio ambiente saudável e equilibrado. O Produto Interno Bruto efetivamente nunca se configurou em manifesto bem estar e qualidade de vida, em respeito aos direitos especiais dos povos primitivos, dos demais seres vivos e seus biomas. O contrassenso pode ser vislumbrado no conflito entre comunidades marginalizadas e empresa canadense de extração de ouro, cobre e prata Barrick Gold²⁴, situada em território chileno-argentino:

El conflicto Pascua Lama puede ser observado desde distintos ángulos no excluyentes. En primer lugar, puede ser entendido desde la perspectiva del *poder* en la medida de que constituye un ejemplo de las luchas entre comunidades marginadas y grandes grupos económicos. En segundo lugar, puede ser entendido desde la perspectiva de los *derechos de propiedad* por cuanto hay un régimen institucional que distribuye derechos de propiedad sobre el agua y los recursos mineros, generando asimetrías de acceso a los recursos. En tercer lugar, también se puede analizar como un conflicto entre *saberes y conocimiento*, en la medida que cierta técnica ambiental aparece como legitimada y enfrentada ante formas de cosmovisión local. Por último, el conflicto se puede ver como un enfrentamiento de distintas formas de entender y producir la *naturaleza*. (BUSTOS; PRIETO y BARTON, 2015, p. 15).

Ao que parece prevalecer na órbita legal estatal a dinâmica da empresa mineral em contraposição aos direitos de propriedade ancestrais dos huascoaltinos, pois o estado ratifica a compreensão dominante de natureza

²⁴ De momento, además de los estudios de la Universidad de Waterloo, la información que comprueba la destrucción de aproximadamente el 70% de los glaciares Toro 1, Toro 2 y Esperanza por parte de Barrick Gold, proviene de estudios realizados por la propia empresa. La minera los encargó en 2005 a la consultora Golder Associates, sin tener clara conciencia de su contenido. Tan es así, que en abril de 2009, tras anunciarse que Argentina y Chile habían llegado a un acuerdo tributario sobre la explotación de este yacimiento binacional, Barrick declaró que “carece de veracidad afirmar que los glaciares resultaron afectados en la etapa de exploración del proyecto”. Luego que la ONG Programa Chile Sustentable citara públicamente dicho estudio y sus contenidos, la firma optó por el silencio. (DERECHO A LA AGUA, 2018)

como recurso econômico e concede poderes sobre os glaciares para os proprietários de água e minérios. Em contrapartida, os saberes tradicionais, o direito a água como bem comum e essencial à vida e outras formas dos índios huascoalinos²⁵ locais dispor dos glaciares para períodos de escassez foram suplantados pela técnica ambiental em face do poder do Estado de Chile em prevalecer o interesse do empresariado.

Os problemas sociais são retroalimentados através da espoliação dos recursos naturais, ironicamente, usados na ordem político-econômica como gerador de renda, emprego, progresso e que o desenvolvimento vem pela industrialização. Entretanto, tem se evidenciado as contradições decorrentes desse macabro "desenvolvimento", pois em 500 anos de dominação, controle e exploração o Brasil demonstra vividamente que a tríade da receita neoliberalismo, globalização e desregulamentação de mercados para satisfação dos Estados ricos, elites locais, bancos e multinacionais é inviável, insustentável e provoca o oposto:

As colônias americanas foram descobertas, conquistadas e colonizadas dentro do processo de expansão do capital comercial. A Europa estendia seus braços para alcançar o mundo inteiro. Nem a Espanha nem Portugal receberam os benefícios do envolvimento avanço do mercantilismo capitalista, embora fossem suas colônias as que, em grande parte, proporcionaram o ouro e a prata, que nutriram esta expansão. Como vimos, se bem que os metais preciosos da América iluminassem a enganosa fortuna de uma nobreza espanhola, que vivia sua Idade Média tardiamente e na contramão da história, simultaneamente selaram a ruína da Espanha nos séculos seguintes. Foram outras as comarcas da Europa que puderam incubar o

²⁵ Principales argumentos de la demanda de los Huascoalinos: Las tierras que actualmente utiliza Barrick Gold se conocen como Estancia Chañarcillo y tienen una extensión de 49.000 hectáreas. Estas tierras son parte del título de dominio de los Huascoalinos de 1903. Sin embargo, luego de una serie de transferencias fraudulentas y adquisiciones que comenzaron en 1913 y culminaron en 1998, la Compañía Minera Nevada, subsidiaria de Barrick Gold en Chile, compró estas tierras a la sucesión de Ignacio Franco Ahumada, terreno que luego inscribió en el Conservador de Bienes Raíces en marzo de 1999, el Estado de Chile, en conocimiento de estos hechos, le otorgó la Calificación Ambiental favorable al proyecto Minero Pascua Lama y sus modificaciones, sin considerar ninguna de las observaciones presentadas por la comunidad indígena en el proceso de Evaluación Ambiental. Se vulneró su derecho al consentimiento libre e informado, consagrado en la Convención Americana de Derechos Humanos. Cuando el proyecto se aprobó originalmente en el año 2001, la comunidad tampoco fue convocada a las instancias de participación ciudadana. El proyecto tampoco contempló en sus estudios el impacto sociocultural sobre los sistemas de vida y costumbres tradicionales de los 250 comuneros indígenas y sus familias, que han hecho uso libre de la cordillera desde tiempos inmemoriales para la críancera de cabras, mulares y vacunos. El proyecto Pascua Lama, al ocupar parte del territorio ancestral, les quita la posibilidad de resguardar su patrimonio natural y cultural, que forman parte de un sistema integrado que permite el mantenimiento de su cultura a través del tiempo. (DERECHO A LA AGUA, 2018).

capitalismo moderno, valendo-se, em grande parte, da expropriação dos povos primitivos da América. À rapinagem dos tesouros acumulados sucedeu a exploração sistemática, nos socavões e jazidas, do trabalho forçado dos indígenas e escravos negros, arrancados da África pelos traficantes. (GALEANO, 1982, p. 40).

O ritual dessa passagem do período colonial para o republicano e democrático não mudou a estrutura econômica e nem a profunda desigualdade de classes. A pilhagem, a monocultura, exportação e latifúndio são as bases do antigo sistema produtivo-econômico e atual fonte primária que lança ao mundo os produtos dos países pobres, causando mais problemas de ordem social, ambiental e econômica, que benefícios. As instituições e política externa dos países centrais se mostram aliadas de primeira grandeza com os abastados nacionais das nações subdesenvolvidas. As classes superiores, em termos sociológicos, pois o triunfo é quase sempre econômico e só, são alinhadas com o dominador, aspirando o executar bem o papel de agressor, capataz e se espelhando nos modos, usos e costumes dos investidores e especuladores internacionais.

A obra humana nesse início de século é uma realidade desigual e excludente fato que tem se ampliado criando novos excluídos e marginalizados da própria sociedade moderna e liberal. Além disso, não dá para estender o padrão de vida de um terço da população do planeta para toda a população e, concomitantemente, escolher entre manter o modelo de acumulação capitalista ou prover os excluídos de meios para a reprodução da vida humana na Terra. Também não é possível importar modelos de países ricos para países pobres ou emergentes, mas é possível aprender com eles. As saídas resultam da política e, portanto, de quem conseguir organizar suas demandas coletivamente e tiver mais força na negociação. (RIBEIRO, 2003).

Demandar um jogo de forças sociais e de personagens subrepresentados na política contra a privatização de seus recursos e territórios é lutar contra o espírito neoliberal e a hegemonia do capital. A propriedade privada, a retomada do Estado e democracia sequestrados pelo fundamentalismo de mercado são imperativos categóricos num modelo político excludente que ratifica e planifica acordos contra o patrimônio ambiental, genético, cultural e humano de seus próprios cidadãos.

Segundo o informe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, nomeado "Desiguales" y Han-Joon Chang o Estado deve ter a preponderância nas decisões políticas, econômicas e sociais de longo prazo. Sem esquecer da grande responsabilidade social com os fins públicos, justiça social e sustentabilidade que hoje a história chilena prova o contrário, com reformas e liberalização que fizeram um imenso aporte de recursos para as classes mais ricas, setor privado e multinacionais. É possível dizer que o Estado está ao serviço do mercado, baixo domínio do capital e seus meandros.

Conforme o relatório Desiguais, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a interpretação decorrente de Han-Joo Chang, o Estado deve ter a primazia das decisões políticas, econômicas e sociais de longo prazo pautado por princípios e valores humanísticos e não puramente econômicos. Não se esquecendo dos compromissos e responsabilidade social com os fins públicos de justiça social, sustentabilidade, cumprimento da constituição e tratados internacionais de direitos humanos dentro de uma ética que contemple a vida e sua biodiversidade, a dimensão cultura e ética plural. Ao contrário do disposto, a ética do mercado se entranhou nos agentes estatais e estes se colocam como arautos do capital, da tecnologia e serviços rompendo o interesse público e instaurando conflitos de ordem socioambiental.

3. 2 Sociobiodiversidade, conflitos socioambientais e suas implicações

Concentração de terras. British Petroleum. DeepWater Horizon. Direitos originários. Eldorado particular. Wapixana. Agenda neoliberal. Tragédia de Mariana. Samarco BHP Billiton. Financeirização da vida. *Commodities*.

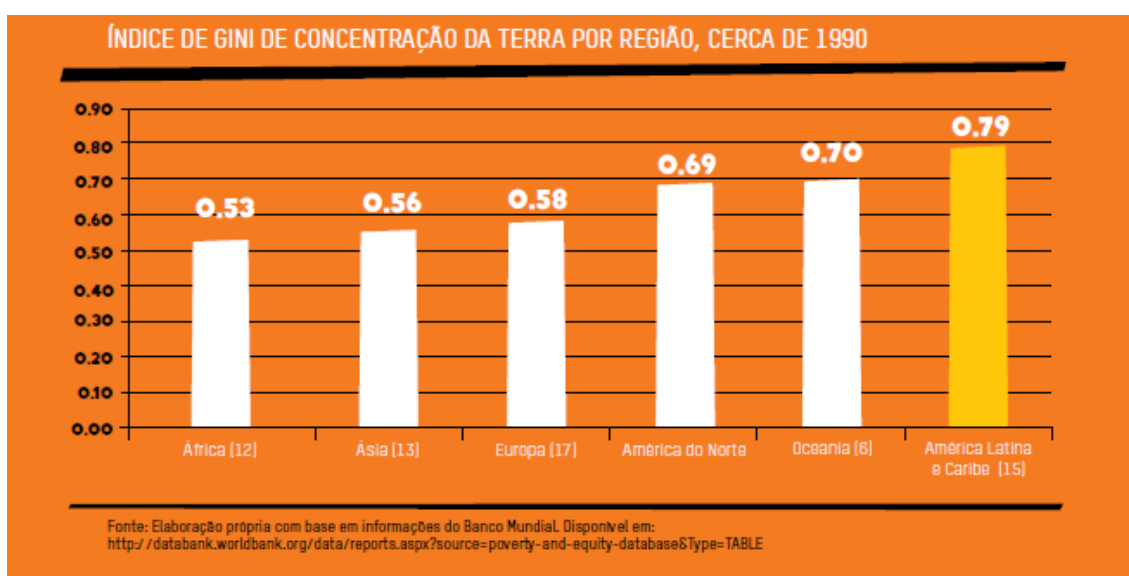
As implicações que decorrem do *modus operandi* societário atual são múltiplas em campos que afetam o social, o ambiental, o cultural, o étnico, o humano, o econômico e político. Desde a revolução industrial e projeto racionalista que a padronização do mundo foi concebida e implementada nos países ricos e periféricos. O mundo ocidental, eurocêntrico e, portanto, formatado conforme as regras do capital produtivo e da ética do *homo economicus* para dar impulso ao projeto técnico-científico de sociedade.

A força motriz dessa lógica mercantil tem elo na atual submissão dos Estados aos agentes privados e financeiros. A contradição do Estado periférico e do sul global é justamente possuir historicamente imensas riquezas de ordem material e biológica, com uma diversidade cultural que é explorada em seus diversos matizes e manutenção de desigualdades de renda, terra e acesso à serviços públicos essenciais. Os conflitos inseridos no bojo dessa territorialização acirram disputas internas sobre água potável, terras férteis, direitos indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, comunidades tradicionais e outros que vivem em relativa sintonia com o meio ambiente em que estão e são parte.

Nessa conjectura, a terceira forma de fascismo social é o fascismo territorial. Existe sempre que atores sociais com forte capital patrimonial retiram ao Estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses. O que desencadeia mortes por posseiros, grileiros e empresas que expulsam os povos tradicionais e autóctones de seus territórios sagrados para explorar madeira, criar gado, produzir monoculturas, desmatar ou extrair minérios em larga escala para exportação (SANTOS, 2007).

Nessa toada, a concentração de terra na América Latina é da ordem de 0.79, o mais alto do mundo, segundo dados do Banco Mundial:

Gráfico 7: Índice de Concentração de Terra por região, década de 1990



Fonte: Banco Mundial apud OXFAM, 2015

Na maioria dos casos, estes constituem os novos territórios coloniais privados dentro de Estados que quase sempre estiveram sujeitos ao colonialismo europeu e agora dependem política e econômica de elites nacionais subservientes ao capital internacional. Sob diferentes formas, a usurpação original de terras como prerrogativa do conquistador e a subsequente “privatização” das colônias encontram-se presentes na reprodução do fascismo territorial e, mais geralmente, nas relações entre latifundiários e camponeses sem terra. As populações civis residentes em zonas de conflitos armados encontram-se também submetidas ao fascismo territorial (SANTOS, 2007).

As implicações de cunho social e ambiental, antrópico e cultural, político e econômico dessa investida neoliberal sobre os territórios de comunidades tradicionais e povos originários se traduz em morte, violência e desigualdades socioespaciais em prol de megaprojetos da racionalidade econômica, como os já citados Belo Monte, Barrick Gold, plataforma British Petroleum, entre outros. Essa racionalidade econômica na tentativa de possibilitar sua expansão infinita, baseada na extração de recursos, barateamento de insumos, precarização do trabalho, estresse e desastre ambiental durante e após a exploração com consequente maximização do lucro alimenta os conflitos socioambientais:

racionalidade do sistema capitalista, por exemplo, decorre, geralmente, de comportamentos qualificados de eficazes, eficientes, rentáveis, produtivos ou que conduzem à minimização dos custos, maximização dos lucros, ótimo econômico, progresso da empresa, desenvolvimento harmonioso da economia nacional, etc. (PINHO, 1976, p. 173).

O desenvolvimento das atividades produtivas e o consequente expansionismo inerente ao ilimitado crescimento que o capital demanda a potencialização da racionalidade econômica em sua lógica hegemônica mostra contradições e até declínio. A lógica da racionalidade econômica de minimização dos custos ambientais, sociais e trabalhistas, a eficácia dos métodos produtivos sem contrapartida de minimização dos impactos socioambientais gera um passivo na biodiversidade. A eficiência e rentabilidade

não oportunizam melhorias sociais para as populações diretamente atingidas pela extração, distribuição e consumo de matéria-prima.

O desastre ambiental da British Petroleum²⁶ traduz o significado da economia globalizada mediada pela racionalidade econômica, pautando a supremacia do lucro e da alta produtividade sem preocupar-se com os riscos e lesões no contexto da sociodiversidade do Golfo do México:

no contexto da indústria petrolífera, também indicam que, para entender o pior acidente da história da indústria petrolífera offshore, ocorrido com a plataforma Piper Alpha, é importante atentar para um dos aspectos destacados no relatório coordenado por Lord Cullen. Um elemento essencial a ser considerado é que não houve somente erros e desmandos no caso da Piper, e sim uma longa cadeia de eventos. Os mesmos autores apontam que o referido desastre expôs tudo o que havia de errado no campo da segurança offshore. Da mesma forma, entender o acidente do Golfo requer olhar para a trajetória da empresa British Petroleum, pois, em 2005, o acidente com a refinaria Texas City 21,26 já antecipava alguns dos problemas que se manifestaram na plataforma Deepwater Horizon. Ainda na mesma direção, caso se pretenda compreender melhor alguns aspectos da tragédia de Fukushima 21, deve-se observar o percurso da Tepco, operadora daquela central nuclear. De modo similar, pode-se lançar mão do mesmo raciocínio no caso da Petrobras, ao iluminarmos algumas das iniciativas levadas a cabo nos anos que antecedem o acidente com a P-36, como a redução de efetivos, a escalada da terceirização e a reestruturação organizacional. (FIGUEIRERO; ALVAREZ; ADAMS, 2018, p.4).

Nessa perspectiva, os impactos decorrentes do desastre da British Petroleum no Golfo do México, envolvendo Estados Unidos da América e México, impactaram severamente o oceano, as aves migratórias, o turismo nas praias mexicanas e estadunidenses e, principalmente, a vida marinha. Tanto no caso da plataforma DeepWater Horizon (British Petroleum), como da Plataforma da P-36 (Petrobrás), o relatório aponta que a indústria petrolífera comete desmandos, reduz efetivos sobrecarregando os trabalhadores restantes, precarizando as relações laborais e diminuindo a qualidade da mão-de-obra empenhada, considerando o que o mercado preconiza como reestruturação organizacional para aumentar a performance financeira:

²⁶ Quando comparados a episódios de acidentes de grandes proporções no exterior, os valores cobrados por danos ambientais no Brasil são extremamente reduzidos, lembrando que a British Petroleum pagou pelo acidente no Golfo do México em 2010 US\$ 26,1 bilhões. O governo federal e os estados de Minas Gerais e de Espírito Santo, diretamente afetados propõem uma ação na justiça para cobrar US\$ 4 bilhões das empresas responsáveis pelo rompimento da barragem e criar um fundo para reparação dos danos, valor que não é definitivo. (JACOBI; CIBIM, 2015).

No campo da produção de petróleo propriamente dita, o evento de maior relevância não terá sido a descoberta de alguma grande reserva, mas sim o vazamento na plataforma operada pela BP no Golfo do México que, por fatalidade ou negligência, resultou em bilhões de dólares em danos ambientais e às populações atingidas pela mancha de óleo, ensejando uma moratória do governo norte-americano na exploração de petróleo no Golfo do México. Mais do que isso, o vazamento evidenciou os riscos da exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, e parece ter galvanizado (principalmente nos EUA, mas potencialmente também nos demais países com exploração em águas ultraprofundas, inclusive o Brasil) uma cobrança da sociedade em relação ao cumprimento estrito de procedimentos de manutenção e segurança em plataformas marítimas. Tais riscos e preocupações certamente implicarão em maiores custos (operacionais e de seguros), mas, ao que tudo indica, trata-se de ônus com o qual as companhias petrolíferas estão dispostas a arcar, principalmente diante da manutenção dos altos preços do barril de petróleo. (PIMENTEL, 2011, p. 15).

Assim sendo, a visibilidade do desastre no Golfo do México provocado pela British Petroleum alerta para as ações desenvolvidas pelas companhias petrolíferas, que resultaram em doenças, mortes, danos à fauna marinha, impactos biológicos, físicos, químicos e psicossociais. Num primeiro plano, os riscos químicos, presentes na água, no solo, no ar e nos ambientes de trabalho, parecem ser os mais relevantes. Os efeitos diretos (intoxicação humana) e indiretos (magnificação biológica no ambiente, afetando os ecossistemas e as cadeias alimentares e rompendo os ciclos biogeoquímicos) sobre a saúde são bastante evidenciados e podem ser agudos ou crônicos, com grande período de latência, sem sintomas aparentes (como efeitos carcinogênicos e mutagênicos) (RIBEIRO, 2012)

A organização social e o comportamento econômico da sociedade de mercado tem se preocupado demasiadamente em manter o ritmo de crescimento econômico e os indicadores de rentabilidade oriundos da relação trabalho, capital, financeirização da vida e *commodities*. Ao passo que, sob essa égide se esquecem os efeitos colaterais e concomitantes da exploração, processos produtivos, consumo de combustíveis fósseis, uso de plásticos e pesticidas, de químicos para fertilização dos solos, dos resíduos gerados pela indústria, seu alto consumo de materiais e das bases de consumo da própria civilização ocidental como ápice da lógica do mercado.

A partir dessa breve explanação, as dicotomias que envolvem o pragmatismo, utilitarismo econômico em face da extrema e imediata geração

de quantitativos para a economia de mercado e ações em bolsa de valores. A dinâmica por disputa de terra entre grandes latifundiários e monocultores contra agricultura familiar e povos indígenas, resultante de questões econômicas e culturais, da falta de reforma agrária e do preconceito que paira sobre as populações tradicionais reforçam os conflitos e espoliação de índios brasileiros e suas terras demarcadas:

Branco e índio estão decididos a resolver no pau, talvez nos tiros, quem é dono daquele pedaço de Brasil. Trata-se de 1,7 milhão de hectares de cerrado, demarcados, mas nunca homologados, povoados por 12 mil Macuxi, Ingarikó, Wapichana, Taurepang e Patamona. Sobre essa terra desenham-se as plantações de arroz dos gaúchos, única cultura em que Roraima é autossuficiente, não por estratégia econômica, mas para garantir a usurpação do território. No subsolo se escondem os diamantes que movem a cobiça tanto de garimpeiros avulsos, pobres e estropiados, como das grandes mineradoras. E, por fim elevam-se as vozes dos políticos e seus interesses em nome do "desenvolvimento do estado". Na última guerra entre brancos e índios, 500 anos após o "Descobrimento", os dois lados só comungam de uma mesma ameaça: se o governo federal não se apressar, "vai ser um banho de sangue". (BRUM, 2017, p. 51-52).

O mérito do debate sobre a propriedade da terra, os direitos originários e constitucionais dos povos Macuxi, Ingarikó, Wapichana, Taurepang e Patamona que, para além de diamante, ouro, madeira maciça de lei, não veem o seu território como recurso econômico e passível de ser explorado a granel sem contemporizar as nefastas consequências para si mesmos, para os recursos hídricos, para o ciclo hidrológico, para o clima, para a qualidade de vida e patrimônio imaterial imanente aos seus costumes e práticas que ajudaram a moldar a floresta como ela é atualmente.

Do outro lado do emblemático conflito estão os fazendeiros que plantam arroz em terras públicas e arrendadas com financiamento estatal, sendo eles mesmos os fraudadores de cartórios e prefeituras para forjar documentos de regularização fundiária. Ao passo que, como estão sob a lógica do mercado e tem apoio midiático os mesmos contam com a premissa do governo local e federal para tocar seu projeto de eldorado particular sobre os territórios e patrimônio da biodiversidade pertencente aos indígenas Wapixana:

Um caso de apropriação indevida de terras indígenas ocorreu em 1979, na maloca da Barata, região do Taiano, onde vivem os

Wapixana. Um senhor chamado Eptácio Andrade de Lucena possuía uma fazenda denominada Triunfo. Para aumentar suas posses, diz ter comprado do Taxaua José Lourenço uma barraca (benfeitoria) numa área denominada de Campo Maior, com 700 hectares de terra, pela quantia de cem cruzeiros, em 1961. Em 1971, o fazendeiro entrou na justiça, por intermédio do seu filho, promotor público Hitler Lucena, e do escritório de advocacia do Senhor Alcir da Rocha, alegando que a fazenda Triunfo tinha necessidade de ampliar seus campos de pastagem, considerados insuficientes para alimentar 500 cabeças de gado. O documento é finalizado com o pedido da retirada dos índios do local, o que prontamente foi atendido pelo Juiz Eustáquio, depois de ouvir quatro testemunhas favoráveis ao proprietário da fazenda, mandando despejar o Taxaua da área em litígio. O absurdo desse fato é que o Juiz tenha considerado, de imediato, o índio como invasor e o fazendeiro como invadido, quando na verdade, o índio estava na área já reconhecida pela FUNAI como área indígena, o que não significa, porém, ter sido a área delimitada e demarcada. A Maloca da Barata só foi declarada de posse permanente dos índios em 25 de maio de 1982. (GUILHERME VIEIRA, 2003, p. 57).

Conforme se depreende nitidamente do postulado acima, o próprio agente estatal na figura do juiz corroborou para considerar o índio o invasor, alheio ao seu direito legítimo e ancestral, e outorgar a propriedade da terra ao pai do promotor que ingressou com a ação. Não obstante, é violenta a retirada de famílias indígenas de seu território já reconhecido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para direcionar essa terra a um único pressuposto proprietário praticar sua atividade de agropecuária. Essa decisão equivocada consubstancia, de modo cristalino, a ética do mercado que gera conflitos socioambientais reforçando e repetindo o passado de expulsão, extermínio, escravidão e trabalho forçado de indígenas em nome de latifundiários.

A agenda neoliberal impõe os ditames do modelo de desenvolvimento a ser adotados nos países pobres. A América Latina reproduz esses modelos desde tempos coloniais e segue o receituário sem mensurar os custos, as vidas, a queima de estoque genético e material, o desperdício e eliminação de sua biodiversidade de maneira automática. Sob esta batuta, tem-se que, enquanto prevalecer o interesse econômico e as exigências incompatíveis do mercado transformando a ecologia em negócio enquanto nega os riscos e sua contribuição pra crise civilizatória, consequentemente, os direitos humanos, trabalhistas, indígenas, de justiça social, solidariedade por uma nova ética humanista:

verde em maior profundidade neste momento, é importante dizer que o papel da economia no apoio a uma transformação ecológica tornou-

se novamente um tema central. “É a economia, estúpido!” É o grito que atinge os ambientalistas em todos os lugares. Em contextos marxistas tradicionais, isso costumava ser chamado de primazia da economia. Ela é facilitada pela percepção onipresente de que os cofres públicos estão vazios e que os Estados têm possibilidades de ação limitadas – entre outros motivos – porque estão altamente endividados. E assim, novos e inovadores mecanismos de financiamento, mecanismos de mercado e iniciativas de negócios têm surgido em todas as partes: “A ecologia vira negócio” (*Ecology goes business*). Esta nova ecologia influenciada pela economia enfatiza as oportunidades, mas não os riscos. As mudanças climáticas e a perda de biodiversidade são vistos como riscos, mas também, tão importante quanto, como “oportunidades de negócio”. (FATHEUER, 2014, p. 12)

Observando-se a retórica da contestação e os perigos subjacentes, o que sobressai é o questionamento ao modelo dominante de desenvolvimento que mesmo contendo suas inúmeras contradições em fomentar conflitos no campo e na cidade, permanece atrelado às políticas estatais oficiais e vivida trivialmente pela sociedade como um todo. Não se priorizam as dimensões de justiça social e ambiental, a defesa dos bens comuns relegados pela mercantilização sem nenhum controle e mitigação dos danos e desastres provocados pelas atividades praticadas, incorrendo em crimes ambientais, em tragédias humanas e perdas imensuráveis do ponto de vista quantitativo e qualitativo, a exemplo de Mariana, MG (FLORIANI, 2016):

Na tragédia de Mariana, Minas Gerais, mais de 70 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos da mineração de ferro vazaram após o rompimento da barragem de Fundão pertencente à Samarco, uma *joint-venture* da brasileira Vale e da anglo-australiana BHP Billiton. No caminho da lama mortal, 17 corpos foram encontrados, pelo menos 2 permanecem desaparecidos, com mais de 1.200 pessoas desabrigadas. A grande maioria dos mortos é de trabalhadores terceirizados (12). Dos cinco outros mortos soterrados, duas são crianças (5 e 7 anos) e três entre 60 e 73 anos, revelando a vulnerabilidade de crianças e idosos. Além de destruir vilarejos como Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, a lama percorreu 663km ao longo dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, chegando à foz deste e afetando seu ecossistema marinho em área de reprodução de espécies marinhas. Foram atingidos 35 municípios em Minas Gerais e quatro no Espírito Santo, com cerca de 1,2 milhão de pessoas afetadas pela falta d'água que temem a contaminação da água do rio Doce, já que ela voltou a ser fornecida para consumo humano. Na bacia do rio, 11 toneladas de peixes mortos foram recolhidas e talvez cinco espécies tenham sido extintas, com décadas sendo estimadas para a recuperação da área. Além das populações urbanas, dentre os mais atingidos encontram-se pescadores, ribeirinhos, o povo indígena Krenak, agricultores e assentados da reforma agrária. Pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) revelou que a área de 1.430 hectares atingida pela lama nos municípios de Mariana, Barra Longa e Rio Doce não apresenta mais condições para

o desenvolvimento de atividades agropecuárias, pois a camada superior depositada impede a fertilidade do solo e demorará anos de investimento para sua recuperação (PORTO, 2016).

A tragédia de Mariana, como ficou conhecido o desastre decorrente da barragem de rejeito de minério de ferro, demonstra a amplitude do impacto direto, em termos de mortes e desabrigados, contaminação de rios e chegada no oceano atlântico causando um dano irreparável em aspectos sociais, ambientais e econômicos. Ademais, as atividades de pesca, cultivo de subsistência, turismo, lazer e toneladas de peixes mortos por causa do rompimento são irreversíveis acentuando o drama humano.

Diante do exposto, os usos extrativos abusivos dos minerais e da produção energética ocorrem em detrimento da reprodução material e cultural das populações locais favorecendo, quase sempre, empreiteiras e construtoras das obras faraônicas, descuidando-se e desprotegendo estratégias de produção e de soberania alimentar e ainda de outras formas alternativas de economia social, interesses dos atores sociais envolvidos e preservação de seus conhecimentos tradicionais, rituais, práticas e saberes. (FLORIANI, 2016).

A retórica hegemônica impede que se veja em sua grandeza a importância e dimensão da biodiversidade:

Ao disseminar o conceito de “biodiversidade”, destaca-se que a diversidade de espécies não pode ser vista separadamente da diversidade genética e dos ecossistemas – e é por isso que “a diversidade das espécies” não é um sinônimo adequado. Assim, a conservação da natureza tornou-se fundamentada em uma lógica muito mais eficaz. No entanto, isto significa que a conservação da natureza não pode ser abordada em termos de preservação de algumas espécies populares de forma isolada; deve conservar os *habitats* e os ecossistemas (FATHEUER, 2014, p. 23).

A biodiversidade é uma, os biomas e ecossistemas têm uma sincronia em termos de cadeia alimentar e ciclos de nutrientes, como carbono, água, minerais e biomassa que dependem de uma certa equilíbrio do meio ambiente para se manter. Diante de uma ruptura abrupta ou de consequentes intervenções humanas e outros fluxos adversos a natureza perde o poder de regenerar-se, levando à extinção de espécies em larga escala. Assim, a diversidade genética, a simbiose das espécies e sua variabilidade só podem ser asseguradas se mantidos os *habitats* e os ecossistemas em sua

integralidade, não apenas a espécie rara, predileta ou mais interessante sob o aspecto humano:

A ausência de perda líquida e as compensações de biodiversidade poderiam soar como conceitos dignos de mérito, mas na realidade eles são *slogans* simplistas, ociosos, e que subestimam seriamente a variedade e riqueza do mundo natural. O fato é que a biodiversidade e os ecossistemas são complexos. Seus ciclos de vida são dinâmicos, em constante mudança, cheios de hierarquias e níveis de organização que são extraordinariamente difíceis de quantificar, e muito menos passíveis de serem precificados. É impossível reduzir a biodiversidade e os seus vários componentes a um sistema de créditos ou moedas, tal como previsto no sistema de compensação. Tampouco as partes individuais de natureza podem ser prontamente trocadas por outras. (FATHEUER, 2014, p. 59)

Conforme o excerto citado, a biodiversidade e os ecossistemas são complexos e estão em constante interação com as diversas sociedades e atividades humanas. Os ciclos são dinâmicos, interagem entre si, tem seu próprio tempo e níveis de organização, sendo praticamente impossível quantificar ou precificá-los. Mais que isso, tentar artificialmente com a tecnologia disponível recompor ou renaturalizar os ecossistemas após sofrerem dano, desastre ou agressão por parte de danos antrópicos é inviável.

Por isso, o princípio da precaução deveria prevalecer, junto com o interesse verdadeiramente público, e o bem estar dos diretamente envolvidos em projetos de serra socioambiental. Pois causam ou possam causar risco ou dano iminente, insolúvel e imprevisível com consequências catastróficas para a vida como um todo.

Outrossim, a sustentabilidade ambiental e humana residem na compreensão de que a natureza é complexa, impassível de ser fragmentada e reduzida com fins cartesianos de troca e substituição para resolução dos problemas criados pela espécie humana. A ciência reducionista que foi herdada das revoluções industriais e que, em certa medida, corresponde aos interesses e expectativas dos interesses comerciais deve evoluir para uma sustentabilidade ambiental e humana que possibilite as condições de manutenção da biodiversidade.

3. 3 Sustentabilidade e interdisciplinaridade: contribuição de uma ciência pública

Visão Holística. Colapso civilizacional. Crise civilizatória. Ciência tradicional. linearidade da ciência. *input/outputs*. China. Engodo desenvolvimento sustentável. Ciência ocidental.

A emergência da crise ecológica e civilizacional tem implicado num redirecionamento de paradigma científico. Nesse sentido, a sustentabilidade entra na pauta das agendas política, econômica, cultural, societária, demandando uma busca por compreensão da complexidade. Através da dimensão ambiental e de uma racionalidade ambiental, financiado por uma ciência pública com interesses comunitários visando respostas para as questões socioambientais e a insuficiente resposta do tecnicismo, reducionismo e racionalismo científico modernos. Nessa perspectiva, um conjunto de conhecimentos que buscam apreender o todo, suas teias e ramificações pela interdisciplinaridade que tenta identificar o processo da totalidade, da vida, do reconhecimento do valor dos conhecimentos informais e formais, dos saberes tradicionais num diálogo constante e recíproco.

Partindo dessa premissa, é necessário conhecer e reconhecer a capacidade de regeneração da natureza e continuação de seus ciclos, seu conceito no antropoceno, os interesses utilitaristas e economicistas, sua visão estética e transcendental, turística, dentre outras:

“Essa natureza paisagística, totalizadora, é, todavia, uma natureza *sem* a ciência. Tão logo nos voltamos para ela numa atitude científica, ela se desintegra em objetos e aspectos singulares. Cada especialista vê uma coisa diferente: o ecologista verá talvez complexos de ecossistemas com cadeias alimentares e fluxos de energia; o geólogo, falhas e camadas geológicas; o estrategista militar, possibilidades de camuflagem e de concentração estratégica. A natureza enquanto totalidade só é possível sem a ciência e fora dela” (TREPL, p.332, 2002).

A compreensão da natureza dentro dos métodos científicos tradicionais se mostra fragmentada, oriunda do cartesianismo. Assim, os diferentes profissionais: ecologista, geólogo, estrategista militar, verão mediante suas concepções e limitações científicas. A interdisciplinaridade e complexidade

ambiental buscam contribuir para uma visão integral da natureza, não seus elementos particularizados, contra o isolamento de alguns símbolos e exclusão de outros. Nessa toada, a natureza enquanto totalidade só pode ser possível sem a ciência e fora dela, pois com a ciência da atualidade é insuficiente apreender a natureza e sua vasta riqueza de interações e condições.

Nessa esteira, a visão holística e compreensão do todo, sua origem, causa e efeito conhecido e os desconhecidos ou ainda não descobertos precisa ser considerado:

“o todo é maior que a somatória de suas partes”, “o todo influencia as partes”, “o todo não pode ser explicado analiticamente através da redução a suas partes, mas necessita de uma metodologia totalizante específica”. Não é necessário estarem presentes todas essas convicções para se caracterizar uma determinada concepção como holística (Bunge, 1974, *apud* TREPL, p.344-345, 2002).

O todo e sua constante procura são urgentes num mundo em colapso socioambiental, ameaçado por comportamentos e práticas da sociedade industrial e urbana. O todo é maior que a somatória das partes, esse todo é impossível de ser medido, pesado, analisado em laboratório, pois extrapola as barreiras da metodologia compartimentada utilizada até então. A visão holística e uma ciência pública podem contribuir para a autonomia e desenvolvimento endógenos de comunidades, ampliando seus saberes ancestrais e valorizando sua cultura, sua forma de vida, suas manifestações e relação com o todo.

A construção de uma ciência pública embasada na sustentabilidade e interdisciplinaridade está contida numa nova era que tende a romper paradigmas científicos colocados até hoje. O campo dos debates e as tensões socioambientais tem trazido à baila uma gama de desafios que, a racionalidade econômica e a ciência cartesiana, mostram-se incapazes de solucionar. Para tanto, a importância do investimento em ciência por parte dos entes públicos e seu compromisso com o retorno social, ambiental, cultural e político como ato simbólico de uma sociedade que tenciona a ser livre, justa e igualitária:

O campo dos debates e dos embates sobre concepções do socioambientalismo e dos conflitos sociais oriundos de problemas de apropriação, uso e exploração dos recursos naturais e dos impactos gerados no ambiente (natural e social) tem como pano de fundo o confronto entre a ciência normal e os demais saberes e práticas sobre a natureza. Da mesma forma, a produção discursiva sobre

sustentabilidade emerge desse quadro de oposição-complementaridade entre os domínios da ciência (seus fundamentos epistemológicos, suas escolas de pensamento, a partir das quais são criados os conceitos e métodos) e os domínios dos demais saberes não científicos (religiosos, culturais, estéticos, políticos, etnoconhecimentos, etc.). (FLORIANI, 2016, p. 154).

Os conflitos sociais e a apropriação, uso e exploração dos recursos naturais possibilitados pela ciência tradicional têm provocado disputa e acirramento entre os diferentes saberes, práticas e costumes sobre a natureza. O progresso como crescimento econômico e o sistema produtivo impactaram continuamente os ecossistemas e biomas ao redor da Terra, mostrando-se um modelo predatório e em vias de esgotamento. Não obstante, há uma sobreposição dos valores e padrões científicos normais, cancelados pelo mercado e a hegemonia econômico-política, que produzem discurso e engajam ferramentas para diminuir, invisibilizar, mascarar e apagar as consequências inerentes desse modelo.

A ciência é reduzida ao simples papel de promotora e propulsora do lucro, da expansão do controle e otimização sobre a natureza. Essa transformação do meio ambiente em capital, commodities, objetificação dos corpos e objetos, mas, também das mentes e seu conteúdo tem deixado muitas falhas ao longo do processo da cadeia produtiva, acentuado problemas socioambientais e exaurido a vida e sua continuidade:

Nova economia da natureza se desenrolou após a RIO 92, com o DS e a sustentabilidade sendo "conciliados" ao desenvolvimento. A linguagem da natureza agora está entrelaçada com a linguagem da economia. Aqui, mais uma vez, o uso do termo não está limitado com qualquer clareza conceitual. Para muitos, o capital natural é uma metáfora, concebido para mostrar que só podemos viver dos lucros da natureza e que não devemos consumir o seu capital - como qualquer dona de casa prudente sabe. Em um exame mais atento, contudo, o termo revela-se problemático. Ele joga muitas coisas dentro de um mesmo saco: recursos renováveis e não-renováveis, a função de sumidouro (*sink*) e o funcionamento do sistema em geral. E tudo isso é capital natural? (FATHEUER, 2014, p. 27).

As conexões, a interdependência e os ciclos naturais são descaracterizados pelo desenvolvimento sustentável. A nova economia da natureza trata o patrimônio genético e biodiversidade como insumos, inputs, passíveis de serem vendidos, alugados, trocados, substituídos. É imensurável o desprestígio da ética ambiental e compromisso da civilização capitalista com

a manutenção das condições de vida e reprodução com qualidade de todas as espécies no globo terrestre. O exemplo disso é a junção num mesmo pacote de recursos renováveis e não-renováveis, sem se questionar a real necessidade presente e futura dos impactos gerados para milhões de seres vivos. Essa apropriação e tecnicismo não são naturais, são antrópicos e fruto de decisões políticas, econômicas e sociais.

A linearidade da ciência e da economia mostram-se presos à lógica da insustentabilidade, do descumprimento do princípio da precaução, do sobrevalor do lucro em detrimento da vida em suas mais diferentes acepções:

Todavia, o discurso da sustentabilidade chegou a afirmar o propósito e a possibilidade de conseguir um crescimento econômico sustentado através dos mecanismos do mercado, sem justificar sua capacidade de internalizar as condições de sustentabilidade ecológica, nem de resolver a tradução dos diversos processos que constituem o ambiente (tempos ecológicos de produtividade e regeneração da natureza, valores culturais e humanos, critérios qualitativos que definem a qualidade de vida) em valores e medições dos mercados (LEFF, 2011, p.11).

Entre o discurso e a práxis tem persistido um eco dos oprimidos pelo sistema econômico-produtivo, um hiato dos que questionam e denunciam as mazelas do mercado. Os mecanismos de mercado são insuficientes em dar resposta para os *outputs* (passivos ambientais) decorrentes da intervenção humana no meio ambiente. Essa diretriz econômica de expoliar recursos naturais evidenciam a superficialidade dos mecanismos de mercado quando se trata de internalizar compromissos com a sustentabilidade e interdisciplinaridade:

Os aspectos da sustentabilidade, questão que põe à prova a coerência diante de necessidades conquistadas graças ao desenvolvimento tecnológico, levam em consideração as questões econômico-sociais e geográficas, consistindo em temática que atinge a todos, indistintamente, há pelo menos 3 (três) décadas. Trata-se da possibilidade de bem utilizar os recursos naturais, necessários para a sobrevivência e melhores condições de vida no planeta, assim tomados os avanços trazidos, notadamente pela Revolução Industrial, e, conseqüentemente pelo desenvolvimento tecnológico, que assumiu um ritmo galopante nos últimos anos (CUNHA, 2008, p.299-300).

A aceleração do tempo e conseqüente incremento da extração, produção, distribuição, consumo e descarte de mercadorias e produtos

aumentaram a depredação dos recursos naturais e trabalhadores. Há que se sopesar os benefícios para além do eixo econômico-social ponderando, também, os retrocessos ambientais, de qualidade de vida, de extinção de espécies, de poluição e desmatamento após a Revolução Industrial. O mesmo desenvolvimento tecnológico que significou maior produção de serviços, mercadorias e produtos trouxe atrelado a si deterioração dos direitos humanos:

Puede calificarse como paradigmático el ejemplo de China, cuyo crecimiento económico fue sustentado por actividades productivas tradicionales que compiten por precios y vulneran sistemáticamente los más elementales derechos humanos, hasta el punto de que su lógica de funcionamiento se asemeja bastante a la dominante durante la Primera Revolución Industrial. No obstante, durante los últimos años el país está absorbiendo una gran cantidad de capital extranjero y se están instalando industrias de alta tecnología, con todo lo que ello representa para su desarrollo económico, hasta el punto de que ha llegado a convertirse en el principal acreedor mundial. (FORNILLO, 2016, p. 615).

O paradigmático exemplo da China é interessante, pois demonstra que o simples crescimento econômico a taxas elevadas nos últimos dez anos não equivale a progresso social, segurança ambiental e respeito aos direitos humanos. Baseado no modelo energético poluente da era do carvão e derivados do petróleo (Revolução Industrial), a China está migrando seu modelo industrial para empresas de alta tecnologia. Outrossim, ao fazer a transição de uma indústria mais poluente para uma plataforma de alta tecnologia a China agrega valor aos recursos naturais extraídos em seu território e passa a competir com grandes economias mundiais. Some-se a isto o papel de credor mundial, num cenário de crise econômica e recessão pós crack 2008.

Mesmo longe de um panorama ideal nos aspectos social, ambiental e humano, a China permite vislumbrar um horizonte de alternativas trazidos pelo investimento em ciência e tecnologia, promotores estatais do modelo de desenvolvimento chinês via autonomia financeira, grande mercado consumidor, exportações, transformação de matéria-prima em tecnologia de ponta induzidos pela educação pública e obras de infraestrutura.

Em referência a isto, I. Sachs colocou o ecodesenvolvimento como indutor do desenvolvimento endógeno, da sustentabilidade, do rompimento com o processo produtivo dos países centrais e as externalidades negativas:

Sachs defendia o desenvolvimento endógeno, a sustentabilidade, rompimento com o processo produtivo e suas externalidades negativas, rompendo com a imitação dos eixos econômicos dos países centrais. Todavia, para se monopolizar essa abordagem, houve a institucionalização, nos mais variados setores, do Desenvolvimento Sustentável em detrimento do ecodesenvolvimento. Nesse diapasão, ficou mais evidente a preocupação por parte de cientistas, filósofos e estudiosos de que o termo Desenvolvimento Sustentável era um engodo. Por esse motivo, a contradição da perpetuação do sistema capitalista e, praticamente, a velha indústria e todos os seus serviços, produtos e consequências que mantêm o *status quo* e a ideologia de que simbolicamente o contexto socioambiental seria resolvido com o mero crescimento econômico. (BARBIERI *et al*, 2010).

Entretanto, os países ricos promoveram um discurso enviesado que culminou no desenvolvimento sustentável. O engodo do desenvolvimento sustentável visava perpetuar as condições de existência e manutenção da velha indústria, seus serviços e produtos. A ideologia dominante ratificou o conceito através de recursos midiáticos e políticos que, combinados ao fator hegemônico da economia, daria um tom de que o mero crescimento econômico resolveria, *a posteriori*, os problemas da ordem socioambiental.

Por fim, a interdisciplinaridade pode contribuir enormemente para a sustentabilidade em todas as esferas do âmbito público e privado. A feitura de políticas públicas que fortaleçam a ação do interesse público e coletivo, do patrimônio público, dos bens ambientais e valorização e reconhecimento de outros saberes devem ser costurados para diminuir os impactos e externalidades da globalização, da expansão do mercado e do modelo agroexportador:

partir do pressuposto de que realmente no campo da ciência ocidental não há grandes inovações a fazer e que é preciso um outro tipo de produção científica realmente mais multicultural que traga colaborativamente cientistas de diferentes partes do mundo. Tanto assim que no meu projeto não sou eu que defini o quadro analítico nem as metodologias, elas estão a ser definidas a partir da base por todos os colegas e, portanto, é uma outra forma de fazer ciência que realmente extravasa exatamente esta modernidade porque vai buscar outras modernidades. (SANTOS, 2003, p.19).

A cooperação científica e intercultural entre os países pode transpor, em certa medida, essas contradições apontadas da ciência ocidental. A colaboração de todos para um projeto comum de modernidades, de visões e

interações com o mundo, de estar e se fazer no mundo, são viáveis e tendem a compreender outras escalas da globalização e seus efeitos para além das dualidades ocidentais. Logo, romper com uma ciência utilitarista, que opõe, elimina, que seleciona e hierarquiza, exclui, categorizando os outros saberes e diminuindo seu valor para subjugar os diferentes conceitos e relações com o mundo que não sejam eurocêntricos.

4. GLOBALIZAÇÃO E SUAS ASSIMETRIAS

Razão instrumental e técnica. Projeto modernidade. Panorama latinoamericano. Cosmopolitismo subalterno. ativos intangíveis. desenvolvimento humano sustentado. deus mercado. cultura de massas. ecologia de saberes. Racionalidade ambiental. Políticas Públicas Ambientais. Passivo e commodities ambientais. Petróleo Yasuní. Dilema modernidade. Consenso de Washington. Receituário FMI. Davos. Relações Internacionais desiguais.

Com a formação do Estado Moderno²⁷, entendido como uma estrutura governativa, dotada de poderes organizativos, laico e que contemple a unidade nacional, os direitos civis e políticos num espectro democrático (GRAMSCI, 1982), houve uma incorporação da industrialização e do militarismo decorrentes dos interesses internos, contexto de entre guerras sendo profusões da revolução industrial. Nesse sentido, os países ocidentais, predominantemente capitalistas e vencedores no pós Guerra Fria disseminaram o modo de produção capitalista.

O projeto da modernidade, tida como razão instrumental e técnica, favorecia o sistema produtivo, o consumo de mercadorias em massa, a

²⁷ A redistribuição moderna e, em especial, o Estado social estabelecido nos países ricos ao longo do século XX foram construídos em torno de um conjunto de direitos sociais fundamentais: o direito à educação, à saúde e à aposentadoria. Quaisquer que sejam as limitações e os desafios que esses sistemas de arrecadação e de despesas enfrentam hoje, eles representam um imenso progresso histórico. Deixando de lado os conflitos eleitorais e os jogos partidários, um grande consenso foi formado em torno de tais sistemas sociais, sobretudo na Europa, onde domina um apego muito forte ao que é percebido como um "modelo social europeu". Nenhuma corrente de opinião importante, nenhuma força política significativa, busca seriamente voltar a um mundo no qual a taxa de arrecadação seria de 10% ou 20% da renda nacional e o poder público se limitaria às funções soberanas nacionais (PIKETTY, 2014, p.468).

padronização de costumes e interesses, a universalidade cultural com finalidade de racionalmente manter a ordem das estruturas sociais em nome da expansão do imperialismo do capital. (HARVEY, 1998).

Assim, com uso da técnica instrumental e da racionalidade positivista para fins político-econômico, e também de ciência e produção de saber, conhecimento e estruturação do poder, o fordismo²⁸, entendido não apenas como um mero sistema de produção em massa, mas sim como modo de vida total, fomentou a divisão internacional do trabalho, a globalização e as delimitações oriundas da superestrutura do capital achou terreno para empreender hegemonicamente os interesses que os grupos dominantes exercem sobre a sociedade (GRAMSCI, 1982). Avalizada pelo poder político e econômico, o Estado viu-se imbuído de assegurar a manutenção da ordem segundo os ditames legais estabelecidos para controlar as massas. Nessa toada, a globalização possibilitou o fluxo de capitais e o necessário lastro estatal para as empreitadas financeiras de risco que o sistema econômico requer.

As evoluções técnico-científicas e os problemas decorrentes do modo de produção capitalista²⁹, o extremo uso e dependência dos recursos naturais e energéticos, trouxeram uma gama de degradações sociais, ambientais, geográficas³⁰, físicas e humana. Mediante esse cenário desolador, há uma

²⁸ O fordismo também se apoiou na, e contribuiu para a, estética do modernismo - particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e a eficiência - de maneiras muito explícitas, enquanto as formas de intervencionismo estatal (orientadas por princípios de racionalidade burocrático-técnica) e a configuração do poder político que davam ao sistema a sua coerência se apoiavam em noções de uma democracia econômica de massa que se mantinha através de um equilíbrio de forças de interesse especial. (HARVEY, 1998, p. 131).

²⁹ O tipo de indústria que mobiliza os ciclos econômicos no Brasil necessitou e necessita concentrar a renda para viabilizar o padrão de consumo dos países capitalistas centrais e isso pode ser visto em todo o território nacional com o vigor de largos nichos de segmentação social. Um sistema tributário que concentra assustadoramente a renda não pode produzir senão um cenário social de desigualdade (BARBOSA, 2007, p.3).

³⁰ No plano geográfico, é notória a unidade da América Latina como fruto de sua continuidade continental. A esta base física, porém, não corresponde uma estrutura sociopolítica unificada e nem mesmo uma existência ativa e interatuante. Toda a vastidão continental se rompe em nacionalidades singulares, algumas delas bem pouco viáveis como quadro dentro do qual um povo possa realizar suas potencialidades. Efetivamente, a unidade geográfica jamais funcionou aqui como fator de unificação porque as distintas implantações coloniais das quais nasceram as sociedades latino-americanas coexistiram sem conviver, ao longo dos séculos. Cada uma delas se relacionava diretamente com a metrópole colonial. Ainda hoje, nós, latino-americanos, vivemos como se fôssemos um arquipélago de ilhas que se comunicam por mar e pelo ar e

congenita e famigerada crise que se instala nos quatro cantos do mundo nos diversos campos supramencionados. Sucedeu-se uma acentuada sistematização da crise ecológica e social que permeia o cotidiano da humanidade atualmente mediada pela ideologia do capital dominante, dos valores da cultura ocidental europeia, consubstanciada na história econômica, supremacia militar e lógica mecanicista ou reducionista, com finalidade de perpetuação das assimetrias entre os privilegiados, burgueses, aristocratas, novos ricos, emergentes e classes materialmente abastadas em detrimento dos marginalizados do poder, das massas ignorantes, do exercício pleno de seus direitos de informação, da liberdade de organização e ética distintos.

Em síntese, o panorama latinoamericano foi talhado em ciclos econômicos variados, de cunho escravagista, colonização de exploração, povo miscigenado, raízes culturais diversas, credos e posicionamentos variados. Ainda não ficou entendido, para o poder público e tomadores de decisão, que o desenvolvimento alicerçado em ativos intangíveis e as vantagens competitivas daí decorrentes exigem investimentos específicos, persistentes, com base em estratégias de médio e longo prazo, as quais só amadurecerão se perseguidas com consistência, apesar das turbulências que a conjuntura internacional e os resquícios da historicidade exprimem na América Latina na contemporaneidade:

Salutar pensar acerca da teoria da dependência afastava o papel das metrópoles para que o desenvolvimento econômico viesse. Através do crescimento econômico via produção voltada para o mercado interno e contatos comerciais com países vizinhos. Enquanto que a teoria desenvolvimentista visa produzir mercadorias e gerar crescimento econômico sem se importar com consequências políticas, de soberania, de dívida externa, de dependência com a metrópole na compra e manutenção dos preços e produtos nacionais sob demanda. (CANCLINI, 2008, p. 46).

Ou seja, com políticas de Estado, contínuas e perenes que tenham primazia em caso de competição com a escala da economia globalizada. Políticas essas de cunho estatal, público e contínuo para atendimento das reais

que, com mais frequência, voltam-se para os grandes centros econômicos mundiais, do que para dentro. (RIBEIRO, 2010, p. 23-24).

necessidades e aspirações socioambientais, biodiversidade, educação, saúde, segurança, mobilidade, permitindo o desenvolvimento humano sustentado:

Nessa vertente da realidade periférica, a promoção da integração social é concebida como uma função automática do desenvolvimento econômico, que traz consigo o desenvolvimento social. E à época entendia-se por modernização dessas sociedades (a brasileira, inclusive) o processo capitaneado pelo Estado na implementação de um modelo de desenvolvimento econômico capitalista tendo o trabalho como eixo central. Desenvolvimento social confunde-se, assim, com desenvolvimento econômico por meio de políticas econômicas implementadas pelo Estado, uma vez que as políticas sociais eram equacionadas em função das demandas imediatas requeridas pelo processo econômico em curso. É quando então se passa a deslocar o foco da questão do desenvolvimento social como vinculado à integração social via trabalho para vinculá-lo à questão da pobreza, que deve agora ser regulada não mais por aquele padrão clássico então vigente, mas pelo acesso ao consumo de mercadorias que contemplem algumas das necessidades sociais básicas. Em resumo, no final dos anos 80 assiste-se à passagem da concepção de desenvolvimento econômico como gerando desenvolvimento social para aquela em que o desenvolvimento social é entendido como promoção de políticas programas sociais de alívio da pobreza (COHN, 1998, p. 149).

Encontra-se aqui que o equívoco de que o Estado deixou para as leis do mercado a organização social. Ora, se o processo econômico demandava a formulação de políticas públicas para si, significa que o setor público priorizou o crescimento econômico, reafirmando a realidade periférica e contribuição pública para manutenção da ordem privatista em detrimento do desenvolvimento social.

Não obstante, atualmente problemas de ordem secular perpassam a composição social latinoamericana, devido ao contexto histórico, a herança e perpetuação do modelo exploratório, as limitações impositivas do capital em face dos gestores públicos que autorizam o deus mercado, pagamento da dívida externa e juros da dívida:

O futuro da América Latina poderá ser reorientado se o pensamento crítico sair da oposição maniqueísta entre Estado e empresas privadas. Hoje precisamos conceber o Estado como lugar de articulação dos governos com as iniciativas empresariais e com as de outros setores da sociedade civil. Uma das tarefas de regulação e arbitragem que cabe ao Estado é não permitir que a vida social se dilua nos interesses empresariais e, mais ainda, que os interesses empresariais se reduzam aos dos investidores. (CANCLINI, 2008, p. 76).

Não obstante, as possibilidades para implementação de uma agenda pública sólida já são, em alguma medida, encontradas. Investimentos públicos orientados para as reais necessidades e prioridades do povo, com planejamento, continuidade e perenidade podem romper com o maniqueísmo do mercado. Complexo se torna essa execução num mundo neoliberal, com influências externas e internas de atores mais poderosos que tendem a dar o tom na primazia do mercado e os interesses dos organismos internacionais de crédito, banqueiros, empresários, lobistas, acionistas.

Uma sociedade globalizada, massificada, num planeta finito e com o ocidente se impondo como regra geral e dotada de pressupostos universais a serem disseminados cria tensões na composição social, nas estruturas de trabalho e emprego, organização social, função social da propriedade, política e ética. Em face de uma reestruturação do Estado, do poder midiático e novas tecnologias na sociedade de informação, e dos mercados que globalmente devem dirimir alternativas para as implicações que a volatilidade impinge. Um mundo diferente é possível se houver comprometimento e engajamento político, sociedade civil bem articulada, uma nova ética da iniciativa privado, e todos os atores sociais se unirem para redistribuir e utilizar de maneira equânime e sustentável no tempo e no espaço para as riquezas produzidas:

As incertezas e retrocessos econômicos e políticos de fins do século XX suspenderam muitas expectativas. Aqueles que apostaram tudo nos Estados nacionais, no mercado ou na grande mídia como agente do desenvolvimento e da integração da América Latina, aprenderam que nenhum desses referenciais é o que foi. O horizonte mundializado transformou as nações, os mercados e a mídia. E os três nem sequer se movem num só sentido, porque a globalização é polivalente: inclui negócios especulativos e também migrações em massa, comércio fluido, maior penúria econômica e processos internacionais por violação de direitos humanos. (CANCLINI, 2008, p. 24).

A mudança pode e deve acontecer, pois o mundo está beirando o caos e já padece de inúmeros conflitos nas dimensões humana, ambiental, cultural, psicológica, cidade, política, levando ao colapso civilizacional. Alternativas de

desenvolvimento e manutenção das condições de vida na Terra são apontadas por especialistas e estudiosos³¹.

Paradoxalmente, é intrínseco da ideologia³² capitalista e neoliberal demarcar territórios para exploração e zonas de mercantilização de pessoas, produtos, serviços e mercadorias. Esse processo torna objeto não só os insumos e mercadorias decorrentes da matéria-prima natural e transformada, mas os próprios seres humanos. Ideologia é um desvalor utilizado, histórica e logicamente, na superestrutura das relações sociais de produção para finalidade de controle de massas, instigação a hábitos de consumo, comportamento e fator cultural ou político (GRAMSCI, 1978).

Importante a discussão acerca da globalização³³ e interdisciplinaridade³⁴ no contexto desse século, pois vislumbra possíveis questionamentos e entendimento de seu alcance e efeitos. Trazer à lume um arcabouço dessa magnitude é tarefa árdua para muitos estudiosos da temática e, por serem contracorrente, são os expoentes que tentam delinear a trajetória da

³¹ A melhor solução é o imposto progressivo anual sobre o capital. Com ele, é possível evitar a espiral desigualadora sem fim e ao mesmo tempo preservar as forças da concorrência e os incentivos para que novas acumulações primitivas se produzam sem cessar. Por exemplo, mencionamos a possibilidade de uma tabela de cálculos de tributos com taxas limitadas a 0,1% ou 0,5% ao ano para patrimônios inferiores a 1 milhão de euros, 1% para aqueles entre 1 e 5 milhões de euros, 2% para os que estão entre os 5 e 10 milhões de euros, podendo subir até 5% ou 10% ao ano para os patrimônios entre centenas de milhões ou bilhões de euros. Isso permitiria conter a progressão ilimitada da desigualdade mundial, que cresce hoje num ritmo insustentável no longo prazo, que deve alarmar mesmo o mais fervoroso defensor do mercado autorregulado. A experiência histórica indica, além disso, que desigualdades de riquezas tão desmedidas não têm tanta relação com o espírito empreendedor e não apresentam nenhuma utilidade para o crescimento (PIKETTY, 2014, p. 556).

³² A ideologia é uma comunicação sistematicamente distorcida: um texto em que, sob a influência de interesses sociais inconfessos (de dominação etc), uma lacuna separa seu sentido público "oficial" e sua verdadeira intenção- ou seja, em que lidamos com uma tensão não refletida entre o enunciado explicitamente no texto e seus pressupostos pragmáticos (ZIZEK, 1996, p.16).

³³ O chamado "mercado global" nada mais é do que uma rede de máquinas programadas para atender a um único princípio fundamental: o de que o ganhar dinheiro deve ter precedência sobre os direitos humanos, a democracia, a proteção ambiental e qualquer outro valor (CAPRA, 2002, p. 268).

³⁴ A organização da pesquisa interdisciplinar não constitui um objetivo em si. Ela se realiza em função de um problema específico, relevante sob o ponto de vista social, destinando-se à produção de um conhecimento para programas de desenvolvimento que dificilmente seria obtido por pesquisas isoladas. Certamente a pesquisa interdisciplinar coloca algumas questões diferentes das pesquisas disciplinares monodisciplinares que devem ser consideradas na sua organização (BRADENBURG, 1996, p.56).

humanidade para que se constitua enquanto espécie viva nos séculos vindouros.

Viceja na pós-modernidade, tido como um sistema aberto, interdisciplinar, complexo, que dialoga entre saberes formais e informais - mesmo que ainda não com paridade- a tentativa de superação dos paradoxos da modernidade. A aceleração do espaço-tempo, a transitoriedade, o respeito às diferenças, a não-universalidade absolutista, permite legitimar um pluralismo³⁵ de vozes e seus novos arranjos socio-culturais. Assim sendo, a pós-modernidade convive com elementos atemporais e dicotomias da modernidade, ainda não superada (HARVEY, 1998).

Por isso, para alguns que vivem nela, e podem ser considerados cidadãos globais há uma manifestação de estilo de vida, organização e produção cultural distintos de quem está invisibilizado, à margem da sociedade pós-industrial. A inserção da construtivista participação social dos que estão à margem desse processo excludente, que divide, separa, torna invisível quem está fora do circuito socioeconômico tem o poder de dar sentido a democracia, fruição dos direitos sociais e humanos formalmente assegurados, e não apenas as mazelas sociais e incoerências da globalização³⁶:

Atendendo a que a exclusão social é sempre produto de relações de poder desiguais, estas iniciativas, movimentos e lutas são animados por um ethos redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos e, como tal, se baseia, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença. Desde o início do novo século, o Fórum Social Mundial tem sido a expressão mais conseguida de globalização contra-hegemônica e de cosmopolitismo subalterno (SANTOS, 2007, p. 43).

³⁵ Na ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós-abissal, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas⁴ e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos. (SANTOS, 2007, p. 26).

³⁶ Enquanto existir desigualdade entre seres dotados de liberdade e de razão, haverá necessidade de ética. Embora esta não tenha poder para impor a igualdade econômica, ela tem o poder de lembrar continuamente aos "mais iguais" o dever de respeitar o âmbito da liberdade dos demais na busca do bem-estar e da própria felicidade (FELIPE, p.85).

O cosmopolitismo subalterno manifesta-se através das iniciativas e movimentos que constituem a globalização contra-hegemônica, isto é, que engloba povos indígenas, minorias excluídas, comunidades tradicionais, conhecimentos distintos da ciência ocidental tradicional, porém complementar. O cosmopolitismo subalterno consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pela globalização neoliberal. (SANTOS, 2007).

Conforme Queiroz (2012), a participação social no processo democrático para alcançar os objetivos traçados nas leis dependem de uma atmosfera social, política, econômica, histórica e cultural num espaço apropriado pelos atores envolvidos e que saibam ocupá-lo:

O que torna o homem um ser/animal político é a sua capacidade de participar das decisões políticas oriundas da sociedade. O não participar implica no inútil conformismo que estanca uma gestão democrática e cidadã, pois dão espaço para que outros, muitas vezes mal intencionados, respondam pela coletividade, acarretando enormes danos para toda a sociedade. “[...] a omissão de muitos impede que se tenha um sistema democrático.” (DALLARI, 1999). Em se tratando de cidadania ecológica esse argumento é procedente. Não adianta pensar em gestão democrática dos recursos naturais e de toda questão social que envolve esse tema, sem a inclusão de todos no processo. Muitas vezes as discussões ficam isoladas e isso não ressoa, portanto, não ganha vida, não possui capilaridade, uma vez que as pessoas não conseguem se enxergar como co-participantes do processo.

O ato de fazer política significa interagir e demandar, dialogar e refletir sobre as questões que envolvem o coletivo, compreender o relevo e importância das convenções históricas, políticas, da conjuntura econômica, dos fatores culturais e simbólicos que o poder se manifesta. Se conhecer, saber seus direitos e deveres, ter noção de seus direitos constitucionais, civis e humanos formalmente assegurados em seu país é condição necessária, mas não suficiente, como meio para se concretizar e buscar a execução e fruição desses direitos.

Consoante o modelo produtivo ainda vigente³⁷, as manifestações contrárias ao neoliberalismo e a contradição da globalização há uma

³⁷ Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim

movimentação complexa e interdisciplinar por parte de cientistas, ONGs, pesquisadores, sociedade e alguns estadistas que visa questionar o paradigma em curso. Assim, a junção dos paradoxos e incoerências do capitalismo, do fordismo, da modernidade, da divisão internacional do trabalho, da tecnociência e crítica da razão instrumental puseram a racionalidade em suspenso. Ao ser analisada a conjectura da macroestrutura, coloca-se o paradigma sistêmico e interdisciplinar da sustentabilidade como outro modo de existência.

A tentativa de tentar compreender a globalização, suas implicações sociais, política, econômica, cultural e ambiental ao longo da história confirma-se que há uma complexidade correspondente à temática. A globalização é múltipla e se manifesta de maneira contraditória, diferente e renova-se a cada momento no espaço em que se aprimoram as relações humanas.

Não obstante, a globalização tem diretamente acentuado e interferido em questões essenciais ao corpo social do ocidente, tais como: sociobiodiversidade, educação, questões ambientais³⁸, saberes formais e não formais, conhecimentos tradicionais e ciência, economia, trabalho, estilo de vida e outros. Nem sempre se manifestando consoante às expectativas de alguns segmentos populacionais, indo de encontro aos movimentos sociais que pelejam por uma efetiva integração e poder de decisão numa democracia real.

Assim sendo, há uma convergência dos textos adiante para a temática da globalização, já que ela envolve a transdisciplinaridade e requer uma visão questionadora e reflexiva sobre os produtos oriundos da modernidade, da racionalidade vigente e da pretensa ruptura dos dilemas constituídos. Como possível contraponto ao racionalismo cartesiano surge a racionalidade ambiental:

Certamente os maiores obstáculos na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento fundada nos princípios de racionalidade ambiental e produtividade ecotecnológica surgem das inércias teóricas, dos

um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator. (SANTOS, 2008, p. 32).

³⁸ Construir, portanto, uma educação ambiental complexa, capaz de responder a problemas igualmente complexos, implica ir além de uma sustentabilidade de mercado reducionista, conservadora e antidemocrática. Pressupõe a capacidade de aprender, criar e exercitar novas concepções e práticas de vida, de educação e de convivência – individual, social e ambiental – capazes de substituir os velhos modelos em esgotamento (LIMA, 2009, p. 74).

obstáculos epistemológicos e da rigidez institucional, assim como dos interesses políticos e econômicos que sustentam e se beneficiam da racionalidade produtiva prevalecente, e não de uma falta de suportes materiais provenientes das leis e princípios da natureza. Contudo, ainda que derrubados tais obstáculos de transição, a consolidação desta racionalidade deve passar por um período de transição, que estará sujeito às condições históricas de sua construção, execução e legitimação (LEFF, 2009, p.169).

Substituir o modelo fordista, pautado pela produção em escala, extração exacerbada de recursos naturais, efeitos deletérios como poluição do ar, terra e água, aquecimento global, destruição de modos de vida e costumes dos povos tradicionais e comunidades é enfrentar a globalização e o neoliberalismo tal como estão colocados pela indústria e mídia, pelos próprios Estados e sistema produtivo e cultural hegemônicos. A transição entre a racionalidade econômica, reducionista e fragmentada para uma racionalidade ambiental pressupõe uma sociedade baseada na complexidade ambiental, no respeito e valorização das culturas e saberes dos povos originários e numa reconexão com a natureza interior e exterior:

Mas a complexidade ambiental não é apenas um exercício especulativo sobre o mundo; ela é pró-ativa e depende de uma pedagogia autocrítica que tenta negociar com a incerteza e com os saberes desvalorizados e dominados. Assim, o mundo não é qualquer coisa de relativo. Uma nova racionalidade ambiental deve estar engajada com a vida, comprometer-se com a equidade social e com a emergência de valores que permitam refundar um novo contrato solidário da humanidade consigo e com a natureza. Não pode fazer concessão a um relativismo cínico, mas deve estar aberta às utopias (FLORIANI, 2001, p. 64).

A racionalidade ambiental fomenta os saberes e línguas, os costumes e conhecimentos tradicionais e dos povos autóctones, dos movimentos sociais, redes e interações plurais dos países em desenvolvimento e das minorias excluídas historicamente. Para o entendimento e diálogo dos saberes transformadores que possam aportar para a construção de uma interdisciplinaridade que abarque o todo e complexa interação entre humanos, não humanos, biomas e condições de fixação e manutenção da vida na Terra.

Para tanto a elaboração do ambiente humano, transformado, alterado e construído para predominância do sistema produtivo e relações comerciais padronizados pela civilização ocidental, difundidos nos países pobres endividados e tidos como consumidores de mercadorias e exportadores de

matéria-prima, insumos e mão-de-obra barata. Consubstanciado nessa linha de raciocínio:

Quando se reconhece que a sociedade global, em suas configurações e em seus movimentos, envolve outra realidade histórica, geográfica, antropológica, política, econômica, social, cultural, religiosa, lingüística, então temos que perguntar como essa nova realidade influi, e se expressa, na sociedade nacional. É como se a sociedade global fosse um todo abrangente, complexo e contraditório, subsumindo formal ou realmente a sociedade nacional. É claro que a sociedade global não se constitui autônoma, independente, alheia à nacional, que continua a existir, com seus dilemas, símbolos, povo, território. Mas mudam os seus significados (LEONARDI, 1994, p.120).

O simbolismo e a significância do livre comércio, do consumo de massas, da cultura hegemônica e homogeneizante são disseminados pela globalização na sociedade nacional. O local se torna, cada vez mais, igual ao internacional indo pouco a pouco perdendo suas referências e identidade. O poder simbólico atribuído à hegemonia cultural dos países desenvolvidos que vendem sonhos, mercadorias e estilo de vida como sinônimos de felicidade e eterna juventude reduz a fruição do gozo ao consumo em si. Consumo de coisas, consumo de relações subjetivas, objetificação dos anseios da humanidade sem qualquer valoração dos problemas e transtornos iminentes a isso:

A indústria cultural deve, pois, superar constantemente uma contradição fundamental entre suas estruturas burocratizadas-padronizadas e a originalidade (individualidade e novidade) do produto que ela deve fornecer. Seu próprio funcionamento se operará a partir desses dois pares antitéticos: burocracia-invenção, padrão-individualidade (MORIN, 1997, p. 25-26).

Para dar sustentação aos padrões de produção, consumo e permitir a observância quase pacífica da destruição da vida no planeta são usados elementos do discurso neoliberal onde a globalização é vendida como sonho a ser perquerido. Um ideal a ser alcançado por poucos em sua totalidade, com alguns deslizos e efeitos colaterais. Efeitos esses que são minimizados ou atenuados com uma forte retórica e escamoteamento da realidade outros temas mais palatáveis.

Assim, cultura de massa é produzida segundo as normas maciças da fabricação industrial ao estilo fordista ou taylorista para maximizar o lucro ao extremo ao fim do processo produtivo, sem incorporar os passivos socioambientais e nem considerar demais externalidades, agora sob nova roupagem "desenvolvimento sustentável", nome pomposo para perpetuar o sistema sob o codinome de "verde". A cultura de massas veiculada pelas técnicas de difusão maciça, *mass média*, destinando-se a uma massa social, isto é, aglomerado gigantesco de indivíduos compreendidos aquém e além das estruturas internas da sociedade (classes, família, etc.):

O termo cultura de massa, como os termos sociedade industrial ou sociedade de massa (mass society) do qual ele é o equivalente cultural, privilegia excessivamente um dos núcleos da vida social; as sociedades modernas podem ser consideradas não só industriais e maciças, mas também técnicas, burocráticas, capitalistas, de classes, burguesas, individualistas. (MORIN, 1997, p. 14).

Assim, fica mais nítido que a globalização, com o artifício da cultura de massas, intui acirrar disputas por territórios que possam assegurar insumos materiais e recursos energéticos, consumidores e mercado para produzir ou criar falsas necessidades numa massa já formatada e compelida a comprar e acumular e descartar sem preocupar-se com as consequências ambientais, sociais, culturais e políticas para pessoas subjugadas em outros lugares. É o sujeito político³⁹ extasiado por uma educação limitada, por redes sociais individualistas e fragmentadoras da "realidade", sedento por tecnologia, mesmo que não as domine ou utilize da maneira mais proveitosa.

A mudança e transformação que cabem aos ditames de uma nova epistemologia pautada não pelo antropoceno, mas pela vida em sua integralidade, pela complexa trama que envolve todos os seres vivos, ecossistemas, resgate cultural das memórias e civilizações, povos originários e valorização da diferença, da diversidade. Uma ecologia de saberes, complexa

³⁹ Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987 *apud* HALL, 2002, p. 13).

e transversal que possa trazer uma lógica e tônica da sustentabilidade planetária:

Neste contexto, a ecologia de saberes é, basicamente, uma contra-epistemologia. O impulso básico que a faz emergir resulta de dois fatores. O primeiro é o novo surgimento político de povos e visões do mundo do outro lado da linha como parceiros da resistência ao capitalismo global, isto é, a globalização contra-hegemônica. Em termos geopolíticos, trata-se de sociedades periféricas do sistema mundial moderno onde a crença na ciência moderna é mais tênue, onde é mais visível a vinculação da ciência moderna aos desígnios da dominação colonial e imperial, e onde outros conhecimentos não-científicos e não-ocidentais prevalecem nas práticas quotidianas das populações. O segundo fator é uma proliferação sem precedentes de alternativas que, contudo, não podem ser agrupadas sob a alçada de uma única alternativa global. A globalização contra-hegemônica destaca-se pela ausência de uma tal alternativa no singular. A ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo. (SANTOS, 2007, p. 24-25).

No mesmo sentido, Zygmunt Bauman adverte que o capitalismo se reinventa e seduz, desperta desejo, consumismo e mercantiliza as relações sociais e tudo que possa ter valor e ser tomado como mercadoria, serviço ou produto. O mundo na era da globalização não é mais sólido, se tornou líquido e toma a forma que achar mais produtora e for conveniente. Nesse mote, a mobilidade social, vem consubstanciada como a robustez do capitalismo num ano em que migrações em massa de países africanos para Europa e de países pobres da Ásia para os Tigres Asiáticos e economias em expansão. Um chamariz desse *glamour* da urbanização é medido pela desigualdade socioeconômica, inerente ao sistema. Afinal, para existir bilionários e milionários têm que haver muitos na miséria e exclusão (BAUMAN, 1998).

A mercantilização das relações sociais, a desigualdade econômica, social e política estão condicionadas pela história, pelo espaço geográfico e tempo que se manifestam:

Mas pouco importa, a sociedade nos parece cada vez mais injusta porque estamos cada vez mais ligados ao princípio da igualdade, enquanto vivemos num mundo econômico e social que não para de produzir desigualdades de todo tipo. Na verdade, nossas representações estão situadas entre Marx e Tocqueville. A estrutura social, a divisão do trabalho e o funcionamento da economia se apresentam como máquinas de produzir desigualdades, e o mecanismo se acelera com a globalização das trocas e a concorrência das economias nacionais até então dominantes e relativamente protegidas (DUBET, 2014, p. 19-20).

Mediante o exposto acima, nota-se uma mudança central que houve no pensamento epistemológico e inclui uma contrapartida do papel ideológico do Estado na formação da nação, pois se utiliza do aparelho estatal para divulgar ou reprimir, vender ou manipular, controlar ou induzir com recursos mimetizados⁴⁰ pelo fetiche do objeto, da mercadoria, do desejo a ser insaciavelmente consumido⁴¹. A construção desse futuro requer uma profunda análise de passado, presente e futuro que se quer alcançar. Traçar metas e rumos que sejam exequíveis e atinar para o compartilhamento de todos os seres envolvidos num objetivo de manter as condições de habitabilidade da Terra (LEFF, 2010, p.163).

Tecer comentários e fazer uma análise da conjuntura atual acerca desses assuntos que permeiam a academia nutre uma dimensão simbólica do poderio da ideologia e do conceito que se capilarizou a respeito do que é desenvolvimento. Afinal, é a partir de teorias, sua veiculação e repetição que contínua que a práxis torna tangível a ideia conceitual do que vem a ser desenvolvimento. A história é não-linear, assimétrica, permeada de

⁴⁰ O Estado, constituído como sistema coercitivo de autoridade que detém o monopólio da violência institucionalizada, forma um segundo princípio organizador por meio do qual a classe dominante pode tentar impor sua vontade não somente aos seus oponentes, mas também ao fluxo, à mudança e à incerteza anárquicos a regulação do dinheiro e das garantias legais de contratos de mercado leais às intervenções fiscais, à criação do crédito e às redistribuições de impostos, passando pelo fornecimento de infraestruturas sociais e físicas, controle direto das alocações de capital e de trabalho, bem como dos salários e dos preços, nacionalização de setores essenciais, restrições ao poder da classe trabalhadora, vigilância policial, impor repressão militar etc. Mas o Estado é uma entidade territorial que se esforça por impor a sua vontade a um processo fluido e espacialmente aberto de circulação do capital. Ele tem de enfrentar em suas fronteiras as forças divisivas e efeitos fragmentadores do individualismo disseminado, da mudança social rápida e de toda a efemeridade que costuma estar associada à circulação do capital. Ele também depende da taxa e dos mercados de crédito, de modo que os Estados podem ser disciplinados pelo processo de circulação ao mesmo tempo que podem tentar promover estratégias particulares de acumulação do capital. (HARVEY, 1998, p. 104).

⁴¹ Do momento em que se aceita um modelo de crescimento orientado para fora, o Estado e a Nação perdem o controle sobre as sucessivas organizações do espaço. Ao ser adotada a ideologia do crescimento orientado para fora, o Estado e a Nação perdem o controle sobre as sucessivas organizações do espaço. Ao ser adotada a ideologia do crescimento pela maioria dos países do Terceiro Mundo, o Estado prepara o caminho para que os "modernizadores" possam instalar-se e operar. A estrutura dos gastos públicos transforma-se, orientando-se de preferência para a construção de infraestruturas, transportes ou bens públicos, os quais servem mais, melhor e mais barato às empresas modernas que à população. Isso sem mencionar os subsídios diretos, como isenção de impostos, baixas taxas de juros, exportação protegida e financiada etc. (SANTOS, 2008, p. 46).

adversidades, por vezes até cíclica, e o mercado se une à política para hegemonicamente manter o *status quo*.

O desenvolvimento não é estático, e dentro dele contêm variáveis e graus que envolvem diversos fatores que se complementam segundo os interesses programados ou pré-estabelecidos. A crise, ou as crises, pelas quais a humanidade atravessa no corrente século são condizentes com a espiral comportamental de digressão, regressão, evolução, dado o tempo e espaço que são funcionais para ardilosamente perpetuar o sistema tal como está posto:

O subdesenvolvimento não é somente uma herança do atraso. É também produto da implantação forçada do modelo de desenvolvimento ocidental fora das condições históricas, culturais, tecnológicas, que foram aquelas do desenvolvimento ocidental, modelo abstrato e imposto, modelo tecnoburocrático, que não vê senão a máquina industrial e jamais o homem, cuja competência prévia é necessária para as máquinas e cuja cultura prévia não pode se adaptar ao universo técnico-cronometrado. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do subdesenvolvimento das favelas, da desocupação e do desenraizamento de milhões de africanos, asiáticos e sul-americanos, é o produto direto ou indireto do desenvolvimento das zonas industriais avançadas (MORIN, 2010, p.27).

Nesse diapasão, é salutar o entendimento e diálogo para se fazer novas conexões que possam abrir caminhos alternativos que não venham convergir para a ótica do projeto neoliberal de mercantilização da vida, seja ela humana ou não humana e suas condições naturais para perpetuação da habitabilidade do planeta Terra.

O cosmopolitismo subalterno, advindo de países em desenvolvimento e dos excluídos que habitam os países ricos, manifesta-se através das iniciativas e movimentos que constituem a globalização contra-hegemônica. Consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecido como globalização neoliberal. (SANTOS, 2007).

Para além da distopia do mundo hodierno, a reordenação da vida com vistas à uma civilização pautada pelo respeito e reconhecimento de limites, tem-se que discutir o que é, a quem serve e os valores não monetários dos recursos naturais:

Recurso natural é pois um insumo que subsidia a sobrevivência do conjunto de seres vivos e ecossistemas, através de complexos processos ecológicos. Para o homem, especificamente, representa a satisfação de seus requisitos gerais de qualidade de vida, com relação à habitação, alimentação, saúde, educação, transporte e lazer, sendo portanto algo útil, necessário e consumível (MEDEIROS, 1999, p. 17).

Compreendendo a importância vital dos recursos naturais para todos os seres vivos, não apenas a espécie humana, suas conexões e interrelação com esferas que garantem a vida na Terra, vê-se que o valor de tal patrimônio é incalculável, pois transcende o fim puramente econômico ou utilitarista do mesmo. Assim sendo, sua gestão deve ser direcionada para renovação e continuidade dos estoques, não exaurindo as fontes e empobrecendo o local de retirada, geralmente, em países em desenvolvimento:

A América Latina e o Caribe vive hoje uma guerra intestina, mas silenciosa, em pequenos focos espalhados pelo continente, que, se não estivermos preparados para novos enfrentamentos econômicos e políticos, poderão eclodir a qualquer momento num emaranhado de ações e convulsões sociais. As águas da América Latina de hoje poderão ser, num futuro próximo, objeto de disputas sangrentas, como é hoje o petróleo do Oriente Médio. Se o Oriente Médio sofre por ter seus recursos naturais espoliados, a América Latina sofre com a servidão ao sistema financeiro internacional. Sofre com a usura das altas taxas de juros, com a especulação financeira, com o endividamento e por ser vítima de corrupção endêmica. A América Latina detém a maior biodiversidade do Planeta, as maiores reservas de água doce do mundo. É rica em minérios; abriga as maiores florestas tropicais; tem extensos litorais paradisíacos, solo e climas diversificados, que garantem o vigor da produção agropecuária nos 365 dias do ano (EL KHALILI, 2009, p. 167).

É nesse contexto que a globalização envolve os países latino-americanos. América Latina, utilizada como novo laboratório do neoliberalismo, dos interesses do mercado em minérios e recursos fósseis, água potável e, ainda, como fornecedor de alimentos e pagamento de juros exorbitantes para o capital financeiro. A justiça ambiental engloba elementos dos direitos humanos, sociais e ambientais que cercam a matriz coletiva dos direitos consagrados em ordenamentos jurídicos, embora distante da realidade oficial:

A justiça ambiental nos leva a áreas urbanas e da periferia onde acaba a maior parte dos resíduos da vida moderna, e isso abre a política ambiental a pessoas que talvez não pensassem sobre seus problemas como algo "ambiental". (GIDDENS, 2012, p. 151).

Na periferia do capital e, também, na periferia geográfica do Sul Global os países pobres agonizam sob a estagnação a que são conduzidos política e financeiramente. Além da falta de soberania política e autonomia econômica, pois têm suas riquezas congeladas para pagamento de juros e dívidas em dólar sob o manto do neoliberalismo face os organismos e bancos internacionais. Assim, sobram problemas e falta coordenação para superar a médio e longo prazos. O pensar sobre questões socioambientais atualmente é reconhecer a falibilidade, as contradições, as adversidades da sociedade de massas, do modelo hegemônico americano que se expandiu como projeto civilizatório, suas nuances e a impotência do Estado Democrático de Direito.

Falar de democracia, justiça ambiental e as facetas da polarização da supremacia financeira numa saga neoliberal exige uma definição clara de que conceito e prática se quer para a ecologia que envolve a sociedade contemporânea:

A ecologia, por exemplo, nunca é a "ecologia como tal", mas está sempre encadeada numa série específica de equivalências: pode ser conservadora (defendendo o retorno a comunidades rurais equilibradas e estilos tradicionais de vida), estatal (só uma regulamentação estatal forte é capaz de nos salvar da catástrofe iminente), socialista (a causa primordial dos problemas ecológicos reside na exploração capitalista dos recursos naturais, voltada para o lucro), liberal-capitalista (os danos ambientais devem ser incluídos no preço do produto, deixando-se ao mercado a tarefa de regular o equilíbrio ecológico), feminista (a exploração da natureza segue a atitude masculina de dominação), autogestora anarquista (a humanidade só poderá sobreviver se se reorganizar em pequenas comunidades autônomas que vivam em equilíbrio com a natureza), e assim por diante. A questão, é claro, é que nenhum desses encadeamentos é "verdadeiro" em si, inscrito na própria natureza da problemática ecológica: qual desses discursos terá êxito em se "apropriar" da ideologia depende da luta pela hegemonia discursiva, cujo desfecho não é garantido por nenhuma necessidade subjacente ou "aliança natural" (ZIZEK, 1996, p. 17-18).

Assim sendo, a natureza, seus organismos, a totalidade que envolve seres bióticos e abióticos, o conjunto da fauna e flora compilado nos mais variados biomas e ecossistemas terrestres, além do meio ambiente urbano há de ser tratado com a máxima proteção. O homem está inserido no todo e, ao mesmo tempo, a sociedade interfere e causa impacto nesse espaço comum que reverbera em concretos fenômenos que assolam o mundo, tais como

mudanças climáticas, tufões, furacões, secas, aquecimento global, poluição do ar e da água, contaminação por resíduos industriais, tóxicos e nucleares ou radioativos. Esse todo, sob o ponto de vista da teia da vida, tem uma interrelação com tudo que engloba a vida na Terra. Nesse sentido, envolto em uma ecologia que não foi integralmente assimilada pelo processo antrópico, deixa seu legado para a compatibilidade das mais variadas manifestações da vida, suas conexões e reverbera com sintonia em:

O conjunto de teses de Espinosa podem, alhures, dar sinais de que o homem não se conhece, desconhece o outro e rechaça aquilo que, por não conhecer, dominar ou conseguir explicar em sua totalidade mantém domínio. Essa extração permite conceber a relação de exploração com a natureza, com o diferente, mantendo relações de subordinação, ameaça e medo:

1. Que Deus e a Natureza são uma só e mesma coisa- Deus sive Natura ("Deus, ou seja, a natureza").
2. E, portanto, que Deus não é um super-homem dotado de entendimento onisciente nem de vontade onipotente, não age tendo vista fins misteriosos e não é, como crê a imaginação supersticiosa, uma Pessoa Transcendente, Monarca do Universo e Juiz do Homem.
3. Que o homem é livre não porque seria dotado de livre-arbítrio para escolher entre alternativas igualmente possíveis, mas por ser uma parte da Natureza divina, dotado de força interna para pensar e agir por si mesmo.
4. Que a religião é um impulso natural para dar sentido ao mundo e à vida humana, servindo de consolação para a alma dos devotos e reduzindo-se a dois preceitos universais muito simples: crer na existência de um Deus bom e justo; amar a Deus e ao próximo. Por esse motivo, a verdadeira religião é uma relação espiritual entre a onisciência individual e a divindade, dispensando o aparato de igrejas, cerimônias e teologias.
5. Que o poder político não nasce de um contrato social das vontades individuais, mas da força coletiva da massa reunida num só ato de decisão pelo qual institui a si mesma como *sujeito político* detentor do poder; que esse poder é civil, não devendo jamais subordinar-se ao poderio religioso-teológico, sob pena de transformar-se em tirania sobre os corpos e espíritos.
6. Que, portanto, a teologia difere da política e difere também da filosofia. Esta última é um saber livremente buscado pela razão humana, enquanto aquela forja mistérios revelados por Deus que não poderiam ser conhecidos por nosso entendimento. Em outras palavras, a teologia é uma ausência de saber verdadeiro que pretende conseguir a obediência e submissão das consciências a dogmas indemonstráveis, sendo por isso mesmo um poder tirânico e não um conhecimento (CHAUÍ, 1995, p. 10).

No intuito de romper com o contrato social baseado nas relações de subordinação ao capital, ameaça do poder econômico e da pressão dos dilemas ocidentais, a subordinação dos povos e suas cosmovisões distintas do europeu e da cultura judaico-cristã são reiteradas pelo medo. Ante o exposto,

uma transição para o contrato ecológico que garante a continuidade das conexões que envolvem as condições para a vida no planeta passa por uma nova racionalidade.

A racionalidade ambiental, a participação e integração como protagonista dos povos de outrora invisibilizados, das minorias, dos pobres, a junção de conhecimentos formais e informais, resultam na interação entre diferentes concepções de mundo e vivências. Uma transformação do estilo de vida ocidental e sua padronização, questionamentos das incoerências da globalização, das adversidades inerentes ao neoliberalismo podem conduzir a uma reflexão da hecatombe ecológica e dos dramas humanos em curso.

Some-se a isso as políticas públicas ambientais que buscam executar tais garantias e direitos formalmente assegurados, porém materialmente negados e, quase sempre, suprimidos. Diante da complexidade ambiental que tem-se investigado hodiernamente, respostas conjuntas são apontadas para dar vazão aos questionamentos que o circundam:

A existência de diferenças é natural e o encontro com o diferente é, em todas as espécies vivas, essencial para a continuidade da espécie. Mas é incrível como, num curto tempo de sua presença neste planeta, a espécie humana tornou esse encontro um ato sujeito à arrogância, à inveja, à prepotência, à ganância e à agressividade. A ética tem como objetivo transcender esse comportamento (D'AMBROSIO, 2007, p. 13).

A importância genética, cultural, de adaptabilidade e diversidade entre as espécies e dentro delas permite uma simbiose que dá o tom da vida e tem a ética de viabilizar a convivência não-violenta das espécies que habitam o planeta. Entretanto, com o exponencial crescimento da população humana, a mudança radical do campo para a cidade, o uso intensivo de recursos naturais é incompatível com a velocidade de reposição natural dos sistemas biológicos.

Há ainda a questão da prepotência, da arrogância e mentalidade limitada e fragmentada que separa o homem do meio ambiente e cria uma indiferença, uma relação de controle, dominação, subjugar e usar individualmente como convém o outro. A falta de sinergia entre o homem com a própria sociedade e a relação de exploração da biodiversidade que o cerca tem provocado situações de conflito, violência, desconectando o elo entre as espécies:

Dentre os recursos renováveis, pode-se citar aqueles que após a sua utilização voltam a estar disponíveis, desde que respeitados os seus ciclos naturais. O outro grande grupo de recursos naturais corresponde aos não-renováveis, em que o seu uso determina a sua extinção. Nesta categoria estão os minerais fósseis e energéticos como o petróleo e o urânio, e os minerais não energéticos como o ferro, o fósforo, o cálcio, etc (MEDEIROS, 1999, p. 18).

Todavia a empreitada neoliberal tem levado ao colapso o uso e gestão dos recursos naturais que foram alçados a *commodities* nas bolsas de valores mundo afora. O uso indiscriminado de energia fóssil e seus derivados, o consumismo e padrão civilizatório disseminado ao redor do mundo elimina a regeneração natural dos ecossistemas e as condições de vida no planeta. A velocidade que a globalização avança, aumenta o potencial destrutivo que o capital se apropria dos recursos energéticos dos países em desenvolvimento. O passivo socioambiental deixado é incalculável se comparado ao lucro imediato que é apropriado individualmente por políticos e empresários.

Nessa toada, a globalização em curso não tem distribuído os ganhos e riquezas entre os seus reais detentores, os pobres, as nações em desenvolvimento e, muito menos, controlado, monitorado e investido na recuperação das áreas degradadas⁴². O bem é privatizado enquanto que o sortilégio de externalidades negativas, muitas das quais sem solução, recaem para as comunidades pobres direta e indiretamente afetadas:

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas- alimento, roupas, habitação, emprego- não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas suas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor (FGV, 1988, p. 47).

⁴² Na verdade, a questão da distribuição da riqueza é importante demais para ser deixada apenas para economistas, sociólogos, historiadores e filósofos. Ela interessa a todo mundo, e é melhor que assim seja mesmo. A realidade concreta e orgânica da desigualdade é visível para todos os que a vivenciam e inspira, naturalmente, julgamentos políticos contundentes e contraditórios (PIKETTY, 2014, p.10).

Portanto, falar de globalização requer pontuar os seus sustentáculos que vão do sistema financeiro internacional, da era da informatização, transportes e satélites até imbricada relação com o patrimônio natural que ainda não foi exaurido:

Em 2005 se expôs a proposta de não explorar o petróleo do Yasuní, uma iniciativa que se baseia em quatro pilares: 1) proteger o território e a vida dos povos indígenas em isolamento voluntário; 2) conservar uma biodiversidade inigualável em todo o planeta; 3) cuidar do clima em todo o mundo, ao manter no subsolo uma significativa quantidade de petróleo, evitando a emissão de 410 milhões de toneladas de dióxido de carbono, 4) dar um primeiro passo no Equador para uma transição pós-petroleira e pós-extrativista, que teria um efeito em outras latitudes. Essa iniciativa marcaria a construção do bem viver que, insisto, não é uma simples proposta de desenvolvimento alternativo, mas uma alternativa ao desenvolvimento. Correa, ao carecer de uma clara estratégia política para cristalizar essa iniciativa, não foi capaz de tornar realidade essa proposta tão revolucionária, indispensável para garantir a vida dos seres humanos no planeta. Foram mais fortes os interesses petroleiros (ACOSTA, 2016).

Todavia, vê-se que os interesses petroleiros de grandes corporações transnacionais prevaleceram. Nesse jogo todos perdem ao ter um ar poluído, um planeta com mudanças climáticas já drásticas, o território equatoriano e seus índios e a biodiversidade *sui generis* do parque. As assimetrias político-econômicas são acentuadas pela globalização que tem constantemente atacado dos direitos adquiridos dos povos originários e ameaçado a política interna dos países do Sul:

A própria ordem econômica internacional tem sua trajetória permanentemente sob influência de enquadramentos econômicos, financeiros, políticos e ideológicos, a partir de blocos hegemônicos, os quais tendem a reproduzir formas de desenvolvimento que refletem a permanência do poder de enquadramento destes centros em relação aos países periféricos (MEDEIROS, 1999, p.9).

Os reflexos dessa conjuntura para os países periféricos é de manutenção da influência e domínio dos países ricos, suas empresas e blocos hegemônicos que atuam de forma ambivalente no Sul global. O neoliberalismo determinou uma mudança profunda nas estratégias de desenvolvimento, determinado em larga escala o dogma absoluto de que o único desenvolvimento é o definido historicamente pelo viés reducionista e lógica instrumental ocidental:

Embora se reconheça no Consenso de Washington a democracia e a economia de mercado como objetivos que se complementam - e se reforçam, nele mal se esconde a clara preferência do segundo sobre o primeiro objetivo. Ou seja, revela-se implicitamente a inclinação a subordinar, se necessário, o político ao econômico. Para não tornar muito explícita essa tendência, passa-se, na avaliação dos resultados, por cima do fato notório de que dois dos mais celebrados exemplos de reforma neoliberal na área, Chile e México, se realizaram mediante regimes fortes e que, neste último caso, mal se iniciou a transição para um regime político efetivamente mais aberto. O pleno funcionamento das instituições democráticas parece até mesmo ser visto como um "excesso de democracia", algo capaz de se converter em empecilho às reformas liberalizantes da economia, na medida em que enseje a emergência, tanto no Executivo quanto no Legislativo, de lideranças não comprometidas com as propostas neoliberais. A modernização da América Latina deve se fazer assim, prioritariamente, por um processo de reformas econômicas. As de ordem política, de aprofundamento e consolidação da democracia na região não seriam, nessa visão, indesejáveis; mas certamente não constituem, como por 11 vezes o discurso poderia fazer supor, pré-condição para obtenção de cooperação internacional para o apregoadado modelo de modernização. A democracia não seria, pois, um meio para se chegar ao desenvolvimento econômico e social, mas um subproduto do neoliberalismo econômico. Para o Consenso de Washington, a seqüência preferível pareceria ser, em última análise, capitalismo liberal primeiro, democracia depois. (BATISTA, 1994, p. 10-11).

Nesses termos, é uma doutrina centralizada na economia de mercado globalizado, com uma ênfase no consumo imediato, nas políticas de ajuste estrutural que diminuem o papel do Estado, retirando direitos socialmente conquistados e que estão sofrendo retrocessos ao redor do mundo para manter um sistema combalido. No que tange a privatização da economia, na competitividade sem solidariedade e na internacionalização dos processos econômicos, políticos e socioculturais cujo o vencedor é sabidamente quem possui capital humano, científico, bélico, político e econômico para suprimir e eliminar as chances dos demais (GADOTTI, 2000, p. 67):

Não é, portanto, surpreendente que o "dilema da modernidade" tenha intrigado fundamentalmente o pensador latino e formadores de opinião: Afinal qual é o status de modernidade na América Latina? Em que medida os latino-americanos recuperaram seu atraso com relação ao epicentro do mundo moderno? Estão as sociedades latino-americanas e suas populações em sintonia com os europeus e vizinhos do norte quanto os seus estilos de vida, padrões morais e institucionais: Pode-se afirmar que tais questões verdadeiramente orientaram as ciências sociais latino-americanas por algum tempo (COSTA, 2011, p. 20).

O dilema da modernidade reside numa manutenção do *status quo*, o que só fortaleceria o *establishment*, ou reconhecer o atraso que é copiar o modelo alheio com todas as suas vicissitudes e se libertar em termos científicos, cultural, econômico, ambiental e humano da ordem internacional imperialista:

A dominação da mercadoria sobre a economia exerceu-se primeiro de um modo oculto, pois a própria economia, como base material da vida social, era despercebida e incompreendida, a exemplo do parente com quem convivemos e que não conhecemos. Numa sociedade em que a mercadoria concreta é rara ou minoritária, o domínio aparente do dinheiro se apresenta como o de um emissário munido de plenos poderes que fala em nome de uma potência desconhecida. Com a revolução industrial, a divisão fabril do trabalho e a produção em massa para o mercado mundial, a mercadoria aparece como uma força que vem ocupar a vida social. É então que se constitui a economia política, como ciência dominante e como ciência da dominação (DEBORD, 1997, p.30).

A mercadoria como sonho de consumo, pilar da felicidade para o capitalismo, torna-se o objeto de desejo por parte das massas que, ávidas por aparecer e aparentar que tem esse ou aquele item se autointitula aristocrata, nobre ou superior numa sociedade marcada pela derrocada de valores e princípios sólidos, estáveis e duradouros. Todavia, para existir mercadoria precisa haver a extração da matéria-prima e entrar em cena o processo produtivo:

A forma de atuação transnacional, em sua racionalidade, está relacionada com uma centralização de decisões e com a apropriação dos recursos naturais em escala mundial. Como consequência, a divisão internacional do trabalho evolui em um processo que segue o movimento da produção industrial, que se desloca de forma que compatibilize a exploração de recursos, a oferta de mão-de-obra barata e a disponibilidade de fontes energéticas. O *modus operandi* transnacional tem a seu favor a mobilidade do capital e o contínuo desenvolvimento da tecnologia a partir de uma articulação que estimula o meio científico, o qual, em contrapartida, lhe proporciona as inovações necessárias ao constante aperfeiçoamento da exploração e transformação dos recursos naturais, bem como a sua distribuição e comercialização (MEDEIROS, 1999, p. 25).

Logo, sob o ponto de vista da sociobiodiversidade há um desfalque entre o que se retira, deixando um prejuízo socioambiental para trás, e o posterior produto depois de confeccionado, armazenado, distribuído e vendido que não incute em seu preço o real valor dos custos socioambientais envolvidos. Até porque, nem sempre é passível de precificação alguns elementos constituintes

da natureza, nem de valoração e recuperação ambiental que provocam a exploração sem manejo e gestão adequados do veloz neoliberalismo:

O neoliberalismo, fundado na lógica do mercado, predominante em muitos países, gerando desemprego, debilitando as políticas sociais do Estado, é um modelo econômico que não resolve- ao contrário, agrava- a crise urbana e não leva em conta a ideia do desenvolvimento sustentável contida na *Agenda 21*, estabelecida na reunião das Nações Unidas em 1992, no Rio de Janeiro. Mais tarde (1999), O Fundo Monetário Internacional (FMI) reconheceu, publicamente, que suas diretrizes de política econômica seguidas pelos países membros que tomam seus empréstimos não reduzem a pobreza; ao contrário, acentuavam a distância entre ricos e pobres (GADOTTI, 2000, p. 67).

Se o próprio FMI reconhece publicamente que falhou com os países que realizam empréstimos⁴³, deve-se ponderar que sua existência funciona como um suporte dos EUA controlar e impor suas diretrizes através do órgão. Não obstante, a desigualdade provocada pelos juros exorbitantes tornam a dívida dos países em desenvolvimento impagável. Para permitir o rolamento da dívida e seus juros, os países endividados optam por seguir o receituário do FMI com privatizações, sucateamento do parque industrial, corte de benefícios e aposentadorias, supressão de direitos adquiridos para satisfação de banqueiros, acionistas, especuladores e capital internacional desregulamentado:

Esse processo de expansão da racionalidade econômica culmina com sua saturação e seu limite, o limite de seu extremo desejo de globalizar o mundo, engolindo todas as coisas e traduzindo-as aos códigos da racionalidade econômica, o que leva à impossibilidade de pensar e atuar conforme as leis-limite da natureza, da vida e da cultura. Esse processo econômico não apenas gera externalidades que seu próprio metabolismo econômico não consegue absorver, como também, por meio de seu princípio fundamentalista e totalitário, se encrava no mundo destruindo o sentido das coisas- da natureza, da cultura, do homem- ao tentar convertê-los a sua forma unitária e universal (LEFF, 2009, p. 243).

⁴³ O governo federal dos Estados Unidos obriga as economias periféricas a aumentar suas compras de armas e suas encomendas aos fornecedores de equipamentos de comunicação e de "defesa". Tal como ocorreu no pós-guerra, o governo dos Estados Unidos reduz seus gastos e sua dívida pública em relação ao PIB, obrigando os países dominados a elevarem suas dívidas externas, seus déficits comerciais sustentados por endividamento externo crescente. A dívida pública do governo federal norte-americano se contrai e assume a forma de aumento das dívidas externas e das compras, encomendas e importações periféricas. A América Latina, empobrecida e dilacerada, se arma: Chile, Argentina, Peru, Brasil entram em competição e confronto alimentados por conflitos imaginários produzidos pela política externa dos Estados Unidos (CAMPOS, 2001, p. 333).

Sair da zona já conhecida de alienação, divisão internacional do trabalho e relações econômicas injustas, de conforto gerado para uns poucos e somente prometida para o restante, requer a ousadia de escapar do labirinto que o capitalismo mergulhou o planeta. Romper com a ordem neoliberal e globalizante em vigor é possível e mais do que necessário para assegurar a continuidade da vida sobre a Terra:

Por ello el saber ambiental es un proceso constante de deconstrucción de la visión lineal y, de manera simultanea, es un proceso crítico de construcción de una racionalidad alternativa e integradora, en oposición a “las limitaciones explicativas y a la ineficacia aplicativa del saber existente”. En este magma, suponemos, coagula sinergias creativas y desafíos epistemológicos y pedagógicos, que conmueven los socavones de los edificios educativos, interpela a la propia cultura popular y al conjunto de nuestras naturalizadas acciones cotidianas (GALANO, 2008, p. 15).

O saber ambiental como processo indutor de rompimentos, de revisão da visão linear, da quebra do reducionismo técnico é um processo crítico que oportuniza uma alternativa racional para a insuficiente autocrítica da racionalidade econômica. Na mesma esteira, o pensamento do autor acima se condensa em:

Ambientalizar el currículo es avanzar con el discurso y la práctica de la interdisciplinariedad como eje organizador de los sistemas educativos, es redefinir una concepción de hombre fundada en la antropología de la complejidad. Es construir una dimensión de sujeto, como unidad compleja, respetuoso de la biodiversidad natural y de la diversidad cultural. Es un pensamiento que se expresa en redes y actúa en redes (GALANO, 2008, p. 16).

Reconectar homem e natureza, sua natureza interior e a natureza externa, a integração e respeito pelo outro, pelo diferente, por outras manifestações, modos de organização, seres e biomas distintos é possibilitar a transição de uma visão estreita e limitada de vida para uma vasta e ilimitada possibilidade de vozes⁴⁴.

⁴⁴ O paradigma ecotecnológico se insere dentro de uma nova racionalidade produtiva, orientado para um novo projeto de civilização. Neste sentido, a racionalidade ambiental aponta para um processo social neguentrópico, tendente a reverter a destruição das estruturas e mecanismos ecossistêmicos, que são o suporte de processos vitais, e a deter o esgotamento de recursos e a degradação da energia disponível, através da conservação de processos

Projetar a sociedade para a racionalidade ambiental, mostrar os equívocos cometidos pelo sistema capitalista, seus mitos e dogmas é avançar para além da fragmentação da ciência e da vida. A dimensão do sujeito⁴⁵, como ente e como ser, como um eu sagrado e que tem o potencial de se conhecer e reconhecer no outro, se realizando na coletividade e não no individualismo tão pregado e exaltado é respeitar a intersubjetividade, a biodiversidade natural e cultural que atua e se expressa por meio de redes de conexões visíveis e invisíveis:

A racionalidade técnica e instrumental que fundamenta o desenvolvimento desequilibrado e irracional da economia clássica precisa ser substituída por uma racionalidade emancipadora, intuitiva, que conhece os limites da lógica e não ignora a afetividade, a vida, a subjetividade (GADOTTI, 2000, p.63).

A falta de uma estratégia para transformar a racionalidade produtiva dominante desativou o sentido social de suas propostas e, com isso, a reorientação da investigação científica e as transformações institucionais necessárias para a construção de uma racionalidade social e produtiva, consistente com os objetivos da sustentabilidade e da gestão ambiental do desenvolvimento (LEFF, 2009, p.218)

Entretanto, as relações de forças assimétricas ainda obstam com uso de mecanismos hegemônicos uma mudança radical do sistema produtivo e das relações sociais. A melhor maneira de entender a hegemonia é como a organização do consentimento: os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência e apreensão do mundo e, em particular, interessou-se pelos modos como o conhecimento e a cultura "populares" desenvolveram-se de maneira a assegurar a participação das massas no projeto do bloco dominante (BARRET, 1996).

Os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência e apreensão do mundo são mediados por escolhas ou omissões,

materiais e simbólicos- ecológicos e culturais - capazes de manter um desenvolvimento biológico e sócio-histórico sustentável (LEFF, 2009, p.168).

⁴⁵ A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2002, p.7).

sobretudo, políticas, econômicas e culturais reproduzidos em larga escala nos países capitalistas periféricos:

As teorias da dependência procuraram corrigir alguns desses pontos, introduzindo a dimensão da política e dos interesses de classes nas análises nacionais e internacionais. Mas sua leitura das relações hierárquicas mundiais é binária e linear, como se existisse sempre um Estado que manda e outro que resiste ou se associa e obedece. Os dependentistas nunca estudaram nem se interessaram pela geopolítica internacional, e por isso nunca compreenderam nem se interessaram pela geopolítica internacional, e por isso nunca compreenderam a existência nem o funcionamento do "núcleo central" do sistema, composto por um número limitado de Estados que competem entre si e condicionam a dinâmica global a partir de sua própria competição. A longa guerra de 30 anos da primeira metade do século XX e a própria Guerra Fria ocupam lugar absolutamente secundário na sua análise da "era desenvolvimentista", uma história construída, segundo eles, por capitais, empresários e coalizões de poder, como se a geopolítica mundial se reduzisse a alguns tipos básicos de relacionamento competitivo ou associado, entre um mesmo centro e vários Estados e economias periféricas- uma arquitetura de poder estática, que iria mudando sua forma, mantendo a mesma estrutura básica, através da história (FIORI, 2001, p. 48-49).

A compreensão de que de fato existem relações internacionais desiguais, que estruturam a crise ecossistêmica e mantém as condições da soberania do capital permeando a sociedade com falsas premissas, criando eufemismos e diminuindo o impacto visual e estético da pobreza extrema, da desigualdade:

Em outro sentido, a produção cultural é determinada pelo próprio mercado. Por esse traço, igualmente, ela se diferencia fundamentalmente das outras culturas: estas utilizam também, e cada vez mais, as *mass media*, mas tem um caráter *normativo*: são impostas, pedagógica ou autoritariamente, sob forma de injunções ou proibições. A *cultura de massa*, no universo capitalista, não é imposta pelas instituições sociais, ela depende da indústria e do comércio, ela é proposta. Ela se sujeita aos tabus (da religião, do Estado, etc.), mas não os cria; ela propõe modelos, mas não ordena nada. Passa sempre pela mediação do produto vendável e por isso mesmo toma emprestadas certas características do produto vendável, como a de se dobrar à lei do mercado, da oferta e da procura. Sua lei fundamental é a do mercado. (MORIN, 1997, p. 45-46).

O modo de produção capitalista exige permanentemente a renovação das técnicas para operar o seu conceito motor schumpeteriano de destruição criativa: ou seja, produtos novos a serem promovidos como objeto de desejo, sucateando, cada vez mais rapidamente, o produto anterior e mantendo a lógica de acumulação em curso. A racionalização crescente da sociedade estaria, assim, ligada à

institucionalização do *progresso* científico e técnico (DUPAS, 2012, p.8).

A previsibilidade dos efeitos conhecidos ou incompreendidos da produção em larga escala e do consumo desenfreado são dobrados pelas leis de mercado e poder midiático. A crise socioambiental engendrada na América Latina é semelhante, em muitos aspectos, tais como desigualdade e concentração de renda, poluição de recursos hídricos, solo e ar, contaminação decorrente de atividades produtivas a exemplo de minérios e extração de recursos energéticos, urbanização e favelização tendo em comum com outras sociedades a complexa crise que perpassa o planeta em variados graus conforme o seu receptor.

Uma premissa universal é a que a civilização ocidental e toda sua conjectura trouxe inúmeras transformações para o meio ambiente numa velocidade maior que a capacidade de recarga e depuração natural dos sistemas ecológicos. Ademais, o culto ao antropoceno como era em que os humanos têm total e plena razão de suas ações, práticas e escolhas, com pretenso controle sobre tudo que é relativo às interferências humanas coincide com o progresso científico e técnico. Em paralelo a fundamentação e ortodoxia neoliberal mimetizados pela cultura de massas, as condições históricas se revelam numa América Latina globalizada como:

A América Latina, em face de sua escassa influência nos destinos da economia mundial, pois constitui-se em um bloco periférico e, portanto, reproduzindo estilos de desenvolvimento emanados dos pólos hegemônicos; deixa transparecer, a partir dos anos 50, as inadequações destas formas exógenas em seu acervo ambiental (MEDEIROS, 1999, p. 10).

Situada na periferia do sistema econômico mundial, a voz da América Latina é dispersa nos círculos internacionais do poder. Seja na Organização das Nações Unidas, na Organização Mundial do Comércio ou no Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça o papel que o continente é de mera representatividade dos interesses do capital aqui instalado. A reprodução dos padrões pós-coloniais infere que o continente ainda é colonizado de várias maneiras:

Dado que as exigências do sistema regulamentado pelo mercado e pelo poder demandam de forma crescente um progresso técnico-científico, o sistema de conhecimento do mundo da vida por sua vez é cada vez mais desvalorizado perante a sociedade. Subjacente a esse processo reducionista e unívoco do conhecimento racionalizador, desenvolve-se uma ciência especializada, articulada com a produção tecnológica que se especializa e por isso voltada à produção disciplinar. Quanto mais é demandada a produzir conhecimento sob a lógica de uma racionalidade econômico-instrumental mais a ciência se torna especializada, mais disciplinar e mais unidimensional (BRADENBURG, 1996, p.52).

A racionalidade científica e tecnológica se manifestam nos vários âmbitos da vida em sociedade. Para tanto, a linearidade da ciência e seus postulados reduzem, categorizam, disciplinam o que é importante, o que deve ser estudado, priorizando a pesquisa para geração de resultados mediante as necessidades do mercado. Nesse sentido, os países detentores de alta tecnologia e capitais para investimento em novos produtos e serviços estão sempre à frente na cadeia global de produção.

A fragmentação social e falta de coerência política dos gestores locais evidenciam a dissonância das políticas adotadas pelos governos latinoamericanos no tocante ao meio ambiente, desenvolvimento local e autonomia científico-tecnológica. A reificação do capital nas entranhas do poder político e influenciam as disposições jurídicas e políticas que atestam a racionalidade econômica e o sistema financeiro internacional. De modo que, existem mais parcerias econômicas entre os países latinoamericanos isoladamente com blocos consolidados, NAFTA, União Europeia, que entre si mesmos e os próprios vizinhos.

A delicada relação de subordinação, dependência e exploração decorrentes do modelo colonial e escravagista permitiram a criação de um terreno ideal para as contradições dos países latinoamericanos. Apesar de ricos em termos culturais, de biodiversidade e de recursos energéticos as economias locais inseridas no contexto global são orquestradas para se manter em sua secular condição de subdesenvolvidas.

Há uma coesão no capitalismo e ela dá margem para cegueira, ou seria falsa percepção das realidades existentes, homogeneizando a maioria da

população mundial com fins economicistas e utilitaristas em nome do mercado. Sem se questionar acerca dos limites naturais da biodiversidade, das restrições do consumo de massas num planeta com recursos escassos e finitos, com geração de toneladas de resíduos, para não falar do uso indiscriminado e que provoca inúmeras doenças dos combustíveis fósseis, hormônios sintéticos, drogas e toxinas liberadas da síntese artificial que a ciência fundou em nome do progresso, mas que se tornou um monstro para a sociedade:

Enquanto que o capitalismo global é feito de redes eletrônicas onde ocorrem fluxos financeiros e de informação, o projeto ecológico trata das redes ecológicas de fluxos energéticos e materiais. O objetivo da economia global é de elevar ao máximo a sustentabilidade da teia da vida (CAPRA, 2002, p. 268)

O capitalismo aparentemente se reconfigura para manter-se como modo de produção, sistema financeiro e estilo de vida dominante na maioria dos países. Entretanto, mostra que é falível e está em declínio com seus mecanismos segregadores, distorcidos da realidade, que servem apenas para poucos bilionários e milionários, excluindo regiões e populações inteiras do globo terrestre do processo de decisão que envolve suas próprias vidas, biomas, suas culturas e organização social.

O fim de uma era marcada pela falta de diálogo e compreensão, conflitos armados, guerras, concentração de renda e riquezas, exclusão e marginalização, migrações em massa, ataques à diversidade e minorias, pela tecnologia de ponta que convive lado a lado com falta de saneamento básico e de infraestrutura, deve ceder lugar para um planeta mais harmônico, multipolar, plural e que repense suas atitudes se quiser manter como organismo autossuficiente, vivo, criativo e dinâmico para todos.

4. 1 Desenvolvimento local e regional: contrastes

Questão desenvolvimentista. *modus operandi*. Principais Exportações. Modelo hegemônico. Balança comercial favorável. Corporações. PIB. Colonialidade. Políticas mercantilistas. Novo imperialismo. Patrimonialismo.

Os contrastes que se evidenciam atualmente nas áreas econômica, social e política se desvelam no local. Esse local é demarcado no espaço e no tempo como um território geograficamente escolhido por grupos humanos para atender suas necessidades. Isto posto, o desenvolvimento local é, também, resultado de fatores históricos, de decisões políticas, de organização social e condições materiais que estão dispostas e são alocadas numa região.

No entanto, no contexto do capitalismo praticado nos países do sul global, o desenvolvimento é distorcido e corrompido para crescimento e acumulação econômica de grupos minoritários que assumem outros espaços de poder. Ao se voltar para atender às demandas do mercado internacional em detrimento do real desenvolvimento do seu povo e de sua região. Corrompendo a lógica de atuar nas habilidades e competências do corpo social que está inserido, de ampliar e valorizar os recursos existentes no local visando um desenvolvimento integrado e contínuo a longo prazo:

Ao invés da maior prosperidade geral, para que a engrenagem da acumulação funcione, assiste-se a um sucateamento contínuo de produtos em escala global, gerando imenso desperdício de matérias-primas e recursos naturais ao custo imenso de degradação contínua do meio ambiente e de escassez de energia. É a opção privilegiada e inexorável pela acumulação de capital, em detrimento do bem-estar social amplo (DUPAS, 2012, p.15).

Conforme o excerto acima, se depreende que o discurso de acumulação do capital e manutenção do lucro é interessante para os privilégios das classes dominantes que se dão sobre o bem-estar social de amplas camadas da população global. De forma precária, amplas parcelas da população global sofre o impacto ambiental e o custo social da degradação contínua do meio ambiente em seus espaços de vida e convivialidade. O desperdício de matérias-primas e recursos naturais caminha lado a lado com a perda de direitos, com a eliminação de culturas e extermínio de minorias, com a perda de biomas em prol dos interesses dos segmentos abastados na hierarquia social.

A questão do desenvolvimento local passa, necessariamente, pelas condições históricas, materiais e sociais que foram engendradas culturalmente e podem reforçar construções ideológicas que estigmatizam, determinam, e orientam as relações sociais e seu contexto. Assim, as assimetrias típicas dos

países exportadores de commodities podem se revelar ambíguas. Tais fatores que podem induzir as escolhas políticas, econômicas e sociais do futuro os pressupostos da racionalidade econômica, da insustentabilidade ambiental e seus contrastes para a coletividade:

Gráfico 8: Principais exportações em 2012 (América Latina, em bilhões de dólares):

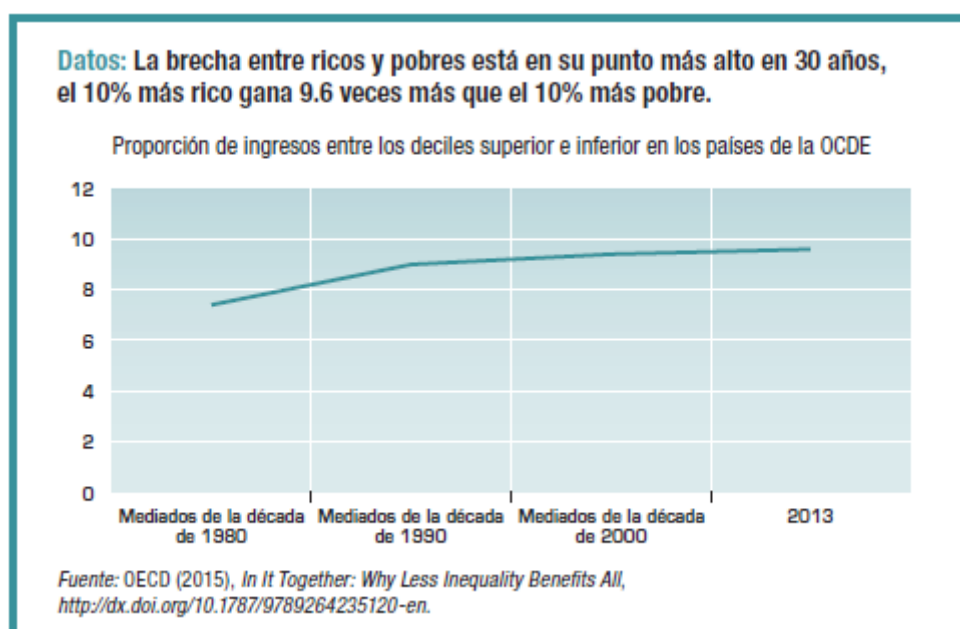


Fonte: ITC *apud* (RESTREPO; MÁRQUEZ, 2013)

O gráfico coloca que as principais exportações foram aquelas que envolvem petróleo, combustíveis minerais, produtos destilados, dentre outros. Seguidos de equipamentos elétricos e eletrônicos, reatores nucleares, e afins. A importância do gráfico é devido à possibilidade de mostrar a demanda mundial por recursos naturais, sua extração, produção, distribuição e consequente uso e descarte de resíduos numa cadeia que gera impactos profundos nos sistemas de vida do planeta Terra.

Conforme o exposto acima, o modelo fóssil e o sistema produtivo, aliado à concentração de renda, terra, o poder político e econômico estão acentuando as debilidades do sistema democrático e corrompendo a paz social. Essa soma de fatores têm impedido a mobilidade social e reafirmado as divisões internas e internacional do trabalho através das relações econômicas pautadas pelo capital neoliberal. O gráfico adiante mostra que a diferença entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres aumentou nos últimos trinta anos, fazendo com que os 10% mais ricos ganhem 9.6 vezes mais em comparação aos 10% mais pobres:

Gráfico 9: Diferença entre ricos e pobres está em seu ponto mais alto em 30 anos:



Fonte: OCDE 2015 apud KEELEY, B. (2018)

Na racionalidade mercadológica, a subjetividade das pessoas e o respeito aos seus territórios e identidade são incoerentes com a reprodução do capital. Nesse sentido, a plena vivência da democracia é antagônica ao *status quo*, porque a destruição da base comum da vida, a usurpação dos bens públicos, e favorecimento das elites via benefícios públicos, isenções fiscais e privatizações torna o modelo hegemônico incompatível com as camadas populares e minorias existentes:

Contudo, não seria possível apreender as razões da coerência social e econômica se os modos de regulação fordista fossem apreendidos como espaços nacionais e não em sua interdependência internacional e em suas interferências globais. O alcance da sistematização vai além das fronteiras nacionais da América, introduzindo todo o globo no projeto fordista. Já se destacaram repetidamente as conexões ecológicas no espaço global, a necessidade da disponibilidade de fontes de recursos naturais e de locais apropriados como recipientes de poluentes. (ALTVATER, 1995, p. 163-164).

O atual modo de produção capitalista requer disponibilidade de fontes de recursos naturais para suprir suas necessidades sempre crescentes e locais ao redor do globo para receber os poluentes decorrentes dos excessos da sociedade de consumo são insustentáveis. Movimentando o capital financeiro, as forças de produção e as mercadorias para qualquer lugar que lhe apetece. Assim, as conexões ecológicas são afetadas e os ecossistemas ficam super expostos e mais vulneráveis devido aos riscos da incoerência dos imperativos monetários e os enclaves de extração, distribuição, produção, consumo e descarte de resíduos nos lugares mais pobres e remotos da Terra.

O Estado atual tem sido conduzido pelo setor empresarial e financeiro que retira as funções públicas, diminui seu papel e desestabiliza sua atuação e alcance, tornando em serviços e mercadorias os outrora direitos sociais reconhecidos no ordenamento jurídico. A relação entre o tipo de Estado que se desenha na atualidade é disfuncional para o cidadão e também para afirmar a democracia. Nesse sentido, o desenvolvimento é magistralmente confundido com simples crescimento econômico desconsiderando o enorme custo social e ambiental inerentes ao modo de produção capitalista ocidental.

Não obstante, o *modus operandi* vigente e cada vez mais globalizado do estilo de vida moderno, classista, concentrador, desigual e urbano provoca contradições e problemas insolúveis. Na percepção desta crise ecológica foi sendo configurado um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização até o estágio atual da humanidade (LEFF, 2001).

Contra o discurso e práticas estabelecidas o ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. O saber ambiental ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso rompendo o *status quo* (LEFF, 2001).

Contraditoriamente, consoante o conceito de progresso e o sistema econômico vigente, não apenas o mercado interno, mas o externo precisam ser abastecidos com insumos e recursos a baixo custo, leia-se sem respeito à dignidade humana e com total flexibilidade ambiental, provenientes dos países fornecedores de *commodities*. Atualmente, a estagnação e o atraso decorrem da expoliação do patrimônio ambiental, do trabalho precarizado, da fragmentação cultural dos países subdesenvolvidos que sacrificam tudo que possa ser alienável para pagamento da dívida externa visando atingir a "balança comercial favorável". Logo, devido a essa canalização de forças estruturais e institucionais para manter o sistema econômico interno e externo é preciso deixar em último plano os outros setores da sociedade:

Portanto, quando é impositivo concluir que uma globalização do modelo fordista de afluência naufraga necessariamente em virtude das contradições inerentes ao modelo, então imediatamente se coloca a questão seguinte: como se dá a regulação da oposição entre países industrializados e países em desenvolvimento, metrópoles e periferias, entre sociedades afluentes e sociedades pobres, entre desenvolvimento e meio ambiente num mundo uniformizado pela globalização do fluxo de informações, num mundo que se orienta por uma imagem de desenvolvimento e modernização e, ao mesmo tempo, é dividido e diversificado? (ALTVATER, 1995, p. 211).

A América Latina é a personificação dessas ambiguidades, a dominação econômica marcadamente desde os tempos coloniais, e a pressão política mediante os interesses do capital, quando necessária, eram implementadas sem conquista formal via aparelhamento econômico, político e, na atualidade, jurídico-midiático. As Américas constituíam, é claro, a única região importante do globo onde não houve rivalidade séria entre grandes potências. À exceção

da Grã-Bretanha, nenhum Estado europeu possuía mais que restos dispersos dos impérios coloniais (principalmente caribenho) do século XVIII, sem maior significado econômico ou outro. Nem os britânicos nem qualquer das outras nacionalidades viam boa razão para hostilizar os EUA, desafiando a Doutrina Monroe (HOBSBAWN, 1988).

Os contrastes entre a pujança econômica e os baixos índices de escolaridade, distribuição de renda, saúde e qualidade de vida demonstram que a função da América Latina para o mundo, ainda no século XXI, é secundária e subalterna. Atende aos interesses dos investidores em primeiro lugar, priorizando a macroeconomia e os números positivos para o cumprimento de metas que deixam um rastro de exclusão, miséria e passivo ambiental imensuráveis. O gráfico a seguir elenca um rol de corporações que possuem um imenso poder de intervir na economia dos países e regiões em que atuam:

Gráfico 10: As maiores corporações serão rivais dos governos? (Bilhões de dólares estadunidenses)

¿Los más grandes corporativos serán rivales de los gobiernos?
Miles de millones de USD¹⁰

Pafs/empresa	PIB/beneficios
Luxemburgo	58
Apple	54
Uruguay	53
Costa Rica	51
Croacia	49
Tanzania	45
ICBC	44
Eslovenia	43
China Construction Bank	36
Agricultural Bank of China	29
Letonia	27
Bank of China	27
Berkshire Hathaway	24
JPMorgan Chase	24
Estonia	23
Wells Fargo	23
Surgutneftega	20
Toyota Motor	19
Camboya	18
Gilead Sciences	18
Verizon Communications	18
Novartis	18
Islandia	17
China Mobile	17
Alphabet	17
Samsung Electronics	17

Fonte: OCDE, 2016

Nesse íterim, o gráfico evidencia que algumas transnacionais e grandes corporações têm um faturamento maior que o Produto Interno Bruto (PIB) de alguns países. Essa conjuntura econômica fomenta uma continuidade da dependência tecnológica, dos produtos, serviços e mercadorias oferecidos por essas mercadorias por parte dos Estados e seus cidadãos. Não obstante, os mesmos são viabilizados no mercado por preços elevados, quando não exorbitantes, sendo que os mesmos foram produzidos por mão-de-obra e recursos naturais extraídos nestes mesmos países.

Contextualizando os fatores de ordem histórica, as condições de colonialidade, ex Estados escravagistas e o próprio genocídio indígena para dar o mote aos sucessivos ciclos econômicos baseados na extração de matérias-primas e recursos naturais que abasteciam os países centrais. No âmago dessa desigualdade, é interessante ressaltar que do lado do poder político, dos mercados e do capital foi a resistência a esses grandes impulsos imperiais da história moderna que gerou, simultânea e contraditoriamente, os Estados e mercados nacionais que alavancaram a globalização do capitalismo (FIORI, 2001).

Nessa dinâmica, ambígua, porém reiterada ao longo da história econômico-social, só tiveram verdadeiro sucesso econômico e político os Estados que souberam utilizar-se do impulso imperial e, ao mesmo tempo, a ele se opor, fazendo uso, no campo econômico, de vários tipos de "políticas mercantilistas" que consagraram os centros hegemônicos atuais de poder político, militar, tecnológico, de controle do conhecimento e circulação cultural e informático. Pode-se afirmar que essas políticas foram- desde o século XVII - instrumento decisivo para a criação e afirmação internacional do poder e das relações assimétricas, de todos os Estados e de todos os capitais que cresceram resistindo aos grandes impérios, da mesma maneira que as políticas liberais e livre-cambistas foram sempre a proposta e a linguagem do poder imperial vencedor, em cada momento dessa história (FIORI, 2001).

O desenvolvimento local e regional dependem, em primeira e última instância, de forças produtivas e arranjos locais que incorrem em uma população instruída, com condições educativas e econômicas, além de infraestrutura oportunizada pelo Estado como condições primeiras da sua incubação. Quando o crescimento é deixado para a iniciativa privada, esta

implanta um sistema no qual extrai o lucro, otimiza seus ganhos através da sobreexploração do campo ambiental e trabalhista, além de solicitar benefícios e dedução fiscais. Não obstante, o mercado não é capaz de autoregular-se, pois em si mesmo os maiores conglomerados já tratam de absorver os pequenos produtores, inviabilizando um comércio justo e condições igualitárias de concorrência.

Nessa linha, tem havido uma busca por parte dos Estados em aprimorar o seu processo produtivo em consonância com os objetivos e anseios socioambientais. É um processo complexo e contínuo, visando incluir as externalidades ambientais e até mesmo repensar as ações promovidas por entes públicos e privados:

La búsqueda inquebrantable del crecimiento también implica el riesgo de erosionar los recursos necesarios para mantener ese crecimiento. Este dilema es evidente en particular en una de las potencias económicas mundiales, China. Según el Banco Asiático de Desarrollo, menos de 1% de las 500 ciudades más grandes de China cumplen con las directrices de la Organización Mundial de la Salud sobre calidad del aire. El gobierno chino reconoció las tensiones propias del rápido crecimiento de China, como se aprecia en una declaración del primer ministro Li Keqiang: “No debemos perseguir el crecimiento económico a expensas del medio ambiente” (KEELEY, 2018, p. 94).

O risco oriundo das atividades econômicas e do modos operandi ocidental difundidos com a globalização da economia, dos costumes e fatores culturais, já é uma realidade. Na China, menos de 1% das cidades chinesas cumprem com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS) para qualidade do ar. O primeiro ministro expressou que o crescimento econômico não pode vir às expensas do meio ambiente. Apesar de ser uma fala, há uma tentativa de mudança na gestão das diretrizes políticas oficiais chinesas quanto ao meio ambiente.

O desenvolvimento geográfico mediante um modelo de desenvolvimento econômico que ofereçam condições de crescimento dos negócios. O clima de concorrência entre os diferentes territórios no mundo todo aconteceu após os Estados oferecerem políticas sociais e universais de educação, saúde, lazer, cultura, bem estar e urbanidade que corroboram para uma mão de obra extremamente qualificada, que possibilitam os lançamentos digitais e tecnológicos do novo regime capitalista:

La competencia entre los diferentes territorios (Estados, regiones, o ciudades) por poseer el mejor modelo de desarrollo económico o el mejor clima para los negocios era una cuestión relativamente insignificante en la década de 1950 y de 1960. Este tipo de contienda se intensificó en el sistema más fluido y abierto de relaciones comerciales que se estableció después de 1970. Así pues, el progreso general de la neoliberalización se ha visto crecientemente impelido a través de mecanismos de desarrollo geográfico desigual. Los Estados o las regiones más prósperas presionan al resto para que sigan sus pasos. Las innovaciones más rompedoras colocan a éste o aquél Estado (Japón, Alemania, Taiwán, Estados Unidos o China), región (Silicon Valley, Baviera, la Terza Italia, Bangalore, el delta del río Perla, o Bostwana), o incluso ciudad (Boston, San Francisco, Shanghai, o Munich) en la vanguardia de la acumulación de capital. Pero las ventajas competitivas en demasiadas ocasiones se revelan efímeras introduciendo una extraordinaria volatilidad en el capitalismo global. Sin embargo, también es cierto que los potentes impulsos hacia la neoliberalización han emanado de un reducido número de epicentros de máxima importancia, o bien se han orquestado directamente desde ellos (HARVEY, 2007, p. 96).

Entrementes, o Vale do Silício, São Francisco, Boston (EUA), Baviera e Munique (Alemanha), Terza Italia (Itália), Shangai (China), comprovam que a globalização se expandiu através da vanguarda que seus territórios ofertavam para o mercado financeiro e tecnológico. O neoliberalismo emergiu como fenômeno da máxima importância nesses epicentros de tomada de decisão, movimentação de capital financeiro, produção de softwares diretamente incorporados a eles. A participação destes países se deve à sua esfera de influência que suas universidades, empresas e pessoal conseguem desenvolver em territórios que oferecem as condições sociais, trabalhistas e culturais propícias.

Válido citar quais são os países que atualmente contribuem fortemente para definir as relações econômicas e a divisão internacional do trabalho, os principais estão agrupados na Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE). No contexto neoliberal tais países se situam em *rankings* mais elevados entre ativos financeiros, transações comerciais, índices de educação e inovação tecnológica:

Los países miembros de la OCDE son: Alemania, Australia, Austria, Bélgica, Canadá, Chile, Corea, Dinamarca, Eslovenia, España, Estados Unidos de América, Estonia, Finlandia, Francia, Grecia, Hungría, Irlanda, Islandia, Israel, Italia, Japón, Letonia, Luxemburgo, México, Noruega, Nueva Zelanda, Países Bajos, Polonia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República Eslovaca, Suecia, Suiza y

Turquía. La Comisión Europea participa en el trabajo de la OCDE (KEELEY, 2018, p. 133).

O agrupamento destes países demonstra sua zona de influência em vários setores da sociedade global, pois os mesmos conduzem suas esferas econômicas, militares, culturais, produtos, mercadorias e serviços aos que não possuem e dominam as tecnologias e ativos financeiros que transformam os recursos naturais e energéticos.

Nesse circuito, as raízes econômicas do novo imperialismo residem numa nova etapa específica de capitalismo que, entre outras coisas, leva à "divisão territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas", delimitando a autonomia e liberdade econômica e política dos países que dependem de financiamentos externos, que possuem dívida externa, que comprem bens duráveis e tecnologia dos países centrais (HOBSEBORN, 1988).

Nesse mote, os Estados construídos com a exploração econômica das antigas colônias estão recolonizando por outros mecanismos os países não desenvolvidos através de suas esferas de influência. As rivalidades entre as potências capitalistas que levaram a essa divisão também geraram a Primeira Guerra Mundial. De uma maneira geral, há uma premissa de que a expansão econômica ultramarina e a exploração do mundo ultramarino foram cruciais para os países capitalistas modernos se tornarem as potências de hoje (HOBSEBORN, 1988).

O processo de desenvolvimento deveria vir integrado a uma visão do ser humano em sua totalidade, suas relações consigo mesmo e com os demais entes e seres vivos. Caso houvesse, em primeira instância, uma educação libertadora, uma sociedade fraterna, relações humanas permeadas por cooperação e não competição, talvez emergisse uma nova humanidade. A partir desse novo ser é que poderia, aliado a uma localidade sólida para desenvolvimento do patrimônio público, da alternativa privada envolvida com os interesses sociais, não apenas lastreado pelo lucro e imediatismo, alcançar uma certa equanimidade.

O processo de desenvolvimento local, como visto no decorrer do trabalho, contém em sua gênese variáveis múltiplas como questão histórica, colonização ou colonialismo, independência política e autonomia financeira, soberania e reconhecimento de seus valores históricos, culturais e sociais.

Todavía, no actual sistema mundo, as relações sociais e econômicas têm primazia, sobretudo, no sujeito econômico. A própria história colonial dos países que foram explorados e sofreram com o colonialismo a herança da escravidão, do genocídio indígena, da destruição das forças produtivas nacionais e impedimento de um processo de desenvolvimento legítimo impulsionado pelos seus concidadãos.

Nessa toada, os contrastes encontrados nos países subdesenvolvidos são parte de sua história, estão na origem de suas invasões e na herança político-cultural estabelecida pelas outrora metrópoles. A raiz das elites nacionais, dos proprietários de terras, da mentalidade voltada para Europa, das exportações direcionadas para o mercado externo e não para o desenvolvimento da incipiente indústria nacional mostram que não houve um projeto de pátria nos países que passaram pelo colonialismo. As marcas decorrentes do passado se fazem presentes na atualidade, desvelando as fragilidades de mais de 50 países:

Actualmente, 50 países son Estados frágiles, marcados ya sea por instituciones estatales débiles o abusivas (OECD, 2015m). Son el hogar de 1.4 mil millones de personas, y se espera que su población crezca hasta 1.9 mil millones en 2030 y 2.6 mil millones en 2050. El África subsahariana es, por mucho, la región más representada. La débil capacidad de los Estados frágiles para responder a los golpes y tensiones significa que enfrentan un riesgo agudizado de experimentar crisis políticas, sociales o humanitarias en el futuro (OECD, 2015m). Estas crisis pueden contagiarse fácilmente a los países vecinos y aún más lejos, con las correspondientes consecuencias de salud, migración, etc. Las respuestas globales a algunas de estas crisis, en particular a las concernientes a amenazas globales a la salud, pueden tener mayor influencia en las agendas futuras de CTI (OCDE, 2016, p. 49)

Instituições débeis ou abusivas são oriundas do período colonial que, hodiernamente, perpetuam o patrimonialismo, a troca de favores, o compadrio, a intrusão do interesse privado nos bens públicos, no uso da máquina pública por algumas famílias e seus protegidos. Estes mesmos 50 países são o lar de 1.4 bilhão de pessoas, e se espera que sua população cresça até 1.9 bilhão em 2030 e 2.6 bilhão até 2050. Obviamente, uma população que não resolveu os problemas insistentes do passado de desigualdade, concentração de terra e renda, baixa qualidade educacional, pouca oferta de alternativas econômicas, vão tendencialmente acentuar as crises, os golpes, e tensões humanitárias no

futuro. Tudo isso irá se refletir e poderá se espalhar por outros países e regiões do globo, com graves consequências para saúde, migrações e ameaças de pandemias.

As contradições apontadas no processo de desenvolvimento refletem a necessidade de alimentar o status quo. Sem essas contradições não seria possível um desenvolvimento em algumas zonas, como visto anteriormente, em detrimento de outras. No atual modelo econômico neoliberal e, praticamente hegemônico, é funcional que haja zonas de grande abundância e outras de extrema escassez, pois os recursos são finitos e há uma insustentabilidade de viabilização socioambiental do padrão cultural capitalista para todos.

Nesses termos, o neoliberalismo contribui com a exacerbação de que o Estado deve ser eliminado, as políticas públicas devem ser substituídas por serviços encontrados no mercado, que a organização da sociedade pode ser monetizada em suas nuances. Isso possibilita, vis a vis, lançar o sujeito, agora indivíduo, à própria sorte. Nesse diapasão, as garantias históricas e sociais já positivadas são sutilmente trocadas por privatizações, isolamento do ser via excesso de tecnologias, excluindo os combalidos laços sociais e projeto de uma sociedade fraterna:

Mientras la libertad personal e individual en el mercado se encuentra garantizada, cada individuo es responsable y debe responder por sus acciones y de su bienestar. Este principio se extiende a la esfera del sistema de protección social, del sistema educativo, de la atención sanitaria e incluso de las pensiones (la seguridad social ha sido privatizada en Chile y en Eslovaquia, y existen propuestas para proceder del mismo modo en Estados Unidos). El éxito o el fracaso personal son interpretados en términos de virtudes empresariales o de fallos personales (como puede ser no invertir de manera suficiente en el propio capital humano a través de la educación) en lugar de ser atribuidos a ningún tipo de cualidad sistémica (como las exclusiones de clase normalmente atribuidas al capitalismo) (HARVEY, 2007, p. 73)

A grande neurose é repetir o mantra de que o indivíduo é empresário de si mesmo. Que ele está responsável, única e exclusivamente, por suas ações e bem-estar. Se falhar, culpa sua, nunca do sistema social e econômico que está instaurado. Esse princípio se estende ao sistema de proteção social, sistema educativo, saúde pública e previdência social. Assim, se suaviza e naturalizam

os conflitos sociais, as disputas por poder, as clivagens entre as classes sociais, apagando as lutas intrínsecas aos paradoxos do capital.

4. 2 Neoliberalismo, paradoxos do capital

Relações de poder. Reificação do espaço. Curva Gatsby. Paradoxos capital. Cooptação ilegal. Crescimento da Desigualdade. Estado Neoliberal. Liberdade do mercado. Democracia corrompida.

O poder exercido pelo capital econômico é concomitante ao avanço do neoliberalismo no mundo todo, conforme será mostrado adiante. Consoante os Estados adotam uma economia de livre mercado, e colocam em postos chave economistas para tratar como negócio empresarial questões sociais e ambientais, vão se encrudecendo as dinâmicas sociais, culturais, os conflitos ambientais e as tensões sobre o espaço.

As relações de poder se realizam no território, são mediadas por Estados e empresas, entre pessoas, sujeitos públicos e privados, fortalecendo ou diminuindo o domínio, controle, uso e exploração de corpos, objetos, matéria-prima, culturas por parte de alguns atores nacionais e internacionais:

O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetificado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função do seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado (BOURDIEU, 2011, p. 161).

A reificação do espaço envolve concepção retórica e pragmática de mecanismos de poder através da condição histórico-material em que se situam tais lugares e corpos que são apropriados de acordo com as vantagens comparativas com outras regiões. Dito de outro modo, é na relação de distribuição, localização, concentração de bens e serviços, distância entre polos concentradores em função do seu capital que ocorre a expansão ou retração do capital.

Nessa toada, pode-se afirmar que a 5ª Avenida, em Nova York, Avenida Foch, em Paris, Jardins, em São Paulo, Vieira Souto e Leblon, no Rio de Janeiro, a City londrina, o coração do mercado financeiro em Londres exercem um poder global ou regional que transcendem as barreiras do lugar onde estão geograficamente localizados. O poder que o capital exerce sobre o espaço, nas pessoas e no fluxo de acontecimentos dessas cidades e bairros rompem as fronteiras do espaço geográfico, pois tem um simbolismo e repercussão no eixo político, econômico, social, cultural e, principalmente, ideológico das formas de ver, ser e estar no mundo.

A partir dessa perspectiva, como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida. É o típico caso do processo colonizador e o papel central da fase neocolonial exercido pelas elites nacionais e estrangeiras em todos os países. Claramente os espaços arquitetônicos podem dispor e orientar a conduta e postura de quem neles circula, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distância respeitosa, são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade (BOURDIEU, 2011).

Essa violência simbólica, física, histórica e econômica do espaço territorial ocupado e as diferentes utilizações que a globalização permite são oportunizados pela ótica neoliberal como visão estratégica sobre os corpos físicos e objetificados do sul e norte globais, reiterando que, no caso dos países não-desenvolvidos, há uma invisibilização e apagamento de outras versões da história econômico-colonial. Os paradoxos da relação de hierarquia, controle e domínio de algumas regiões sobre outras colocam em dúvida o padrão civilizatório ocidental. A visão mercantilista que está envolvida com a perpetuação do capital, sua assimilação e multiplicação das mais variadas formas requer a invisibilidade dos problemas socioambientais, o esvaziamento do discurso das vozes dissonantes, a negação dos acontecimentos climáticos e dos extremos socioeconômicos.

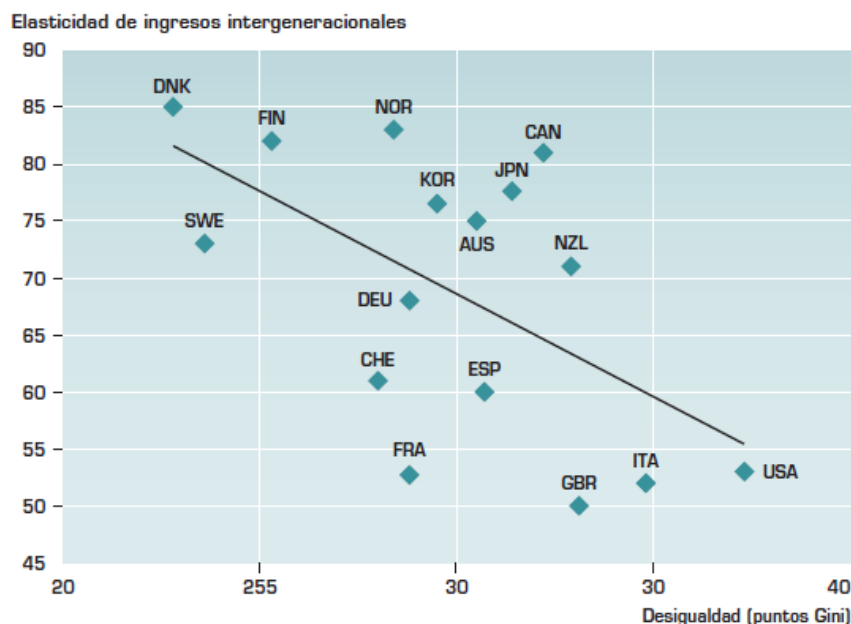
Nesse espectro, a gestão de uma crise estrutural é amplificada por diversos interesses. A crise ambiental coexiste e é retroalimentada pelo desejo insaciável do acúmulo, da espiral de lucro, do vertiginoso aumento de concentração de riquezas. Assim, é necessário uma crise para perpetuar o sistema econômico, partindo da premissa de que a criação de necessidades e satisfação do consumidor advém da superprodução de mercadorias e serviços cada vez mais baratos. Baratos por causa da superexploração do trabalho, dos recursos naturais, da não inclusão dos outputs ou externalidades ambientais, da pressão antrópica sobre os ecossistemas, da insustentabilidade ecológica e intergeracional do modelo destrutivo vigente.

A falibilidade do modelo econômico dominante e suas apropriações do trabalho e recursos disponíveis concentram a produção de riquezas para poucos. Conforme o neoliberalismo avança na União Europeia, não poupando a disputa dentro do próprio bloco. Nessa toada, a insustentabilidade das medidas adotadas pelo Banco Central Europeu, com sede em Frankfurt, Alemanha, parecem beneficiar fortemente Alemanha e França, desconsiderando o vínculo com os demais membros do bloco. O gráfico abaixo mostra a grande curva de Gatsby, nele há uma demonstração dos níveis de desigualdade e mobilidade social. Os países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Suécia e Noruega) aparecem com baixos índices de desigualdade quando comparados com os demais, segundo dados da OCDE:

Gráfico 11: Desigualdade e mobilidade nos países da OCDE

Datos: Gráficos como este, similares a “la curva de Gran Gatsby”, sugieren que los países con niveles más altos de desigualdad tienen menores índices de movilidad social.

Desigualdad y movilidad (elasticidad de ingresos intergeneracional) en los países de la OCDE



Fuente: OECD (2015), *In It Together: Why Less Inequality Benefits All*, <http://dx.doi.org/10.1787/888933207806>.

Fonte: KEELEY, 2018.

Mediante análise do gráfico 11, verifica-se nestes países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que os que estão na metade para baixo do gráfico, ponto 65 na elasticidade de ingressos intergeracionais, (Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália e Estados Unidos), encontram-se com desigualdade- conforme pontos no índice de GINI- elevados. Isso significa que, quanto maior a desigualdade, mais difícil ascender de camada ou classe social. Que as perspectivas e oportunidades são mais restritivas e limitadas nesse conjunto de países em comparação com os países nórdicos mencionados.

Os paradoxos do capital estatisticamente encontrados no gráfico da OCDE, permite inferir que entre os países desenvolvidos há diferenças consideráveis nos níveis de vida, progresso humano e bem estar social. A desigualdade e mobilidade social podem obstruir o processo de desenvolvimento humano pessoal e coletivo dos cidadãos nestes países, a

falta de políticas fiscais e econômicas que visem corrigir estas contradições amplia a pobreza e tensões sociais.

Não obstante, a tomada do Estado por alguns políticos que o tratam como empresa privada, beneficiando-se dos lucros e socializando os custos socioambientais decorrentes da sua cooptação aumenta a concentração de renda, os níveis de corrupção, os crimes financeiros, a deterioração da sociedade e das estruturas que possibilitam uma vida coletiva coerente com os princípios de solidariedade social. O processo de acumulação de capitais e sua multiplicação em larga escala tem sido viabilizados por falta de medidas que contrabalançam os dados mostrados adiante:

Gráfico 12: Casos de cooptação do Estado por dinheiro ilegal

Tabla 7 Casos de cooptación de Estado por el dinero ilegal

País / región	Presuntos agentes del Estado cooptados	Principales fuentes de financiamiento político ilegal	Principales instituciones blanco	Expresión territorial de la cooptación del Estado
Afganistán	"Señores de la guerra"	Amapola, heroína	Políticos, ejército y control fronterizo	Regional
Bulgaria	"Crimen organizado" conformado por antiguos y actuales agentes de seguridad del Estado	Industrias privatizadas, tráfico de mujeres, impuestos	Instituciones clave: aduana, poder judicial, medios de comunicación, etcétera	Nacional
Burma	Ejército	Drogas, industrias controladas por el ejército	El Estado	Nacional
Colombia	Carteles de la droga, guerrillas (ELN-Ejército de Liberación Nacional) (FARC-Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia), organizaciones paramilitares	Drogas	Poder legislativo, partidos políticos, poder judicial, policía y fronteras	Control local con aumento en el desplazamiento de las FARC a zonas remotas
Guatemala	Elementos del ejército y antiguos agentes del servicio secreto	Cocaína	Instituciones que podrían influir o facilitar el tráfico	Nacional
Guinea-Bissau	Traficantes de drogas	Cocaína, ayuda extranjera	Instituciones que podrían influir o facilitar el tráfico de drogas	Nacional
Países de alto conflicto en el África Subsahariana	Ejércitos (nacionales y extranjeros), "grupos rebeldes" (nacionales y extranjeros), corporaciones extranjeras explotando recursos naturales	Recursos naturales, ayuda extranjera		Regional
Italia	Grupos de "crimen organizado" originados en el sur del país	Drogas, extorsión, falsificación de mercancía y contratos estatales	Políticos, poder judicial, parte de los medios de comunicación y policía	Control regional e incursión en instituciones de orden nacional
Kosovo	Crimen organizado con la participación de algunos miembros de Ejército de Liberación de Kosovo	Tráfico ilegal (armas, mujeres, heroína)	Instituciones que podrían influir o facilitar el tráfico	Nacional
Pakistán	Servicios de Inteligencia	Heroína, armas y el Estado	Todas las instituciones	Nacional
Perú 1990-2000	Vladimiro Lenin Montesinos, cabeza del servicio de inteligencia peruano	Cocaína, armas, malversación, adquisiciones	Autoridades de impuestos, poder judicial, militares, inteligencia militar y medios de comunicación	Nacional
Rusia y la antigua Unión Soviética	Oligarcas en complicidad con altos oficiales del Estado, muchos de los cuales provenían de los servicios de seguridad	Oscuras industrias privatizadas, recursos naturales (aceite y gasolina), contratación estatal e impuestos	Mayoría de los órganos económicos, políticos, judiciales y de seguridad, incluyendo partidos políticos y medios de comunicación	Regional e internacional, pero en proceso de cambio mientras el estado busca subordinar o expropiar a algunos oligarcas
Estados Unidos	Corporaciones	Ganancias legales	Agencias reguladoras de industrias importantes	Ninguna

FUENTE: Elaboración sobre Kupferschmidt (2009: 15).

Fonte: OEA, 2011.

O conteúdo disposto no gráfico é objetivo em descrever as principais fontes de financiamento de campanha política ilegal, lavagem de dinheiro e crimes contra a ordem financeira e tributária. Nessa esfera, as drogas, a

privatização de indústrias estatais, o tráfico de mulheres, o desvio de ajuda externa, extorsão e o tráfico ilegal são listados como os que assolam os países dos quatro continentes citados. Os países cooptados pelo dinheiro ilegal estão distribuídos em Europa (Kosovo, Bulgária e Itália), Estados Unidos da América (América do Norte), Guatemala e Colômbia Américas Central e do Sul), e demais países do gráfico situados entre África e Ásia.

Nesse mote, os agentes estatais e entidades governamentais notadamente envolvidos no branqueamento e cobertura desses crimes que lesionam os próprios Estados envolvidos e a sociedade são: o poder judiciário, o poder midiático e meios de comunicação, as agências reguladoras, o poder legislativo, a polícia de fronteira e investigativa. A origem do dinheiro ilegal e as práticas criminosas que envolvem diretamente agentes políticos e estatais alcançam vastas regiões e o território nacional. Obviamente, os alguns delitos se tornam transfronteiriços com ajuda de bancos e agentes financeiros, acobertados pelos próprios sistema de propina e corrupção que assola os Estados abordados.

Não obstante, a intrincada situação relatada acima é facilitadora de outros crimes, fortalece injustiças sociais e econômicas, desacredita o Estado e suas entidades, retira recursos e investimentos que são essenciais para manutenção dos serviços essenciais prestados pelos Estados. Somado a isto, tem-se que algumas dessas atividades ilícitas e criminosas fomentam outros crimes, marginalizam e excluem socialmente milhões de cidadãos de seus direitos elementares.

Nesse diapasão, o gráfico abaixo mostra a pobreza, indigência e desigualdade econômica entre os países da América Latina. O mesmo utiliza o índice de desigualdade GINI, durante os anos 1999-2009:

Gráfico 13: Pobreza, Indigência e Desigualdade Econômica

Tabla 1 Pobreza, indigencia y desigualdad económica en América Latina, 1999-2009						
País	Pobreza		Indigencia		"Desigualdad (índice Gini)"	
	c. 1999	c. 2009	c. 1999	c. 2009	c. 1999	c. 2009
Argentina	23.7	11.3	6.7	3.8	0.539	0.510
Bolivia	60.6	54.0	36.4	31.2	0.586	0.565
Brasil	37.5	24.9	13.2	7.0	0.640	0.576
Chile	21.7	11.5	5.6	3.6	0.560	0.524
Colombia	54.9	45.7	26.8	16.5	0.572	0.578
Costa Rica	20.3	18.9	7.8	6.9	0.473	0.501
Ecuador	63.5	42.2	31.3	18.1	0.513	0.500
El Salvador	49.8	47.9	21.9	17.3	0.518	0.478
Guatemala	61.1	54.8	31.6	29.1	0.560	0.585
Honduras	79.7	68.9	56.8	45.6	0.564	0.580
México	46.9	34.8	18.5	11.2	0.539	0.515
Nicaragua	69.9	61.9	44.6	31.9	0.583	0.532
Panamá	36.9	26.4	18.6	11.1	0.567	0.523
Paraguay	60.6	56.0	33.9	30.4	0.565	0.512
Perú	54.8	34.8	24.4	11.5	0.525	0.469
Rep. Dominicana	47.1	41.1	20.7	21.0	0.537	0.574
Uruguay	9.4	10.4	1.8	1.9	0.440	0.433
Venezuela	49.4	27.6	21.7	9.9	0.498	0.412
América Latina *	43.9	33.1	18.7	13.3	0.543	0.520

NOTA: Las cifras sobre pobreza e indigencia son porcentajes de personas en la población. Se entiende como *pobreza* al ingreso insuficiente respecto de alimentos y otras necesidades básicas, para cubrir una canasta básica, para un individuo o un hogar. Se entiende como *indigencia* al ingreso insuficiente, respecto a una canasta básica, de alimentos, para un individuo o un hogar. El *índice Gini* es un índice de desigualdad de ingresos económicos. Un número más alto indica un mayor grado de desigualdad.

Los datos para c. 1999 son para ese año en la mayoría de los casos; pero para Chile, Guatemala, México y Nicaragua son para 1998; para Perú son para 2001, y para Panamá y la República Dominicana son para 2002. Los datos para c. 2009 son para ese año en la mayoría de los casos; pero para Bolivia son para 2007, 2006 para Guatemala, 2007 para Honduras, 2008 para México, 2005 para Nicaragua y 2008 para Venezuela.

* Las cifras regionales sobre pobreza e indigencia son el término medio o promedio de todos los casos e incluyen a Haití. Las cifras regionales sobre desigualdad son el término medio o promedio (no ponderado) de todos los casos.

FUENTES: Elaboración sobre datos de la CEPAL (2010), cuadros I. A - 1 y I. A - 3 del anexo estadístico.

Fonte: OEA, 2011.

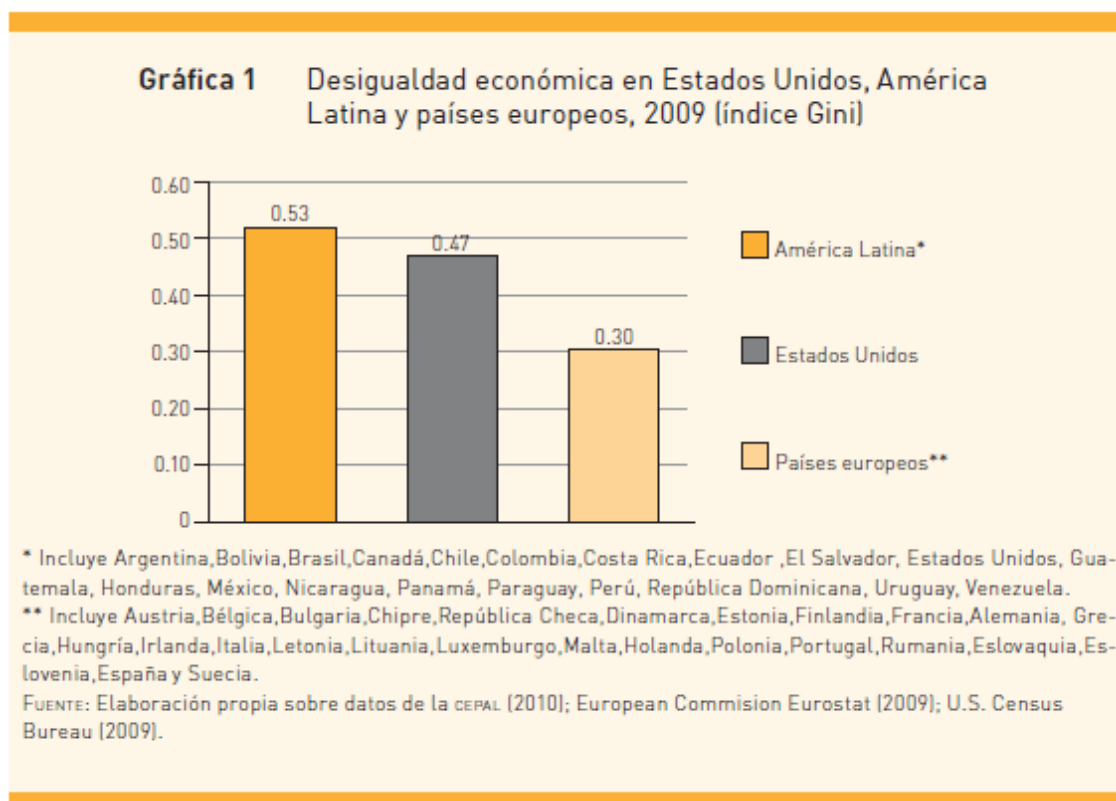
Entende-se como pobreza o ingresso insuficiente no que diz respeito a comprar alimentos e outras necessidades básicas, para suprir uma cesta básica, para um indivíduo ou lar. Como indigência se compreende o ingresso de recursos insuficiente, no que tange a uma cesta básica, de alimentos, para um indivíduo ou lugar. O índice de GINI verifica a desigualdade de recursos econômicos. Quanto mais alto, próximo de 1, maior o grau de desigualdade.

Dito isto, segundo os dados disponibilizados no gráfico sobre pobreza, indigência e desigualdade econômica- GINI, pode-se afirmar que a desigualdade cresceu, entre os anos de 1999-2009, nos seguintes países: Colômbia, com uma piora da desigualdade na ordem de 0.572 para 0.578;

Costa Rica, de 0.473 para 0.501; Guatemala, de 0.560 para 0.585; Honduras, de 0.564 para 0.580; República Dominicana, de 0.537 para 0.574.

Esse cenário de crescimento da desigualdade repercute na qualidade de vida, no bem estar, no acesso à saúde, educação, saúde, transportes públicos. A falta de políticas fiscais e tributárias que cobre impostos proporcionais para as diferentes classes sociais, sua péssima distribuição para reduzir as desigualdades regionais e nacionais se somam à evasão fiscal, sonegação de impostos e cooptação do Estado por dinheiro ilegal e lobistas. O lobby é feito por grupos de pressão que impõem seus interesses ante o Estado em processos políticos. Nesse viés, o próximo gráfico continua com a problemática da desigualdade.

Gráfico 14: Desigualdade econômica nos Estados Unidos, América Latina e países europeus, 2009 (índice Gini):



Fonte: OEA, 2011.

Consoante o gráfico supracitado, se nota uma proximidade entre o índice de GINI dos Estados Unidos e da América Latina. O índice de GINI na América Latina está em 0.53, nos Estados Unidos, o índice pontua 0.47. A

diferença é de 0.06. Os países europeus têm o melhor índice de GINI, mostrando uma desigualdade de 0.30. A subvenção de impostos, a baixa carga tributária ou eliminação de tributos para os ricos, seu patrimônio e empresas provoca uma grande demanda do Estado em buscar financiamento de suas atividades nas camadas populares.

Corroborando assim para o empobrecimento do Estado e perda sua capacidade para criar serviços sociais ou para ajudar na criação de atividades descentralizadas ou descentralizadoras. A produção, sobretudo a produção industrial, não corresponde às necessidades nacionais e está sujeita a uma concentração acumulativa ditada pelos grandes grupos corporativos e mercado financeiro, sendo copiado pelas elites nacionais nos países periféricos; concomitantemente, distorce-se também o consumo, que passa a ser utilizado como o melhor vetor do capitalismo internacional para a ocupação de todo o território nacional num sistema de extração, produção, consumo, descarte e poluição (SANTOS, 2008).

No campo econômico, da mesma forma, a expansão permanente do poder político e dos territórios econômicos se transforma em necessidade e instrumento essencial para a criação de novas formas de monopolização dos hábitos, do desejo, do ser, do comportamento, usos e costumes. Mesmo quando se possa constatar que os corpos e a subjetividade, depois de um lapso temporal, que algumas iniciativas "colonizadoras" ou "periferizadoras" não tiveram os rendimentos esperados, e não foram decisivas para a acumulação da riqueza nas metrópoles a retórica do capital se mantém, em alguns casos, até se fortalece (FIORI, 2001).

Esse processo de expansão de poder/acumulação de riqueza em algumas regiões do globo, ao mesmo tempo a tendência do sistema à "pauperização relativa" e à polarização progressiva do poder e da riqueza entre as classes sociais e as nações em graus distintos, conforme sejam do Norte ou Sul global, processo contraditório que dinamizou, através da história, todos os grandes ciclos expansivos da acumulação e globalização do capital associados a projetos de poder imperiais ou hegemônicos, como foi o caso norte-americano no século XX, mas sobretudo depois da 2ª Guerra Mundial (FIORI, 2001).

Reafirma-se a crescente intromissão dos interesses privados no Estado e suas questões. Na contemporaneidade o império da lei é paulatinamente substituído pelo império hegemônico do mercado. O mercado e a iniciativa privada que ditam as regras e interesses para o Estado apenas cancelar. O poder econômico e os interesses mercantis são altamente elevados frente aos Estados que se encontram deficitários e com índices de corrupção, endividamento, conflitos e instabilidades fomentadas pelo próprio capital:

No neoliberalismo os direitos sociais em queda, a desigualdade se acentuando e um sortilégio de problemas socioambientais crescendo vertiginosamente provocam ondas migratórias, tensões e conflitos dentro dos países e transfronteiriços. Assim, o Estado neoliberal se vê obrigado a intervir para manter o status quo. Se restringe as liberdades civis em nome da propriedade privada, da ordem suprema das condições de reprodução do capital, usando dos meios à disposição: violência estatal, poder midiático, propaganda, desinformação, persuadindo as massas através do autoritarismo e medo:

Así pues, frente a los movimientos sociales que buscan intervenciones colectivas, el Estado neoliberal se ve obligado a intervenir, en ocasiones de manera represiva, negando, por lo tanto, las mismas libertades que supuestamente defiende. Sin embargo, en esta situación puede desenfundarse un arma secreta, ya que la competencia internacional y la globalización pueden ser utilizadas para disciplinar a los movimientos de oposición a la agenda neoliberal dentro de Estados concretos. Si ésto fallara, el Estado debe entonces recurrir a la persuasión, a la propaganda o, en caso necesario, a la fuerza bruta y al poder policial para suprimir la oposición al neoliberalismo. Éste era precisamente el miedo de Polanyi: que el proyecto utópico liberal (y por ende neoliberal) en última instancia sólo podía sostenerse recurriendo al autoritarismo. La libertad de las masas se restringiría para favorecer la libertad de unos pocos (HARVEY, 2007, p. 77).

As imposições do Estado neoliberal são estreitadas através de laços entre banqueiros, políticos e executivos que se utilizam da enorme força estatal para restringir a liberdade das massas em favorecimento da liberdade plena para milionários e bilionários. Neste sentido, os movimentos sociais tendem a ser criminalizados, há uma enorme pressão político-econômica e dos meios de comunicação em neutralizar as forças sociais, suas demandas e reivindicações legítimas através do medo.

O Estado neoliberal está nitidamente a serviço das corporações e do alto escalão do governo, não agindo para cumprir os princípios democráticos e humanistas. Assim, reifica-se o paradoxo que a democracia não cabe no vigente sistema econômico de capitais. São incompatíveis e buscam alimentar a infinita necessidade do capital de multiplicar-se, seja em tempos de paz ou crise, seja com guerra ou com a falsa sensação dela. Não obstante, assim mantém-se um fluxo de troca de matérias-primas, energia, mão-de-obra e mercado consumidor através da colonização de territórios importantes para o poderio do domínio econômico:

Um processo semelhante veio registrar-se, no século XX, nos países conquistados pela Europa. Assim como o capitalismo engendra o proletariado, com a colonização surge o nacionalismo. A desagregação da antiga estrutura feudal ou semifeudal faz surgirem novas classes que tendem a combater o Ocidente com as próprias armas deste: reivindicam liberdades democráticas, poder econômico, autonomia, independência. A tomada de consciência da opressão externa traz a afirmação da personalidade nacional e a da unidade étnica. Poetas, escritores e chefes religiosos, retornando às fontes, reatribuem prestígio à língua, ao folclore, ao patrimônio artístico e literário, e redescobrem as glórias da história e da lenda. O imperialismo ocidental cria, portanto, a revolta contra ele (KHOI, 1977, p. 61-62).

O processo de colonização traz em si o contra-ataque dos países vilipendiados. Os países colonizados recentemente por Europa na África e Ásia, alguns deles independentes politicamente somente no século XX, provocou a luta das classes oprimidas por autonomia, liberdades democráticas, poder econômico e fim da estrutura feudal ou semifeudal que a Europa utilizava nos territórios controlados. A consciência a partir do processo de independência possibilita ressurgir a possibilidade de soberania popular, da cultura local, a necessidade e importância da língua, o resgate cultural do folclore e patrimônio literário, o ressignificar a história que o imperialismo ocidental subjugou, apagou e tratou como inferior.

A liberdade materializada pelo Estado é aquela que mantém contemplados os interesses das corporações e empresários, ratificadas pelo sistema jurídico e institucional para promover o mercado, o comércio, os dividendos. Esse bem fundamental está num altar acima da própria democracia e soberania popular, com a falsa premissa de que o livre mercado cria condições iguais para todos e melhora a vida da população:

El estado, pues, utiliza su monopolio de medios de ejercicio de la violencia, para preservar estas libertades por encima de todo. Por ende, la libertad de los empresarios y de las corporaciones (contempladas por el sistema jurídico como personas) para operar dentro de este marco institucional de mercados libres y de comercio inicio, es considerada un bien fundamental. La empresa privada y la iniciativa empresarial son tratadas como las llaves de la innovación y de la creación de riqueza. Los derechos de propiedad son protegidos (por ejemplo, a través de las patentes) de tal modo para que sirvan de estimular cambios tecnológicos. Los incrementos incesantes de la productividad deberían, pues, conferir niveles de vida más elevados para todo el mundo. Bajo la premisa de que <<una ola fuerte eleva a todos los barcos>>, o la del goteo o chorreo>>, la teoría neoliberal sostiene que el mejor modo de asegurar la eliminación de la pobreza (tanto a escala doméstica como mundial) es a través de los mercados libres y del libre comercio (HARVEY, 2007, p. 72).

A mudança tecnológica e a inovação tecnológica são tidas como condição *sine qua non* para solução e resposta para todas as disfuncionalidades que o sistema econômico produz. Não obstante, é inerente do sistema capitalista a desigualdade e a competição, a concentração de renda, riqueza e poder, não a igualdade, a distribuição equitativa e resolução das externalidades socioambientais. Nesse item, a própria modernidade racionalista fracassou, como se observou ao longo deste manuscrito o sistema produtivo não tem em seu fulcro o persecução de soluções para os diversos problemas existentes. A crise está instalada, é estrutural e exige uma ruptura do paradigma hegemônico:

Assim, a internalização dos custos ecológicos e das condições ambientais da produção implica a necessidade de caracterizar os processos sociais que determinam o valor da natureza. A revalorização da natureza induzida pelo ambientalismo emergente está se refletindo na economia pela alta dos preços dos recursos e dos custos ambientais. Porém, o movimento ambiental não só transmite os custos ecológicos ao sistema econômico como uma resistência à capitalização da natureza; as lutas sociais para melhorar as condições de sustentabilidade e a qualidade de vida abrem um processo de *reapropriação social da natureza*. Portanto, o ambientalismo está propondo tanto a descentralização do processo de desenvolvimento como uma *reconstrução* das próprias bases do processo produtivo (LEFF, 2011, p.66).

A compreensão da natureza para além dos recursos naturais, como insumo para os seres humanos e suas atividades, associado à valorização dos outros saberes sobre essa natureza pode influenciar positivamente o futuro. Os processos sociais começam a notar e pressionar a mudança da matriz

energético-produtiva, esse movimento ecológico resiste à capitalização da natureza, sua objetificação e transformação em meras *commodities*. A reapropriação social da natureza propõe um novo ambientalismo, pautado pela descentralização do processo de desenvolvimento e da própria base do processo produtivo que enfatize a racionalidade ambiental.

Entretanto, tem prevalecido a racionalidade econômica como propulsora determinante da legislação e marcos normativos nos quais o Estado assume os riscos enquanto o setor privado fica com os benefícios. Em casos extremos, o Estado assume seu aparato repressor para inibir manifestações que contrariem os interesses do poder corporativo:

El Estado produce de manera característica legislación y marcos normativos que suponen una ventaja para las corporaciones y en ciertos casos para intereses específicos como la energía, las empresas farmacéuticas, la industria agropecuaria, etc. En muchos de los casos en que existen consorcios público-privados, particularmente en el ámbito municipal, el Estado asume gran parte de los riesgos mientras que el sector privado obtiene la mayor parte de los beneficios. Además, en caso de ser necesario, el Estado neoliberal recurrirá a la imposición coercitiva de la legislación y a tácticas de control (normas que prohíben los piquetes, por ejemplo) para dispersar o para reprimir las formas colectivas de oposición al poder corporativo. Los medios de vigilancia y de control se multiplican. Por ejemplo, en Estados Unidos la encarcelación se convirtió en una estrategia crucial del Estado para abordar los problemas que surgían entre los sectores de trabajadores excluidos del mercado de trabajo así como entre otros grupos marginados de la población (HARVEY, 2007, p. 84).

Os meios de vigilância e controle, assim como a repressão e encarceramento contra os setores de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho aumentam a violência e convulsões sociais. Os grupos marginalizados da população reivindicam o papel de garantidor da supremacia do interesse público, dos valores democráticos, da implementação dos direitos humanos, e não ao cumprimento das exigências discrepantes do neoliberalismo:

El brazo coercitivo del Estado se estira para proteger los intereses corporativos y, en su caso, reprimir a los disidentes. Ninguna de estos resultados parece coherente con la teoría neoliberal. El mejor sitio para constatar la realización del miedo neoliberal a que los grupos que representan intereses especiales puedan pervertir y subvertir el Estado no es otro que Washington, donde ejércitos de empleados al servicio de los grupos de presión corporativos (muchos de los cuales se aprovechan de la puerta giratoria entre el empleo estatal y el mucho más lucrativo empleo en las corporaciones) dictan efectivamente la legislación para que encaje con sus intereses

específicos. Aunque algunos Estados continúan respetando la independencia tradicional de los funcionarios de la Administración, en todas partes esta situación se está viendo amenazada a causa del proceso de neoliberalización que está en marcha. La frontera entre el Estado y el poder corporativo se ha tornado cada vez más porosa. Lo que queda de la democracia representativa se encuentra si no totalmente asfixiado, sí al menos legalmente corrompido por el poder del dinero (HARVEY, 2007, p. 84).

A liberdade divulgada nos meios de comunicação e amplificada pelas redes sociais é a do mercado: comprar, consumir, descartar, adquirir mais, atrelar felicidade e bem estar a consumo. O medo neoliberal de revoltas populares e lutas por afirmação de direitos abre alas para perversão e subversão do Estado para cumprimento de seus interesses específicos. A fronteira entre Estado e neoliberalismo é cada vez mais porosa, elástica e causa o estranhamento da democracia corrompida para primazia dos interesses econômicos.

4. 3 Para além dos recursos naturais: o papel da América Latina no processo de globalização

Dialética processo de globalização. Padrão dominante de crescimento. Fenômenos climáticos extremos. Ordem econômica sustentável. Dicotomias Norte-Sul. Multifuncionalidade do território. Neocolonialismo. Endividamento governo. Reprimarização da economia. Países agroexportadores. Geopolítica e rapinagem. Pós-desenvolvimento.

O papel da América Latina no processo de globalização deve ir além de mera fornecedora de matéria-prima barata, mercado consumidor e disposição de mão-de-obra mal remunerada. O fato dos recursos naturais e energéticos estratégicos para o circuito de capitais se localizarem nos países periféricos não os dotou de capacidade política, técnico-instrumental, científica e tecnológica, para se sobressair econômica e socialmente. Pelo contrário, a biodiversidade e recursos econômicos estratégicos servem como propulsores da sua subserviência política, dependência financeira, espacialização de corporações e estruturação da divisão internacional do trabalho no sistema mundo.

As relações de dominação econômica, efetuadas via Estados poderosos secularmente e suas corporações, impõem um regime diferenciado no tocante à liberdade econômica, política, subjetiva e objetiva, possibilidades de reais alternativas de desenvolvimento por parte dos países subdesenvolvidos. O autoritarismo militar, financeiro e político-cultural por parte de algumas potências e blocos econômicos que colocam as suas demandas consubstanciadas na insustentabilidade da razão modernizadora:

Neste sentido, o conceito de ambiente se defronta com as estratégias fatais da globalização. O princípio de sustentabilidade surge como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano. Trata-se da reapropriação da natureza e da reinvenção do mundo; não só de "um mundo no qual caibam muitos mundos", mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômico-ecológica globalizada (LEFF, 2011, p.31).

Entretanto, conforme se depreende do excerto, tais estratégias de dominação e controle se mostram insuficientes e já demonstram o esgotamento do modelo fatal de globalização. Assim, como possível resposta aos hiatos socioambientais vem uma nova racionalidade produtiva. Essa racionalidade produtiva está fundada no potencial ecológico, nos novos sentidos de civilização, na diversidade cultural do gênero humano e reapropriação da natureza por parte dos povos tradicionais, originários, urbanos e rurais.

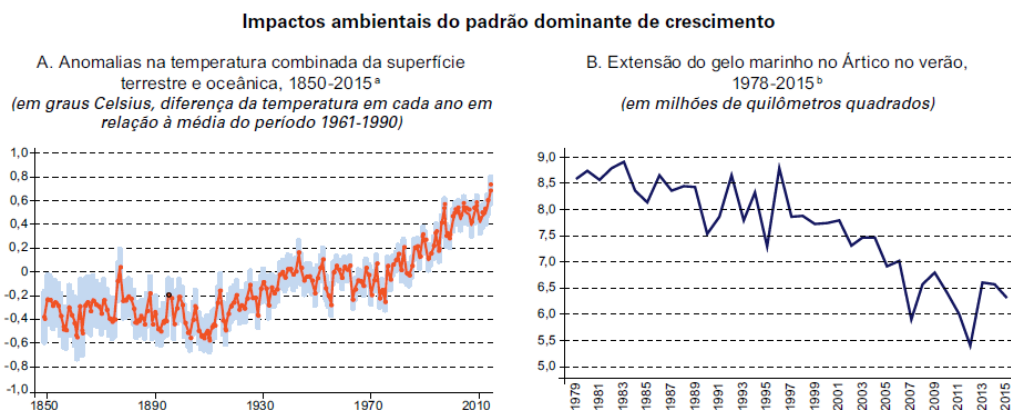
Todavia, a dialética do processo de globalização e abordagem histórica permitem, até agora, assegurar que o papel da América Latina e Caribe tem sido fortalecer e alimentar os rendimentos dos bancos nacionais e internacionais:

"Quem governa o meio ambiente é o mercado- pela exploração predatória das florestas, pelo derrame clandestino de efluentes nos rios e baías, pela intensificação da exportação de recursos naturais e de energia barata para o mercado global. A sustentabilidade do meio ambiente depende fortemente da sustentabilidade dos bancos" (ACSELRAD, 2001, p.86).

O mercado governa o meio ambiente, dentre outros, através das bolsas de valores e também pela dependência que os países periféricos têm em relação a serviços sobre a rolagem da dívida interna e externa. Assim, aliados à agentes estatais corruptíveis e interesses privatistas, há um leilão dos recursos naturais e energéticos para manter um índice superavitário que fomenta a sustentabilidade bancária.

Todavia, conforme explicitado, a dualidade e incoerência socioambiental em alimentar o sistema financeiro e a vigência do modelo atual está desmoronando. Os impactos ambientais do padrão dominante de crescimento elenca a crise ecológica e civilizacional que foi engendrada e potencializada pela financeirização da vida. O processo tecnicista e utilitarista de controle, extração, processamento, venda, consumo e descarte em larga escala mediado atualmente pela globalização e sistema de transporte, comunicação e transações eletrônicas expandiu a intervenção antrópica sobre a Terra:

Gráfico 15: Impactos ambientais do padrão dominante de crescimento:



Fonte: CEPAL, 2016.

As anomalias na temperatura da superfície terrestre e oceânica, entre 1850-2015, período da Revolução Industrial e, posteriormente, o incremento das intervenções humanas no meio ambiente alteraram profundamente a estrutura do clima, do ciclo do carbono, do ciclo da água, do ciclo do nitrogênio, impactando a temperatura e os fenômenos climáticos extremos. Ao passo que a temperatura subiu, em graus Celsius, tem-se que a extensão do gelo marinho

no Ártico diminuiu. Assim, há uma visível contradição entre o sistema produtivo decorrente da razão instrumental e modernizadora e os sistemas da vida.

Depreende-se, nessa toada, que a supremacia do valor da vida em suas mais diversas e variadas formas, sua manutenção e valores estéticos, de conforto, biológico, simbólico, espirituais, culturais e éticos convergem para uma transição de uma nova era. Enfrentar o projeto neoliberal e os efeitos adversos da globalização para os lugares, suas comunidades e meio ambiente, é uma continuidade de redefinição dos interesses solidários, coletivos, comunitário e público como modelo social alternativo:

Na confluência dos múltiplos interesses em jogo na transição para uma ordem econômica sustentável, abre-se um amplo espaço de concordâncias e um espectro de modelos sociais alternativos. Neste processo, parece pouco realista enfrentar o projeto neoliberal tão somente com os valores de uma ética conservacionista. Um dos grandes desafios que a sustentabilidade enfrenta é a construção do conceito de ambiente como um *potencial produtivo sustentável*; isto é, materializar o pensamento complexo numa nova racionalidade social que integre os processos ecológicos, tecnológicos e culturais, para gerar um desenvolvimento alternativo (LEFF, 2011, p.60).

Uma ordem econômica sustentável, que considere os valores e tempos da natureza, seus ciclos e respeite as vozes e valores de uma ética que contemple o maior número de seres, da alteridade, das distintas formas e organização social em que estão situados os países, seus territórios e locais. Um desenvolvimento alternativo em países centrais e periféricos, incluindo e alargando os direitos dos excluídos historicamente oprimidos e compreensão da outridade. A reflexividade acerca de uma nova racionalidade social, que integre os processos ecológicos, tecnológicos e culturais advém de uma construção epistemológica sobre o significado e materialização do potencial produtivo sustentável.

Nesse sentido, a sustentabilidade traz à baila uma discussão importante para transformação da compreensão, pensamento e ação de novos conceitos que podem materializar o pensamento complexo e a interdisciplinaridade para conhecimento de si, do outro. Isso visa a integração e interpretação dos valores no tempo e espaço, especialmente desconstruindo as dicotomias entre Norte-Sul, racionalidade econômica e racionalidade ambiental, crise civilizacional e suas implicações para os mais variados campos da sociedade humana.

Um papel de liderança e autonomia para a América Latina e Caribe, certamente para os demais países do Sul Global, é o de ressignificar, elaborar e conduzir uma real mudança na relação homem e natureza. A sociedade e o meio ambiente, visto como unicidade, permitiria reconsiderar a centralidade da perspectiva ambiental como balizador da dimensão humana.

Outrossim, a superação da ótica econômica e sócio-política está situada na dimensão étnica, de gênero, ecológica e culturais que abordem a multifuncionalidade do território. Num mundo que se propõe a ser sem fronteiras, a reforma agrária e a reforma do pensamento caminham juntas para concretização da superação das desigualdades excludentes do modelo neoliberal:

A mi juicio, hay tres temas clave a ser considerados hoy con respecto a las reformas agrarias. Primero, hay que situarla en un contexto que vaya más allá de lo económico y socio-político para abrazar las dimensiones étnicas, de género, ecológicas y culturales así como la multifuncionalidad del territorio. Segundo, la solución de la cuestión agraria, entendida en términos de lograr un nivel de vida digno para los pobres rurales, requiere una nueva estrategia de desarrollo que supere el patrón de desarrollo excluyente y desigual del modelo neoliberal actual. Finalmente, no se puede obtener una solución sostenible al problema de la tierra y de la desigualdad dentro de los confines del Estado-nación por la globalización y, por tanto, se necesita reformar el sistema mundial para establecer relaciones más justas y equitativas entre el Norte y el Sur. (KAY, 2007, p. 43).

Ademais, num planeta que compartilha problemas comuns e tem uma extensa rede de comunicações, trocas políticas, simbólicas, de poder, afetivas e de circulação de ideias, deve procurar soluções sustentáveis para os desafios que extrapolam os limites territoriais do Estado-nação. Porém, para além das externalidades acentuadas ou provocadas pelo intenso aumento da globalização, é necessário reformar o sistema mundial para estabelecimento de relações mais justas e equitativas entre o Norte e o Sul.

No transcurso da história econômica e política, hodiernamente com o neocolonialismo, os países latinoamericanos foram conduzidos e corrompidos a alienar seus recursos naturais estratégicos que promovem o enriquecimento e manutenção do padrão societário dos países ricos. Os países centrais se utilizam do seu poderio econômico, de suas instituições financeiras, da atuação

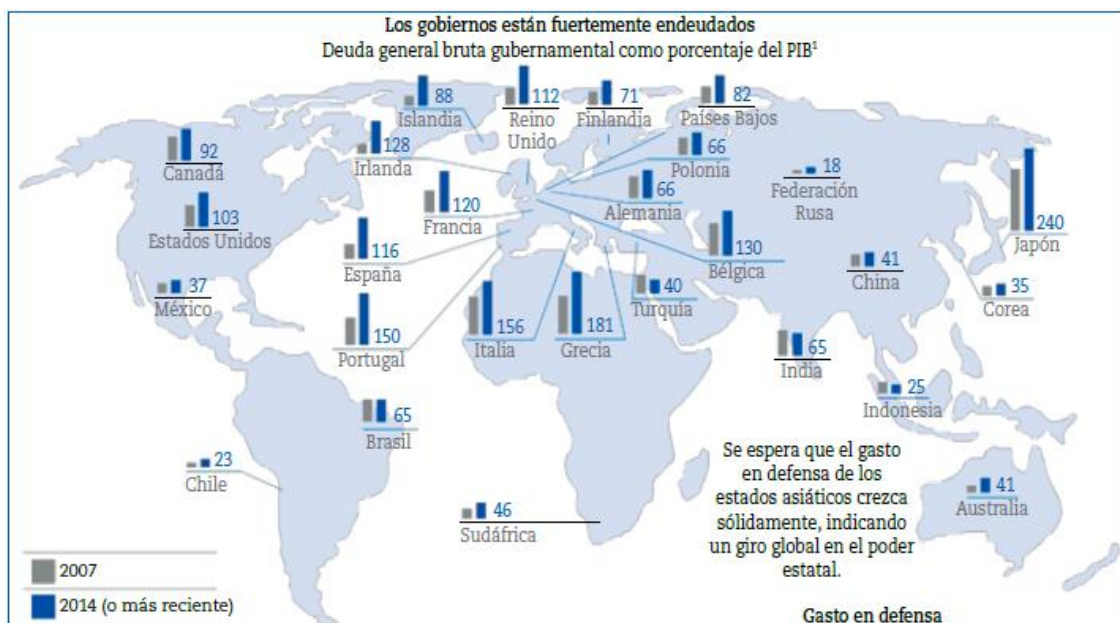
de suas corporações, de sua produção tecnológica e aparato militar para manter sua estrutura de controle e dominação:

Esse termo- neocolonialismo- foi empregado por Nkrumah, primeiro-ministro de Gana (ex- Gold Coast), para definir "a situação de um Estado independente em teoria e dotado de todos os atributos da soberania, mas que, na realidade, tem sua política dirigida a partir do exterior". Isso significava que as antigas potências imperialistas já não tinham interesse em controlar de dentro as antigas colônias, mas sim em ajudá-las a desenvolver-se e em substituir uma presença visível por um governo imprevisível, o dos grandes bancos: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial etc. Os povos colonizados puderam assim livrar-se dos colonos, mas não do imperialismo nem de certos traços do colonialismo. Pode-se, portanto, falar de um imperialismo das multinacionais; porém, dada a interferência desses interesses com os dos Estados, pode-se igualmente falar de um imperialismo multinacional. Ora, pouco a pouco este foi dominado pelos americanos: hoje, entre as 200 principais multinacionais, 74 são controladas pelos Estados Unidos, 41 pelo Japão, 23 pela Alemanha, 19 pela França, 13 pelo Reino Unido, 6 pela Suíça: ou seja, 88% do total pertencem a esses países (FERRO, 2004, p. 35-36).

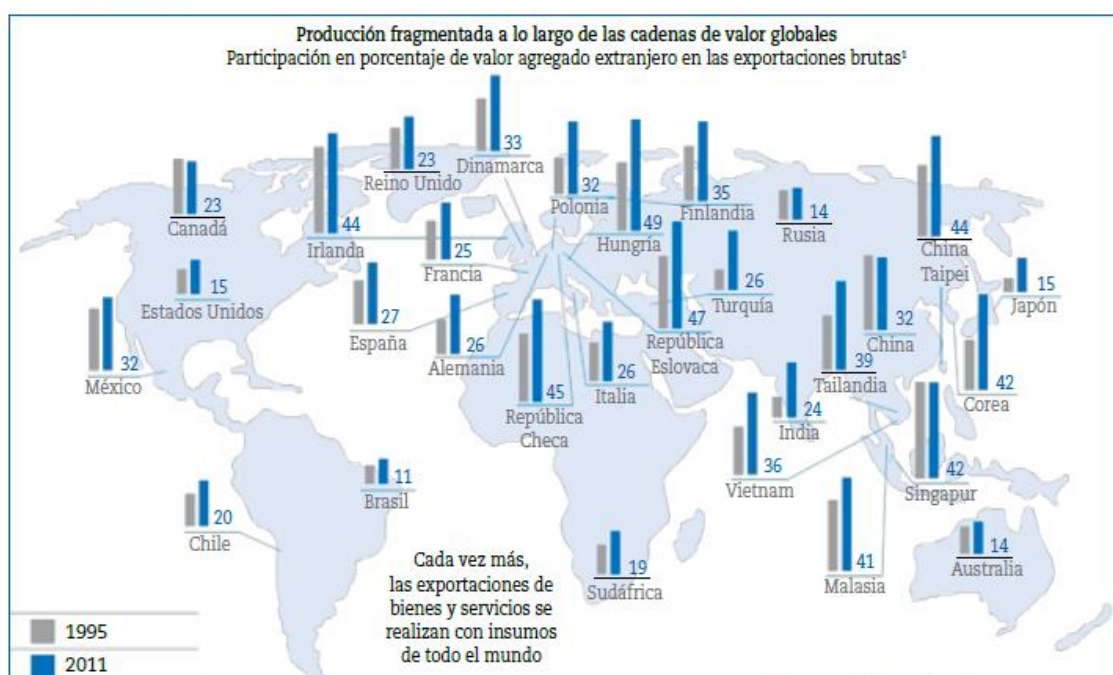
A ingerência externa por parte de FMI, Banco Mundial, grandes corporações, setor financeiro, mídia e tecnologia, alinhados às elites nacionais de cada país é a nova forma de governar um país que, em tese, é soberano e independente. Assim, o imperialismo continua e toma forma, inclusive, na atualidade se transmuta de forma branda com apoio jurídico e midiático para efetivar o interesse, seja de multinacionais, seja de outras nações. A concentração de poder econômico entre 88% das empresas multinacionais, sediadas em apenas seis países, representa um exemplo do neocolonialismo.

Com a liberalização dos mercados a influência, fixação e tomada de decisão por parte das empresas com alcance global se intensificaram. A globalização econômica lançou países ricos e pobres, centrais e periféricos numa guerra comercial e tarifária, além de atração de empresas por meio de precarização na seara ambiental e setor trabalhista. Os ajustes que os governos endividados emplacam mostram que os Estados em desenvolvimento não estavam em condições de semelhança para competir e abrir suas fronteiras, o que asfixia a economia dos países que já não tinham efetiva liberdade e autonomia econômico-financeira como player mundial:

Gráfico 16: Governos fortemente endividados e a Globalização:



Globalización



Fonte: OCDE, 2016

O gráfico destaca que, entre os anos de 2007 e 2016, a dívida geral bruta mais que dobrou em todos os países elencados, à exceção de Rússia e Indonésia. Não obstante, pode-se inferir que os países pobres tem piores condições de parcelamento da dívida em relação ao PIB, dependem de

empréstimos e garantias internacionais que são cotadas em dólar. Suas moedas, geralmente fracas, significam contratos onerosos e regras desvantajosas por parte dos tomadores e refinanciadores da dívida. Nesse quadro, o PIB e os investimentos sociais ficam atrelados para amortização da dívida.

A conexão das cadeias de valor global, os insumos fornecidos e a transformação em produtos tecnológicos e de alto valor agregado decorrem da contínua persuasão, cooptação e divisas que os países agroexportadores tem na dinâmica primária mundial. Todavia, não significa liberdade, autonomia, independência científica e tecnológica possuir em seus territórios amplas jazidas e florestas, biodiversidade e matérias-primas. Isso porque o sistema mundo é orquestrado para ampliação das desigualdades, das trocas desfavoráveis entre os países, da acumulação de lucro e detenção de patentes por parte dos que se mantém na outra extremidade dos índices econômico, sociais e humanos:

Gráfico 17: Caracterização integral dos recursos naturais estratégicos:

Caracterización integral de recursos naturales estratégicos

<div>Temporalidad</div> <div>Dimensiones</div>	Situación actual	Proyección
Económico-ambiental	<ul style="list-style-type: none"> -Exploración, extracción, distribución, comercialización. -Actores económicos -Características ambientales -Críticidad (reservas, tasa de explotación y agotamiento, posibilidad de sustitución, proyección de consumo, importancia económica, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> -Potencial de desarrollo (valor en el mercado mundial, valor agregado, cadena de valor, cluster) -Potencial de posdesarrollo o economía verde y sustentabilidad fuerte. -Potencial de integración regional
Sociopolítica-cultural	<ul style="list-style-type: none"> -Actores socio-políticos (sociedad civil, sociedad política, local, nacional regional e internacional) -Connotaciones culturales -Marco legal 	<ul style="list-style-type: none"> -Política de articulación científica y tecnológica. -Democratización de acceso, gestión, disfrute y valorización cultural. -Producción de marcos legales.

Fonte: FORNILLO, 2016

A disputa global por recursos naturais estratégicos, minerais metálicos e que possam possibilitar a transição de uma matriz energética fóssil para uma sustentável, a exemplo do lítio presente na Bolívia, Chile e Argentina, estão culminando numa geopolítica do poder das grandes potências e blocos econômicos. O novo ciclo energético que as indústrias tecnológicas demandam começam a rechaçar o petróleo, gás e hidrocarbonetos e migrando para energias renováveis e seus componentes. Assim, o manejo integrado dos recursos por parte dos países detentores- em sua maioria países periféricos do Sul Global- tem o condão de dirimir as disputas, de sair da lógica de fornecedor de matérias-primas sem valor agregado.

A rapinagem historicamente colocada nos países latinoamericanos está sendo questionada e demonstra a fragmentação político-econômica. A globalização traz essa mudança de paradigma, pois os países do Sul Global não querem mais aceitar a submissão econômica, política e cultural devido aos conflitos de interesse, os movimentos socioambientais, as disputas pela reprimarização da economia.

O último gráfico em comento traz a caracterização dos recursos naturais estratégicos em sua integralidade. O gráfico 17 traz a situação temporal, os reflexos no espaço e a dimensão ambiental e cultural nos eixos da situação atual e projeções. Nessa esteira, a compreensão do papel da América Latina pode ir além de mero fornecedor de produtos primários, sendo um ator central e importante para definição dos interesses sociais, ambientais, comerciais, políticos e tecnológicos para o novo ciclo industrial que precisa dos recursos naturais, minerais metálicos e biodiversidade para materializar seu pós-desenvolvimento.

O pós-desenvolvimento deve considerar o desenvolvimento econômico-ambiental, a dimensão sociopolítica-cultural e as vozes dos mais diversos grupos constituintes de seus territórios. A política de articulação cultural e tecnológica, o acesso, a gestão e valorização dos setores populares, das comunidades tradicionais, dos povos originários, dos pobres urbanos e rurais fortalecem a soberania e o sentimento ético de perspectiva de superação de seus dilemas.

Por fim, o papel da América Latina é se transformar e transcender suas vicissitudes, sua desigualdade, seu estereótipo de celeiro de recursos humanos e naturais baratos com uma clara posição contra-hegemônica. A possibilidade de projeção e execução de outros cenários possíveis reforça o potencial de pós-desenvolvimento, que pressupõe uma economia sustentável e participação ativa de seus cidadãos na vida política com o entrelaçamento das classes sociais invisibilizadas e depauperadas. Isto posto, atrelados à uma democracia ambiental e Estado fortes que atuem na busca de soluções locais e viáveis para o desenvolvimento humano e sustentabilidade dos biomas e sua biodiversidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em comento não tem a pretensão de exaurir a temática que envolve a América Latina, seus recursos naturais e o desenvolvimento humano, muito embora haja necessidade de se questionar o modelo hegemônico de crescimento econômico adotado unilateralmente, seus reflexos e implicações para a sociedade, meio ambiente e política e economia dos países latinoamericanos. Não obstante, o uso indiscriminado dos recursos naturais e energéticos latino-americanos tem se pautado pela lógica da dominação internacional em forma de *commodities*, como países meramente exportadores de insumos e matéria-prima para os países do Norte, deixando um considerável passivo socioambiental, conflitos, externalidades negativas e uma precarização das condições de vida e trabalho.

Nesse sentido, a divisão internacional do trabalho reforça a dependência dos países do Sul Global da receita gerada por seus recursos naturais, dentre eles os latinoamericanos, mantendo estruturas neocoloniais de poder, estratégia financeira que obrigam os países periféricos a um papel secundário. Assim, a hipótese "discurso desenvolvimentista e a práxis neoliberal estão retroalimentando o subdesenvolvimento" se confirma. Ao longo da tese fica evidenciado, ao se traçar uma sobreposição dos dados encontrados, que o uso dos recursos naturais e as trocas desfavoráveis resultam em endividamento, dependência e desigualdade econômica e as trocas desfavoráveis sendo essenciais para a manutenção do capitalismo. É através da exploração e

subjugos dos países e seus recursos naturais, da cultura de massas, da ideologia capitalista, da transformação de cidadãos em meros consumidores e cooptação da democracia que se mantém a renovação constante das condições do *establishment*.

A autonomia e desenvolvimento são ignorados pelas grandes nações e corporações, assim como das elites locais que dele se beneficiam desde tempos imemoriais, pois a acumulação é decorrente do sistema econômico vigente. A ganância por minérios, água, petróleo, metais preciosos e produtos agroflorestais tem conduzido empresários, bancos e organismos para modulação política, economia e cultura subservientes aos interesses do capital da colonização até os dias de hoje. Há nichos de desenvolvimento para quem pode participar do festim do consumismo, das benesses cosmopolitas e urbanas que cercam de conforto os detentores do poder nas repúblicas latinoamericanas desconsiderando os nefastos efeitos socioambientais sobre a comunidade e seus territórios.

Quanto ao objetivo geral desconstruir a retórica dominante, questionando a racionalidade econômica o trabalho se mostra promissor. No que se refere especificamente à desconstrução da retórica dominante ela é viável através de uma outra educação. Uma educação descolonial, uma educação para a vida e pautada pelos interesses do povo e para a comunidade. Logo, uma educação interdisciplinar é profundamente necessária e pedagógica, pois fortalece a compreensão do mundo interior e exterior ao ser humano, do sistema terra e sua biodiversidade, e da vida.

O ato de questionar a racionalidade econômica dominante é libertador em si só, não obstante, pode ser fortalecido por uma ética da outridade, pela alteridade e cosmovisão dos povos originários que ainda habitam os países latinoamericanos. Ao mesmo tempo, a formação da identidades nacionais perpassa, obrigatoriamente, o reconhecimento do saber, das práticas, usos e costumes dos habitantes nativos. Denota-se, ao se sobrepor as informações constantes ao largo da tese, que a saída da crise socioambiental está contida no diálogo de saberes, da complexidade ambiental, na mudança de paradigma ético para uma racionalidade ambiental.

Dessa forma, para sair da subalternidade é preciso reconhecer que a perpetuação desse estigma de país em desenvolvimento é condição *sine qua*

non para o desenvolvimento independente, autônomo e legítimo locais. A questão humana e ambiental, a gestão do território e seus recursos naturais são suprimidos por uma política externa voltada para cumprimento da agenda internacional. Nesta esteira, se demonstram ilógicos os custos socioambientais diante da execução de medidas ajustadas entre os governantes nacionais e dirigentes locais em conluio com os gigantes empresariais, transnacionais, organismos financeiros e países do Norte.

Nessa linha de raciocínio, há também a interseção entre sociedade, desenvolvimento e meio ambiente através das ações antrópicas e consequente mudança nos ecossistemas. Note-se a alteração nos ciclos hidrológicos, do carbono, nitrogênio e outros que são fortemente influenciados pelo sistema produtivo e práticas sociais subindo exponencialmente após as Revoluções Industrial e técnico-científica, exponencialmente aumentadas após as duas Grandes Guerras Mundiais e advento da cibernética, nanotecnologia, indústria criativa e financeirização da vida.

Não obstante, deve-se considerar os limites e vicissitudes da globalização e neoliberalismo no período atual, pois retroalimentam a crise econômica e provocam a retirada demasiada de recursos naturais, incidindo em insustentabilidade ambiental num período já denominado Antropoceno. O contexto político de retrocessos e avanço do capital nos liames mais subjetivos da esfera pública conduzem a uma negação dos direitos sociais e ambientais, da amnésia da própria história latinoamericana e seu passado escravocrata, colonialista e de matança dos povos originários.

O discurso hegemônico nega a identidade plural e diversa dos povos nativos e rechaça os saberes tradicionais, a ética da outridade, a alteridade dos latinoamericanos. Assim, o modelo de racionalidade econômico em curso contradiz os resultados diante de uma sociedade desigual, injusta, violenta, em profundo esgotamento do seu sistema organizacional e produtivo.

Atendendo ao primeiro objetivo específico aprofundar o conhecimento teórico-científico acerca do desenvolvimento latinoamericano, o trabalho se mostra plausível. Atinge esse objetivo ao espriar o desenvolvimento e suas nuances, conceitos e dados. É pertinente e salutar frisar a importância do cruzamento dos dados encontrados em relatórios de organismos e agências internacionais e nacionais com os teóricos que se debruçam sobre

desenvolvimento. Nesse mote, as relações humanas, a interação sociedade natureza, a desigualdade de renda, de concentração de terra, a dependência tecnológica e influência do mercado de capitais na política corroboram para um desenvolvimento humano injusto, desfavorável e insustentável a longo prazo.

Acerca do segundo objetivo específico, como paradoxo e reflexo do modelo ocidental de civilização, tem-se o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, proporcionado pela concentração de renda, terra e capitais por parte das elites em detrimento dos direitos econômicos, culturais, sociais e diversidade étnica dos distintos povos e nações que habitam a América Latina. Os crimes ambientais e a devastação de florestas, rios e comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e tradicionais por parte dos megaempreendimentos e empresas que exploram *commodities*, a exemplo de *Vale*, *British Petroleum*, *Petrobrás*, *Samarco*, *Barrick Gold*, entre outras.

Sobre o terceiro objetivo específico, examinar a (in)falibilidade do neoliberalismo na era da globalização, ao se analisar as assimetrias provocadas pela globalização como supressão da heterogeneidade dos povos, padronização cultural e classificação segundo eurocentrismo se mostram insuficientes e anacrônicos. Neste mote, é crucial reformar o pensamento, reformular as marcas do colonialismo, da dominação, contestando a "missão civilizadora europeia".

A dominação do Estado por dentro, sua cooptação e a gestação de economia de mercado vieram através de políticas oficiais adotadas desde organismos que se intitulam de fomento internacional a Margaret Thatcher, entre 1979 e 1990, primeira ministra do Reino Unido. Para Thatcher, não existe sociedade, existe indivíduo. Com isto, abriu-se espaço para demolição do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) e projeção do individualismo. Dessa maneira, o mercado iria vender como serviços e produtos o que antes eram direitos. Mais mercado e menos estado, mais indivíduo e menos laços sociais, menos solidariedade, minando o espaço público, o debate, a coesão social e os interesses públicos.

A recorrência desses fenômenos e a cooptação do Estado por parte da hegemonia privatista tentam substituir o debate público, a dúvida científica, o questionamento dos argumentos neoliberais e o desmoronamento da retórica desenvolvimentista. As consequências são de ordem que transcendem o

direito, a economia, as ciências ambientais, a política, a cultura, a geografia humana, pois permeiam a vida em todas as nuances- e, justamente por isto, necessitam de um paradigma complexo e interdisciplinar para sua análise.

As assimetrias provocadas pelo neoliberalismo trazem a globalização e as privatizações, a meritocracia e o individualismo como promessa do mercado para se alcançar o o progresso, o que se mostra um mito. Assim, a transformação de cidadão em consumidor, a negação da esfera pública, da ágora como um campo de debate e discussão para tomada de decisões políticas estratégicas para a sociedade diminui o exercício da cidadania e empobrece a democracia. As vozes dissonantes desse sistema são abafadas ou caladas, como se nota nos protestos e a tremenda repressão estatal para defesa do patrimônio e propriedade privada, do mercado e seus credores. Um projeto alternativo de desenvolvimento, movimentos sociais e passam a ser criminalizados para impedir mudanças.

O neoliberalismo como fórmula mágica e antídoto para os problemas do próprio capitalismo se mostra ineficaz, demonstrando fissuras, dicotomias seu limite. A governança global e a gestão dos bens comuns, um projeto alternativo de desenvolvimento, endógeno, autêntico, que atenda às necessidades do povo latinoamericano, suas particularidades, minorias e populações autóctones podem ser engendrados de modo transversal pela sociedade, seus atores sociais e um outro Estado, não este cooptado pelo utilitarismo neoliberal, tecnocrata e austero.

Portanto, em resposta aos ditames dos grandes blocos hegemônicos mundiais que irradiam sua influência política, econômica e cultural para dissuadir a história ambiental e independência real dos Estados-nação latinoamericanos somente um desenvolvimento humano que seja engajado em pluralidade de atores, políticas e gestão de longo prazo, paridade nas decisões e escolhas dos sujeitos envolvidos nas questões socioambientais de formar uma coalizão com a intenção de obstar a imposição ocidental de valores corrompidos pelo tecnicismo e imediatismo.

A polarização mundial, antes bipolar até a Guerra Fria e, agora, multipolar com Estados Unidos da América e China em ascensão, está se acirrando provocando um rearranjo na divisão territorial e de poder. Anteriormente os Estados Unidos detinham o poder econômico-militar e

estratégico devido à Convenção de Bretton Woods e ao Consenso de Washington que asseguram o fim do padrão ouro e atrelamento da economia internacional ao dólar. Todavia, atualmente ambos foram rompidos pois o dólar não é mais a única moeda oficial nas transações comerciais, existem outras- Euro, Ien, Yuan, Libra, e também as criptomoedas- e com a crise do petróleo essa base de sustentação se rompeu. Para tentar retomar sua posição de vanguarda e monopólio, os EUA se voltam novamente para bioeconomia da América Latina, como um celeiro e depósito que podem prover os estadounidenses.

Por fim, a importância da tese enaltece um diálogo entre as Ciências Ambientais e as Ciências Sociais e Humanas Aplicadas, corroborando para uma compreensão da temática e sua problemática através da interdisciplinaridade. A contribuição desta tese para as Ciências Ambientais se dá pelo alargamento da compreensão das questões ambientais, conflitos e dinâmicas na América Latina. Não obstante, lança luz sobre a reprimarização da economia, da geopolítica, do poder econômico e suas implicações para a sociedade. Exemplo disso são os crimes e tragédias socioambientais recorrentes, Mariana, Brumadinho, British Petroleum, Pascua Lama, massacre dos Yanomami, Wapixana, Waimiri-Atroari, Tenharim, Kren-Akroto, Parakanã, e demais referidos na presente tese.

A reforma do pensamento e a prática de uma ética da vida, pela outriedade e que valorize a alteridade humana tem o condão de fortalecer o ser humano em seu âmago, modificando o seu subjetivo, suas práticas e concepções de ser e atuar no mundo, consigo mesmo e com os demais seres vivos. Nessa esteira, a valorização da vida, da biosfera, a compreensão de que os recursos naturais não estão, única e exclusivamente em seu meio ou fim, à disposição da espécie humana contribuem para o resgate da própria humanidade. O investimento em educação em todos os seus níveis, são pilares para agregar valor aos recursos naturais e potencial criativo latinoamericano via dimensão ambiental, cultural, social e humana. O tecido genuinamente latino, o reconhecimento de suas potencialidades, do saber não formal, da epistemologia do sul, com enfoque na complexidade e racionalidade ambientais no fito de empoderar os latinoamericanos para o bem viver.

6. REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto *in* GOMBATA, Marsílea. **Governos progressistas da AL seguem atados a lógica de exploração da natureza, diz ex-ministro de Correa**. Disponível para acesso em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/43030/governos+progressistas+da+al+seguem+atados+a+lógica+de+exploracao+da+natureza+diz+exministro+de+correa.shtml>. Publicado em 26 de janeiro de 2016. Acesso em 26 de janeiro de 2016.

ACSELRAD, Henri. **Políticas ambientais e construção democrática**. In VIANA, Gilney et al. (orgs). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo, Ed.Fund.Perseu Abramo, 2001.

ARAÚJO, Carlos Alberto. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **O socioambientalismo na perspectiva da sociedade civil latino-americana**. A questão Ambiental na América Latina. Org. Leila Ferreira da Costa. Campinas, Unicamp, 2011.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Ecologia da Ciência, ética da diversidade e educação transdisciplinar**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 105-113, jul./dez. 2008. Editora UFPR

ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo, como nós o conhecemos**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2006. Disponível para acesso em: http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/OBSERVANORDESTE_Textos_Especiais_Altvater_palestra.pdf.

_____. **Existe um marxismo ecológico**. In *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires, 2007, CLACSO. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715082224/cap15.pdf>.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. Tradução de Wolfgang Leo Maar, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

ANDERSON, Perry. **o Concerto das Nações, o original e sua sequência**. Disponível em: <http://www.fronteras.com/artigos/perry-anderson-o-concerto-das-nacoes-o-original-e-sua-sequencia>.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. Edição Jerome Kohn; revisão técnica Bethânia Assy e André Duarte: (tradução Rosaura Einchenberg). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ASSANGE, Julian. **A América Latina na era das cyberguerras**. 2013. Disponível para acesso em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/12/a-america-latina-na-era-das-cyberguerras/>.

A verdade inconveniente da COP 21: as corporações venceram. Disponível para acesso em: <http://www.canalibase.org.br/verdade-inconveniente-cop21/>. Publicado em 11 de dezembro de 2015.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O CONSENSO DE WASHINGTON: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994. Disponível para acesso em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Jorge Zahar Editor. Tradução Marcus Penchel. 1999.

BARBOSA, Nair C. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil: Cortez, 2007 (p.21-88).

BARBIERI, JOSÉ CARLOS BARBIERI; VASCONCELLOS, ISABELLA FREITAS GOUVEIA DE; ANDREASSI, TALES; VASCONCELOS, FLÁVIO CARVALHO DE. **INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: NOVOS MODELOS E PROPOSIÇÕES**. Revista de Administração de Empresas. FGV. São Paulo-SP. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol50-num2-2010/inovacao-sustentabilidade-novos-modelos-proposicoes>

BARRET, Michèle. **Ideologia, política e hegemonia**: de Gramsci a Laclau e Mouffe. in ZIZEK, Slavoj. Um mapa da ideologia/Theodor W. Adorno. et al; organização Slavoj Zizek; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo. Ed.34. 2010.
BERNAND, Carmen. Imperialismos ibéricos. In FERRO, Marc. O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUI, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior / Carlos Tünnermann Bernheim e Marilena de Souza Chauí. – Brasília : UNESCO, 2008. Disponível para acesso em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>>. Acesso em 23 de junho de 2016.

BENHABIB, Seyla. **A crítica da razão instrumental**. in ZIZEK, Slavoj. Um mapa da ideologia/Theodor W. Adorno. et al; organização Slavoj Zizek; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BORRADORI, Giovanna. **A filosofia americana**: conversações com Quine, Davidson, Putnam, Nozick, Danto, Rorty, Cavell, MacIntyre e Kuhn. São Paulo, Unesp, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O espaço dos pontos de vista**. In A Miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos de lugar**. In A Miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BUSTOS, Beatriz; PRIETO, Manuel; BARTON, Jonathan. **Ecología Política en Chile**: naturaleza, propiedad, conocimiento y poder. Santiago de Chile: Universitaria, 2015.

BRANDENBURG, Alfio. **Modernidade, meio ambiente e interdisciplinaridade**. Cadernos de desenvolvimento e Meio Ambiente, n.3, p.49-59, 1996, Editora da UFPR.

BRUM, Eliane. **O Olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre, Arquipélago Editorial, 2017.

CANCLINI, Néstor García. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo. Iluminuras, 2008.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito Constitucional Ambiental brasileiro**. 1ª ed. 2ª tiragem, 2007. Editora Saraiva.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; SILVA JÚNIOR, Nelson da. **Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento**: uma sucinta revisão de literatura. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 39-56, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

CARVALHO, Rejane Gomes. **Política de desenvolvimento sustentável no estado da Paraíba: desenvolvimento sustentável ou sustentado?**. Economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas. Orgs. Fred Leite Siqueira Campos, Ivan Targino Moreira e Lúcia Maria Góes Moutino. João Pessoa, Ed. Universitária. UFPB, 2006.

CASALDÁLIGA, D. Pedro. **Rever o Deus anunciado**. in RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (orgs). Os 500 anos: a conquista interminável. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

CAMPOS, Lauro. **A crise completa**: a economia política do não. São Paulo. Boitempo, 2001.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. Cultrix, São Paulo, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Espinosa**: uma filosofia da liberdade. São Paulo: Moderna, 1995.

CODOCEO, Fernando; AMPUERO, Fernanda; PÉREZ, Cecilia. **Criminalización de la Pobreza**: La construcción política del sujeto peligroso. CEDER, Centro de Estudios Regionales. Universidad de Los Lagos, 2016.

COSTA, Leila Ferreira. **A Questão Ambiental na América Latina**. Unicamp, 2011.

COSTA, Lucia Cortes da. **Em busca de uma solução democrática para o ajuste social necessário**. IN A democracia não cabe no orçamento? Revista Política Social e Desenvolvimento. 2015.

COSTA, Pietro. **Democracia representativa e democracia participativa**. Poucos, muitos, todos: lições de história da democracia. Tradução de Luiz Ernani Fritoli. Curitiba, UFPR, 2012.

COHN, Amélia. In José Arlindo Soares e Silvio Caccia-Bava. Os **desafios da gestão municipal democrática**. Editora Cortez, 1998.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre. Artmed, 2007.

DAMERGIAN, S. **A construção da subjetividade na metrópole paulistana**: desafio da contemporaneidade. In: TASSARA, E. T. O. (org.) Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano. São Paulo, Educ/Fapesp, p. 87-119, 2001 .

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELAPREZ, Gérard. **Para ler Roger Genoud**. Descolonização. Org. Theo Santiago. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1977.

DERECHO A LA AGUA. **Pascua Lama**: Barrick destruye glaciares y usurpa territorios ancestrales. Disponível em: <http://www.derechoalagua.cl/mapa-de-conflictos/pascua-lama-barrick-destruye-glaciares-y-usurpa-territorios-ancestrales/>.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. e colaboradores. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre, Artmed, 2006.

DUBET, François. **Injustiças**: a experiência das desigualdades no trabalho. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis, UFSC, 2014.

DUPAS, Gilberto. **PROGRESSO**: COMO MITO OU IDEOLOGIA. Cadernos IHU Ideias, n.77. Disponível para acesso em : <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/077_cadernosihuideias.pdf>. Acesso em 18 de outubro de 2012.

D'AMBROSIO, U. **Educação para compartilhar desenvolvimento e sustentabilidade.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 15, p. 11-20, jan./jun. 2007. Editora UFPR.

EL KHALILI, Amyra. **Commodities ambientais em missão de paz** – novo modelo econômico para a América Latina e o Caribe / Amyra El Khalili. – São Paulo, SP : Nova Consciência, 2009.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **O futuro do Welfare State na nova ordem mundial.** Lua Nova, n.35. 1995, p.73-111.

ESTENSSORO, Luis. **Capitalismo, desigualdade e pobreza.** Tese doutorado, Departamento Sociologia. FFLCH- Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2003.

FAGNANI, Eduardo. **O capital contra a cidadania.** *IN* A democracia não cabe no orçamento? Revista Política Social e Desenvolvimento. 2015.

FATHEUER, Thomas. **Nova Economia da Natureza:** Uma introdução crítica. PUBLICAÇÃO DA SÉRIE ECOLOGIA, volume 35, Fundação Heinrich Böll, 2014.

FGV. **NOSSO FUTURO COMUM.** Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. FGV, Rio de Janeiro, 1988.

FERNANDEZ, B. P. M. **Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica:** em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 23, p. 109-120, jan./jun. 2011. Editora UFPR.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. **Problemática ambiental ou problemática socioambiental?** A natureza da relação sociedade/meio ambiente. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

FERRO, Marc. **O colonialismo, avesso da colonização.** *In* O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

FIGUEIREDO, Marcelo Gonçalves; ALVAREZ, Denise; ADAMS, Ricardo Nunes. **O acidente da plataforma de petróleo P-36 revisitado 15 anos depois:** da gestão de situações incidentais e acidentais aos fatores organizacionais. Cadernos de Saúde Pública 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n4/1678-4464-csp-34-04-e00034617.pdf>.

FIORI, José Luís. **Polarização mundial e crescimento.** Organização de José Luís Fiori, Carlos Medeiros. Petrópolis, RJ : Ed. Vozes, 2001.

FLORIANI, Dimas. **A complexidade ambiental nos convida a dialogar com as incertezas da modernidade.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 4, p. 61-64, jul./dez. 2001. Editora da UFPR.

_____, Dimas. **AS RETÓRICAS DA SUSTENTABILIDADE NA AMÉRICA LATINA: CONFLITOS SEMÂNTICOS E POLÍTICOS NO CONTEXTO DE 'MODERNIDADES MÚLTIPLAS.** 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305348553/download>

FORNILLO, Bruno. **Sudamérica Futuro China global, transición energética y posdesarrollo.** Colección Chico Mendes. CLACSO, Buenos Aires, 2016.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad:** tres décadas de política económica en Chile. 2. ed. Dolmen Ediciones. Santiago, Chile. 2001.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra.** Editora Fundação Peirópolis. São Paulo, SP. 2000.

GALANO, Carlos. **Para ambientar la vida**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 17, p. 13-17, jan./jun. 2008. Editora UFPR.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GODOY, Amalia Maria Goldberg. **Teoria dos campos e políticas ambientais locais**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 119-136, jul./dez. 2011. Editora UFPR 119.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. . 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; WOODGATE, Graham. **AGROECOLOGÍA: FUNDAMENTOS DEL PENSAMIENTO SOCIAL AGRARIO Y TEORÍA SOCIOLÓGICA**. Agroecología, 2013. Disponível para acesso em: <http://revistas.um.es/agroecologia/article/view/212161/168381>.

Guilherme Vieira, Jaci; Maria Barros dos Santos, Ana. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra - 1777 a 1980. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7322>

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Coleção PERSPECTIVAS DO HOMEM Volume 48, Série Filosofia. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 4. a edição, Civilização Brasileira, 1982.

_____, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Civilização Brasileira, 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro, RJ. DP & A, 2002.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Imperio**. 2ª ed. Buenos Aires, Paidós, 2012.

HARVEY, David. **BREVE HISTORIA DEL NEOLIBERALISMO**. Madrid. AKAL Ediciones. 2007

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 7ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 1998.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. 2016. Disponível para acesso em: <https://www.nexojornal.com.br/estante/trechos/2016/%E2%80%9817-contradi%C3%A7%C3%B5es-e-o-fim-do-capitalismo%E2%80%999>.

HELFRICH, Silke. **HACIA UNA GESTIÓN SUSTENTABLE, DEMOCRÁTICA Y CIUDADANA DEL AGUA**. TRAS BAMBALINAS DE “LA GOTA DE LA VIDA” Silke Helfrich. “La gota de la vida: Hacia una gestión sustentable y democrática del agua” Fundación Heinrich Böll, Oficina Regional para C.A., México y Cuba. 2006. Disponível em: https://mx.boell.org/sites/default/files/libro_la_gota.pdf

HOBBSBAWN, Eric J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOUELLEBECQ, Michel. **Submissão**. 1 ed. Rio de Janeiro, Objetiva, 2015.

IGLESIAS, Enrique V. **El papel del Estado y los paradigmas económicos en América Latina**. R E V I S T A D E L A C E P A L. 2 0 0 6.

JACOBI, Pedro Roberto; CIBIM, Juliana. **A NECESSÁRIA COMPREENSÃO DAS CONSEQUÊNCIAS AMPLIADAS DE UM DESASTRE**. Ambiente e Sociedade, 2015, São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2015000400001&lng=pt&tlng=pt.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paideia: A formação do Homem do grego**. Trad. Artur M. Parreira, 4. ed. São Paulo, 2001.

JAMESON, Fredric. **O pós-modernismo e o mercado**. In Um Mapa da Ideologia, Org. Slavoj Zizek. Contraponto, Rio de Janeiro, 1996.

KAY, Cristóbal. **Algunas reflexiones sobre los estudios rurales en América Latina**. Iconos. Revista de Ciencias Sociales. Num. 29, Quito, septiembre 2007, pp. 31-50. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-Sede Académica de Ecuador. ISSN: 1390-1249. Disponível para acesso em: <http://www.flacso.org.ec/docs/i29kay.pdf>.

KEELEY, B. (2018). **Desigualdad de ingresos**. *La brecha entre ricos y pobres*, Esenciales OCDE, OECD Publishing, París. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264300521-es>

KOTLINSKI, Ana Maria Benavides; GIULIANIS, Alexandre Kotlinski. **O Novo Paradigma de Políticas Públicas: Estado e Sociedade Civil, uma Esfera Ampliada**. Direito em ação, Brasília, v.8 n.1, janeiro 2012. Disponível para acesso em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDA/article/viewFile/4935/3120>. Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu** : Palavras de um xamã yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert ; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endilich Orth. Petrópolis, RJ. Vozes, 2001.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **La constitución del campo socioambiental en América Latina**: Teoría política del pensamiento ambiental latinoamericano. América Latina, Sociedade e meio ambiente: teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento. Orgs. Dimas Floriani e Antonio Elizalde Hevia. Curitiba, 2016.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. **A SOCIEDADE GLOBAL E A QUESTÃO AMBIENTAL**. Disponível para acesso em: <https://drive.google.com/file/d/0B3SPz6q4Alv2N3JLdWowNHp6WGc/view>

LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Rocco. Rio de Janeiro. 1988.

LEVITT, Theodore. **A globalização dos mercados**. Original publicado em maio-junho de 1983. Harvard Business Review Brasil. RFM Editores. 2016. Reprint disponível em: <http://hbrbr.uol.com.br/qual-e-o-seu-negocio/>.

LESBAUPIN, Ivo. **Caminhos para outro desenvolvimento**. Publicado em 15;12;2012. Disponível para acesso em: <http://www.outraspalavras.net/2012/10/15/caminhos-para-um-novo-desenvolvimento/>. Acesso em 18 de outubro de 2012.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação, sustentabilidade e democracia**: explicitando a diversidade de projetos político-pedagógicos. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 69-75, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e Colapso ambiental**. 2. Ed. Ver. E ampli. Unicamp. Campinas. 2016

MARQUES, Luiz. **A sustentabilidade deve ser uma meta da sociedade**. 2014. Disponível em: <http://www.fronteras.com/artigos/a-sustentabilidade-deve-ser-uma-meta-da-sociedade>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

MEDEIROS, Caio Paulo Smidt de. **Hipóteses sobre os impactos ambientais dos estilos de desenvolvimento na América Latina a partir dos anos 50**. Brasília, ed. Ibama, 1999.

MONBIOT, George. **O mais vasto fracasso do fundamentalismo de mercado**: Nova política climática deve colocar a sobrevivência humana e do mundo vivo acima das indústrias. Publicado em 08-12-2012. Disponível para acesso em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaao/25890/o+mais+vasto+fracasso+do+fundamentalismo+de+mercado.shtml>. Acesso em 17 de dezembro de 2012.

MORALES, A. G.; SOUSA-LIMA, José Edmilson; KNECHTEL, Maria do Rosário; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato; NOGUEIRA, Valdir.. **Multiculturalismo, globalização e formação de educadores**: desafios para a educação ambiental. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 99-112, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

Moreira Hypólito. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.2, pp.5-23, Jul/Dez 2003. Disponível para acesso em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/curriculosemfronteiras.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2016.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: neurose. Tradução Maura Ribeiro Sardinha. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MORIN, Edgar. **1968-2008**: o mundo que eu vi e vivi. 2013. Disponível em: <http://www.fronteras.com/noticias/artigo-edgar-morin-1968-2008-o-mundo-que-eu-vi-e-vivi>.

MORIN, Edgar. **Para onde vai o mundo?** Vozes, 2010.

MORIN, Edgar. **As duas globalizações**: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente. Col. com.13, 2ª ed. Juremir Machado da Silva (org.) Joaquim Clotet. EDIPUCRS, SULINA. Porto Alegre, 2002.

OEA. Política, Dinero y Poder. **Organización de los Estados Americanos**: un problema para las democracias de las Americas. Secretaría General. Coord. Dante Caputo. México: FCE, OEA, 2011.

OCDE (2016). **OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2016**, OECD Publishing, Paris, en http://dx.doi.org/10.1787/sti_in_outlook-2016-en

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. A igreja e a atual conjuntura nacional. "Hoje a política eclesiástica recomenda o silêncio". Disponível para acesso em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias?catid=159&id=560358:igreja-e-politica-a-base-nao-deixou-de-ser-protagonista-entrevista-especial-com-pedro-ribeiro-de-oliveira>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

OXFAM. Privilégios que negam direitos, desigualdade extrema e captura política na América Latina e no Caribe. 2015. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/privilegios-que-negam-direitos>

PEREIRA, José Maria Dias. **Uma breve historia do desenvolvimentismo no Brasil**. Cadernos do Desenvolvimento. – Ano 1, n.1 (2006) Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11134/1/090007015_es.pdf.

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <file:///C:/Users/Danilo%20Barbosa/Downloads/21542-92902-1-PB.pdf>

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. 1 ed. Rio de Janeiro. Intrínseca, 2014.

PIMENTEL, Fernando. **O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial**: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira / Fernando Pimentel. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

PINHO, Diva Benevides. **A racionalidade econômica** - abordagem histórica. *Revista de História da USP*. 1976. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/78556>

PINTO NETO, Moysés da Fontoura. **Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo**. ULBRA – Universidade Luterana do Brasil. ISSN 1679-0316 (impresso). ISSN 2448-0304 (online) ano 14 • nº 245 • vol. 14 • 2016.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **A tragédia da mineração e do desenvolvimento no Brasil: desafios para a saúde coletiva**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2016.v32n2/e00211015/pt/>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Entre América e Abya Yala** – tensões de territorialidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

QUEIROZ, Iala S. **Ambientalismo, Desenvolvimento Social e Governança Global**: Construção de Diálogos Socioambientais entre os Principais Atores das Relações Internacionais. Disponível para acesso em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/gt15.html>

RAMPINELLI, Waldir José. **A falácia do V Centenário**. in RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (orgs). *Os 500 anos: a conquista interminável*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

RESTREPO, Felipe Buitrago; MÁRQUEZ, Iván Duque. **A Economia Laranja**: uma oportunidade infinita p. cm. (Monografia do BID ; 165) Banco Interamericano de Desenvolvimento. Escritório de Relações Externas. 2013.

REYES MATE, Manuel Rupérez. **Memoria y justicia transicional**. O direito achado na rua : introdução crítica à justiça de transição na América Latina / José Geraldo de Sousa Junior, José Carlos Moreira da Silva Filho, Cristiano Paixão, Livia Gimenes Dias da Fonseca, Talita Tatiana Dias Rampin. 1. ed. – Brasília, DF: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7).

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, Helena. **Impactos da exploração do petróleo na saúde humana**. REVISTA USP. São Paulo. n. 95. p. 61-71. SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52239/56275>

RIBEIRO, Wagner da Costa. **Entre Prometeu e Pandora-sociedade e natureza no início do século XXI**. Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. Orgs. Ana Fani Alessandri Carlos; Amália Inês Geraiges Lemos. São Paulo. Contexto, 2003.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo, USP. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento** (entrevista com Boaventura de Sousa Santos). **Luís Armando Gandin; Álvaro**. 2003. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/curriculosemfronteiras.pdf>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal**: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, Outubro 2007. Disponível em:

http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf

SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano**: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo. Estação Liberdade, 2000.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Breve Poema: Canudos**. O direito achado na rua : introdução crítica à justiça de transição na América Latina / José Geraldo de Sousa Junior, José Carlos Moreira da Silva Filho, Cristiano Paixão, Livia Gimenes Dias da Fonseca, Talita Tatiana Dias Rampin. 1. ed. – Brasília, DF: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7).

SOVIK, Liv *in* Stuart Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro, RJ. DP & A, 2002.

STEFFAN, Heinz Dieterich. **Sociedade Global- Identidade Colonial**. *in* RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (orgs). Os 500 anos: a conquista interminável. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

Viégas, Rodrigo Nuñez. **Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 19, p. 145-157, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

WALKER, P. A. **Ecologia política**: onde está a política?. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 25, p. 89-96, jan./jun. 2012. Editora UFPR.

WWF. **Pegada Ecológica Global**. Gráfico 1. Disponível em:
https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/pegada_ecologica_global/

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**/Theodor W. Adorno. et al; organização Slavoj Zizek; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.